



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 03/2025

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL REALIZADA EM DUAS REUNIÕES NOS DIAS

28 DE ABRIL – INICIADA ÀS 10 HORAS. CONCLUÍDA ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS

05 DE MAIO DE 2025 – INICIADA ÀS 10 HORAS E 05 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>08</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>12</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>63</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>144</b>

ATA N.º 03/20251.ª REUNIÃO REALIZADA EM 28/04/2025ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - *Apreciação e votação de Atas*****a) *Ata n.º 01/2025 de 31 de janeiro de 2025*****b) *Ata n.º 02/2025 de 26 de fevereiro de 2025*****2.2 - *Leitura resumida do expediente*****2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*****2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*****2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação*****2.5.1 - *Recomendação da Comissão Especializada Estudo do Traçado do IC6 (Folhadosa-Covilhã)*****2.5.2 - *Proposta de Prorrogação de Prazo da Comissão Especializada Estudo do Traçado do IC6 (Folhadosa-Covilhã)*****2.5.3 - *Voto de Louvor – Conselho de Administração da ULS Cova da Beira (UFCC)*****2.5.4 - *Moção – Unidade de Saúde Familiar Estrela (UFCC)*****2.5.5 - *Moção – Falta de Creches (UFCC)*****2.5.6 - *Moção de Congratulação – TOS (CDU)*****2.5.7 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio) (PSD e PS)*****2.5.8 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Escultor José António Nabais Moreira Neves (PSD e PS)*****2.5.9 - *Voto de Pesar pelo Falecimento de João Prata Martins da Cruz (PSD e PS)***

- 2.5.10 - Voto de Louvor – Ângela Costa – Campeã Mundial de Matraquilhos (PSD e PS)**
- 2.5.11 - Voto de Congratulação pelo Decisão do Governo em avançar com o IC31 e a Barragem do Alvito (PSD)**
- 2.5.12 - Moção – Implementação de Programas de Desportos de Inverno nas Escolas da Covilhã (PSD)**
- 2.5.13 - Moção – Promoção da Economia Circular, Valorização da Floresta Autóctone e de Resíduos Orgânicos no Concelho da Covilhã (PSD)**
- 2.5.14 - Moção – Reestruturação do Centro Histórico da Covilhã para priorizar a Mobilidade Pedonal e Sustentável (PSD)**
- 2.5.15 - Moção – Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e Promoção da Produção Local no Concelho da Covilhã (PSD)**
- 2.5.16 - Voto de Pesar pelo Falecimento de António Morais dos Santos Torrão (PS)**
- 2.5.17 - Voto de Pesar pelo Falecimento de António Teles André (PS)**
- 2.5.18 - Voto de Louvor a João Monteiro – Campeão Nacional de Corta-Mato Curto T20 (PS)**
- 2.5.19 - Voto de Louvor a Amaro Teixeira – Campeão Mundial de Atletismo Master, 3000 marcha atlética (PS)**
- 2.5.20 - Voto de Louvor à escritora Covilhanense, Professora Rogélia Proença (PS)**
- 2.5.21 - Moção – A Covilhã precisa do Bolinha de Neve (PS)**

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 3.1 - Debate entre Grupos Municipais**
  - a) “O Comércio Local” (Movimento “Covilhã Tem Força”)**
  - b) “Habitação” (Partido Socialista)**
- 3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3.3 - Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2024 – CPCJ Covilhã**
- 3.4 - Apreciação e votação sobre o Relatório de Gestão e Atividades 2024 do Município da Covilhã e Prestação de Contas**
- 3.5 - Tomada de conhecimento do Relatório de Revisão Limitada sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2024**
- 3.6 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de Alteração da Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais**
- 3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Minuta de Protocolo de Colaboração e Apoio entre o Município da Covilhã e a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela**
- 3.8 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Aditamentos aos Autos de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã a celebrar com todas as Freguesias**

A 1.ª Reunião da Sessão Ordinária foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na 1.ª Reunião da Sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição do Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Lino Fernandes Torgal, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof.ª Teresa de Jesus Pereira Duarte Reis em substituição da Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino em substituição do Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição de Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão os Deputados Municipais: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, e os Vereadores Prof.ª Dra. Sandra da Costa Henriques Soares em substituição do Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal o Coordenador Técnico, Adriano Flávio de Jesus Mingote.** -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, foi alterado o nome dos pontos -----

- 2.5.12 - Moção – Implementação de Programas de Desportos de Inverno nas Escolas da Covilhã (PSD)**
- 2.5.13 - Moção – Promoção da Economia Circular, Valorização da Floresta Autóctone e de Resíduos Orgânicos no Concelho da Covilhã (PSD)**
- 2.5.14 - Moção – Reestruturação do Centro Histórico da Covilhã para priorizar a Mobilidade Pedonal e Sustentável (PSD)**
- 2.5.15 - Moção – Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e Promoção da Produção Local no Concelho da Covilhã (PSD)**

Para: -----

- 2.5.12 - Recomendação – Implementação de Programas de Desportos de Inverno nas Escolas da Covilhã (PSD)**
- 2.5.13 - Recomendação – Promoção da Economia Circular, Valorização da Floresta Autóctone e de Resíduos Orgânicos no Concelho da Covilhã (PSD)**
- 2.5.14 - Recomendação – Reestruturação do Centro Histórico da Covilhã para priorizar a Mobilidade Pedonal e Sustentável (PSD)**
- 2.5.15 - Recomendação – Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e Promoção da Produção Local no Concelho da Covilhã (PSD)**

- Após as **alterações**, a Ordem de Trabalhos foi **aprovada por unanimidade**, tendo ficado com a seguinte configuração: -----

**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - Apreciação e votação de Atas****a) Ata n.º 01/2025 de 31 de janeiro de 2025****b) Ata n.º 02/2025 de 26 de fevereiro de 2025****2.2 - Leitura resumida do expediente****2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos****2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal****2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação****2.5.1 - Recomendação da Comissão Especializada Estudo do Traçado do IC6 (Folhadosa-Covilhã)****2.5.2 - Proposta de Prorrogação de Prazo da Comissão Especializada Estudo do Traçado do IC6 (Folhadosa-Covilhã)****2.5.3 - Voto de Louvor – Conselho de Administração da ULS Cova da Beira (UFCC)****2.5.4 - Moção – Unidade de Saúde Familiar Estrela (UFCC)****2.5.5 - Moção - - Falta de Creches (UFCC)****2.5.6 - Moção de Congratulação – TOS (CDU)****2.5.7 - Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio) (PSD e PS)****2.5.8 - Voto de Pesar pelo Falecimento do Escultor José António Nabais Moreira Neves (PSD e PS)****2.5.9 - Voto de Pesar pelo Falecimento de João Prata Martins da Cruz (PSD e PS)****2.5.10 - Voto de Louvor – Ângela Costa – Campeã Mundial de Matraquilhos (PSD e PS)****2.5.11 - Voto de Congratulação pelo Decisão do Governo em avançar com o IC31 e a Barragem do Alvito (PSD)****2.5.12 - Recomendação – Implementação de Programas de Desportos de Inverno nas Escolas da Covilhã (PSD)****2.5.13 - Recomendação – Promoção da Economia Circular, Valorização da Floresta Autóctone e de Resíduos Orgânicos no Concelho da Covilhã (PSD)****2.5.14 - Recomendação – Reestruturação do Centro Histórico da Covilhã para priorizar a Mobilidade Pedonal e Sustentável (PSD)****2.5.15 - Recomendação – Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e Promoção da Produção Local no Concelho da Covilhã (PSD)****2.5.16 - Voto de Pesar pelo Falecimento de António Morais dos Santos Torrão (PS)****2.5.17 - Voto de Pesar pelo Falecimento de António Teles André (PS)****2.5.18 - Voto de Louvor a João Monteiro – Campeão Nacional de Corta-Mato Curto T20 (PS)****2.5.19 - Voto de Louvor a Amaro Teixeira – Campeão Mundial de Atletismo Master, 3000 marcha atlética (PS)****2.5.20 - Voto de Louvor à escritora Covilhanense, Professora Rogélia Proença (PS)****2.5.21 - Moção – A Covilhã precisa do Bolinha de Neve (PS)****3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA****3.1 - Debate entre Grupos Municipais**

- a) ***“O Comércio Local” (Movimento “Covilhã Tem Força”)***
- b) ***“Habitação” (Partido Socialista)***
- 3.2 - ***Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 3.3 - ***Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2024 – CPCJ Covilhã***
- 3.4 - ***Apreciação e votação sobre o Relatório de Gestão e Atividades 2024 do Município da Covilhã e Prestação de Contas***
- 3.5 - ***Tomada de conhecimento do Relatório de Revisão Limitada sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2024***
- 3.6 - ***Apreciação e deliberação sobre a proposta de Alteração da Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais***
- 3.7 - ***Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Minuta de Protocolo de Colaboração e Apoio entre o Município da Covilhã e a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela***
- 3.8 - ***Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Aditamentos aos Autos de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã a celebrar com todas as Freguesias***

## 1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Concedida a palavra, o Senhor José Carlos Alves Martins Aleixo, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que é natural da Covilhã, residente há 20 anos na Urbanização Ribeira de Flandres e é professor da Universidade da Beira Interior há 30 anos. -----

Falou sobre “o jardim existente nesta urbanização que se chama “O mundo da Carolina”. Este parque é um parque infantil frequentado por crianças da Urbanização. Tem dois recipientes de lixo, talvez com um volume aproximado de 50 litros cada recipiente, e que estão provavelmente à hora em que estamos a falar há mais de um mês cheios de fezes de cão. -----

Tenho um cão e também faço uso daquele espaço, mas custa-me ver haver crianças ali a frequentar o parque e os cestos, que deviam ser dedicados ao lixo, não serem limpos com a cadência necessária. Como tinha dito, há mais de um mês que não são limpos. Aliás, até já fiz alertas às Águas da Covilhã e, quando faço esse alerta até passam a ir, mas depois deixam de ir e isto tem acontecido reiteradamente. Este é o primeiro ponto. -----

O segundo ponto tem a ver com o excesso de velocidade praticado na via que atravessa a Urbanização Ribeira de Flandres. É uma via que muita gente utiliza como *shortcut*, como atalho, para quem quer transitar da estrada que vem do Canhoso para a Zona Norte. Portanto, aquela via é uma via que tem basicamente duas retas com uma inclinação considerável e há muitos veículos a transitar naquelas ruas com um excesso de velocidade óbvio. Ainda não houve também nenhum acidente, ainda bem que assim é, mas é um problema premente e, portanto, devia ser feita alguma coisa, alguma barreira arquitetónica qualquer, uma banda qualquer sonora que seja colocada. A gente sabe que a sinalização vertical não é muitas vezes suficiente para fazer com que as pessoas tenham uma atitude diferente. Já enviei emails para a Câmara, nomeadamente para serem encaminhadas para a Divisão de Trânsito, para que, de facto, seja feita ali alguma coisa que impeça os condutores praticarem velocidades que são claramente excessivas numa urbanização. -----

Restam-me três pontos. Estes três pontos estão interligados entre si. Há uma transitividade entre eles. Quais são estes três pontos? O primeiro ponto tem a ver com um jardim público que é contíguo ao alçado lateral do lote 12. O lote 12, para quem conhecer a Urbanização, é o primeiro lote de quem sobe a urbanização do lado esquerdo. Portanto, há um jardim público contíguo ao alçado lateral deste edifício que é o edifício onde resido e tenho duas casas. Aquele alçado lateral, como dizia, tem um jardim, embora seja um jardim de pedra, mas que está degradadíssimo. E por que é que está degradado? Porque não é mantido da forma como devia ser, como é óbvio, mas para além disso, porque há 20 anos é utilizado como parque de estacionamento. Há muita gente que utiliza aquele espaço e que não tem cultura cívica para perceber que aquilo é um jardim e não um parque de estacionamento. Já alertei à PSP várias vezes que me diz que não pode fazer nada e até disse à PSP que se for estacionar o meu carro ali no Jardim Público, ao lado da Igreja de São Francisco, em cima da relva, vão-me fazer alguma coisa e é um jardim público também. Dizem que se não virem não podem fazer nada. O carro não é um helicóptero, não aterra no jardim e, portanto, ele tem que passar por cima de um passeio e é isto que acontece reiteradamente. Também já alertei a Câmara e inclusive os serviços de Águas da Covilhã, quando vão fazer a manutenção dos jardins contíguos, querem passar com os carros para fazer a recolha da vegetação

recolhida e não conseguem porque, muitas vezes, há carros estacionados lá. Inclusive um carro de bombeiros já tentou uma vez passar para trás, para a parte dos alçados posteriores dos quatro prédios que são o lote 9, 10, 11 e 12 e não consegue passar. Portanto, deve-se também fazer qualquer coisa.” -----

- Tendo terminado o seu tempo para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** pediu para as restantes perguntas serem entregues por escrito e disse que posteriormente seriam remetidas ao Senhor Presidente da Câmara para resposta. -----

--- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor João de Deus Moniz Pereira Henriques que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que a Mesa da Assembleia devia ter pedido desculpas aos presentes pelo atraso do início da sessão. -----

Continuou dizendo que é “proprietário do serviço turístico de Passeios a Cavalo, situado na Quinta da Moreirinha, e já lá vão 30 anos que faço este serviço. Durante este tempo todo tive este problema do acesso à quinta. Parte dos meus clientes, talvez em 30 anos, centenas me telefonavam no meio do caminho a dizer que não ia mais para a frente porque o caminho não estava em condições. Mas pronto, isso são contingências de quem tem este tipo de serviço que é com animais e longe do alcatrão. -----

Ultimamente os tempos mudaram e já tenho muitos vizinhos, tantos que tenho aqui um abaixo-assinado, com cerca de 50 assinaturas. Não são todos residentes, mas são familiares que visitam assiduamente os residentes e todos temos este problema. A Junta tem sido alvo de reclamações de todos os utentes devido à configuração do terreno que é um bocado acidentado, não consegue manter a estrada em condições. O alcatroamento desta estrada até à Quinta da Moreirinha, cerca de dois ou três quilómetros, é urgente, motivo da petição. -----

Não como alternativa, mas como segunda hipótese, seria a abertura do nó da Moreirinha que foi projetado pelas Infraestruturas de Portugal, aquando a feitura do acesso Norte da Covilhã, e que contemplava uma saída mesmo ali na zona da Moreirinha que dava acesso depois ao Ferro e a Peraboa, tendo este acesso ainda a vantagem de todas as pessoas que vão da Covilhã para estas duas localidades, Ferro e Peraboa, em vez de fazer aquelas curvas perigosas da Grila, virem pela rotunda da A23, tomando o acesso Norte e depois apanhariam o nó da Covilhã e poderiam ir então direto ao Ferro e a Peraboa. -----

Dito isto, são melhorias e melhoramentos que os tempos vão exigindo e a Câmara não pode ficar ausente deste tipo de problemas. Esta e outras Câmaras têm-se revelado muito cuidadosas com a cidade da Covilhã, mas com a periferia nem por isso. -----

Vou entregar agora esta petição e desejo que, desta vez, a Câmara tenha atenção a estes moradores e a estes utilizadores porque, se abrirem o nó da Moreirinha, de 20 ou 30 moradores passam para milhares de pessoas que todos os dias, ao deslocarem-se da Covilhã para o Ferro e Peraboa, usariam esta opção de parte do acesso Norte e saída no nó da Moreirinha, atravessando o rio em direção ao Ferro e a Peraboa. -----

O assunto é conhecido da Câmara e de toda a gente. Não tenho ilusões, apenas vou aguardando como sempre. Há 30 anos que estou na Covilhã com este serviço e nunca nenhuma câmara me perguntou se estava tudo bem, se precisava de alguma coisa e este serviço é o único na Cova da Beira Interior. Ninguém tem este serviço de Passeios a Cavalos. É um serviço turístico que beneficiou de pessoas que vêm a Covilhã, mas a Covilhã também beneficiou das pessoas que vinham só para andar a cavalo.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, “quanto ao atraso do início dos trabalhos, tem toda a razão e peço-lhe desculpa por isso.” -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** solicitou o uso da palavra para dizer que “o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem sido benevolente com as intervenções dos presidentes de Junta e com os deputados municipais e acho que, depois do 25 de Abril, não deixar chegar ao fim uma intervenção de um munícipe, acho que é de interesse de toda a Assembleia Municipal sabermos quais são as dúvidas do munícipe porque aquelas dúvidas e aquelas preocupações são as preocupações de todos nós. Portanto, eu pedia a benevolência do Senhor Presidente para ouvirmos até ao fim a intervenção do primeiro munícipe.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que “todos podemos contemporizar, mas ninguém me pode acusar de não contemporizar e de não prolongar sempre as intervenções. Mas também temos de ter algum rigor, senão a gente está aqui dois ou três dias para fazer uma sessão. -----

Portanto, acho que a crítica não assenta muito bem. De qualquer forma, a resposta pode sempre ser dada por escrito e, se calhar, é muito mais esclarecedora. -----

Se o Senhor Presidente quiser acabar de ouvir e depois responder, tudo bem.” -----

- Concedida a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “agradecia que desse oportunidade ao senhor José Carlos Aleixo de prosseguir, apelando ao seu sentido de síntese, e ficamos já com o problema situado. Aquilo que puder responder, responderei. Os elementos que não tiver ser-lhe-ão remetidos posteriormente.” -----

--- O Senhor José Carlos Alves Martins Aleixo continuou a sua intervenção dizendo que “os outros dois pontos estão interligados. O último que referi, este jardim no último ano e meio sensivelmente tem sido usado por uma cidadã como parque de estacionamento e a esta cidadã recentemente foi-lhe atribuído um lugar de estacionamento para pessoa com deficiência. Considero que os lugares para pessoa portadora de deficiência são extremamente importantes e devem ser atribuídos sempre que necessário, mas devem ser respeitados e a lei deve ser respeitada. Não me parece que seja o caso, perdoem-me o pleonasma, porque claramente a pessoa em causa não tem qualquer problema de mobilidade e não é preciso ser licenciado em Medicina para o perceber. Portanto, foi atribuído pela Câmara e não sei se o processo está ou não bem instruído e se há alguma falha, mas

claramente esta cidadã é uma cidadã que está a usar um lugar que devia ser usado por outra pessoa. Pior ainda é esta cidadã deixar o carro do marido num lugar de estacionamento com o dístico de deficiente dentro do carro, indo ela trabalhar e ficando o marido a gozar e a usufruir deste lugar de estacionamento dedicado a um deficiente. É um assunto muito sério que também deve ser escrutinado pela Câmara que está informada disto por email por mim. Portanto, deve ser revisto o processo, perceber se, de facto, houve na instauração deste processo alguma falha porque esta senhora não tem qualquer problema de mobilidade. Todo o doente oncológico deve usar um lugar de estacionamento dedicado à pessoa com deficiência se tiver um problema de locomoção porque se todo o doente oncológico neste país tivesse direito a um lugar destes, não havia lugares que chegassem no país. Respeito muito isto.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dando “uma primeira nota relativamente ao Jardim “Mundo da Carolina” que muito bem conheço. Desconheço o problema que aqui trouxe que é lamentável pelo facto de o lixo estar ali durante muito tempo. Como sabe, a incumbência é das Águas da Covilhã. Porventura haverá ali uma falha de comunicação, um problema qualquer com quem é responsável por aquela zona para limpeza e recolha de lixo naquela zona, mas fica registado e vou pedir ao Senhor Presidente da AdC que ordene a imediata limpeza desses recipientes e que no futuro seja feito com a cadência e com a regularidade que é necessária e desejável. -----

Relativamente ao acesso, o que me é reportado é que no jardim lateral ao lote 12 que refere serão colocados elementos físicos que impedirão o acesso e estacionamento de outras viaturas. -----

No que diz respeito à viatura em apreço dar uma nota que é a seguinte: o IMT – Instituto de Mobilidade Terrestre emitiu um dístico. A Câmara Municipal tem que respeitar aquilo que essa entidade emite. Acompanho nesse lamento que, de facto, a senhora tenha um problema de saúde que infelizmente tem, mas também não podemos confundir situações, sendo certo que muitas vezes os problemas acumulam-se, ou seja, em cima de um aparece outro e não sei até que ponto é que efetivamente não existe uma deficiência a par dessa doença que refere de que a senhora será portadora. De qualquer forma, o dístico emitido pelo IMT confere-lhe o direito de estacionar nesse local como qualquer outra pessoa que seja possuidora de dístico idêntico. A sinalização foi arrancada a determinada altura. Sei que foi até deitada para o chão. Isso foi reportado à Polícia de Segurança Pública e o Município já repôs essa mesma sinalização. Portanto, como digo, a Câmara não tem competência no que diz respeito à emissão do dístico, mas é algo que verei se podemos perguntar ao IMT se efetivamente as coisas estão em conformidade. Mas é uma pergunta que, embora extravasa um pouco a nossa competência, nada custa colocar porque compreendo a situação que refere. -----

No que diz respeito às duas retas que têm um acentuado declive, que conheço também muito bem, de facto, quem não respeitar a velocidade ali pode causar graves problemas ou a integridade física ou a vida das pessoas e também a bens. Peço ao serviço que tome boa nota dessa preocupação e ver o que é que efetivamente se pode fazer relativamente a essa questão. -----

No que diz respeito ao acesso à Quinta do Senhor José Luís Pereira Henriques e outros nossos concidadãos que ali têm residências e quintas, a Câmara há de averiguar bem o assunto. É a primeira vez que estou a tomar contacto com essa realidade e peço aos serviços uma especial atenção para esse assunto atento o facto, como reporta, que há ali muito tráfego e muita gente. Vamos procurar ir ao encontro das vossas pretensões, fazendo com que o tráfego se faça com a necessária segurança e fluidez.” -----

- O **Deputado Municipal Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** solicitou o uso da palavra para “contextualizar o Senhor Presidente relativamente a este último caso colocado pelo Senhor João Henriques. -----

Estamos a falar do Caminho Municipal 1617, se não estou em erro, que vai da Estrada Municipal 506 e que atravessa portanto Moreirinha, Carregal, Prazo e que depois vai até à barragem do Corges e depois se dirige ao Parque Industrial do Canhoso. Efetivamente, o Senhor João Henriques colocou já, por várias vezes, à Junta de Freguesia. Com os nossos meios, não temos grande possibilidade. Vamos fazendo aquilo que podemos com os meios que estão disponíveis, as alfaias que temos disponíveis na Junta de Freguesia, pedindo muitas vezes a intervenção, o apoio e ajuda à Câmara Municipal e aos seus serviços e maquinaria. Aliás, está um pedido efetuado. E recordo também a questão que está em cima da mesa da pavimentação do caminho da Rua Quinta do Tapado que já aliviava numa parte substancial o acesso a esta exploração turística e a várias habitações que aí se encontram localizadas junto à empresa do Senhor João Henriques e também poderia servir como uma forma de alternativa de acesso entre deslocações, entre as duas margens, digamos assim, do Ferro para o Canhoso. Poderia resolver alguns problemas. -----

Afirmar efetivamente a necessidade, uma vez que, com os meios que temos disponíveis na Junta de Freguesia, nem sempre conseguimos fazer os trabalhos que são necessários fazer para manter o caminho sempre em condições.” -----

## 2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

#### A) ATA N.º 01/2025 DE 31 DE JANEIRO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 01/2025 de 31 de janeiro de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

*Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Prof.ª Teresa de Jesus Pereira Duarte Reis (PPD/PSD), Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento "Covilhã Tem Força"), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote (Paul), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----*

#### B) ATA N.º 02/2025 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 02/2025 de 26 de fevereiro de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

*Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Prof.ª Teresa de Jesus Pereira Duarte Reis (PPD/PSD), Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento "Covilhã Tem Força"), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP) e Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS).*

#### 2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção do "Voto de Protesto pelo Veto do Sr. Presidente da República de não promulgação da Lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã" -----
- Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a receção do "Voto de Protesto pelo Veto do Sr. Presidente da República de não promulgação da Lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã" -----

- Ofício n.º 2291/2025 do Chefe do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção "Pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto", informando que o assunto foi encaminhado para o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação -----
- Ofício n.º 94/CE/2025 do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo a enviar abaixo-assinado "Pela alteração do sentido de circulação da Rua da Estremilda - Tortosendo" -----
- Ofício n.º 537/AML/25 do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa a remeter Voto de Pesar pelo Falecimento de José António Nabais Moreira Neves aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa em 18/03/2025 -----

### 2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Não se registaram pedidos de informação e de esclarecimentos. -----

### 2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento "Covilhã Tem Força")**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que "há três dias atrás, esta Assembleia reuniu em sessão extraordinária para comemorar o 25 de Abril e festejar a liberdade que essa data nos trouxe. -----

Hoje, três dias mais tarde, estamos reunidos em sessão ordinária e, como iremos verificar, afinal de contas a liberdade que há 51 anos pensámos alcançar não é tanta quanto aquela que julgamos. E digo isto porque, desde logo, esta Assembleia, este órgão deliberativo e de fiscalização não tem a liberdade de acesso a alguma informação que eu pessoalmente e o Movimento "Covilhã Tem Força" consideramos fundamental para a avaliação do desempenho da Câmara Municipal. -----

Refiro-me em concreto à avaliação financeira. Na realidade, a Câmara Municipal apresentou as suas contas limpas, embora com uma reserva e essa reserva advém precisamente do facto de não ter incluído no seu perímetro de consolidação as contas das empresas participadas. Isto, de facto, penso que é inaceitável. Em qualquer empresa privada isto poderia significar má gestão, gestão danosa, enfim, inclusivamente algum esquema fraudulento. Infelizmente no Estado isto é feito e visto com muita ligeireza e penso que tem que ser corrigido este estado de coisas. -----

Fiz um exercício que foi procurar as contas de 2023 das empresas participadas e foquei-me em particular em duas: Águas da Covilhã e Parkurbis, sendo que o Parkurbis, a associação deve ser uma entidade fantasma porque nem se consegue encontrar informação sobre ela. Mas, nas duas que referi, encontrei reservas no exercício e ênfases às contas no ano de 2023 que se aproximam dos 20 milhões € e isto tem necessariamente resultado e impacto nas contas do Município. Não sabemos qual é. -----

Portanto, penso que é lamentável que esta situação se mantenha. Prejudica a imagem da Câmara, do Executivo, do Município e penso que deve ser corrigida rapidamente a bem da transparência e do direito de escrutínio que temos aqui nesta Assembleia. -----

Já ouvi ou li reclamações de *cortes de cabeça*, de demissões, etc. Não peço nada disso até porque o Senhor Presidente vai-me permitir o gracejo, que é respeitoso, nem instrumentista serviria o Senhor Presidente numa operação de decapitação. Mas há uma coisa que peço: é que o Senhor Presidente da Câmara nos diga, enquanto presidente, o que é que a Câmara fez e, na sua função de acionista e com a posição de controlo que a lei lhe atribui, o que é que fez para evitar e corrigir esta situação da ausência de prestação de contas das empresas participadas e a sua inclusão nas contas do Município.”-----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “a caminhada promovida pela Comissão de Pais pelo “Bolinha de Neve” constitui uma significativa demonstração de mobilização cívica e colocou na ordem do dia as enormes carências e dificuldades no acesso à creche e à educação pré-escolar existentes no nosso Concelho, agravadas com o anunciado encerramento do Colégio das Freiras. -----

No Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação de 2025, documento apreciado nesta Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2024, concluía-se que na resposta social de creche existiam 326 crianças em lista de espera e uma grande pressão na União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, o que indiciava a necessidade de alargamento da capacidade instalada. -----

Ora, o encerramento do Colégio das Freiras veio agravar a situação. São mais 165 crianças, colocando a fasquia do alargamento da capacidade instalada para cerca de 500 crianças. -----

A CDU – PCP/PEV tomou posição através de nota à imprensa e com declaração pública do camarada Jorge Fael. Para a CDU – PCP/PEV é essencial: dar resposta imediata ao problema criado com aquele encerramento; garantir uma resposta urgente a mais 165 crianças que, a partir de setembro, deixarão de ter o Colégio das Freiras; garantir os postos de trabalho a cerca de 30 trabalhadoras e trabalhadores que ali exercem funções. -----

Não é fácil a solução, mas ela é possível. É conhecida a coerência de posições da CDU que, desde sempre, defendeu a reabertura do “Bolinha de Neve” com gestão pública para responder às largas centenas de crianças sem vaga. -----

Nesse sentido, defendemos que: -----

- 1 - O Governo, via Segurança Social, proprietário do edifício, assuma as suas responsabilidades reabrindo o “Bolinha de Neve” em vez de levantar obstáculos com rendas ou os valores dos preços da eventual aquisição; -----
- 2 - A Câmara Municipal assuma, admitindo nos seus quadros, as trabalhadoras e trabalhadores do Colégio das Freiras, fazendo o que lhe compete, incluindo a assunção da gestão deste serviço fundamental; -----
- 3 - As crianças que atualmente frequentam o Colégio das Freiras tenham prioridade absoluta na entrada em setembro. -----

Esta proposta responde às preocupações dos pais e garante a gestão pública de um espaço que foi construído com dinheiro de todos nós para servir todos. -----

Esta proposta não tem qualquer entrave do ponto de vista legal. Existem diversos exemplos noutros pontos do país, incluindo no distrito, sendo que aquilo que é necessário é vontade política, coisa que lamentavelmente parece não existir por parte da Câmara Municipal. -----

A CDU lembra que o “Bolinha de Neve” é público, as obras serão custeadas pelo Município e o regresso à sua gestão pública, neste caso municipal, é a solução justa e a que serve a comunidade no seu todo e é aquela que melhor garante a manutenção dos postos de trabalho, a sua estabilidade e direitos e que todas as crianças tenham condições de igualdade nesta etapa crucial do seu desenvolvimento. -----

Por fim, recordamos ainda que o “Bolinha de Neve” faz parte da identidade da cidade. Foi construída ainda antes do 25 de Abril para responder às carências das famílias trabalhadoras e a sua privatização pelo então Governo PSD/CDS e o posterior encerramento pela Santa Casa da Misericórdia, a quem tinha sido entregue a gestão perante a passividade e inoperância do Partido Socialista, foi um rude golpe para a cidade, as famílias e trabalhadores. -----

Esta realidade comprova que é necessário continuar a investir neste sector, pelo que a criação de uma rede pública capaz de assegurar a universalidade e gratuidade da resposta de creche e pré-escolar é um objetivo que tem de continuar a ser prosseguido, pois a reabertura do “Bolinha de Neve” não é suficiente para responder às carências neste momento.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “fazer uma declaração política nesta altura do campeonato é arriscado, mas até agora até tem corrido bem porque, de facto, são tantas as coisas que nesta Câmara não funcionam bem que, às vezes, as pessoas esquecem-se que há eleições daqui por seis meses. Esperemos que assim continue e que continuemos centrados e focados no trabalho que temos ou que devíamos tentar fazer até ao final deste mandato. -----

Não podemos deixar, de facto, de fazer aqui um balanço sobre aquilo que foi feito e sobretudo sobre aquilo que não foi feito e sobre a atitude desta Câmara perante os principais problemas com que se foi deparando ao longo destes três mandatos. -----

Esta questão do “Bolinha de Neve” ou do Colégio das Freiras e do infantário do Colégio das Freiras fechar é algo que é significativo, mas não é a primeira vez que acontece no nosso Concelho nos

últimos 12 anos. Aconteceram várias situações deste género em que a Câmara e o Senhor Presidente da Câmara a única atitude que teve foi lavar daí as suas mãos tal qual Pilatos. -----

Lembro o caso emblemático da Adega Cooperativa da Covilhã que encerrou. A Câmara não mexeu uma palha. Deixámos de ter uma valência na nossa Covilhã que era uma referência a nível nacional.

Lembro-me da questão do “Bolinha de Neve” que, quando fechou, tentou-se por todos os meios e recorro aqui uma iniciativa nesta Assembleia, que foi o Deputado Nuno Reis que até começou a tratar desse assunto, de agendar uma reunião com o então Ministro da Solidariedade Social em Lisboa, com o Senhor Presidente, com os representantes dos trabalhadores, com a Santa Casa e com toda a gente que estava envolvida para tentar manter o “Bolinha de Neve” em funcionamento e o Senhor presidente, às 06h00, desligou o telefone, só o ligou às 18h00 e deixou o Ministro à espera das pessoas da Covilhã que fossem tratar do “Bolinha de Neve”. -----

Agora estamos confrontados com a situação, de facto, da falta de creches na Covilhã e há 6 meses ou há um ano atrás, o Senhor Presidente cancelou dois projetos de construção de creches na Covilhã. Depois, quando vamos a ouvir o senhor Presidente, há de facto um denominador comum ao longo destes 12 anos: é que existem sempre desculpas para não fazer (é o Governo, a contingência não sei das quantas, são os vereadores, são os obstáculos, é o Orçamento, era a questão das dívidas, era a questão de tudo! Só falta mesmo é assumir a responsabilidade por aquilo que não é feito). -----

Portanto, urge de facto pensar. Felizmente temos uma conclusão: é que já só nos restam seis meses disto. Esta é a grande vantagem que temos hoje: só nos restam seis meses disto, de mais desculpas, de mais justificações, de olhar para o lado. Portanto, só nos restam mais seis meses disto, graças a Deus. -----

Aquilo que o CDS faz, tem que fazer, e essa é a melhor declaração política que o CDS vai fazer, vai apresentar os candidatos às próximas autárquicas na próxima quarta-feira e daqui convido todos a estarem presentes, nem que seja em nome do respeito democrático que se exige nesta matéria.”

- **Dr. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.01** com as alterações feitas durante a sua leitura) --

*“Vou começar esta intervenção recordando convosco aqueles que nos deixaram e que a bancada do PSD quis sinalizar com um voto de pesar: falo do escultor **Moreira Neves** cuja obra está amplamente representada no espaço público da cidade e de **João Prata** que foi vereador na CMC e membro desta Assembleia Municipal, pelo PCP mas falo também de um homem simples: o **Papa Francisco**. Sim, um homem simples mas ainda assim um líder espiritual de crentes e não crentes. Um papa extraordinário e um ser humano único que vai fazer falta à humanidade e consequentemente a muitos de nós. No dia da última despedida, quando o silêncio profundo numa cidade como Roma transpunha os ecrãs da televisão e quando 2 homens, que se odeiam, sentados frente a frente no meio da basílica de S. Pedro, conversavam olhos nos olhos... descobri que afinal há Homens que nunca morrem porque continuam a cumprir com a sua missão. E que assim seja!!!! sempre.... -----*

Um louvor à nossa **Ângela Costa**, ter uma campeã mundial no nosso concelho não é coisa pouca. -

Uma congratulação ao **Governo** pelo avanço no projeto do **IC31** e **da barragem do Alvito** que não sendo no nosso território vão decerto beneficiar toda uma região. E, claro, um reforço na reivindicação da Covilhã na importância em avançar, também, com a conclusão do **IC6** e das obras de requalificação da **Linha da Beira Alta**, fundamentais para a conectividade e desenvolvimento sustentável da região. -----

Mas, na verdade, o tema que me fez subir hoje a este púlpito, é outro, é de extrema relevância e preocupação: a **resposta social às famílias da Covilhã no que diz respeito à oferta de creches** e, em última análise, ao futuro das nossas crianças. -----

Infelizmente, este não é um tema recente. Já **em 2018**, quando todos fomos surpreendidos pelo **encerramento do Bolinha de Neve**, o PSD manifestou-se publicamente, discordando claramente da intervenção nula do Município para reverter esta decisão. -----

Durante **sete anos**, o edifício permaneceu abandonado, enquanto a procura por creches no concelho não parava de crescer. -----

O PSD não pode deixar de lamentar e denunciar a forma como o executivo socialista tem tratado este dossier: com sucessivos recuos, promessas não cumpridas e soluções improvisadas, revelando uma preocupante falta de planeamento estratégico e de visão para o concelho. -----

Recordamos que no início de 2024, a Câmara Municipal anunciou a construção de **duas novas creches**, nos Parques Industriais Canhoso e Tortosendo. -----

Contudo, em junho, o mesmo executivo anunciou o abando dos projetos, justificando-se com a expectativa de medidas do Governo, nomeadamente no âmbito da gratuitidade das creches. -----

Nessa mesma data, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** anunciou a **intenção de aquisição do edifício do antigo infantário Bolinha de Neve**, garantindo que teria outro destino, **que não o de creche**. -----

Em novembro desse mesmo ano, confrontado com a pressão da oposição, o executivo manteve a justificação para o abandono dos projetos: os custos elevados e a espera de apoios do Governo da República. -----

E hoje, como estamos? O que vemos? -----

Vemos a Câmara Municipal da Covilhã a apresentar o **Bolinha de Neve como a única solução** para a emergência criada pelo encerramento do Colégio das Freiras. -----

Mas mais grave: a solução apresentada ao Governo **não é séria**. -----

O Município propõe realizar as obras necessárias, solicitando, em contrapartida, a cedência gratuita do edifício ou um arrendamento a preço simbólico – sabendo perfeitamente que tal é **legalmente inviável**. -----

Recordo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ao Notícias da Covilhã, em junho de 2024, e passo a citar: -----

"Ao contrário do que as pessoas possam pensar, estes edifícios não são cedidos aos municípios nem a título gratuito nem a preço simbólico. É a preço de mercado, depois de uma avaliação rigorosa feita por peritos do Instituto Financeiro da Segurança Social." - fim de citação. -----

**Ora, se assim é, como pretende o Município que o Governo, agora em gestão, resolva esta situação sem desrespeitar as normas legais?** -----

Ou seja o município propõe ao Governo uma solução que, desde logo, sabia ser ilegal e inviável, pois o Instituto Financeiro da Segurança Social (dono do imóvel), e corrijo aqui o meu querido Deputado do Partido Comunista não é a Segurança Social, não tem competência para alienar gratuitamente ou arrendar a preços simbólicos este património sem a observância das regras legais aplicáveis. Acresce o facto de todos sabermos que o atual Governo está em gestão estando, por isso mesmo, limitado nas soluções que naturalmente poderiam estar em cima da mesa para a resolução imediata da situação. -----

Sr. Presidente, é urgente sermos sérios e responsáveis. -----

É muito triste vê-lo colocar pedras na engrenagem, empurrando o problema com a barriga para satisfazer interesses políticos. -----

Em suma, o PSD denuncia uma sucessão de decisões erráticas, de ausência de visão e de falta de responsabilidade política: -----

- Primeiro, prometeram novas creches que nunca avançaram. -----
- Depois, reivindicaram apoios do Governo Central quando tiveram oito anos para o fazer – pasme-se com um Governo socialista. -----
- Posteriormente, descartaram o Bolinha de Neve como solução viável. -----
- Agora, escondem a sua incapacidade atrás de propostas inviáveis, num processo que se arrasta há anos. -----

É inaceitável que, numa área tão sensível como a infância e a conciliação da vida familiar e profissional, o executivo socialista tenha falhado redondamente. -----

Por isso, o PSD exige: -----

1. Um plano concreto para aumentar rapidamente a oferta de creches fora da dependência de apoios futuros e incertos – um plano credível, com recurso a imóveis municipais ou projetos de construção faseados. -----
2. Que, já no próximo Orçamento Municipal, seja apresentado um plano de investimento realista para garantir que **nenhuma criança da Covilhã** fique sem vaga numa creche. -----
3. A utilização do edifício do Bolinha de Neve sim, mas através de **uma solução viável e transparente**, respeitando a legalidade e as necessidades do concelho. -----
4. Uma posição séria e responsável nas negociações sobre o caso concreto do Colégio das Freiras. -----

E este caso é sem dúvida o mais premente, o PSD recorda que o atual Ministro da Economia, **Dr. Pedro Reis**, cabeça de lista da AD, por Castelo Branco, está pessoalmente envolvido na resolução da situação. -----

*O problema já foi levado, por ele, a Conselho de Ministros, e decorrem reuniões no sentido de, mesmo com as limitações de um Governo em gestão, se encontrar uma solução o mais rapidamente possível.* -----

*O PSD está disponível, para trabalhar em soluções, mas **não estaremos nunca** ao lado da incompetência, da irresponsabilidade ou da propaganda política.* -----

*Muito menos para aceitar a transferência de culpas para o Governo, por **inação do Município** durante estes longos **12 anos**.* -----

*Senhor Presidente,* -----

*Se nos tivesse ouvido em 2018, hoje os profissionais e as crianças do Colégio das Freiras estariam a mudar de casa **tranquilamente**.* -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua “intervenção política na parte nacional, lamentando mais uma vez que o mundo ainda não esteja hoje mais seguro, mais pacífico e aquilo que são os conflitos internacionais se agravem, nomeadamente na Europa e no Médio Oriente. Espero que os líderes mundiais se consciencializem de que este caminho nos conduzirá a uma situação de insustentabilidade da humanidade e que rapidamente voltemos ao direito internacional e à diplomacia. -----

Depois, sinalizar também com orgulho mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, expressando o desejo de que começámos hoje a celebração dos próximos 50 anos e que aqueles que cá estiverem em 2074 continuem com a mesma alegria, com a mesma garra e com a mesma determinação a celebrar em Portugal a liberdade e a democracia. -----

Do ponto de vista local, quero começar por dar destaque a uma parte que ficará menos visível do ponto de vista da ordem de trabalhos no ponto 2.5. São votos de pesar e votos de louvor e quero dar nota do pesar que o Partido Socialista e certamente esta Assembleia expressa pela partida do Senhor Professor Moreira Neves, escultor covilhanense com várias obras na nossa comunidade e que nos deixou neste período que entremeia as nossas Assembleias Municipais. O Senhor João Prata Cruz, também autarca no nosso Município e que, apesar de militante do PCP, foi também um ativista importante na nossa comunidade. Quero relembrar também e destacar o Senhor António Torrão que é um dos sócios mais antigos do Oriental de São Martinho, que nos deixou e que a todos acolhia com grande sentimento, grande amizade, grande carinho sempre que íamos à coletividade Oriental de São Martinho. Não posso esquecer também o Senhor Professor António Teles André que foi vereador da Câmara Municipal e autarca também pelo Partido Socialista que nos deixou recentemente com uma personalidade muito marcada, um democrata com grande capacidade de pensamento e que nos deixou há pouco tempo. Por último, e porventura também a mais importante, o Papa Francisco. O Papa Francisco foi um tema transversal a toda a comunidade, mesmo aqueles que diariamente não praticam aquilo que ele sempre apregoou e se tentam apropriar daquilo que foi o seu legado. Eu citava apenas aqui uma breve frase que ele nos deixou num documento em 2024 e muito apropriada à democracia. Ele dizia que “a democracia é

resolvermos juntos os problemas de todos.” Que esta citação e esta frase nos inspire, nós que estamos na casa da democracia, em representação do Povo. -----

Depois queremos louvar aquilo que é o trabalho de Covilhanenses que se distinguiram nos últimos tempos na sua atividade. Desde logo, a nossa campeã mundial de matraquilhos, Ângela Costa. É uma jovem covilhanense que se destacou numa atividade desportiva mais recente, digamos, com pergaminhos mais recentes na nossa comunidade, mas que nem por isso merece menos apreço e, portanto, destacar o esforço e a vitória da Ângela Costa. Destacar também o Amaro Teixeira que nos dá a honra de estar aqui na nossa Assembleia a acompanhar, que foi também campeão mundial de atletismo de Masters nos 3000 metros marcha. Este é um dos títulos que ele já ganhou... Porque já ganhou vários nacionais e internacionais e, em conversa no início desta sessão, não tenho dúvida que nos próximos tempos dará mais alegrias à comunidade covilhanense. O Amaro não é um covilhanense de nascença, mas é um covilhanense que a cidade já adotou e certamente ele também já adotou a nossa comunidade. Depois dar também destaque ao João Monteiro, campeão nacional de corta mato curto em T20, que se sagrou também campeão. Louvar também a Professora Rogélia Proença. É uma das escritoras da nova geração covilhanense que também recentemente conquistou mais um prémio, o Prémio Santos Zoio, da Associação Portuguesa de Poetas e é mais um exemplo daquilo que é a capacidade literária e criativa dos Covilhanenses em linha com aquilo que são distintos escritores covilhanenses que há muito tempo nos brindam. -----

Dar também uma saudação especial ao Senhor Vereador, que hoje não está connosco, Pedro Farromba, que foi eleito para a Direção do Comité Olímpico de Portugal. -----

Saudar a Ana Palmeira de Oliveira pela eleição de Presidente da Associação Empresarial da Beira Baixa e dar destaque também aqui no Dia da Mulher à homenagem que fizemos à Senhora Professora Carina Franco e à eleição de duas primeiras mulheres no associativismo nas respetivas associações – Maria Manuel Pires, Presidente da Lapa, e Susana Mendes, Presidente do Águias do Canhoso. Este é um bom exemplo de como a participação feminina acrescenta à nossa comunidade. -----

Os parabéns à UBI que, no próximo dia 30 de abril, festejará mais um aniversário. -----

Dar destaque também ao trabalho que foi feito e que está a ser feito pelo Município na geminação com a comunidade chinesa de Longhuan, na sequência daquilo que foi a aprovação nesta última Assembleia Municipal. E dar nota também de uma organização notável, em cooperação com a Universidade da Beira Interior da Covilhã: o Innov Summit, que reuniu, durante 3 dias, uma plêiade de oradores, de empresários e de empreendedores muito interessante, num evento que espero que seja para continuar.” -----

--- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.02** com as alterações feitas durante a sua leitura) --

*“Hoje, trago a esta tribuna uma intervenção que reflete aspetos que consideramos fundamentais, mas também momentos de celebração do nosso concelho.* -----

*Em primeiro lugar, não podemos ignorar um tema preponderante para a vida dos nossos concidadãos: as Águas Residuais e o Saneamento. -----*

*Como tive oportunidade de afirmar em anteriores sessões desta Assembleia, a redução da fatura da água para todas e todos os covilhanenses constitui um dossier premente e inadiável. -----*

*Como era expectável, e já havíamos antecipado, as dificuldades impostas pela agência reguladora tiveram seguimento. A recente decisão do tribunal, ao dar provimento à providência cautelar e acolher os argumentos sustentados nos interesses dos privados, representa apenas mais um obstáculo que, com determinação, seguramente iremos ultrapassar. -----*

*Apesar deste revés, mantemos firme a nossa convicção e confiança nas nossas razões. -----*

*Acreditamos que conseguiremos, de facto, fazer justiça e concretizar aquilo que é essencial: baixar a fatura da água para todos os covilhanenses, promovendo mais justiça social e melhor qualidade de vida. -----*

*Simultaneamente, é com orgulho que assinalamos o reconhecimento recente da nossa cidade: a Covilhã foi considerada a 2ª melhor cidade europeia para viver na reforma pela prestigiada revista International Living. -----*

*Este reconhecimento internacional reflete a qualidade de vida, a segurança e a hospitalidade que caracterizam a nossa terra. -----*

*Neste caminho de valorização do nosso território, destaco também o programa municipal “Conhecer o Concelho”. -----*

*Uma iniciativa que aproxima a população do seu património, da sua história e das suas potencialidades. -----*

*Na vertente cultural e turística, saúdo vivamente o sucesso do “Carnaval da Neve”, um evento único no país que alia tradição e turismo, reforçando a Covilhã como destino de excelência, mantendo vivas as tradições antigas e dinamizando a nossa economia local. -----*

*A nossa cidade afirma-se também no panorama internacional das artes e do design. -----*

*Recebemos a Trienal Internacional de Design, que transformará a Covilhã num verdadeiro laboratório de criatividade e inovação nesta área. -----*

*A cultura continua em destaque com o “Diafragma – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais”, que traz à Covilhã olhares do mundo inteiro e reforça o nosso posicionamento como cidade da criatividade e das artes visuais. -----*

*Enalteço também o Concurso Internacional de Percussão da Beira Interior, um evento que coloca a nossa região no mapa dos grandes eventos musicais internacionais, envolvendo jovens talentosos e promovendo a excelência artística e a isto soma-se a 21ª edição do Festival Y, organizado pela Quarta Parede, um espaço de criação e apresentação de novas linguagens artísticas que já é uma referência nacional e motivo de orgulho para todos nós -----*

*Estes factos mostram que a Covilhã é uma terra de oportunidades, de cultura e de futuro. Que continuemos a construir uma Covilhã cada vez mais coesa, atrativa e orgulhosa do seu caminho e que não descure as necessidades básicas de todas e todos os covilhanenses!” -----*

## **2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO**

--- Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

### **2.5.1 – “Recomendação -----**

***Instar o Governo a realizar, com urgência, os procedimentos legais necessários à criação de nova Zona de Servidão para o IC6 (Folhadosa - Covilhã) -----***

*A Comissão para Estudo do Traçado do IC6, criada em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã no passado mês de dezembro, tem vindo a realizar várias reuniões com o intuito de estudar todos os documentos existentes sobre esta obra prioritária para o nosso concelho, analisando possíveis alternativas de traçado, bem como de recolher depoimentos e contributos de entidades relevantes para a execução do IC ou de personalidades com conhecimentos reconhecidos nesta matéria. -----*

*Nesse âmbito, em reunião com representantes da IP – Infraestruturas de Portugal, os membros da Comissão foram informados da caducidade da Zona de Servidão Non Aedificandi do IC6, troço Folhadosa-Covilhã, neste presente mês de abril. -----*

*Esta Servidão do IC6 encontrava-se definida por publicação em Diário da República de 23 de Setembro de 2010, tendo por base o Estudo Prévio aprovado pelo Diretor de Projetos da EP - Estradas de Portugal a 3 de Setembro de 2010 e a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a 2 de Agosto de 2010. -----*

*Uma Zona de Servidão é fundamental para a reserva de corredores protegendo a estrada a construir, sendo que a não definição desta Servidão do IC6 em Diário da República, e consequentemente nos PDMs de Covilhã, Seia e Oliveira do Hospital, poderá colocar em causa a futura viabilidade da ligação Folhadosa - Covilhã, levando uma obra já por si cara para valores astronómicos. Urge, por isso, que o Governo (que segundo a IP é a entidade responsável pelo processo) tome a iniciativa de realizar os procedimentos legais tendo em vista a criação de nova Zona de Servidão para o IC6 no troço mencionado. -----*

*Nesse sentido, vem a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, recomendar ao Executivo Municipal que tome posição nesta matéria, instando o Governo a submeter o Estudo Prévio do IC6 existente para avaliação da Agência Portuguesa do Ambiente, a fim de ser emitida nova Declaração de Impacte Ambiental o mais rapidamente possível, possibilitando assim a criação de nova Zona de Servidão Non Aedificandi do IC6, no troço Folhadosa - Covilhã.” (Doc.03) -----*

--- O Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves – Coordenador da Comissão Especializada para o Estudo do Traçado do IC6** informou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade pela respetiva Comissão, “estando subscrita por todos os seus elementos, pelo que estou aqui apenas como seu transmissor. -----

A Comissão para o Estudo do Traçado IC6, criada na sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã em 18 de dezembro último, tem vindo a realizar diversas reuniões com o objetivo de analisar a documentação disponível relativa a esta obra considerada prioritária para o Concelho da Covilhã e para toda a região centro. -----

Neste âmbito, a Comissão tem avaliado alternativas de traçado e recolhido depoimentos e contributos de entidades com competências na matéria, bem como personalidades com reconhecidos conhecimentos técnicos. -----

No decurso dos seus trabalhos, em reunião com representantes da IP – Infraestruturas de Portugal, a Comissão foi informada de que a servidão *Non Aedificandi*, constituída com a publicação da Declaração n.º 188/2010, de 23 de setembro, caducará no final do presente mês de abril de 2025. Esta servidão teve origem na aprovação do estudo prévio do IC6 Tábua, Oliveira do Hospital, Covilhã e IC7 Oliveira do Hospital, Fornos de Algodres e IC37 Viseu-Seia, a qual foi antecedida por um procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental, culminou na emissão da respetiva Declaração de Impacto Ambiental – DIA – pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA – a 02 de agosto de 2010. -----

Com efeito, com a entrada em vigor do novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional – EERRN, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, passou a prever-se que as servidões administrativas caducam cinco anos após a respetiva data da constituição ou, nos casos de Estudos prévios aprovados antes da entrada em vigor do diploma, como sucede neste caso, cinco anos após a sua publicação. -----

Embora o EERRN admita a possibilidade de uma prorrogação única por igual período, essa faculdade não foi, neste caso, exercida. Apesar da caducidade não ter sido publicada em *Diário da República*, como igualmente previsto no referido artigo 32.º, a IP entende que, decorridos dez anos desde a publicação do Estatuto de Estradas da Rede Rodoviária Nacional, existe uma impossibilidade legal de prorrogar a servidão pelo que se torna necessário iniciar um novo procedimento legal. -----

A Zona de Servidão *Non Aedificandi* é um instrumento essencial para salvaguardar o corredor da futura infraestrutura, impedindo ocupações e construções que comprometam e encarecem a sua execução. -----

A ausência de uma servidão legalmente constituída desobriga e impede os Municípios da Covilhã e Seia de integrarem esta condicionante nos seus instrumentos de gestão territorial, como os Planos Diretores Municipais, colocando em risco a viabilidade da futura ligação Folhadosa a Tortosendo, o que poderá resultar num aumento substancial do custo da obra já de si muito significativo. -----

Assim, torna-se urgente que o Governo, através da Secretaria de Estado das Infraestruturas, emita as orientações políticas necessárias para que a IP – Infraestruturas de Portugal desencadeie, com carácter de urgência, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Zona de Servidão *Non Aedificandi* para o troço referido, nomeadamente a submissão do estudo prévio existente, a novo procedimento de avaliação de impacto ambiental para efeitos de emissão de uma nova Declaração de Impacto Ambiental, a aprovação formal do estudo prévio existente, designadamente para o troço Folhadosa-Seia-Tortosendo-Covilhã, a constituição de uma nova servidão administrativa com a respetiva publicação no *Diário da República*. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 28 de abril de 2025, recomenda ao Executivo Municipal que tome posição pública nesta matéria, instando o Governo a avançar, com carácter de urgência, com os trâmites legais acima indicados por forma a garantir a exequibilidade da ligação estratégica do IC6 entre Folhadosa e Covilhã. -----

O Executivo Municipal deve ainda diligenciar junto das Câmaras Municipais de Seia, Oliveira do Hospital, municípios também atravessados pela servidão, por forma a que esta seja uma tomada de posição conjunta, tendo em vista a conclusão do IC6.” -----

--- Foi interveniente o Senhor Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** para dizer que “estamos aqui perante um processo em que deixámos morrer uma obra estrutural. Ou seja, alguém deixou – a Administração Central e a Administração Local. Um processo que estava a decorrer, mas que deixou de correr. Portanto, passou de estar em coma e passou a morto. -----

Agora tem que se reiniciar o processo e quem pode reiniciá-lo, de facto, é o Governo. -----

No Orçamento de Estado para 2025, o PCP propôs na Assembleia da República verbas específicas para o IC6. Infelizmente, o PSD e o CDS votaram contra, o PS absteve-se e chegámos a esta situação agora.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação** foi **aprovada por unanimidade**. -----

## 2.5.2 – “Proposta -----

### **Prorrogação de Prazo da Comissão para Estudo do Traçado do IC6 -----**

*A Comissão para Estudo do Traçado do IC6, considerando ainda existirem entidades por ouvir cujos contributos poderão ser relevantes para a prossecução dos objetivos definidos para esta comissão, bem como a necessidade de tempo para elaboração do relatório final a apresentar em sessão plenária, vem propor à Assembleia Municipal da Covilhã a prorrogação do prazo da comissão por 2 meses, devendo o relatório ser apresentado na sessão ordinária de junho, momento em que se extingue a Comissão para Estudo do Traçado do IC6.” (Doc.04) -----*

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a presente **Proposta** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- A presente reunião foi interrompida cerca das 11:30 horas por motivo de falta de energia elétrica, vulgo “apagão”, tendo sido acordado entre a Mesa da Assembleia Municipal e os Líderes das Bancadas que se realizaria uma 2.ª reunião no dia 05 de maio de 2025 pelas 09:30 horas. -----

## 2.ª REUNIÃO REALIZADA EM 05/05/2025

### ABERTURA

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves**. -----

Estiveram presentes na 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril os mesmos Deputados Municipais da 1.ª Reunião ocorrida a 28 de abril de 2025 à exceção da Senhora **Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha** que foi substituída pela **Dra. Paula Sextina Martins de Matos**, a presença do **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro** e as ausências dos Senhores **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis**, **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)** e **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**. -----

Em relação às presenças da Câmara Municipal, estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira**, e os **Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus e Dra. Sandra da Costa Henriques Soares**; do corpo técnico: o **Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa**, o **Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira** e do **Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior – Dra. Ivone Franco Correia**. -----

A 2.ª Reunião da Sessão Ordinária foi secretariada pelo **1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel)** em substituição da Senhora **Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

### 2.5.3 – “VOTO DE LOUVOR -----

#### **Conselho de Administração da ULS Cova da Beira -----**

*A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Conselho de Administração da ULS Cova da Beira pela aquisição de robô cirúrgico para ortopedia. -----*

*Esta aquisição, no âmbito de uma candidatura apresentada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), representa um passo determinante para colocar a ULS Cova da Beira na vanguarda da inovação cirúrgica em Portugal, passando assim a ser uma referência, pela qualidade dos cuidados prestados, pela aposta na inovação e pelo compromisso sem servir melhor a comunidade. -----*

*Esta tecnológica vai melhorar significativamente a precisão e segurança dos procedimentos cirúrgicos ortopédicos, reduzir o tempo de recuperação dos doentes e consolidar a instituição como um polo de excelência em inovação médica. -----*

*Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido ao Conselho de Administração da ULS Cova da Beira.” (Doc.05 Proposta União das Freguesias de Covilhã e Canhoso e apresentada pelo Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso** na 1.ª Reunião realizada no dia 28 de abril de 2025) -----*

--- Foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “sobre o ponto aqui em apreço e as moções apresentadas pela União de Freguesias de Covilhã e Canhoso que subscrevemos a importância dos temas, achamos importantes e, por isso, saudamos a União de Freguesias pela apresentação.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: Após cumprimentar os presentes, iniciou fazendo “uma saudação muito especial aos agentes da Proteção Civil. Na passada segunda-feira, como é do conhecimento de todos, vivemos um momento particular e inesperado para todos e, de facto, a Proteção Civil demonstrou na Covilhã, mais uma vez, aquilo que é a sua capacidade de reação ao imprevisto. Apesar daquilo que foi o desnorte e a ausência de liderança que assistimos a nível nacional, a nível local felizmente tivemos aquilo que é os nossos agentes da Proteção Civil, seja bombeiros, seja Executivo Municipal, seja a Polícia de Segurança Pública, GNR, entre todos outros agentes e também os Presidentes de Junta de Freguesia que são aqui agentes importantíssimos, a dar o corpo às balas e não estarem tão preocupados com o jerricans para as maternidades. -----

Em relação a outro ponto prévio, não posso deixar de notar este súbito, mas não inocente, tanta apresentação de documentos no PAOD. É de saudar e a bancada do PSD já o fez. Fazemos também esta saudação a todas as bancadas e, em particular, à bancada do Partido Social-Democrata e à bancada da União de Freguesias Covilhã e Canhoso. É, de facto, bom assistirmos a esta apresentação. Gostaríamos era de assistir durante todo o mandato a esta efusividade. -----

Quanto ao voto, em particular relativo ao Conselho Administração da ULS da Cova da Beira, a bancada do Partido Socialista irá votar contra por dois motivos muito concretos. -----

Primeiro, porque este voto diz respeito àquilo que é uma candidatura que foi aprovada. Portanto, não estamos aqui a discutir se temos ou não temos o equipamento. Há uma aprovação, digamos assim. Portanto, se formos aqui fazer votos de louvor sobre qualquer aprovação que é feita a nível de qualquer organismo público, de facto, acabaríamos aqui muito daquilo que é o nosso PAOD. ---

Segundo, este voto de louvor é direccionado a um Conselho de Administração. Respeito o papel do Conselho de Administração, que é importante, mas existindo um voto de louvor não nos podemos esquecer aquilo que é o contributo de todos os profissionais de saúde, todos os médicos, neste caso específico de ortopedia, daquilo que foi o trabalho feito no passado por outros agentes também e de outros membros do hospital e neste caso do ULS da Cova da Beira que não podem ser esquecidos, nem qualquer voto de louvor relativamente àquilo que é a aquisição de equipamentos para a Unidade Local de Saúde. -----

E, por isso, aquilo que é a posição do Partido Socialista relativamente a este voto de louvor será contra.” -----

--- O Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)** respondeu que “a União de Freguesias decidiu fazer este Voto de Louvor ao Centro Hospitalar Cova da Beira porque entendemos que tudo o que vier para cima do Centro Hospitalar Cova da Beira para poder tratar melhor os seus doentes é bem-vindo. É assim que nós entendemos. Como já passei infelizmente por um problema de saúde e, na altura, não havia cuidados intensivos, tive que ir para Castelo Branco.” -----

--- Colocada à votação, o presente ***Voto de Louvor ao Conselho de Administração da ULS Cova da Beira*** foi ***rejeitada por maioria com 21 votos contra (PS e DMI's), 12 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes das Juntas/Uniãos de Freguesia de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Covilhã e Canhoso) e 05 abstenções (CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e o Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio).*** -----

***Não votaram os senhores Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto – Daniel Nave Tavares – por se encontrarem ausentes da sala.*** -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Optámos pela abstenção porque consideramos não ser pertinente a Assembleia Municipal congratular-se com a aquisição do equipamento ou com uma candidatura, caso contrário a Junta de Freguesia quando compra uma carrinha ou a Câmara Municipal compra mais um equipamento para o serviço rentabilizar e dar mais eficácia... Achamos que este tipo de votos de louvor não tem razão de ser nesta Assembleia.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Obviamente que o CDS congratula com tudo o que é de bom e que tudo o que chega de novo e que vem para melhorar as condições de vida, nomeadamente a nível de saúde dos Covilhanenses. -----

Não posso deixar de registar que já aqui o PS apresentou milhares ou centenas de votos de louvor especificamente ao Presidente do Conselho de Administração. Este voto de louvor é dirigido ao Conselho de Administração que representa todo o Centro Hospitalar e, portanto, acho que não faz sentido a argumentação que aqui fazemos relativamente aos votos de louvor. Já votámos aqui coisas mais ridículas apresentadas pelo PS e não há esta necessidade desta crítica. Não sei se foi por ter mudado o Conselho de Administração, mas acho triste que, de facto, se tente vir minorizar algo que vem, de facto, melhorar as condições de vida dos Covilhanenses, nomeadamente as condições de saúde.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD votou a favor esta proposta porque concorda com a congratulação ao Conselho de Administração e a todos os conselhos de administração que o antecederam, diga-se e sublinhe-se, pelo trabalho muito meritório que têm feito na liderança da atual Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, bem como estendemos a todos os profissionais de saúde, técnicos, auxiliares, todas as pessoas que colaboram com o ULS, mas gostávamos também, não obstante o nosso voto favorável a esta proposta, de sublinhar o papel que não consta do documento da Universidade da Beira Interior que participou desta candidatura e, portanto, queremos estender o louvor feito aqui à ULS também à Universidade da Beira Interior porque foi parceira deste projeto e que também merece ser louvada pelo mesmo.”

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “A declaração de voto do Partido Socialista vai também no sentido daquilo que a bancada do PSD agora acabou de dizer. Quando discutimos este equipamento em particular e aquilo que manifesta e que estamos a votar é um documento escrito. Estamos aqui a votar um voto de louvor em que não faz referência àquilo que foi um parceiro essencial neste projeto, como foi referido anteriormente, que foi a Universidade da Beira Interior. Não há uma única menção àquilo que a Universidade da Beira Interior e, acima de tudo, não podemos estar a votar votos de louvor sobre aquilo que ainda infelizmente não existe e isso é um desafio que deixo a esta Assembleia é se, de facto, quisermos fazer aqui a aprovação de uma moção que faça isto ser uma realidade e que também seja a Assembleia Municipal a fazer força política para que isto se torne realidade, aqui estaremos para votar e para fazermos parte dessa moção desta Assembleia. Isso sim faz sentido e não um voto de louvor sobre uma candidatura, uma

aprovação, um papel escrito ou um email que chegou a um Conselho de Administração que, enfim, limitou-se a receber uma candidatura que foi feito por diversos agentes. -----

É isso que temos de discutir e porque, de facto, sobre aquilo que disse em relação à apresentação de moções e de votos de louvor neste PAOD é que o CDS, honra seja feita, independentemente do momento eleitoral que estamos próximos de viver, continua a se apresentar com um único documento nesta Assembleia.” -----

#### **2.5.4 – “MOÇÃO** -----

##### **Unidade de Saúde Familiar Estrela** -----

*A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar uma moção relativa à Unidade de Saúde Familiar Estrela, a ser enviada à Câmara Municipal da Covilhã.* -----

*A Unidade de Saúde Familiar Estrela, criada em 2020, visa aproximar os cidadãos aos cuidados de saúde, fomentando a prevenção da doença, através da prestação de cuidados médicos, sendo que é objetivo da mesma alcançar mais de 10000 utentes, a grande maioria da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso.* -----

*Presentemente funciona nas instalações do Centro de Saúde da Covilhã, sem as condições necessárias e dignas à prestação de cuidados de excelência.* -----

*A Câmara Municipal da Covilhã arrendou à ANIL, por um período de 25 anos, o edifício onde funcionou o SMAS/Cantina Social, com uma renda mensal de cerca de 5000€. Foi ainda aprovada, pelo executivo camarário, após a realização de 3 concursos públicos, a adjudicação obras de reabilitação do referido edifício por um valor superior a 800.000 euros e que, com trabalhos a mais (como é normal acontecer), facilmente poderá chegar a 1 milhão de euros. Perguntamos: fazendo as contas, entre rendas e obras de reabilitação, não seria mais vantajoso a construção de um novo edifício?* -----

*Estranhamos, pois, que a Câmara Municipal não tenha optado por um dos muitos edifícios que tem, ou até pela construção de raiz num terreno próprio.* -----

*Foi ainda divulgado que o referido edifício servirá para acolher a USF Estrela e o Centro de Atividade, mas, diz-se também que albergará uma empresa privada, na área da saúde, ocupando esta o rés-do-chão, o que a ser verdade, lamentamos.* -----

*Qual a lógica de o referido rés-do-chão não ser para a USF, sendo que muitas das pessoas que irão usufruir deste serviço têm mobilidade reduzida?* -----

*Poderão dizer que existem elevadores, mas e quando os mesmos avariarem (como acontece muitas vezes na nossa cidade), como será feito o transporte de pessoas em macas, cadeira de rodas, etc...*

*Assim, questionamos a Câmara Municipal da Covilhã: com este investimento (de cerca de dois milhões e meio de euros, entre obras e 25 anos de rendas) não poderia a Câmara Municipal contruir um edifício de raiz?* -----

*Solicitamos a aprovação desta moção e o seu envio à Câmara Municipal da Covilhã, solicitando que trave este processo e opte por construir um edifício que vá de encontro às necessidades dos utentes e com um custo mais baixo.* -----

*Relembramos, para finalizar, que desde o início do processo a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso enviou várias comunicações à Câmara Municipal da Covilhã, alertando para esta situação e que ainda recentemente nos disponibilizamos para, em conjunto, encontrar uma melhor solução.*

*Não vamos ficar por aqui. Depois de já termos dado conhecimento da nossa visão junto da comunicação social, iremos continuar esta luta. Faremos chegar a todos os grupos partidário da Assembleia Municipal um pedido de reunião e continuaremos, de várias formas, a contestação a esta situação lesa todos, em especial os utentes, nomeadamente desafiando a sociedade para a criação de um movimento cívico contra esta decisão (como já aconteceu com outras causas, nomeadamente ao fim das portagens das SCUT's)." (Doc.06 Proposta União das Freguesias de Covilhã e Canhoso e apresentada pelo Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso** na 1.ª Reunião realizada no dia 28 de abril de 2025)* -----

--- Foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** "Tenho uma questão direta: quais as propostas em concreto que estamos aqui a votar? Porque as moções não têm proposta direta. São exposições de problemas, como numa intervenção política, que é louvável, mas que poderia ter sido feito no ponto anterior e, para votar este ponto, gostaria de saber em concreto quais são as propostas que estão em deliberação." -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** "Relativamente a esta moção, o CDS vai-se abster numa perspetiva muito simples e muito evidente." -----

Sabemos que, efetivamente, o processo da Unidade de Saúde Familiar USF Estrela não correu bem e eventualmente poderá não correr bem. Aliás, os nossos vereadores da oposição fizeram questão de o alertar na altura própria quando foi da aprovação, levantaram as questões e as dúvidas que suscitavam nesta matéria e, portanto, é óbvio que aquilo que está a ser dito nesta moção é que, de facto, se deveria optar por outra solução que não aquela que optada. É uma posição que concordamos. -----

Não podemos deixar de dizer que estamos perante uma situação em que já está o concurso lançado, adjudicado e sobretudo existe a urgência e a premência de entrada em funcionamento desta Unidade de Saúde Familiar porque, de facto, onde se encontra neste momento a funcionar é evidente que vai ficar. -----

Portanto, concordando com aquilo que está explanado na moção de que, efetivamente, a opção da Câmara, a nosso ver, foi errada, podia-se ter feito algo melhor e algo mais estruturante e mais pensado no futuro, mas não podemos deixar de dizer que ao menos faça-se alguma coisa. -----

Aquilo que esta moção pede é que volte tudo atrás e volte tudo ao princípio. Com isso também não podemos concordar e, por essa razão, o CDS irá abster-se nesta moção.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “relativamente a esta moção, o PS irá votar contra. -----

A moção que aqui é apresentada pela União de Freguesias da Covilhã e Canhoso é uma não solução absolutamente extemporânea. -----

Neste momento, a Unidade Familiar de Saúde é um processo que já está discutido há imenso tempo. É uma decisão que vem de 2021, portanto já houve tempo para se discutir qualquer tipo de alternativa e, neste momento, além de já estar adjudicada a obra, já se encontram efetivamente as obras a decorrer. -----

Neste momento, haver uma paragem da solução não é qualquer tipo de resposta nem para os covilhanenses utentes, nem para os profissionais de saúde e acho que é da opinião de todos que as instalações existentes não são suficientes. Aquilo que se propõe é a nova localização, uma localização central, acessível aos transportes públicos que está, em breve, já em vias de se apresentar como alternativa. -----

O Partido Socialista estará sempre do lado da solução do que propriamente do problema e aquilo que aqui apresentado é a não solução.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **rejeitada por maioria com 22 votos contra (PS e DMI's), 1 voto a favor (Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso) e 17 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Cortes do Meio, Ferro, Orjais, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada).** -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “A bancada do PSD absteve-se na votação desta moção sobre a Unidade de Saúde Familiar Estrela apresentada pela União de Freguesias Covilhã e Canhoso por uma razão fundamental. -----

Questionei aqui ainda há pouco qual era a proposta concreta desta moção porque assemelhava-se mais a uma intervenção política do que a uma proposta concreta de deliberação e não ficámos satisfeitos com a resposta que foi dada e, portanto, o nosso voto é naturalmente a abstenção. Não podemos validar uma proposta que não tem uma proposta. -----

Ainda assim, gostava de sublinhar o porquê de nos abstermos. É que concordamos com a crítica, como já aqui o dissemos várias vezes em períodos de intervenção política e que faz lembrar as obras orçamentadas e previstas para o Jardim de Infância como O Ovo Mágico do Tortosendo,

procedimento administrativo aberto em novembro de 2021 e que até agora não teve fim. E aqui a questão, tal como está, não podemos continuar. Portanto, se o processo já está em curso, como foi aqui dito e bem, se já não há nada a fazer por ora, devíamos ter uma proposta concreta de como se pode alterar o rumo atual da situação. Não tendo sido apresentada nesta Assembleia ainda uma proposta concreta de como alterar o rumo da situação, não podemos validar a sua votação.” -----

### 2.5.5 – “MOÇÃO -----

#### **Falta de Creches -----**

*A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar uma moção, a ser aprovada e enviada à Câmara Municipal da Covilhã, relativa à falta de creches no concelho, em especial na nossa freguesia. -----*

*O concelho da Covilhã, e conseqüentemente a nossa freguesia, atravessa um problema gravíssimo de falta de creches para as nossas crianças, com mais de 300 crianças sem "lugar" em estabelecimentos para esta idade. -----*

*O encerramento do "Colégio das Freiras" agravou (e muito) a situação, acarretando ainda o problema social do desemprego, para as dezenas de funcionários que ali trabalhavam. -----*

*Sendo certo que a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso, desde a primeira hora, trabalhou no sentido de encontrar uma solução para aquele problema em concreto, a verdade é que têm existido vários entraves e dificuldades. -----*

*Após a Manifestação pela Educação, várias reuniões e alguma exposição mediática, parece certo que apenas a Câmara Municipal da Covilhã pode resolver o problema, seja com a criação de novas valências, seja com a ajuda financeira para resolver o mesmo de imediato, com as alternativas existentes. -----*

*Assim, recomendamos à Câmara Municipal da Covilhã que intervenha de imediato, alugando ou comprando o espaço da "Bolinha de Neve" (como fez, por exemplo, com a USF Estrela ou com a RUDE), ou usando um qualquer direito de cedência por parte do estado, com a maior urgência possível, de modo a que possa existir uma solução no início do próximo ano letivo.” (Doc.07 Proposta União das Freguesias de Covilhã e Canhoso e apresentada pelo Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso**) -----*

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Mesma intervenção do ponto anterior. -----

- O Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)**: “Em resposta ao Senhor Deputado do PSD, dizer que, “desde a primeira hora, como é sabido, estivemos ao lado daqueles pais e daqueles funcionários. Depois de muitas reuniões que houve, pensou-se na Bolinha de Neve, pensou-se no São Vicente de Paulo, mas chegou-se à conclusão que na parte superior da cidade era pequeno e quem tinha melhores condições é o Bolinha de Neve. Por isso defendemos o Bolinha de Neve para aquelas crianças porque, se assim não for, de certeza absoluta que os pais em setembro vão ter que arranjar ou ficarem em casa de certeza de baixa para cuidarem dos seus filhos.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Há oito dias fiz uma declaração política que complementa um pouco esta moção, que aponta para a reabertura do Bolinha de Neve. Dizíamos que esperávamos que a Câmara admita nos seus quadros os trabalhadores e trabalhadores do Colégio das Freiras e que as crianças que atualmente frequentam o Colégio das Freiras tenham prioridade absoluta na entrada em setembro, resolvendo um pouco esse problema, sabendo que se poderia resolver com a proposta do PCP da criação da rede pública de creches porque as crianças assim o merecem e os pais também. -----

A Covilhã precisa, de facto, de estabelecimentos para dar resposta às crianças que estão e as 320 que já estavam em 2024 em lista de espera. -----

Esta Câmara não terá essa oportunidade de o fazer porque o mandato está a concluir-se. Foi pena não terem avançado com as duas creches previstas no Parque Industrial do Tortosendo e do Canhoso. Foi uma medida que penso ter sido um recuo a nível estratégico muito mau porque criou-nos um problema. O problema vai-se manter e o problema irá ser resolvido e terá que ser resolvido pelo próximo executivo.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Sobre esta matéria também já tive a oportunidade de fazer aqui uma breve introdução na primeira sessão desta Assembleia e claramente é uma evidência que, de facto, não existem creches no Concelho suficientes para as necessidades atuais. É uma evidência que esta Câmara virou as costas às crianças deste Concelho. Não fez o que lhe competia e, sobretudo, não está a fazer o que lhe compete porque acho que é importante percebermos que existem aqui duas questões. -----

Uma questão é a questão do lado da oferta ao nível de creche, que não se resolve em dois ou três meses e, portanto, que não se tem que se arranjar uma solução provisória intermédia. Tem que se trabalhar nesse sentido junto do Colégio das Freiras, tentando salvaguardar alguma das questões que permita manter aquela valência a funcionar pelo menos durante mais um ano e é pena que não se veja isso e que se tente afunilar tudo para a reabertura do Bolinha de Neve onde não existe condições para fazerem obras e para porem as coisas a funcionar em dois ou três meses, em meu entender. -----

Acho que, de facto, mais do que ameaçar que se levem as crianças para a porta do Primeiro-Ministro, se calhar o Senhor Presidente da Câmara devia meter a mão à consciência e abrir as

portas da Câmara para que as crianças pudessem ser acolhidas e ter, de facto este apoio e os pais terem este apoio no início do próximo ano escolar.” -----

- **Eng.º Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: “Naturalmente a bancada do Partido Socialista é solidária com esta causa, mas também é justo elencar aqui que o Executivo tem encetado todos os esforços possíveis para encontrar uma solução nesta matéria e que só o Governo é que tem, de facto, poder concreto para resolver esta situação em específico. -----

O Município já disponibilizou ajuda financeira e, como é lógico, a bancada do Partido Socialista irá aprovar esta moção, reforçando a preocupação, a solidariedade e a vontade de encontrar soluções.

Não posso deixar aqui também de esclarecer o Senhor Deputado do CDS-PP que não é justo dizer que este Executivo se esqueceu das crianças porque desafiava-o a dizer um partido político que, quando esteve no Executivo da Câmara Municipal, investiu mais do que o Partido Socialista na requalificação de infraestruturas de ensino, seja de qual ciclo for. -----

Não resolve este problema, é um facto, mas dizermos que se esqueceram das crianças é, como o CDS nos tem habituado, um exagero. Tenta, neste caso, ludibriar os Covilhanenses, mas sabemos que os Covilhanenses não se deixam ir nesse tipo de conversas. -----

Registamos também que quem afirmou resolver o problema anteriormente, neste caso a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, esteja agora a libertar-se de responsabilidades e a tentar deixar o ónus político exclusivamente para a Câmara Municipal, mas termino dizendo que somos solidários com esta causa e que iremos aprovar esta moção.” -----

- O Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)** respondeu que, “em relação ao que foi dito pelo PS, não sei se se recordam que o edifício que existe no Canhoso tem uma parte que era para o lar e, posteriormente, a Câmara Municipal alugou aquele espaço para uma creche.

Por isso, a União de Freguesias não é responsável por ter um edifício para creches, não é? É da competência da Câmara Municipal.” -----

--- Colocada à votação, a presente “**Moção – Falta de Creches**” foi **aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e todos os DMI’s) e 01 abstenção (Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O CDS – Partido Popular vota a favor esta moção porque, de facto, não vem ludibriar ninguém com esta questão. Quem ludibriou o Concelho durante 12 anos foi o PS. Isso constata-se que é verdade porque quando se vê que se investem

milhões e milhões nas várias fases do ensino e se esquece a base de todo o ensino, alguma coisa está mal. -----

De qualquer maneira, é evidente que a falta de creches existe. A moção é, de facto, muito abrangente e permite todas as soluções e aquilo que sugere e que propõe é que a Câmara se ponha no terreno e faça alguma coisa, qualquer que seja, para tentar salvaguardar esta posição inicial e por essa razão votámos a favor.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “O PSD votou a favor desta moção pela simples razão que ela não colide em nada com aquilo que foi a intervenção política da passada segunda-feira a respeito desta temática. -----

Sublinhar que a moção da Junta de Freguesia Covilhã Canhoso coloca aqui o Bolinha de Neve como solução para a resolução do problema do Colégio das Freiras e passo a citar “*alugando ou comprando o espaço por parte da Câmara Municipal da Covilhã*”. Ora, isto é coisa diferente do que aquilo que foi a proposta da Câmara Municipal da Covilhã à tutela que foi uma proposta, como disse na semana passada, ilegal. -----

Sublinhar que, curiosamente, o PS votou a favor de uma moção que é contra a proposta que o Município fez. Esta moção é de alugar ou comprar o espaço Bolinha de Neve e a proposta que a Câmara Municipal fez à tutela foi a cedência gratuita das instalações, o que é ilegal. Portanto, neste caso concreto, o PSD vota a favor desta moção.” -----

#### **2.5.6 – “Voto de Congratulação” -----**

*O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de Congratulação pela clarificação do pagamento da Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS) pelas empresas, sem repercussão na fatura dos consumidores. -----*

*A Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicou às Câmaras Municipais, em Fevereiro 2025, que se encontra terminada a polémica, que se arrastava desde 2017 (Lei do OE2017), sobre a possibilidade de repercussão no consumidor final dos valores pagos a título da TOS, pelas empresas concessionárias e licenciadas de distribuição de gás natural. -----*

*De acordo com a jurisprudência firmada desde 2023 pelo Supremo Tribunal Administrativo ficou consagrado na LOE2025, no seu artigo 149º, que “ a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores”. -----*

*Ora, esta norma, introduzida pelo PCP no OE 2017, ficou condicionada a pedidos de pareceres dilatatórios (introduzidos pelo PS) e que agora, passados 8 anos, foi clarificada. -----*

*Tendo sido tema de discussão nesta Assembleia Municipal, em anteriores mandatos, pelos prejuízos financeiros causados às populações, nomeadamente quanto à repercussão sobre o consumidor final e quanto ao pagamento de duas taxas em simultâneo em vigor durante vários anos. -----*

Foi agora o problema clarificado, em benefício das populações, sem prejuízo da autarquia poder implementar as taxas à empresa operadora. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 28 de Abril de 2025, delibere aprovar o Voto de Congratulação pela resolução do problema, que teve nesta Assembleia Municipal espaço de denúncia, de reflexão e de proposta.” (Proposta do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) **Doc.08**) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: Fez uma breve introdução dizendo que “foi discutido nesta Assembleia, em várias sessões, a questão da TOS. Os clientes do gás natural tiveram anos em que pagaram duas taxas face ao desenvolvimento do problema. Houve a isenção. Neste momento a taxa não é paga. -----

Portanto, está determinado e decidido que a empresa não pode fazer repercutir na fatura dos clientes o valor da taxa que a Câmara Municipal pode definir. -----

Cumpriu-se desta forma a proposta do PCP de incluir esta norma no Orçamento de Estado de 2017, que teve agora esta conclusão ou foi concluída neste momento em benefício dos clientes, em benefício da população.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “O PCP apresenta-nos aqui uma moção de congratulação pela decisão, creio eu, sobre a taxa de ocupação de subsolo. Como foi dito, já discutimos isto muitas vezes nesta Câmara. Subscrevemos o que foi dito pelo PCP, mas temos uma questão concreta: este voto de congratulação é dirigido a quem? Ao Governo pela Lei do Orçamento de Estado? Ao PCP por ter proposto a norma introduzida na Lei do Orçamento de Estado? Ao Supremo Tribunal Administrativo pela decisão que tomou? À decisão em geral? A quem? -----

Acho que convém explicitar a quem é dirigido o voto de congratulação, ficar explícito a quem é que deve ser encaminhado porque, ao ser dirigido a uma entidade, deve ser encaminhada a congratulação a essa mesma entidade e, portanto, acho que convém clarificar e pedir essa pequena retificação no documento submetido a apreciação pelo Partido Comunista.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Se o PSD faz muita questão que se coloque no final do voto a quem é dirigido, iria dirigir esse voto à Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República porque, no fundo, foram eles que fizeram a apreciação do documento e foram eles que o aprovaram.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta moção de congratulação e saúda também este aditamento de congratularmos a Assembleia da República.

É justo também relembrar que a isenção da taxa de ocupação de subsolo, no caso do Município da Covilhã, foi uma das medidas que, em maio de 2022, a Autarquia tomou para fazer face à crise à situação da pandemia, sendo que depois acabou por repercutir, todos os anos, todos os orçamentos municipais passaram a ter taxa de ocupação de subsolo zero, pese embora os Covilhanenses só recentemente tenham dispensado de pagar esse valor porque, como sabemos, estávamos a pagar uma dívida antiga que só recentemente terminou. -----

De todo o modo, é de facto justo fazer esta saudação e realçar que os Covilhanenses hoje têm uma taxa de ocupação de subsolo zero.” -----

### 2.5.7 – “Voto de Pesar” -----

#### **Papa Francisco** -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do **Papa Francisco**, no passado dia 21 de abril. -----*

*Primeiro pontífice latino-americano e primeiro Jesuíta a assumir o cargo máximo da Igreja Católica, Francisco, como o próprio referiu na Praça de S. Pedro, veio “da Argentina, do fim do mundo”. Ao longo do seu pontificado destacou-se pela sua humildade, simplicidade, coragem e compromisso constante com os mais desfavorecidos, deixando um legado marcante de humanismo e fraternidade universais. -----*

*Assumiu posições claras na defesa da justiça social, da paz mundial, da dignidade humana, do cuidado com o meio ambiente e combateu firmemente os abusos sexuais dentro da Igreja. Ao mesmo tempo, manteve-se firme em questões éticas centrais, como a defesa da vida e a valorização do papel da Mulher na sociedade. -----*

*Numa época marcada pelo crescimento de conflitos entre povos e nações, o Papa Francisco soube tocar consciências com a sua linguagem próxima e acessível, sendo sempre uma voz não só de promoção de paz, mas sobretudo de esperança para todo o mundo. -----*

*Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, reconhecendo-o como farol de esperança e humanismo para toda a comunidade covilhanense. -----*

*Do teor deste voto deve ser dado conhecimento à Nunciatura Apostólica em Portugal, à Conferência Episcopal Portuguesa e à Diocese da Guarda.” (Proposta concertada pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do PS **Doc.09**) -----*

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco** foi **aprovado por unanimidade**. -----

### 2.5.8 – “Voto de Pesar” -----

#### **José António Nabais Moreira Neves** -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **José António Nabais Moreira Neves**, escultor de reconhecido mérito, que, ao longo de décadas, contribuiu de forma notável para o enriquecimento cultural e artístico do concelho da Covilhã e da região da Beira Interior. -----

Nascido em Lisboa, em 1954, Moreira Neves fixou-se na Covilhã, onde desenvolveu uma carreira artística marcada por uma linguagem escultórica singular, centrada na pedra e no metal, e por uma profunda ligação ao território e às suas gentes. -----

A sua obra está amplamente representada no espaço público da cidade da Covilhã e das suas freguesias, com destaque para as esculturas “Pi” (Jardim do Lago), “O Gritador” (Jardim da Goldra), “Maternidade”, “As Árvores que Não São de Cá” (Tortosendo) e “Tu e Eu” (Cortes do Meio). Para além da Covilhã, as suas criações estão presentes em diversos pontos do país, como “O Cesteiro” (Gonçalo), “Homenagem ao Comendador” (Manteigas), “Mares” (Belmonte) e “A Onda” (Aveiro).

O seu percurso artístico foi reconhecido com diversos prémios, nomeadamente o Prémio do Grupo Escultórico da Universidade da Beira Interior (1995), o 2.º Prémio de Jovens Escultores de Évora (1996) e o 2.º Prémio no III Prémio Edinfor de Escultura na Galeria de Arte do Casino do Estoril (1997), bem como por várias menções honrosas. -----

Moreira Neves foi também animador cultural e dedicou-se ao design de equipamentos e utensílios em pedra e metal, deixando uma marca indelével na vida cultural da região. -----

Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento de José António Nabais Moreira Neves, reconhecendo a sua partida como perda irreparável para a cultura e para a comunidade artística da Covilhã e do país, propondo igualmente à Câmara Municipal da Covilhã a realização de uma homenagem pública em sua memória. -----

Do teor deste voto deve ser dado conhecimento à sua família e amigos.” (Proposta concertada pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do PS **Doc.10**) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de José António Nabais Moreira Neves** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**2.5.9 – “Voto de Pesar** -----**João Prata Martins da Cruz** -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Prata Martins da Cruz**, a 11 de março de 2025, aos 72 anos de idade. -----

João Prata foi uma figura de destaque na vida política, académica e sindical da Covilhã e da região. Natural de Castelo Branco, residiu durante muitos anos na Covilhã, onde desempenhou funções como técnico superior e docente na Universidade da Beira Interior, integrando também o seu Conselho Geral. -----

Militante do PCP, foi vereador na Câmara Municipal da Covilhã na década de 1980 e membro da Assembleia Municipal nos anos 1990. Candidatou-se à Assembleia da República pelo círculo de Castelo Branco, ficando a menos de 100 votos da eleição. Destacou-se ainda como dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública e colaborador próximo da União dos Sindicatos de Castelo Branco, contribuindo para a criação do Sindicato de Professores da Região Centro e da Beira Serra, bem como para definição de políticas de desenvolvimento para o interior do país. -----

A sua vida foi pautada pelo compromisso com os valores de Abril, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo desenvolvimento do concelho e da região. A sua integridade, coerência e dedicação cívica deixaram uma marca indelével na comunidade. -----

Enquanto dirigente regional do PCP, João Prata foi um cidadão empenhado na consolidação da democracia na nossa região, tendo a sua vida sido pautada pelo compromisso com os valores de Abril, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo desenvolvimento do concelho e da região. A sua integridade, coerência e dedicação cívica deixaram uma marca indelével na comunidade. ---

Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento de João Prata Martins da Cruz, reconhecendo o seu valioso contributo social, sindical e político para a comunidade covilhanense.” (Proposta concertada pelos Grupos Municipais da CDU – PCP/PEV, do PPD/PSD e do PS **Doc.11**) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de João Prata Martins da Cruz** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**2.5.10 – “VOTO DE LOUVOR – ÂNGELA COSTA** -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2025, delibera aprovar um **voto de louvor** à cidadã covilhanense **Ângela Costa**, em reconhecimento pelo seu notável percurso desportivo e pela recente conquista do título de **Campeã Mundial de Matraquilhos**. -----

*Natural da Covilhã, com 34 anos de idade, Ângela Costa é atleta da NumerSpiral Sports e está filiada na Associação de Matraquilhos e Futebol de Mesa do Distrito de Castelo Branco, treinando também na Quinta do Sangrinhal. É também uma referência mundial no desporto. Iniciou a sua carreira na modalidade há mais de uma década, conciliando a prática desportiva com a sua atividade profissional como cuidadora na residência sénior DON ANTÓNIO, em Peraboa. O seu percurso é marcado por uma dedicação exemplar, superando as dificuldades inerentes à escassez de apoios ao desporto amador em Portugal. -----*

*Ângela Costa já conquistou mais de 100 títulos, a nível local, regional, nacional e internacional, em diferentes competições. Além do título mundial, é campeã nacional em singulares e pares, tendo conquistado este último título ao lado da sua filha Melinda, de apenas 10 anos. A sua trajetória desportiva tem contribuído significativamente para a valorização e visibilidade da modalidade dos matraquilhos, tanto a nível nacional como internacional. -----*

*A Assembleia Municipal da Covilhã expressa, assim, o seu profundo reconhecimento e orgulho pelo feito alcançado por Ângela Costa, símbolo de perseverança, talento e dedicação, que honra o nome do concelho da Covilhã e serve de inspiração para a comunidade. -----*

*Delibera-se, ainda, que este voto de louvor seja comunicado à homenageada e divulgado nos meios de comunicação institucional do Município.” (Proposta concertada pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do PS **Doc.12**) -----*

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Ângela Costa** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

#### **2.5.11 – “VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA DECISÃO DO GOVERNO EM AVANÇAR COM O IC31 E A BARRAGEM DO ALVITO -----**

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, congratula o Governo da República pelas recentes decisões estratégicas que visam reforçar a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável do interior do país, alertando para a conclusão urgente das infraestruturas necessárias para a ligação da Cova da Beira ao Norte (IC6 e Linha da Beira Alta). --*

*O Governo decidiu avançar com a construção do Itinerário Complementar 31 (IC31), ligando a A23, na zona de Alcains, à fronteira de Termas de Monfortinho. Esta infraestrutura, com cerca de 60 km, é fundamental para melhorar a mobilidade e a segurança rodoviária, aproximando a Região Centro de Portugal, e o distrito de Castelo Branco em particular, a Espanha. O projeto integra o Plano Nacional de Investimentos PNI2030, tendo sido inscrito pelo Governo anterior, do Partido Socialista, potenciando o desenvolvimento da mobilidade transfronteiriça e a redução dos custos de contexto, tornando a fronteira um fator de união. -----*

*Concomitantemente, o Governo anunciou o avanço do estudo para a construção da barragem do Alvito, no rio Ocreza. Esta infraestrutura estratégica visa reforçar a resiliência hídrica da bacia*

*hidrográfica do Tejo, garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos, apoiar a agricultura regional, melhorar a prevenção de incêndios e impulsionar o desenvolvimento sustentável do território.* -----

*Reconhecendo que estas medidas constituem passos concretos para corrigir desigualdades territoriais históricas, proporcionando novas oportunidades económicas e sociais às populações do interior, a Assembleia Municipal da Covilhã relembra que permanecem essenciais outras infraestruturas estruturantes, nomeadamente a conclusão do Itinerário Complementar 6 (IC6), ligando a Covilhã a Coimbra, bem como a conclusão urgente das obras de requalificação da Linha da Beira Alta, ligando a região ao Norte.* -----

*A conclusão do IC6 contribui decisivamente para uma maior integração regional, desenvolvimento económico equilibrado e, em especial, para a melhoria do acesso a cuidados de saúde especializados. Por sua vez, a conclusão da requalificação da Linha da Beira Alta é indispensável para reforçar a acessibilidade ferroviária ao Norte, reduzir tempos de viagem e assegurar uma alternativa sustentável ao transporte rodoviário.* -----

*Por conseguinte, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera:* -----

- 1. Congratular o Governo pelas decisões relativas ao IC31 e à barragem do Alvito, projetos de crucial relevância estratégica para a região.* -----
- 2. Apelar ao Governo para que prossiga rapidamente com as fases seguintes destes projetos, garantindo a sua efetiva concretização.* -----
- 3. Reiterar a importância de avançar com a conclusão do IC6 e das obras de requalificação da Linha da Beira Alta, fundamentais para a conectividade e desenvolvimento sustentável da região.* -----

*Delibera-se comunicar esta moção ao Governo da República, ao Ministério das Infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, I.P., e aos órgãos de comunicação social.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.13**)* -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Penso que todos percebemos a intenção deste voto de congratulação ao atual Governo por parte do PSD, ainda para mais no momento em que vivemos. Quer provar que existe o que não existe, que é investimento do Governo na Covilhã. ---

O que o PSD não percebe é que a apresentação deste voto de congratulação é, na verdade, a maior prova de que este Governo da AD não fez absolutamente nada pelo nosso Concelho. -----

Quando o PSD, em vésperas de eleições legislativas, tem necessidade de vir para esta Assembleia Municipal congratular o Governo e os exemplos que tem para apresentar é uma barragem que não nos servirá e uma ligação entre Alcains e Termas de Monfortinho está, na realidade, tudo dito. ---

Questiono-me até se a bancada do PSD saberá mesmo o que é a barragem do Alvito e qual o objetivo da mesma. É que não estamos a falar só de uma barragem que fica entre os concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, a sul da Beira Baixa. Estamos a falar de um investimento que

servirá fundamentalmente às populações do Ribatejo e do Oeste. Os próprios promotores do investimento indicam que o intuito desta barragem e cito *“regular os caudais do Tejo e a criação de condições para transportar água do rio Tejo para o Oeste, ou seja, para a zona de Óbidos e Caldas da Rainha.”* -----

Esta barragem nada servirá a Covilhã. Diria até que, se este documento tivesse sido apresentado pelo PCP, estaríamos aqui a brincar dizendo que tinha sido enviado pelo Comité Central. -----

O PSD Covilhã quer que esta Assembleia Municipal congratule o Governo pelo anúncio de investimentos rodoviários fora da Covilhã, quando este Governo não inscreve verbas no Orçamento de Estado para a concretização da estrada Verdelhos – Sarnadas, nem para a elaboração do projeto de execução do IC6, ambos investimentos previstos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovados pelo Governo do Partido Socialista.

O PSD Covilhã quer que esta Assembleia Municipal congratule o Governo pelo anúncio de investimentos em barragens que não servem a Covilhã, quando este Governo não inscreve verbas no Orçamento de Estado para a construção da Barragem das Cortes, também ela prevista no Plano de Revitalização. -----

O PSD Covilhã quer que esta Assembleia Municipal congratule um Governo que não se mostra disponível nem para ceder com urgência um edifício do Estado por forma a manter aberta uma creche que serve centenas de Covilhanenses. -----

Dito isto, obviamente concordamos com todos os investimentos anunciados e ficamos felizes pelas populações que irão usufruir deles mais diretamente, mas seria para nós inaceitável, totalmente incongruente, estar a apoiar um voto de congratulação a um Governo que apenas tem falhado para com a Covilhã e os Covilhanenses. -----

Cá estaremos para aprovar este voto quando, por uma vez, este Governo avance com uma infraestrutura estruturante para o nosso Concelho.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Registamos aqui o nervosismo do Partido Socialista no que refere a este voto em apreço e passo a explicar. -----

A bancada do PSD propõe um louvor por algo que é bom para a região e começo por citar uma pessoa que disse o seguinte na sua tomada de posse, *“todos os investimentos que sejam benéficos para a região, para o distrito de Castelo Branco, para o distrito da Guarda, são bons em consequência para a Covilhã e nós defendemos.”* Essa pessoa que estou a citar chama-se Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal. É aquilo que fazemos agora. -

Dizer que serve apenas ou esta mentira é desconhecimento da região, o Tejo serve pelo menos 3 concelhos do distrito. Mais: quem é que são as pessoas empregadas? Quantos postos de trabalho cria para pessoas da região? -----

Deixem-me dizer outra coisa: falar do calendário é desonesto. Podiam ter pedido para adiarmos a votação para a próxima assembleia, não há problema. O que há problema é falarem nisto quando, há precisamente um ano nesta Assembleia Municipal, o Partido Socialista propôs um voto de

louvor a António Costa quando ainda estava em funções e ao Governo do Partido Socialista e, na altura, já não havia problemas de calendário eleitoral. Já não era campanha. Ninguém aqui vos acusou de vir do Comité Central. Acho desonesta essa crítica. -----

Por último lugar, criticar o Governo pelo problema das creches da Covilhã quando o Governo, como já aqui foi dito duas vezes, está em gestão e limitado nas funções que pode exercer. Mais uma vez, desonesto. Façam-no, mas de forma honesta. -----

Já agora, também foi esquecido que também está neste documento que nós apelamos ao Governo que conclua o IC6. Isso está lá clarinho como a água.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação** foi **rejeitado por maioria com 21 votos contra (PS e DMI's), 08 a favor (PPD/PSD, CDS-PP e União das Freguesias de Barco e Coutada) e 11 abstenções (CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e as Juntas/Uniões de Freguesia de Cortes do Meio, Ferro, Orjais, Peraboa Tortosendo, Casegas e Ourondo e Covilhã e Canhoso).**

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Pensamos que é coerente a nossa abstenção assim como a abstenção que optámos aqui na questão do ULS. Era uma candidatura que é uma decisão e sabemos que, muitas vezes, as decisões são decisões e que não são concretizadas. Criam expectativas, mas bastas vezes, infelizmente, aquilo que muitas vezes os Orçamentos de Estado têm de positivo, a sua concretização fica muito longe disso. -----

Por outro lado, a questão da decisão de se avançar com o IC31 é uma decisão que já vem de governos anteriores. É um processo que está em andamento. Essa é uma realidade. O projeto de execução está a concretizar-se ou está concretizado e, portanto, é um processo que está a decorrer. Mal iria o Governo se não continuasse com este investimento na nossa região. -----

A barragem do Alvito é mais uma promessa. Ficamos no âmbito das promessas, das decisões, das intenções. Cá estaremos quando as duas obras forem concretizadas. Iremos votar, com certeza, com toda a alegria pela sua conclusão. -----

Dizer que infelizmente poderia o PSD trazer aqui, se calhar, um voto de outra índole, já que no Orçamento de Estado para 2025 aquilo que os Senhores Deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco o seu contributo que deram. Foi o Partido Socialista que fez a proposta de elevação de Cernache à cidade e, portanto foi de facto uma proposta muito relevante para o Orçamento de Estado que os Deputados eleitos no distrito de Castelo Branco fizeram no Orçamento de Estado de 2025.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS obviamente vota favoravelmente este voto de congratulação porque é coerente. De facto, a questão aqui é que o CDS não se deixa levar por estas questões de porque tem que votar contra só porque agora está lá o Governo ou deixa de

lá estar outro Governo. Acho que as pessoas estão um bocado cansadas e fartas desta posição e desta forma de fazer política. -----

Acho que não beneficia, nem é benéfica para aquilo que estamos aqui a tentar fazer que é credibilizar a política e credibilizar as instituições. Estamos a tentar aqui credibilizar as instituições e, sobretudo, a intervenção política das instituições. E acho que o PS está a fazer um mau favor a esta causa, optando por este tacticismo pequenino e dizer “só porque é o PSD agora que está no Governo temos que votar contra e temos que dizer mal e não pode ser feito.” -----

Vamos ser coerentes. Vamos tentar elevar o nível da atividade política porque as pessoas não entendem que, de facto, um PS que aqui já votou votos de congratulações por tudo e mais alguma coisa, já votou mil e uma coisas, tenha a capacidade de votar contra com esta situação. Os votos têm que ter esta coerência. -----

Quando um Governo toma uma decisão ou toma decisões desta natureza, acho que deve ser congratulado e acho que devemos é exigir mais, como é feito no documento. Acho que devemos pedir mais um bocadinho.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Achamos que é de louvar que esta Assembleia Municipal não só discuta os temas prementes para a Covilhã, mas, como disse o Senhor Presidente da Câmara, aquilo que é benéfico para a região. O que não se pode aqui fazer nesta Assembleia é apresentar-se um voto de pesar pelo falecimento, por exemplo, como o PS também faz nesta Assembleia do Papa Francisco, mas achar que não se pode discutir uma questão de Seia, Castelo Branco, Guarda que também beneficia a região e que possa ter trabalhadores covilhanenses lá, por exemplo, ou mesmo uma via rodoviária que beneficia também, ainda que indiretamente, a Covilhã.

Somos pela coesão territorial e as decisões que beneficiam a região devem ser louvadas e votadas, como por exemplo, a decisão de abolição das portagens na A23 proposta pelo PCP, que disse agora que uma decisão não devia ser votada. -----

Termino dizendo que este louvor não é apenas ao Governo. Também o estendemos a todos os Deputados eleitos à Assembleia da República pelo distrito por terem defendido a região, cada um da melhor forma que sabe e sabemos publicamente as posições de todos no que toca, por exemplo, a matérias de mobilidade e rodovia, salvo portagens, como é evidente, em que todos pensam exatamente da mesma forma e defendem a região o melhor que sabem.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “A Junta de Freguesia, mantendo a posição que teve aquando do voto de louvor ao Primeiro-Ministro António Costa, manteve a mesma posição e a coerência, daí a nossa abstenção.” -----

--- Relativamente aos pontos **2.5.12, 2.5.13, 2.5.14 e 2.5.15**, o Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez a seguinte apresentação global: -----

“O Grupo Municipal do PSD apresenta aqui um conjunto de quatro recomendações que constituem 19 propostas abertas e sujeitas a melhorias que queiram introduzir nas áreas da economia, da formação, da sustentabilidade e da qualidade de vida no concelho da Covilhã. -----

Divido-as em dois grupos. Em primeiro lugar, relativamente às escolas e instituições com o apoio a cadeias curtas de comercialização que segue o exemplo das bio cantinas aplicadas no Município de Torres Vedras e no qual nos podemos inspirar para criar mecanismos que levem os produtores locais a fornecer as cantinas e instituições públicas do concelho, a organização regular de mercados locais e as ações educativas nas escolas. -----

Também na área da formação e aproveitando as potencialidades do Município da Covilhã, recomendamos à Câmara programas escolares no âmbito dos desportos de Inverno que é uma marca do nosso concelho e da Serra da Estrela em particular, um bocadinho seguindo o exemplo daquilo que o Fundão fez nas escolas com o ensino de programação e o ensino de como fazer um queijo. Citando o Presidente da Câmara do Fundão *“dar asas aos nossos estudantes para voar, mas criar-lhes raízes para quererem voltar”*. Um bocadinho à semelhança dessa prática, também aqui num concelho vizinho. -----

Em segundo lugar, o grupo de outras duas recomendações tem que ver com a sustentabilidade e qualidade de vida para combinar a economia circular, a gestão adequada de resíduos orgânicos e o apoio à floresta autóctone, aprofundando práticas que já têm, aliás, sido seguidas pelo Município da Covilhã, como é o caso do Covilhã Sustentável que queremos expandir a todo o resto do concelho e criar uma unidade municipal de compostagem que apoie a agricultura local, reforçar a sensibilização à compostagem doméstica e um plano específico para a floresta autóctone com incentivos claros para os proprietários de forma a que adotem práticas sustentáveis. -----

E, por fim, o centro histórico, uma matéria muito já aqui debatida através da mobilidade sustentável e da criação de espaços amigáveis para os cidadãos. Não apresentamos uma proposta concreta porque requer estudos técnicos de quem sabe e não dá para, no âmbito de uma Assembleia como esta, apresentar, mas recomendamos à Câmara Municipal que desencadeie os estudos necessários para verificar a viabilidade de ter um centro histórico mais pedonal, termos vias como, por exemplo, a Rua Direita se possível em que fossem apenas transitadas a pé e não através de automóvel, estudar a possibilidade da rua Ruy Faleiro ser apenas no sentido ascendente, entre outras, mas que requerem, obviamente, todos os pareceres técnicos necessários. -----

Para terminar, o que têm em comum estas quatro recomendações? É o objetivo de construir aqui um concelho mais equilibrado, sustentável e com a qualidade de vida que aposte nos seus jovens para voarem, mas também para quererem ficar.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O PSD apresentou na globalidade as quatro propostas, mas penso que iremos discutir e votar uma a uma.” -----

**2.5.12 – “RECOMENDAÇÃO – IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESPORTOS DE INVERNO NAS ESCOLAS DA COVILHÃ** -----

*Considerando que a prática regular de atividade física é fundamental para o desenvolvimento saudável de crianças e jovens;* -----

*Considerando que a Covilhã, pela sua localização geográfica e proximidade com a Serra da Estrela, possui condições propícias para a prática de desportos de inverno;* -----

*Considerando que programas como o Ski4All têm promovido com sucesso a introdução de modalidades como o ski, a patinagem e o curling nas escolas portuguesas;* -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã delibera:* -----

- 1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a implementação de programas escolares que incluam a prática de desportos de inverno, em parceria com a Federação de Desportos de Inverno de Portugal e outras entidades relevantes;* -----
- 2. Propor a disponibilização de transporte gratuito para os alunos participantes, facilitando o acesso às infraestruturas necessárias para a prática destas modalidades;* -----
- 3. Sugerir a integração destes programas no currículo escolar, na disciplina de Educação Física, promovendo a educação adaptada às características regionais;* -----
- 4. Solicitar a avaliação periódica dos resultados e impacto destes programas, com vista à sua melhoria contínua e expansão a outras escolas do concelho.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.14**)* -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Só dizer ao PSD, aproveitando um pouco o trabalho que vem sendo desenvolvido na área do esqui, que esta atividade já se desenvolve no concelho da Covilhã há muitos anos. Portanto, não é uma atividade que nos é aqui proposta que se implemente. Possivelmente o PSD está aqui a propor-nos que se reforce ou que a Câmara Municipal ajude no sentido da participação das crianças nesta atividade. Mas dizer que ela já existe e que essa ligação com as escolas já existe. Não sei se no PSD têm andado um pouco distraídos em relação a isso, mas na realidade ela existe com mais ou menos ajuda da Câmara. -----

Quanto às restantes moções apresentadas, estamos a favor. Há coisas que são tão evidentes que recolhem o consenso geral.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Relativamente à questão da implementação do programa da Federação de Desportos de Inverno. Enfim. Não tendo órgão e não tendo capacidade executiva na Federação, mas pertencendo e fazendo parte desta Federação, também tenho conhecimento daquilo que o PCP acabou de falar. Existe, de facto, uma parceria entre a Federação de Desportos de Inverno individualmente com as escolas, mas existe esta lacuna de incluir isto em termos do que é a atividade escolar normal e, portanto, acho que faria sentido

tentar-se incluir isto em termos de desportos atividades extracurriculares, dado que é competência da Câmara, e incluir isto de uma forma mais séria por forma a promover aquilo que é nosso e acho que pelo menos temos essa obrigação.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Apenas uma pequena correção. É que os desportos de Inverno, e é isso que está na moção, que são feitos neste momento aqui no concelho lembro-me de três ou quatro. Estamos a falar do curling, do snowboard, do esqui e a Federação Desportos de Inverno, neste momento, tutela 11 modalidades e, portanto, não podemos limitar isso ao esqui. Tem já muito mais modalidades, algumas delas até envolvendo muitas associações do concelho da Covilhã. Queremos levar isto para as escolas num programa integrado das próprias escolas e, portanto, leva muito mais profundamente o tema da integração no desporto das escolas.” -----

--- Colocada à votação, a presente “**Recomendação – Implementação de Programas de Desportos de Inverno nas Escolas da Covilhã**” foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Aproveitar para falar globalmente nas propostas que agora acabámos de votar dizendo que, em grande parte delas, está já hoje a ser feito trabalho pelo Executivo Municipal que esperamos que naturalmente continue e produza resultados e que vão ao encontro daquilo que é a melhoria contínua da qualidade de vida dos nossos concidadãos. ----

Quanto à questão dos desportos de Inverno que já aqui falámos e que, de facto, faz sentido continuarmos a trabalhar, o Município tem apoiado diversas atividades de promoção de desportos de Inverno e de potenciar o aproveitamento desta capacidade e deste ativo único que temos na nossa comunidade. -----

São ações e atividades a que o Município e que a maioria da Câmara Municipal tem procurado dar resposta e, por isso, o Partido Socialista votou todas elas favoravelmente.” -----

### **2.5.13 – “RECOMENDAÇÃO – PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR, VALORIZAÇÃO DA FLORESTA AUTÓCTONE E DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NO CONCELHO DA COVILHÃ** -----

*Considerando que a recolha seletiva de biorresíduos se tornou obrigatória em Portugal a partir de 2024, conforme estabelecido pela legislação nacional, e que a valorização de resíduos orgânicos é uma componente essencial da economia circular, permitindo a produção de fertilizantes naturais e a redução da deposição em aterro;* -----

*Considerando que o Município da Covilhã implementou, em maio de 2024, o biorresíduos em quatro localidades de freguesias rurais (Cortes do Meio, Verdelhos, Paul e Sarzedo) e em três bairros*

urbanos (Quinta da Grila, Ribeiro Negro e Belo Zêzere), promovendo práticas sustentáveis e a produção de composto utilizável na agricultura local; -----

Considerando que as florestas autóctones têm um papel crucial na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na mitigação das alterações climáticas, sendo mais adaptadas às condições locais e mais resistentes a pragas e incêndios; -----

Considerando que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Covilhã para 2021-2030 prevê ações relevantes para a gestão e proteção das florestas, incluindo silvicultura preventiva e promoção de espécies autóctones; -----

Considerando os exemplos de sucesso de outros municípios portugueses, nomeadamente Guimarães e Viana do Castelo, na implementação de sistemas abrangentes de recolha seletiva e compostagem de biorresíduos, que podem servir de inspiração e complemento às iniciativas existentes na Covilhã; -----

Considerando ainda projetos inovadores como o OakFood, que demonstram o potencial económico sustentável dos produtos derivados de espécies autóctones, como o sobreiro e o castanheiro; -----

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã que avalie a expansão gradual e sustentada do atual sistema de recolha seletiva de biorresíduos a todo o concelho, especialmente às zonas ainda não abrangidas; -----
2. Propor à Câmara Municipal a criação de uma unidade municipal de compostagem dedicada especificamente à produção de adubos orgânicos destinados ao apoio direto à agricultura local e regional; -----
3. Sugerir à Câmara Municipal o reforço das campanhas educativas e de sensibilização, complementando o esforço já existente, com vista à promoção da compostagem doméstica e boas práticas ambientais na comunidade; -----
4. Recomendar à Câmara Municipal a elaboração ou aprofundamento de um plano complementar específico para a valorização económica e ambiental da floresta autóctone, prevendo ações concretas de reflorestação, manutenção e proteção dessas espécies; -----
5. Propor a criação de mecanismos adicionais ou reforço dos existentes para incentivar proprietários florestais na adoção e manutenção de práticas sustentáveis e regenerativas; -----
6. Sugerir o desenvolvimento de programas educativos e campanhas de sensibilização, articulados com escolas, associações locais e a comunidade em geral, sobre a importância estratégica e ambiental da floresta autóctone; -----
7. Solicitar à Câmara Municipal que procure ativamente financiamento adicional, nomeadamente através do Fundo Ambiental e outros fundos comunitários, para reforçar a implementação destes projetos e iniciativas." (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.15**) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Valorizar a economia local, a valorização das florestas, tudo bem. Estamos de acordo, mas dizer que o problema da agricultura e da floresta é a discriminação dos pequenos e médios produtores no acesso aos apoios públicos... Essa é que é a grande dificuldade. Os pequenos e médios agricultores ou produtores, de facto, estão muito limitados ao acesso aos apoios públicos. É necessário aumentar o rendimento dos produtores e proibir as grandes superfícies comerciais de venderem produtos abaixo do custo de produção. Portanto, é necessário implementar preços justos à produção. A raiz dos problemas não está no conceito de economia circular e estamos todos de acordo. O problema, de facto, é que, para isso funcionar, tem que os pequenos e médios agricultores e produtores terem os apoios e ter o acesso a estes apoios para que a economia circular possa funcionar.” -----

--- Colocada à votação, a presente **“Recomendação – Promoção da Economia Circular, Valorização da Floresta Autóctone e de Resíduos Orgânicos no Concelho da Covilhã”** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Aproveitar para falar globalmente nas propostas que agora acabámos de votar dizendo que, em grande parte delas, está já hoje a ser feito trabalho pelo Executivo Municipal que esperamos que naturalmente continue e produza resultados e que vão ao encontro daquilo que é a melhoria contínua da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

A implementação da economia circular e da valorização da floresta autóctone. Temos tido um trabalho extraordinário e exemplar, até do ponto de vista daquilo que é a gestão deste património natural. -----

São ações e atividades a que o Município e que a maioria da Câmara Municipal tem procurado dar resposta e, por isso, o Partido Socialista votou todas elas favoravelmente.” -----

#### **2.5.14 – “RECOMENDAÇÃO – REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA COVILHÃ PARA PRIORIZAR A MOBILIDADE PEDONAL E SUSTENTÁVEL** -----

*Considerando que a requalificação urbana dos centros históricos é fundamental para a preservação do património, melhoria da qualidade de vida dos residentes e promoção do turismo sustentável; -*

*Considerando que diversas cidades portuguesas e europeias têm implementado zonas de emissões reduzidas e áreas pedonais nos seus centros históricos, promovendo a mobilidade suave e reduzindo a poluição atmosférica; -----*

*Considerando que a Covilhã possui um centro histórico com características únicas, cultura ímpar, cuja valorização pode ser potenciada através de uma estratégia integrada de mobilidade e reabilitação urbana; -----*

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a realização de um estudo para a implementação de zonas pedonais no centro histórico, restringindo o acesso automóvel a residentes e veículos autorizados; -----
2. Propor a criação de corredores de mobilidade suave, incentivando o uso de bicicletas e outros meios de transporte não motorizados; -----
3. Sugerir a implementação de medidas de acalmia de tráfego, como a introdução de sentidos únicos e zonas de velocidade reduzida, para melhorar a segurança e a qualidade do espaço público; -----
4. Solicitar a participação ativa da comunidade local no processo de planeamento e implementação destas medidas, garantindo a sua adequação às necessidades dos residentes e comerciantes.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.16**) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Na questão da mobilidade no centro histórico seria de facto interessante, antes da mobilidade, recuperar-se o centro histórico. Criar mobilidade no meio de ruínas não será muito interessante. Portanto, recuperar sim o Centro Histórico, requalificar e revitalizar seria, de facto, a medida mais adequada porque sabemos e conhecemos aqui muito próximo a situação em que se encontra o centro histórico e as ruínas que existem.” ---

--- Colocada à votação, a presente **“Recomendação – Reestruturação do Centro Histórico da Covilhã para Priorizar a Mobilidade Pedonal e Sustentável”** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Aproveitar para falar globalmente nas propostas que agora acabámos de votar dizendo que, em grande parte delas, está já hoje a ser feito trabalho pelo Executivo Municipal que esperamos que naturalmente continue e produza resultados e que vão ao encontro daquilo que é a melhoria contínua da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

A reestruturação do centro histórico com a priorização da mobilidade pedonal e sustentável. Relembro que esta Assembleia foi chamada também já a participar na construção no Programa de Mobilidade Urbana Sustentável e que espero que ainda esta Assembleia tenha a oportunidade de vir a aprovar esse programa que prevê exatamente o trabalho na pedonalização e na melhoria da qualidade da mobilidade no espaço urbano da nossa cidade. -----

São ações e atividades a que o Município e que a maioria da Câmara Municipal tem procurado dar resposta e, por isso, o Partido Socialista votou todas elas favoravelmente.” -----

**2.5.15 – “RECOMENDAÇÃO – APOIO ÀS CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL NO CONCELHO DA COVILHÃ** -----

*Considerando que as cadeias curtas de comercialização promovem o contacto direto entre produtores e consumidores, fortalecendo a economia local, reduzindo a pegada ambiental e garantindo produtos frescos e de qualidade;* -----

*Considerando que iniciativas como as biocantinas de Torres Vedras e os mercados de produtores locais organizados por diversas autarquias têm demonstrado sucesso na integração de produtos locais nas refeições escolares e em instituições públicas;* -----

*Considerando que a descentralização dos concursos públicos para aquisição de produtos alimentares pode facilitar a participação de pequenos produtores locais, promovendo a economia regional e a sustentabilidade;* -----

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

1. *Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a criação de mecanismos que facilitem a participação de produtores locais nos concursos públicos para fornecimento de produtos alimentares a cantinas escolares e instituições públicas;* -----
2. *Propor a organização de mercados periódicos de produtores locais, incentivando o consumo de produtos regionais e fortalecendo a economia local;* -----
3. *Sugerir a implementação de programas educativos nas escolas que promovam o conhecimento sobre a produção agrícola local e a importância da alimentação sustentável;*
4. *Solicitar à Câmara Municipal que explore parcerias com associações de produtores e outras entidades para apoiar estas iniciativas.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.17**)*

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a presente **“Recomendação – Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e Promoção da Produção Local no Concelho da Covilhã”** foi **aprovada por unanimidade.** -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Aproveitar para falar globalmente nas propostas que agora acabámos de votar dizendo que, em grande parte delas, está já hoje a ser feito trabalho pelo Executivo Municipal que esperamos que naturalmente continue e produza resultados e que vão ao encontro daquilo que é a melhoria contínua da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

A recomendação de Apoio às Cadeias Curtas de Comercialização e da promoção da produção local no concelho é também uma preocupação que tem sido levada a cabo com a promoção de mercados locais e de apoios a produtores locais. Aliás, tive a oportunidade de há duas semanas participar numa interessante conferência de uma entidade independente, enfim, associativa da nossa comunidade da Cova da Beira onde exatamente discutimos, à margem da conferência, as pequenas cadeias de distribuição e de produção de apoio aos nossos produtores. -----

São ações e atividades a que o Município e que a maioria da Câmara Municipal tem procurado dar resposta e, por isso, o Partido Socialista votou todas elas favoravelmente.” -----

#### 2.5.16 – “Proposta -----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Morais dos Santos Torrão de 91 anos de idade. António Torrão ficará eternamente ligado ao Associativismo da nossa Cidade da Covilhã, nomeadamente na qualidade de sócio fundador do Centro de Cultura e Desporto Oriental de São Martinho. -----*

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.18**) -----*

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de António Morais dos Santos Torrão** foi **aprovado por unanimidade.** -----

#### 2.5.17 – “Proposta -----

*Voto de pesar pelo falecimento de António Teles André, de 79 anos de idade. -----*

*Foi professor de Mecanotecnica na Escola Secundária Campos Melo, mas foi na atividade política que mais se destacou. -----*

*Pessoa de carácter afável, respeitador e reservado, foi eleito vereador nas eleições autárquicas de 1982 e 1985 nas listas da Aliança Povo Unido. -----*

*Mais tarde, em 1993, foi novamente eleito vereador nas listas do Partido Socialista e, nessa qualidade, defendeu com convicção os interesses do concelho e os valores da Liberdade e da Democracia. -----*

*Pelo seu contributo político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----*

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.19**) -----*

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de António Teles André** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- Por todos **Votos de Pesar aprovados**, incluindo pelo **falecimento de João Serra Duarte**, **foi cumprido um minuto de silêncio.** -----

**2.5.18 – “Voto de Louvor** -----**João Monteiro – Campeão Nacional de Corta-Mato Curto T20** -----

*A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, expressa através deste voto de louvor o seu profundo reconhecimento e apreço pelo atleta João Monteiro, natural da Covilhã, que se sagrou Campeão Nacional de Corta-Mato Curto em março de 2025.* -----

*João Monteiro é um exemplo de dedicação, resiliência e superação, tendo alcançado este título nacional na categoria T20, destinada a atletas com deficiência intelectual. A sua vitória representa não apenas um feito desportivo notável, mas também um marco significativo na promoção da inclusão e valorização do desporto adaptado na nossa comunidade.* -----

*A sua dedicação ao atletismo é fonte de inspiração para todos os covilhanenses. O seu exemplo reforça a importância da promoção da inclusão e o apoio ao desporto para todos, independentemente das suas capacidades.* -----

*Por estas razões, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de louvor, reconhecendo o mérito de João Monteiro e reiterando a valorização da promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.20**)*

--- O Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** apresentou a proposta dizendo que “é um atleta natural da Covilhã que se sagrou Campeão Nacional de Corta-Mato Curto em março de 2025. Uma particularidade, o João é um exemplo de dedicação, resiliência e superação porque ele compete numa categoria T20 que é destinado a atletas com deficiência intelectual e isto representa não só um feito desportivo que é notável, mas também um marco significativo naquilo que é a promoção da inclusão, da valorização do desporto adaptado na nossa comunidade e também acaba por constituir uma fonte de inspiração para todos os Covilhanenses que neste caso só têm de sentir orgulhosos por este feito.” -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a João Monteiro – Campeão Nacional de Corta-Mato Curto T20** foi **aprovado por unanimidade.** -----

**2.5.19 – “Voto de Louvor** -----**Amaro Teixeira – Campeão do Mundo de Atletismo Master, 3000 marcha atlética** -----

*O presente voto de louvor, pretende manifestar o profundo reconhecimento e apreço pelo atleta Amaro Teixeira, que em março de 2025 se sagrou Campeão do Mundo de Atletismo Master, na prova de 3000 metros marcha atlética (categoria M35), realizada durante os World Masters Athletics, na Flórida, Estados Unidos da América, com a impressionante marca de 13 minutos, 22 segundos e 45 centésimos.* -----

*Natural da ilha do Faial e residente na Covilhã, Amaro Teixeira é um exemplo de perseverança, dedicação e superação, tendo construído uma carreira desportiva marcada pelo esforço contínuo e pelo compromisso com a excelência. A sua vitória, para além de um feito individual de grande valor, é um motivo de orgulho para todo o concelho, projetando o nome da Covilhã no panorama internacional do atletismo master. -----*

*Num território marcado pelos desafios próprios do interior do país, esta conquista simboliza o potencial que existe nas nossas comunidades e o valor de quem alcança os mais altos patamares.*

*Amaro Teixeira representa, por isso, o melhor da nossa terra: a capacidade de sonhar, de lutar e de vencer. -----*

*Pelo seu mérito desportivo, pelo exemplo que constitui para as novas gerações, pelo contributo que dá diariamente à formação de jovens atletas enquanto treinador no Penta Clube da Covilhã, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de louvor, reiterando a sua confiança no valor dos cidadãos e cidadãs que, como Amaro Teixeira, elevam o nome da Covilhã através do talento e do trabalho.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.21**) -*

--- O Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** apresentou a proposta dizendo que “o Amaro é um atleta e um cidadão já bem conhecido de todos nós que veio para a Universidade da Beira Interior, proveniente dos Açores e por cá ficou, por cá se cimentou e tem dado também um contributo muito importante no atletismo nos clubes por onde tem passado, através da função que desempenha também como treinador e, portanto, é um voto de louvor que, no entender da bancada do Partido Socialista, é mais do que meritório.” -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Amaro Teixeira – Campeão do Mundo de Atletismo Master, 3000 marcha atlética** foi **aprovado por unanimidade**.

#### **2.5.20 – “Voto de Louvor -----**

##### **À escritora Covilhanense, Professora Rogélia Proença -----**

*A literatura covilhanense tem sido enriquecida por autores que, com sensibilidade e profundidade, exploram a riqueza da língua e da expressão artística. -----*

*Desde Frei Heitor Pinto que a Covilhã tem tradição nas letras e na arte da escrita. Essa tradição tem sido formada com nomes tão brilhantes como o já mencionado ou o consagrado e célebre António Alçada Batista. -----*

*Os escritores covilhanenses contemporâneos não têm deixado os seus créditos por mãos alheias e das novas gerações têm brilhado várias estrelas. -----*

*Uma delas é Rogélia Proença, escritora covilhanense cujo talento tem sido amplamente reconhecido e premiado. -----*

*A sua obra caracteriza-se por uma escrita intensa, marcada por uma notável musicalidade poética e por um domínio excepcional da palavra. A sua capacidade literária resulta em obras que capturam a essência da experiência humana, revelando uma sensibilidade única e uma perspicácia literária que cativa leitores e jurados de prestigiados concursos literários. -----*

*Em 2025, foi galardoada com dois primeiros lugares no concurso Prémio Santos Zoio, promovido pela APP - Associação Portuguesa de Poetas, nas categorias "Poesia Rima Livre" e "Prosa Poética", com obras que refletem a profundidade do seu pensamento e a elegância do seu estilo literário. ---*

*Já em 2024, havia conquistado o primeiro prémio na categoria "Poesia Livre", além de uma menção honrosa em "Prosa Poética", reforçando o seu estatuto como uma das mais notáveis autoras contemporâneas. -----*

*Além das suas conquistas literárias, Rogélia Proença é Professora, uma formadora de Homens e uma autora que transforma palavras em emoções e reflexões, oferecendo ao leitor um olhar sensível e perspicaz sobre a existência. -----*

*Assim como reconhecimento do seu trabalho, a Assembleia Municipal da Covilhã aprova este Voto de Louvor à Professora Rogélia Proença, como demonstração de orgulho e apreço pelo seu trabalho e como forma de incentivo e motivação para que prossiga com a sua produção literária o seu trabalho de formação das novas gerações de covilhanenses. -----*

*Aprovado, o mesmo deve ser enviado à destinatária." (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.22**)*

--- O Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** apresentou a proposta dizendo que fundamentou a proposta dizendo que "a Covilhã é uma terra que tem sido enriquecida por autores com uma sensibilidade e com grande profundidade que exploram a riqueza da língua e a expressão artística, desde Frei Heitor Pinto até António Alçada Baptista. -----

Temos tido gerações de Covilhanenses que se têm distinguido na área das artes e, neste caso em concreto, na área da literatura. A obra da Senhora Professora Rogélia Proença caracteriza-se por uma escrita intensa, marcada por uma notável musicalidade poética e por um domínio excepcional da palavra e tem uma capacidade literária que resulta em obras que capturam a essência da experiência humana. A Senhora Professora, para além de outras distinções, foi recentemente galardoada com os dois primeiros lugares do concurso Prémios Santos Zoio promovido pela Associação Portuguesa de Poetas, na categoria de "Poesia Rima Livre" e "Prosa Poética", com as obras que refletem a profundidade e a sua capacidade literária. -----

Já em 2024 tinha sido distinguida também com outras distinções por esta Associação. -----

Além das conquistas literárias, a Professora Rogélia Proença é professora e formadora de homens e uma autora que transforma palavras em emoções e reflexões, oferecendo ao leitor um olhar

sensível e perspicaz sobre a sua existência e é neste sentido que propomos que a Assembleia Municipal faça um voto de louvor à Senhora Professora Rogélia Proença por mais esta conquista.”

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à escritora Covilhanense, Professora Rogélia Proença** foi **aprovado por unanimidade**. -----

### **2.5.21 – “Moção – A Covilhã precisa do Bolinha de Neve** -----

*A política deve estar, antes de tudo, ao serviço das pessoas. E é nessa convicção profunda que o Partido Socialista da Covilhã se tem pautado, com responsabilidade e sentido de missão, no exercício das suas funções autárquicas. O acesso a uma rede de cuidados e educação infantil é um pilar fundamental da coesão social, da igualdade de oportunidades e do futuro das comunidades.*

*O anúncio do encerramento do Colégio da Fundação Imaculada Conceição (conhecido como Colégio das Freiras) representa, por isso, uma preocupação central para esta Assembleia Municipal. A sua relevância para a cidade da Covilhã, para as famílias do concelho e para o tecido social local impõe uma atuação firme, articulada e solidária entre todos os níveis do Estado.* -----

*É neste espírito de compromisso com o bem comum e com o interesse público que a bancada do Partido Socialista apresenta a seguinte moção:* -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 05 de maio de 2025, deliberando sob proposta da bancada do Partido Socialista, vem expressar a sua profunda preocupação com a situação resultante do anunciado encerramento do Colégio da Fundação Imaculada Conceição, previsto para o próximo dia 31 de agosto, e reafirmar a necessidade premente de garantir uma resposta pública adequada às crianças e famílias afetadas.* -----

*O encerramento desta instituição histórica, que acolhe atualmente cerca de 180 crianças e emprega mais de 30 trabalhadores, constitui um golpe duro para a rede educativa e social do concelho, agravando ainda mais a já insuficiente oferta de creches e pré-escolar no município da Covilhã. Tal situação compromete não apenas o direito à educação, mas também a conciliação da vida familiar e profissional de dezenas de famílias covilhanenses.* -----

*Desde o primeiro momento, a Câmara Municipal da Covilhã, liderada pelo Presidente Vítor Pereira, tem assumido uma postura construtiva e de cooperação ativa com todas as entidades envolvidas. A autarquia reuniu com a Fundação Imaculada Conceição e com a tutela, procurando soluções viáveis para evitar o encerramento ou mitigar os seus efeitos. Nesse âmbito, propôs-se a reabilitação do antigo edifício do Infantário Bolinha de Neve, encerrado desde 2018, como alternativa viável e imediata para responder às necessidades existentes.* -----

*Importa sublinhar que o Município da Covilhã já manifestou publicamente a sua total disponibilidade para custear as obras de requalificação do espaço, orçamentadas em cerca de 400 mil euros, faltando apenas que o edifício, propriedade do Estado, seja cedido a título gratuito. Além disso, a proposta da autarquia prevê que a gestão do equipamento seja atribuída a uma Instituição*

*Particular de Solidariedade Social com reconhecida competência na área da infância, designadamente o Centro Social Jesus Maria José. -----*

*A par das diligências institucionais, a comunidade covilhanense tem-se mobilizado de forma exemplar em defesa desta causa, tendo reunido centenas de cidadãos numa marcha pacífica que expressou a exigência coletiva por uma resposta eficaz e célere por parte da Administração Central.*

*Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Covilhã, sob proposta da bancada do Partido Socialista, delibera: -----*

- 1. Apelar ao Governo da República, em particular ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para que desbloqueie com urgência o processo de cedência do edifício do Bolinha de Neve à Câmara Municipal da Covilhã; -----*
- 2. Reafirmar o compromisso da autarquia com a realização das obras necessárias e a reabertura deste equipamento social, assumindo o investimento previsto com recursos próprios; -----*
- 3. Instar a tutela a reconhecer o papel central das autarquias na resposta às necessidades sociais locais, colaborando de forma mais célere e articulada com as autoridades municipais; -----*
- 4. Dar conhecimento da presente moção ao Primeiro-Ministro, à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Comissão de Educação e à Comunicação Social.” (Proposta do Grupo Municipal do PS e apresentada pelo Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes Doc.23**) -----*

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Seria bom fazermos uma retrospectiva das decisões do Governo em relação ao Bolinha de Neve, nomeadamente da Segurança Social, situá-los no tempo e também verificar, nesse tempo, quem é que discordou da decisão da Segurança Social. Estou a falar nos anos de 2000, 2012 e 2013 que a decisão da Segurança Social entregar ao privado a gestão de 3 jardins-de-infância, 3 creches no nosso concelho. Portanto, recorro aqui ao Tortosendo, Teixoso e o Bolinha de Neve que depois, em 2018, por decisão da entidade que estava a gerir, encerrou. Também aqui encerrou em 2018, num período do Governo do PS. Digamos que o PS no Governo manteve esta decisão de um Governo do PSD e CDS. Não reverteu. Manteve, digamos, essa orientação na Segurança Social e hoje estamos perante, de facto, o problema. -----

Diz-se na moção, no início, que a política deverá estar ao serviço das pessoas e das populações e aqui temos um tema que, de facto, justifica decisões no âmbito de uma política e de uma estratégia de apoio às famílias e ao desenvolvimento das crianças. É aqui que defendemos a rede pública de creches ou uma rede que o próprio Estado financie, deverá ser uma responsabilidade do Estado, com delegação ou não dessas competências nas autarquias, nas câmaras municipais, mas pensamos que é urgente e é importante. -----

A Covilhã hoje não podemos dizer que tenha um centro escolar no 1.º ciclo digno desse nome. Ainda mantemos as antigas escolas, os procedimentos educativos, as atividades desenvolvidas. Hoje as instalações não dão resposta às necessidades que temos. E a Covilhã não tem. -----

Temos andado, ao longo dos anos, a adaptar instalações antigas, a requalificar instalações antigas quando aquilo que necessitamos hoje é, de facto, uma ou duas infraestruturas na zona urbana da Grande Covilhã que possibilite dar resposta às necessidades das pessoas. -----

É evidente que iremos votar favoravelmente a moção que nos é apresentada, mas irá ficar, com certeza, para o próximo Governo e para o próximo Executivo Municipal, mas é uma reflexão que terá de ser feita. Temos que definir, na área da educação, uma estratégia de requalificar a rede que temos e de redimensionar a rede que temos a nível das creches e a nível das escolas do 1.º ciclo.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Olhando para o título desta moção, como apresentada aqui, “A Covilhã Precisa do Bolinha de Neve” PS, sendo coerente com aquilo que já fiz aqui nomeadamente no que diz respeito à questão da USF que já foi aqui votada e que o CDS se absteve, o CDS vai-se abster nesta matéria. -----

Sugeria ao PS que alterasse o título desta moção porque acho que seria muito mais coerente e muito mais votável se assim fosse que era que “A Covilhã precisava que o PS se lembrasse do Bolinha de Neve Mais Ceddo” porque só assim é que evitaríamos estar nesta situação absurda que estamos hoje de não ter sítio para as crianças no início do próximo ano escolar.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “A votação que o PSD vai fazer nesta moção é coerente com aquela que é a sua posição e que foi, desde a primeira hora nesta Assembleia e sobre este tema mencionado mais do que uma vez. -----

Tenho pena que o PS não seja coerente com aquilo que diz, escreve e pede.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Muito obrigado em primeiro lugar a todos os Deputados pelas intervenções relativas a esta moção. -----

No que diz respeito à intervenção do PCP, reflete problemas gerais e estruturais, não só do concelho, mas também do país no que diz respeito aos complexos escolares. -----

Ao Senhor Deputado do CDS-PP, Dr. João Lopes Bernardo, no que diz respeito a alterar o tema, fui neste caso a pessoa responsável por escrever esta moção e pareceu-me lógico uma vez que estamos aqui na casa da democracia e devemos, enquanto cidadãos e representantes dos nossos concidadãos, salvo a redundância, trazer para aqui aquelas que são as suas preocupações e, como podemos ver por toda a cidade, temos espalhados cartazes a dizer que “A Covilhã precisa do Bolinha de Neve” é uma preocupação dos nossos concidadãos e, portanto, deve ser uma preocupação também assumida aqui por todos nós. -----

No que diz respeito ao seu comentário do PS, acho que o CDS teria também prestado um serviço melhor à democracia local se, de facto, tivesse apresentado um projeto político concreto ao invés de vir para aqui apontar os problemas às coisas depois de elas acontecerem porque, posso estar enganado e irei corrigi-lo com toda a humildade, mas não me recordo uma única vez que o CDS-PP aqui tenha vindo falar sobre esta matéria. -----

No que diz respeito e também agradecer a intervenção da Senhora Deputada Vanda Ferreira, quero lembrar aqui intervenções do seu líder de bancada que refere e bem que há uma separação de poderes, autonomia e independência entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal da Covilhã e portanto o nosso voto favorável à moção apresentada sobre este tema foi para mandar o Executivo a resolver este problema seja de que maneira for até porque sabemos que, se tivéssemos votado contra a moção, sairia a típica fotografia a dizer que o Partido Socialista não está com os Covilhanenses, não está com o Bolinha de Neve e isso não é uma verdade. -----

Recordá-la também que a cedência do edifício não é ilegal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal já explicou isso. O que tem de acontecer é que, neste momento, o edifício pertence ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que tem de ceder o edifício ao Instituto da Segurança Social para que aí sim o possa ceder ao Município da Covilhã para que possamos investir os 400.000 € necessários, empregar os trabalhadores que irão ficar sem o seu emprego e as crianças que vão ficar sem direito à sua creche.” -----

--- Colocado à votação, a presente **Moção – A Covilhã precisa do Bolinha de Neve** foi **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e todos os DMI’s), 05 votos contra (PPD/PSD) e 03 abstenções (CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Sabemos que a legislação nacional é altamente rica em produzir despachos e decretos. Como diz a canção: para nos dar a ler a nós analfabetos. Desta vez, que é preciso resolver um assunto muito rapidamente, embrulham-se os institutos, embrulham-se os organismos do Estado e não há um despacho, um decreto que rapidamente resolva esta situação. -----

É por este excesso de burocracia é que de outras vezes foram feitas revoluções porque o Povo se cansa de esperar e de andar neste ping pong de um lado para o outro. Portanto, é preciso rapidamente resolver este problema mais do que andarmos a apontar quem é que foi este ou que foi aquele. É preciso que este edifício público esteja ao serviço de quem dele precisa que são as crianças, os seus familiares e a cidade da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A abstenção já foi justificada, mas não podia deixar de justificar aqui que o CDS sempre esteve ao lado da manutenção da abertura desta

valência do Bolinha de Neve desde a primeira hora quando foi decidido o seu encerramento. O Senhor Deputado Afonso Gomes não estava cá nessa altura, mas fiz referência a isso na primeira sessão desta Assembleia. É que o CDS, através do Deputado Nuno Reis, conseguiu agendar uma reunião com o Senhor Ministro da Segurança Social na altura para, com os trabalhadores e com a Câmara, tentar conseguir fazer isto e o Senhor Presidente da Câmara desligou o telefone e não foi a essa convocatória. Portanto, quando digo que o PS precisava de se ter lembrado do Bolinha de Neve mais cedo, estou a falar a verdade e estou a falar aquilo que o CDS tentou fazer e que este PS não quis fazer e deixou ao Deus dar. Agora cá estamos onde estamos. Aliás, como muitas outras matérias no nosso Município.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “O PSD sempre esteve ao lado dos Covilhanenses e do não encerramento de Bolinha de Neve. Aliás, fomos um dos partidos políticos que inclusivamente fizemos um vídeo sobre esta matéria e, portanto, em 2018 estávamos contra o encerramento do Bolinha de Neve. -----

Senhores Deputados do PS, somos coerentes. Vocês acabaram de votar há bocadinho uma moção deste tema que não tem nada a ver com a moção que vocês apresentaram e vocês votaram favoravelmente às duas. Portanto, isso não é coerência. Vocês não são coerentes. -----

Também não nos importamos da maneira como ficamos na fotografia. Importamo-nos sim da nossa consciência e daquilo que é a defesa dos interesses dos Covilhanenses. -----

O Grupo Municipal do PSD votou contra a moção apresentada pelo Partido Socialista relativamente ao encerramento do Colégio das Freiras, com os seguintes fundamentos: -----

O PSD reconhece a gravidade do encerramento anunciado e a necessidade de garantir respostas imediatas às famílias afetadas. Contudo, esta moção não pode apagar a total falta de planeamento e de seriedade com que o Executivo Socialista tem conduzido a política de apoio à infância no Concelho. -----

Desde 2018, após o encerramento do Bolinha de Neve que o Executivo nada faz. Em 2024, prometeu a construção de duas novas creches no Canhoso e no Tortosendo, projetos que abandonou em junho de 2024, primeiro alegando medidas do governo central, como a gratuitidade das creches que nada tem a ver com o apoio às instalações, depois esperando por linhas de apoio que nunca soube concretizar. -----

Em simultâneo, afirmou que o edifício do Bolinha de Neve não era solução para uma nova creche, pois tinha outros planos para o edifício. -----

Hoje, perante a pressão social e mediática, o mesmo Executivo propõe a cedência gratuita do Bolinha de Neve, sabendo perfeitamente que essa solução, na presente data, é ilegal e, portanto, inexecutável. O que está em causa não é encontrar uma resposta para as crianças e famílias, é apenas prolongar o problema no tempo, utilizando como escudo político até às eleições legislativas. -----

Consideramos inaceitável que o Executivo Socialista esteja a instrumentalizar as crianças da Covilhã como arma de arremesso político, protelando soluções reais e usando o drama das famílias como forma de pressão sobre a Administração Central. -----

A responsabilidade desta situação dramática que estamos a viver na Covilhã não é do Governo, apesar do Governo estar a tentar arranjar uma solução. É do Executivo Municipal da Covilhã que falhou no planeamento, falhou na execução e agora procura fugir às suas responsabilidades. -----

O PSD exige seriedade, verdade e soluções efetivas, não jogos políticos com o futuro das crianças da Covilhã. -----

O PSD vai ajudar na resolução da situação, não criando ou subscrevendo moções que são para um mero jogo político, mas antes envolvendo as pessoas certas e sensibilizando os decisores políticos e privados para a necessidade urgente de tomar decisões. -----

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD votou contra. -----

Uma vez que estamos já no final do PAOD, dizer que congratulamo-nos porque finalmente o PS concordou que os partidos da oposição apresentam moções e fizemos uma contabilidade e, até agora, já fizemos mais de 70 moções. Portanto, a essa crítica que, ao longo deste mandato, vocês nos têm sucessivamente dirigido de que não trabalhamos e só criticamos, não é verdade. Hoje foi uma prova. As outras também foram provas. Portanto, muito obrigado por reconsiderarem essa vossa postura.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** solicitou o uso da palavra para defesa da honra “por acusarem-me e aos meus camaradas de falta de coerência. -----

Esta defesa de honra era apenas para recordar mais uma vez a Senhora Deputada, com toda a humildade democrática, que existe de facto uma separação de poderes entre a Câmara Municipal e a Assembleia e aquilo que nos norteia, para além disto, é a resolução deste problema seja de que maneira for. Jamais iríamos estar contra as crianças. -----

Portanto, aquilo que fizemos foi aprovar uma moção que dá poderes à Câmara Municipal para resolver o problema seja de que maneira for. Se para si tentar resolver este problema é instrumentalizar crianças, isto significa que temos uma maneira muito diferente de olhar para a política. -----

Só aqui recuperar uma declaração sua também da última Assembleia Municipal em que refere que o Ministro da Economia e o cabeça de lista para a Aliança Democrática está empenhado na resolução deste assunto, espero, terminando também com uma frase, que ele não esteja tão empenhado na resolução deste assunto como nas portagens.” -----

### 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do Movimento “Covilhã Tem Força” indicou para discussão o tema “O Comércio Local” e o Grupo Municipal do Partido Socialista indicou o tema “Habitação”. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “**O Comércio Local**”:

*“Traz-nos hoje, aqui, o tema “O Comércio Local”. Sendo um tema complexo, optámos por uma abordagem focada em 2 prismas: -----*

- *Um prisma económico e -----*
- *Um prisma social. -----*

*Com isto, procuramos abrir caminho para estimular o debate e, sobretudo, uma reflexão, que conduza à criação de equipas multidisciplinares capazes de desenvolver um plano de ação com elevada probabilidade de êxito no contributo para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. -----*

*Vejamos: -----*

*Em regra, entende-se por comércio local o conjunto de estabelecimentos comerciais, geridos e operados por proprietários e funcionários residentes na área em que se localiza o estabelecimento. Por norma é composto por pequenas e médias empresas que satisfazem a procura de uma comunidade específica e contribuem para o desenvolvimento económico da sua região. -----*

*Nas últimas décadas, os estabelecimentos que animavam a vida dos bairros, deram lugar às grandes superfícies, tais como centros comerciais e hipermercados, espaços que, hoje em dia, estão na preferência dos hábitos de consumo. -----*

*Ainda assim, o comércio local mantém a sua importância. É um reflexo da identidade e cultura de uma região, criando empregos e mantendo viva a singularidade da sua comunidade. Fortalece a coesão social e, ambientalmente, são mais sustentáveis; veja-se a redução na emissão de gases com efeito de estufa no transporte e na refrigeração, o menor consumo de embalagens de plástico e materiais não biodegradáveis, entre outros. -----*

*As denominadas grandes superfícies têm tido um crescimento importante. Bem sabemos que, por norma, os municípios obtêm contrapartidas financeiras atrativas e veem a sua implantação como sinónimo de modernidade. O reflexo para os pequenos retalhistas é enorme por razões que aqui não vamos ter tempo para detalhar. Mas a onda de choque atinge várias dezenas de quilómetros, afetando comerciantes situados em freguesias mais remotas e traduzindo-se no encerramento das suas unidades. -----*

No caso do nosso concelho – e, em particular, da cidade -, este fenómeno foi acompanhado por uma deslocalização do centro residencial para a chamada parte nova da cidade. O centro, o mais histórico, foi desamparado e, no presente, em ritmo de contínuo despovoamento. -----

A redução do número de residentes repercute-se na diminuição da procura junto dos comerciantes, agravando o impacto a que, sucintamente, nos referimos. E, tudo, num ciclo vicioso de menos residentes, menos comércio, logo menos atracção para residir e, novamente, menos comércio. -----

E o que podem – ou antes, devem – as câmaras municipais fazer para contrariar este ciclo? Seguramente que o senhor Presidente terá a resposta, mas, infelizmente, não está a frutificar. Interrogo-me se a abertura de novos espaços comerciais de grande dimensão, no coração da nova zona nobre da cidade, será uma opção acertada, em termos de longo prazo, para a cidade e concelho. Do ponto de vista social e urbanístico, não deveria ser preservada para outras finalidades? Não deveríamos ter seguido a opção que, há décadas, os Estados Unidos da América (como pioneiros neste modelo), várias cidades da Europa e em Portugal seguiram, localizando estas mega-unidades em zonas mais periféricas? -----

E, pelo comércio local, o que poderíamos ter feito e, ainda, podemos fazer? Partimos do princípio que a convivência dos dois modelos é possível, mas exige uma atenção redobrada sobre o elo mais fraco desta cadeia, requerendo a disponibilização de mecanismos de proteção e de reforço do posicionamento no contexto social e económico municipal. -----

Apenas para ilustrar, refiro o exemplo de duas cidades, preocupadas com a problemática desta mudança de que não souberam, em devido tempo, precaver-se: -----

Lisboa lançou, em 2015, o projeto Lojas com História; inclui mais de 160 estabelecimentos, aos quais a Câmara Municipal oferece uma série de regalias, entre benefícios fiscais e suspensão de atualização das rendas. Em 2023, criou com Barcelona, Paris e Roma uma aliança para a preservação e proteção de lojas emblemáticas e históricas. -----

O Município de Oleiros lançou a campanha "Oleiros Abraça o Comércio Local", através do qual vai sortear 20 mil euros em compras feitas em cerca de 90 estabelecimentos comerciais aderentes em todo o concelho. -----

Basta perdermos alguns minutos de pesquisa na internet para encontrarmos, em todo o território nacional, exemplos deste tipo de iniciativas. Será suficiente? Acreditamos que não. -----

É nossa obrigação, munícipes e seus representantes, contribuímos para a mudança e inverter o estado da situação. Somos nós que temos que deixar as lamentações e contribuir para as soluções, estimulando o comércio Local, desenvolvendo a economia regional e envolvendo-nos neste processo de geração de mais-valias, emprego e desenvolvimento. À Câmara compete escutar e coordenar iniciativas que, aparentemente, não está a conseguir sozinha. -----

A apoiar o esforço que possa ser feito, temos a vontade dos consumidores que apenas necessita de ser potenciada. Já em Setembro de 2020, um estudo executado pela MasterCard revelava que 82% dos portugueses tinham a intenção de comprar no comércio local. Sabe-se hoje que a pandemia veio incrementar a apetência pelo regresso ao comércio de proximidade. Mas já antes, em 2019, o

*Barómetro Europeu do Observador Cetelem, concluía que 53% dos portugueses consideravam uma prioridade o incentivo à aquisição de produtos endógenos. -----*

*Então, mas, concretamente, o que podemos fazer? Sem nos querermos por no lugar do senhor Presidente da Câmara (é a ele que compete, e não a nós, decidir o que de melhor deva ser feito para o concelho), atrevemo-nos a dar algumas sugestões: -----*

- *Criar áreas de circulação estritamente pedonal, em zonas delimitadas e horários definidos;*
- *Rever em baixa os tarifários de estacionamento, nomeadamente com a concessionária; ----*
- *Promover e ampliar espaços de estacionamento na proximidade das zonas a estimular; ----*
- *Promover animações e espetáculos de rua, regulares, nas zonas a revitalizar; -----*
- *Rever as orientações urbanísticas, no sentido de (pelo menos) não promover a instalação das chamadas "catedrais de consumo" em zonas nobres do concelho; -----*
- *Repensar a circulação automóvel e a construção de novos eixos; -----*
- *Divulgar e promover o comércio local nas redes sociais e em meios de comunicação; -----*
- *Fornecer feedback aos proprietários de empresas locais, para que possam melhorar os seus produtos e serviços e responder melhor às necessidades da comunidade; -----*
- *Incentivar a aderência dos comerciantes aos bairros digitais e, já agora, envolver as empresas locais no desenvolvimento desses projetos, ao invés de as contratar noutros territórios; -----*
- *Ouvir as juntas de freguesia, associações empresariais, associações de profissionais, associações de moradores, associações académicas, coletividades e todos aqueles que representem genuinamente as populações. -----*

*Enfim, não pretendemos apresentar aqui uma lista exaustiva, mas antes dar o sinal de que a sociedade – e os seus representantes – podem e devem ter um papel determinante na solução deste problema. -----*

*Não se obtendo sucesso, o que vai acontecer? Acelerar o ciclo a que antes aludimos, contribuindo para um maior esvaziamento da vida em algumas zonas, para o encerramento de empresas, a extinção de postos de trabalho, a redução na criação de riqueza e a descaracterização de espaços.*

*Em boa verdade, o número de lojas de rua fechadas, um pouco por todo o concelho, é assustador. Quase todas exibem placas de venda ou, nalguns casos, arrendamento. De facto, com o valor das rendas praticado e o nível de receitas que se intui, percebe-se qual o motivo que determinou o seu encerramento e que assim as irá manter. Milagre seria se fosse de outra forma, num concelho onde a economia local definha e os apoios ao desenvolvimento do comércio são praticamente nulos. Onde a situação é vítima de anos de desinteresse político, despovoamento e debandada da população. -----*

*A este cenário, acrescentamos a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro. De facto, se acrescentarmos a esta situação, a crise habitacional que o país atravessa, torna-se tentador converter comércio em habitação. Tendo por pano de fundo a cada vez maior inutilidade para os espaços comerciais, acrescentamos agora o preço para uso habitacional, superior ao praticado para fins comerciais. -----*

*Sendo certo que a conversão de espaços comerciais em habitação permite, rapidamente, injetar mais habitações no mercado, há que ter muito cuidado com este processo. -----*

*Desde logo no cumprimento e verificação de requisitos técnico-legais, como seja o controlo prévio, a fiscalização, viabilidade estrutural, ventilação, iluminação, isolamento acústico e térmico, etc. Mas não esquecendo questões como privacidade, provisão de estacionamento, estendal, acessibilidades, entre outros. Estamos seguros que, nesta vertente, a Câmara Municipal, ao contrário de outras, não claudicará. -----*

*Mas há muitos outros aspetos que nos preocupam, sobretudo urbanísticos, mas também socioeconómicos. -----*

*Nos primeiros, incluímos a alteração à linha estética e arranjo arquitetónico, com descaracterização de fachadas e zonas circundantes. Além da perda de património cultural, em alguns casos, tais como, a título de exemplo, alguma azulejaria que, desta forma, é posta em risco.*

*Sobre os segundos, já nos debruçámos no início desta intervenção. No entanto, ainda gostaríamos de enfatizar a necessidade de contrariar a tendência de maior oferta de tipologias TO e T1, estimulando a oferta de outras tipologias que respondam às necessidades das famílias e contribuam para a sua fixação. -----*

*Mais que apontar o dedo às falhas dos demais – que, em qualquer caso, entendemos existirem – queremos, sobretudo, lançar ideias que possam servir de base de trabalho para alcançar um objetivo que é obrigação de todos perseguirem. E, ainda que algumas destas ideias possam não ser de fácil execução, ou necessitem de ser aprimoradas, também sabemos que ninguém acredita naqueles que dizem que já têm tudo pensado ou tudo sabem. -----*

*Certamente que o senhor Presidente da Câmara querará ter o seu nome incluído na lista dos visionários que estiveram à frente dos destinos do concelho. Para tal, é indispensável perspetivar a longo prazo e conseguir antever, para o futuro, os resultados das decisões de hoje. E como ninguém é dono da verdade, só irá consegui-lo ouvindo, previamente, as pessoas. -----*

*E, com isto, senhor Presidente da Mesa, tenho dito.” (Doc.24) -----*

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O comércio tradicional é sempre a menina dos olhos de qualquer cidade e deveria ser tratada como tal. Efetivamente concordamos que a Covilhã, em termos de comércio tradicional e em termos do que é o comércio local, deixa muito a desejar.

Acho que a exposição está muito bem fundamentada, está muito bem alicerçada naquilo que é a realidade dos factos. Hoje em dia as realidades comerciais, as grandes superfícies, os grandes centros comerciais impõem-se à maior parte das pessoas, mas impõe-se por razões muito óbvias que são razões de conforto e de praticabilidade de acesso a estes espaços que não existem nos centros da cidade, que a Covilhã não se preocupa e que a Câmara não se preocupa em criar nos centros históricos para que este comércio possa se desenvolver da mesma maneira. Qual é que é a grande vantagem dos grandes centros comerciais? É que ficamos com o nosso carro,

estacionamos, temos um carrinho, vamos às compras, damos a volta ao centro comercial todo e saímos confortavelmente sem apanharmos chuva, sem apanharmos intempéries, com a vantagem de estar tudo no mesmo sítio. Num centro histórico isto é difícil de se fazer, mas é possível. É preciso haver vontade e haver alguma coisa que se faça. -----

Das propostas que aqui foram levantadas e que, de facto, entendo que é uma das principais razões pelas quais as pessoas deixam de vir ao centro histórico, nomeadamente ao Pelourinho, é de facto a questão do estacionamento e podemos dizer “a Câmara assegurou com a concessionária meia hora gratuita de entrada”. Meia hora não dá para ir buscar ou fazer uma compra e voltar, no comércio atrás da Câmara. Outro problema que já aqui levantámos e que já aqui falámos várias vezes, é que quando se ultrapassa a meia hora não se começa a pagar a partir da meia hora. Começa-se a partir desde o início, o que é um absurdo. Ou seja, dá-se, mas não se dá nada porque aquilo a que estamos a fazer é chegar e dizer no final não há uma meia hora gratuita nenhuma. Não há tolerância nenhuma de meia hora. Quando se chega e se se atrasa um minuto tem que pagar desde início. Isto não é tratar bem as pessoas. Não é tratar bem os comerciantes. Não faz sentido uma Câmara ter uma infraestrutura como tem o Silo, porque o do Sporting ainda estamos à espera de saber quando é que vai abrir, mas a verdade é que tem que se rever esta posição. ----

Outra questão essencial que tem que se fazer e pensar é, de facto, criarem estruturas com o mesmo conforto e com a mesma capacidade de atracção das grandes superfícies comerciais e na Covilhã temo-la. Temos um Mercado Municipal, só que o Mercado Municipal está abandonado há muitos anos. Lembram-se do Mercado Municipal quando é preciso fazer o Dia do Pêssego. Lembram-se do Mercado Municipal quando esporadicamente lá fazem alguma coisa, mas o Mercado Municipal não é rentabilizado, não é promovido, não são criadas infraestruturas para que os comerciantes e para que os produtores da Covilhã possam efetivamente lá expor os seus produtos, fazer as suas vendas e assim defender-se de outra maneira. -----

Outras das formas que se podem fazer e que a Câmara se calhar pode tentar perceber ou pode tentar promover, e isto não cabe só à Câmara evidentemente, mas a verdade é que aquilo que vemos nos últimos anos é que, para além dos apoios esporádicos ou mais ou menos esporádicos à Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor que trata desta matéria, não há de facto aqui uma preocupação de envolvência entre os comerciantes e os consumidores para promover este consumo. Existem várias formas. Já foram feitos vários estudos. Já foram feitas várias questões de criar situações de recolha de compras, das pessoas fazerem compras confortavelmente e irem recolhê-las a um ponto no final que fosse no estacionamento. Podia-se fazer perfeitamente isso. Existem espaços para isso. Mas a Câmara não está preocupada. Lá está a vantagem que temos e continuo a dizer esperemos que o próximo Executivo que vem aí em breve tenha essa como uma das preocupações. Propostas já existem. Os diagnósticos estão todos feitos. Aquilo que faltou foi sempre a vontade de se fazer alguma coisa por isto.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “Dissociar a política económica local da política económica nacional é um erro. Portanto, passaremos a expor as nossas

ideias porque em cinco minutos ou três minutos achar que se debate alguma coisa é um forte exercício de imaginação. -----

Política económica ao serviço do desenvolvimento do país e não do excedente orçamental da União Europeia ou dos grupos económicos: Aumentar o investimento público 5% do PIB ao ano; diversificar as nossas relações económicas; aumentar a produção nacional; reindustrializar o país; valorizar a agricultura e as pescas; garantir a soberania alimentar; aumentar as exportações; controlo dos sectores estratégicos da economia e travar as privatizações; colocar as empresas públicas, como a TAP, ao serviço do país. -----

Propostas para o comércio local: regulação das rendas comerciais; implementação de um teto máximo de rendas de imóveis comerciais no centro da cidade para impedir a especulação imobiliária e garantir que os espaços continuem acessíveis aos pequenos negócios; campanhas de apoio ao comércio local; organizar campanhas públicas; consciencialização das pessoas sobre a importância de comprar mais no comércio local em vez das multinacionais; redução dos impostos, taxas municipais para pequenos negócios; criarem isenções, reduções de IMI e licenças e taxas municipais para pequenos comerciantes organizados coletivamente; acesso preferencial às compras públicas; criar regras para prioritariamente produtos e serviços no comércio local; facilitar o acesso a espaços públicos; permitir que os pequenos comerciantes usem praças, jardins, ruas para venda ambulante, sem burocracia pesada e altos custos; apoio a digitalização e ao comércio *online*; programas como Comércio Digital que disponibilizam vouchers e apoio técnico para microempresas criarem lojas online, incluindo o registo em domínios .pt gratuitos por um ano; regular horários de funcionamento das grandes superfícies; limitar os horários de funcionamento das grandes cadeias (por exemplo, proibir a abertura ao domingo para dar vantagem competitiva ao comércio local). -----

Sobre esta última questão, a história do debate sobre o horário de abertura do comércio e distribuição em Portugal é bem ilustrativa dos interesses que têm guiado a política de direita praticada pelos sucessivos governos PS e PSD-CDS. É bem demonstrativo da forma de atuação destes grupos económicos sociais, encabeçados pelos grupos monopolistas reconstituídos ao longo de décadas. Eles capturaram o poder político, violando a Constituição, e asseguram que os seus governos fossem legislando e regulando a atividade do comércio e distribuição, nomeadamente o licenciamento de novas áreas comerciais, horários de abertura à medida das suas necessidades de expansão e acumulação capitalistas, com a total subestimação dos interesses e direitos dos trabalhadores e do comércio tradicional e de proximidade. -----

O PCP, não negando a complexidade da questão nas suas múltiplas dimensões e interesses contraditórios no plano económico, social e até cultural coloca, como pontos de partida, três princípios: -----

- 1 - O direito ao descanso semanal de todos os trabalhadores. O dia de descanso semanal consagrado na lei e, em princípio, todos os membros da família devem poder fazê-lo em conjunto. Só o descanso semanal garante o direito dos trabalhadores e dos pequenos empresários do comércio à conciliação da vida profissional, pessoal e familiar; -----

- 2 - A regulação do horário de abertura dos estabelecimentos comerciais é uma regulação do mercado de bens de consumo. A regulação inadequada ou a sua total liberalização significou e significa permitir que prevaleçam os interesses dos grandes grupos e cadeias de distribuição, violando de facto a dita livre concorrência pela impossibilidade das micro pequenas empresas comerciais acederem ao mercado em condições de efetiva igualdade.
- 3 - O ordenamento do comércio exige a regulação dos horários como elemento fundamental. Se, por um lado, é necessário que os horários comerciais tenham em conta de forma adequada as necessidades das populações, por outro devem possibilitar o equilíbrio entre as unidades das grandes empresas de distribuição e o conjunto das micro e pequenas empresas que configuram o comércio de proximidade. Esse equilíbrio entre os diferentes formatos de comércio é necessário para travar a desertificação dos centros urbanos e de outros territórios e de uma alteração significativa, qualitativa e quantitativa do emprego no comércio.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “A minha intervenção não é a primeira que a faço neste sentido. Nestes últimos anos, provavelmente todos nós temos as memórias de passar na zona histórica da Covilhã, de toda a envolvente ali na Praça do Município, e termos aquelas ruas cheias de famílias, cheias de pessoas, com comerciantes e, neste momento, são ruas tristes e despovoadas. É penoso correr as ruas do centro e ver as dezenas de espaços de lojas fechadas, devolutas, com as montras pintadas, com reclames “aluga-se”, “vende-se”. Todo aquele centro histórico, neste momento, é penoso ver isso. -----

A responsabilidade desta Câmara Municipal está, neste momento, a completar os 12 anos. O que é que tem sido feito nestes 12 anos para que se alterasse essa realidade? Que estratégia? Mudou alguma coisa? Ou a estratégia estava mal delineada ou então o resultado é zero, pura e simplesmente, porque não se fez nada. -----

Dou aqui um exemplo e dessa intervenção que fiz já lá vão pelo menos uns dois ou três anos: qual era a razão do piso térreo da Câmara Municipal da Covilhã estar entregue a serviços administrativos que podiam estar em qualquer outra localização da cidade e por que é que estava grande parte do edifício da Câmara dedicada a esses serviços administrativos e não poderia ser, por exemplo, comércio com esplanadas onde se visse aquele centro com pessoas, com vitalidade?

Recordo, na altura, o Deputado Hélio Fazendeiro me ter respondido “já começámos”, mas começaram e pararam logo porque foi só mesmo o início que se fez lá no cantinho que conhecemos. -----

Portanto, 12 anos é muito tempo. É mais de uma década. Por exemplo, alterações estruturais no trânsito, tantas vezes aqui faladas. Quais as alterações que se fizeram no trânsito no centro histórico que alterasse a mobilidade em toda aquela zona onde, em vez de carros, víssemos pessoas, onde, em vez de carros estacionados, víssemos respeito pelas poucas lojas que lá se mantêm. Na Rua Direita sabemos perfeitamente que há mais carros estacionados em zonas onde não deviam, onde se foram pondo floreiras, onde se foram pondo algumas barreiras, mas há mais carros que pessoas. -----

12 anos passaram e temos que perguntar: o que é que foi feito? Houve algum resultado prático daquilo que foi feito? -----

Penso que também estaremos em tempo de fazer balanço e felicito precisamente o Dr. Vasco Lino. Provavelmente estamos em tempo de pensar o futuro, mas a primeira maneira de mudar a visão daquele centro histórico provavelmente é mudar todos aqueles que entretanto pensaram e disseram que iam fazer alguma coisa, mas nada fizeram.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Quero começar, para o início desta intervenção, por saudar o Senhor Dr. Vasco Lino e o Movimento que representa pelo agendamento deste debate. -

É um debate muito oportuno, necessário e útil que já o fizemos noutros moldes nesta Câmara, neste mandato e noutros, mas quero felicitar sobretudo também os contributos que aqui trouxe que ganham ainda mais relevância, não só pela substância, pelo facto de terem sido únicos porque todas as bancadas que ouvimos, e o PS é o último grupo municipal a falar, a verdade é que todas as outras bancadas perderam a oportunidade deste debate para dizerem alguma coisa de substantivo e acrescentarem algo a um tema que é muito relevante para a nossa comunidade, que já teve várias fases de altos e baixos e a que o Executivo Municipal tem procurado dar resposta. --

Antes de avançar um pouco mais na intervenção, quero apenas lembrar que faz hoje uma semana que interrompemos a nossa Assembleia por razão do “apagão”. Também nesse dia, o comércio tradicional demonstrou a sua relevância na nossa comunidade porque provavelmente, na grande maioria das grandes superfícies, todas elas fecharam, todas elas proibiram os clientes de comprar derivado à circunstância de todas elas funcionarem com meios informáticos, com códigos de barras, com outras tecnologias e, de facto, acabou por ser o comércio tradicional, nomeadamente as lojas de bairro que, ao contrário daquilo que os Senhores Deputados vieram dizer a esta Câmara, que têm vindo a reabrir pela cidade e pelo concelho, mas foram essas pequenas mercearias e estes pequenos comércios que ainda apontam o preço à mão ou naquelas etiquetas pequeninas com aquelas máquinas antigas que foram um garante de apoio à nossa comunidade e à nossa população. O meu agradecimento a essas pessoas, aos comerciantes que do pequeno comércio persistem e que encontram nesta atividade a sua forma de subsistência e de dar vida aos nossos territórios. -----

Mas quero também falar sobre o comércio tradicional, dando nota daquilo que procurámos vir a fazer e que temos procurado fazer ao longo destes 12 anos em que o Partido Socialista governa e tem responsabilidades de governação na Câmara Municipal da Covilhã. -----

Devo lembrar, Senhor Deputado, que quando chegámos a esta Autarquia o comércio tradicional no centro era, de facto, um deserto. Isto muito pelas razões e pelas opções que o PSD e o CDS tinham tomado no sentido de esvaziar o centro histórico daquilo que são um conjunto de serviços relevantes e importantes, desde logo da administração pública, que depois foram subsequentemente seguidos pelas entidades privadas e que, basicamente, esvaziaram o centro histórico. -----

Ora, desde que chegámos em 2013 à Câmara Municipal, temos tido consistentemente e paulatinamente uma estratégia de reforço e de revitalização do centro histórico, desde logo com a revitalização de infraestruturas determinantes, como seja o Teatro Municipal, como seja o Centro de Inovação Empresarial, o Centro de Inovação Cultural, o reforço de um conjunto de infraestruturas públicas que traz mais gente para o centro e, com isso, gera desenvolvimento e gera incentivo à abertura de novos comércios, novas lojas, novos restaurantes, novos bares. -----

Dizer-se que isso não acontece é assumir-se que não andamos na rua, que não conhecemos o território, que não conhecemos a realidade. Dizermos que é necessário mais, concordamos e consigo acompanhá-lo. Dizer-se que é necessário requalificar e intensificar a recuperação do espaço público, consigo acompanhá-lo. É verdade. Temos que intensificar aquilo que é a requalificação do espaço público, nomeadamente naquilo que é as condições de mobilidade das pessoas, mobilidade condicionada, os carrinhos de bebé, as pessoas que andam com meios alternativos de mobilidade suave terem condições para andarem de forma mais confortável no nosso espaço público. Mas isso também é aquilo que este Executivo tem vindo a fazer, como por exemplo, a requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto, a requalificação que foi feita na Praça do Município com o rebaixamento de passeios e com a melhoria da experiência no espaço público. --

Mas é preciso identificarmos esta requalificação do espaço público a toda a cidade e a todo o concelho, nomeadamente nos centros urbanos das nossas aldeias e no centro urbano da nossa comunidade. -----

É este trabalho e é este desafio que temos que fazer e que temos que vencer para que as pessoas possam ter melhores condições para virem para a rua. -----

Temos feito também um reconhecimento e procurado valorizar os espaços que existem. É da responsabilidade deste Município o regulamento que permite a distinção e o aproveitamento de um conjunto de benefícios que, no fundo, procuram distinguir comércio com história e espaços que têm história na nossa comunidade. Já foi feito um processo, nomeadamente a Drogaria Moderna que já foi aprovado em Executivo Municipal e que esperamos que possa vir a ser também utilizado por outras entidades e por outros estabelecimentos. -----

É com o intuito de apoiar e dinamizar o comércio tradicional que a Câmara Municipal, em parceria com a Associação Empresarial e Comercial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, fez uma candidatura dos bairros digitais onde conseguimos ter um mérito assinalável, onde vamos ter 1 milhão € para investir naquilo que é a modernização do espaço público, na modernização do nosso comércio e no apoio e no incentivo a estes pequenos comércios. -----

É necessário fazer um conjunto de outras iniciativas e, de facto, se antes não havia, hoje já há um apoio de estacionamento nos silos autos que existem no centro e na zona baixa da cidade, na zona da estação, onde existe meia hora para que as pessoas possam fazer compras ou tratar de pequenos recados. -----

Compreendo o argumento que dão. A verdade é que antes não havia e hoje há. E o que exorto à Câmara Municipal é que se estude qual é o impacto financeiro que pode vir a ter para outras soluções que apoiem mais facilidade no comércio. Mas não tenhamos dúvidas, Senhoras e

Senhores Deputados, podemos dar estacionamento gratuito todo o tempo. O essencial é termos condições e termos condições não é só a Câmara Municipal. É termos todos, enquanto comunidade, condições para que as pessoas se sintam bem no espaço público, para que encontrem soluções para as necessidades de comércio que têm que fazer nas lojas e nas ofertas que existem no espaço, nomeadamente no centro histórico, para que possam vir realizar as suas compras. ----

Isto é um trabalho conjunto que tem que ser feito entre todos, com as instituições, com a Câmara Municipal, com as Juntas de Freguesia, com as associações empresariais, com o comércio tradicional. Hoje, com a pujança que tem e com o dinamismo que tem, não podemos dizer, Senhor Deputado, que a Covilhã é uma desgraça e depois que tem problemas de creches. As coisas não jogam. Não é possível dizer-se que estamos a definhar constantemente, mas depois temos problemas com creches, o que significa que temos mais gente, que felizmente temos mais crianças e mais atratividade. -----

Portanto, temos que continuar todos em conjunto a trabalhar para desenvolver a nossa cidade e que ela se possa continuar a afirmar como tem feito.” -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Deixo apenas uma reflexão final. -----

Do que ouvi das intervenções sobre este tema, aparentemente toda a gente está de acordo em que é preciso fazer alguma coisa. Exorto é que todas as forças políticas deixem um pouco de fora a ideologia e se unam em torno do objetivo que é contribuirmos para a reativação e reanimação não só do centro da cidade, mas também todos os centros urbanos das freguesias e dos respetivos comércios. -----

Aí sim, penso que estaremos a fazer um bom serviço e um bom trabalho em prol da comunidade.”

--- O Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** fez a seguinte apresentação do tema “**Habitação**”: -----

“Passado cerca de um ano e meio do primeiro debate que esta Assembleia teve, resultado do modelo introduzido pelo Regimento desta Assembleia, o Partido Socialista traz novamente a debate o tema da habitação, consciente da importância que este tema tem não só para a vida de cada um de nós, mas também pela qualidade da nossa vida coletiva, na razão que a casa é muito mais do que um espaço físico. É em casa a centralidade que se constrói, a centralidade do projeto de vida de cada pessoa e que cada família se assume. É na habitação que está a fundação para a construção de uma sociedade mais justa e coesa. É em casa o lugar onde começa a liberdade de cada um, de cada um de nós e dá a garantia de dignidade à nossa família. -----

Considerando que a habitação se tornou um dos principais problemas socioeconómicos da Europa nos últimos anos, em Portugal este é um tema muitas vezes centrado na realidade dos grandes centros urbanos, mas a verdade é que este tema é um problema de todo o país, onde a Covilhã se

inclui devido a diversos fatores, mas que assume particular relevo social devido ao crescente desfasamento dos preços das casas e os rendimentos das famílias. -----

Este é um problema que atravessa a vida das pessoas, que impede famílias de se formarem, mas também que afasta estudantes do ensino superior. -----

Este é um problema social, económico e também político porque alimenta frustrações, alimenta desigualdades e, por consequência, discursos de exclusão, pelo que deve ser tema central do debate político no encontro de soluções reais a nível nacional, mas também a nível local. -----

Passado então um ano e meio do nosso debate sobre esta temática, o que mudou? Qual a realidade da habitação em Portugal e na Covilhã? -----

Como já referi nesta Assembleia, são necessárias soluções integradas onde setor público, setor social, proprietários e setor privado estejam empenhados na criação de um sistema de habitação alargado com uma oferta crescente de habitação diversificada e adequada à capacidade financeira de cada família, onde o Estado, nomeadamente o Governo da República, tem um papel central nesta temática pela simples razão que na visão liberal de desresponsabilização do Estado em que o mercado irá resolver os problemas do Povo, irá manter uma boa parte do Povo sem teto, sem casa, sem liberdade, sem dignidade para a sua família. -----

Neste sentido, antes de abordar o que foi feito a nível local, é importante compreendermos o que mudou a nível nacional. -----

A estratégia adotada pelo atual Governo da AD ao desproteger o arrendamento, ao abdicar de parte do PRR para dar resposta às necessidades da classe média, limitando apoios, incentivando a procura sem aumentar a oferta, trouxeram resultados catastróficos em menos de um ano de responsabilidade governativa. Resultados catastróficos como responsabilidade direta do PSD e do CDS que se assumem em dois dados concretos: aumento médio de 10% do preço das casas e o aumento de 8% nas rendas em Portugal. -----

Mas mais do que estes resultados catastróficos, a atual ausência de uma liderança determinada para a habitação em Portugal assume uma triste e particular realidade quando assistimos hoje a um atraso de seis meses na atribuição de apoios aos candidatos de medidas de apoio à renda, como acontece na porta 65 que afeta milhares de portugueses na Covilhã e em todo o país. -----

Ao nível local, apesar dos condicionalismos e influência direta que as certezas nacionais têm na ação dos municípios, o caminho que a Covilhã tem feito não começou hoje. E por não terem começado hoje, os resultados existem. -----

No sector social é reconhecido o compromisso do Município em apoiar todas as IPSS que têm investimento a decorrer no âmbito do PRR, em que, devido à inflação dos preços da construção, os orçamentos inicialmente previstos não são suficientes. -----

No sector privado, a dinâmica da construção habitacional é visível um pouco por todo o concelho, onde a velhinha Torre de Santo António se renova, por exemplo. Depois de décadas de abandono, renova-se hoje porque, ao contrário dos arautos da desgraça da Covilhã, nomeadamente do CDS, que quando revista a área da ARU da Covilhã nesta Assembleia sob proposta do Executivo

Municipal, afirmaram que o PS estaria a enganar os Covilhanenses e que a Torre nunca seria reabilitada. Não estávamos Senhores Deputados. A reabilitação da Torre existe. Está em construção. -----

Ainda em relação ao investimento do setor privado, o mesmo ganhou um novo estímulo com a redução em 50% das taxas urbanísticas fora das 28 áreas ARU e de 25% dentro das áreas ARU, sendo exemplo a visão integrada para o investimento da habitação do concelho da Covilhã, não só para resolver as carências habitacionais, mas também para reforçar a oferta habitacional e tornar a habitação como fator de fixação das novas famílias no concelho da Covilhã. -----

No entanto, é na habitação pública que a Covilhã se tem destacado a nível nacional. Um destaque feito inclusive pela insuspeita e atual Secretária de Estado da Habitação, Patrícia Costa, onde a Estratégia Local da Habitação assume particular relevo e reconhecimento. Como é do conhecimento de todos, a Estratégia Local de habitação suporta-se num diagnóstico atualizado das carências habitacionais no território municipal, definindo a Estratégia Local de Habitação e as soluções habitacionais a desenvolver no concelho em que se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo do 1.º Direito onde, em dezembro de 2021, o Município estabeleceu as condições para iniciar o processo de implementação da sua Estratégia Local de Habitação num prazo de execução previsto de seis anos. -----

Hoje, sensivelmente a meio do prazo estabelecido, o total do investimento contratualizado soma quase 10 milhões € dos 12 milhões € previstos. 10 milhões € de investimento onde se enquadram: empreitadas de 56 fogos habitacionais no âmbito do 1.º Direito já concluídas; 55 fogos habitacionais com empreitadas em curso; 27 fogos habitacionais para rendas acessíveis com protocolo estabelecido; 3 fogos habitacionais em curso destinadas a integrar a Bolsa Nacional de Alojamento Temporário, obra e investimento público na Habitação da Covilhã que visam reabilitar e reforçar o parque habitacional do concelho num total de 167 fogos a serem reabilitados e 40 novos fogos que revelam o compromisso que o Partido Socialista tem com a habitação pública na Covilhã. -----

Antes de terminar, permitam-me duas soluções à discussão. -----

Um dos fatores que mais influencia o aumento das rendas da Covilhã prende-se à elevada procura decorrente do sustentado e louvável crescimento em número de alunos da Universidade da Beira Interior que tem atualmente perto de 9000 alunos, com uma oferta de habitação pública através das suas residências estudantis com capacidade para cerca de 800 camas. Quando adicionado um crescimento em mais de 3000 alunos até 2030, conforme vertido no Plano Estratégico da UBI e com o aumento previsto de apenas 24 novas camas, a capacidade de resposta das suas residências irá diminuir para perto de 7%. Uma percentagem particularmente baixa e que merece reflexão e ponderação de investimento em mais residências universitárias como fator diferenciador e de captação de novos alunos, mas também como fator de regulação do mercado de arrendamento da Covilhã. -----

Outra proposta que a bancada municipal do Partido Socialista apresenta passa pela necessidade de uma maior aposta na reabilitação urbana. Como referi, existem hoje mecanismos de incentivo à realização. Existem ainda mecanismos que penalizam os proprietários que têm imóveis em

estado de degradação, bem como a reconhecida rapidez na análise do processo de construção que hoje existe no Município da Covilhã, mecanismos essenciais para dar resposta ao complexo desafio da Reabilitação Urbana, em especial do centro da Covilhã que está extremamente condicionada por ordenamento habitacional desregulado que remonta ao passado industrial da Covilhã. -----

Entendemos, por isso, ser necessário a criação de bolsas de estacionamento e pequenas áreas verdes no centro da cidade por forma a estimular mais investimento privado em áreas de elevada complexidade construtiva, como aquela que existe no centro da cidade. -----

Senhoras e Senhores Deputados, termino com um desafio que, ao contrário do último debate sobre esta temática, esta Assembleia possa realmente discutir um tema central para a vida dos Covilhanenses.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Só fazer um par de comentários. Primeiro, regozijo-me agora pelo tema escolhido pelo PS para trazer a esta Assembleia. É sem dúvida um assunto preocupante para todos os cidadãos, não só a nível nacional como em particular, no nosso caso, para os munícipes da Covilhã. -----

Penso que deve ser fomentado este debate sobre esta matéria. Uma vez mais, perdoem-me, mas penso que temos sempre a tendência de entrar aqui no passa culpas, desfocando-nos do que é essencial, mas não queria deixar de fazer só duas notas que há bocadinho comentava aqui na bancada, uma delas a propósito da oferta para estudantes da Universidade, podendo ser isso ou não uma opção estratégica. Temos que ver que começa a haver também muita oferta de quartos e de habitação para esse mercado, mas estranho que não tenha ouvido nunca esta Assembleia pronunciar-se a propósito de um edifício que era património do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e que há meia dúzia de anos atrás poderia ter sido utilizado pela Universidade para fazer uma residência académica. Nessa altura, ninguém falou nas doações do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e, hoje, a propósito do Bolinha de Neve, já ouvi aqui várias referências a isso. -----

Portanto, essa era só uma nota que eu queria deixar que poderia, na altura, ter sido também estratégico para a cidade apoiar a Universidade e seria, sem dúvida, estratégico para a Universidade ter uma maior oferta de camas para os seus alunos.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “Mais uma vez, separar a política nacional da política local é um erro neste assunto. -----

O direito à habitação é defender o Povo, enfrentando a especulação, os fundos imobiliários e os grandes proprietários. -----

As nossas propostas para esta questão são: -----

– Programa Nacional de Habitação; -----

- Construção e Manutenção e Remodelação de Habitações Públicas 1% do PIB; -----
- Um período mínimo de dez anos de duração dos contratos e regular e baixar o valor das rendas; -----
- Reduzir as prestações; -----
- Baixar os lucros da Banca; -----
- Acelerar o processo de reabilitação e revitalização dos centros urbanos, revalorizando a função habitacional das áreas consolidadas; -----
- Promover a entrada no mercado de uma parte significativa dos fogos devolutos e existentes, exigindo legislação adequada; -----
- Defender a revogação do Regime de Arrendamento Urbano, conhecido pela Lei dos Despejos; -----
- Reforçar a proteção dos moradores abrangidos pela renda apoiada; -----
- Lançar um programa municipal de combate à pobreza energética; -----
- Negociar programas de habitação a custos controlados com proprietários de prédios devolutos, recuperando-os, adaptando-os para habitação segundo os padrões modernos de habitabilidade, nomeadamente no que respeita a conforto térmico e acústico; -----
- Promover e incentivar cooperativas de habitação na recuperação e requalificação do património edificado; -----
- Remover o amianto das habitações sociais; -----
- Defender a revisão da fórmula de cálculo das rendas apoiadas e lançar programas de acompanhamento social; -----
- Promover um programa de apoio e promoção à habitação jovem no centro histórico, na grande área central da cidade, bem como nas freguesias rurais; -----
- Utilizar os mecanismos de intervenção coerciva consagrados na lei para obras de manutenção e recuperação sempre que se verifique ser economicamente viável e perante recusa dos proprietários e incapacidade insuperável dos inquilinos e de obras em falta nas urbanizações; -----
- Fomentar a participação das populações no processo de reabilitação urbana e na gestão das suas áreas residenciais; e -----
- Cooperar com a Universidade da Beira Interior, com vista à elaboração de estudos e soluções de qualidade urbana e arquitetónica.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “De facto, era importante tentarmos balizar isto. Penso que, quando estamos a tratar destas questões e destes debates, são debates municipais e, portanto, acho que devemos falar daquilo que nos compete e do que somos capazes de efetivamente fazer e do que efetivamente participamos para este assunto. -----

Sobre esta matéria da habitação, fico sempre muito sensibilizado, uma maneira de dizer, pelos Deputados do PS terem esta informação privilegiada sobre o que é que a Câmara faz em termos de habitação. É complicado a gente dizer isto, mas se calhar aconselhava-os a dizerem ao Senhor Presidente da Câmara que cumprisse aquilo que está na Lei. A Lei de Bases da Habitação, no seu

artigo 23.º, diz uma coisa muito simples que é: “A câmara municipal elabora anualmente o relatório municipal da habitação, a submeter à apreciação da assembleia municipal, com o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão.” -----

Falámos aqui muito bem que existe uma política local de habitação e instrumentos de política local de habitação desde 2021. Já vieram atrasados porque a Lei é de 2018. Demoraram três anos a acordar para isto, mas desde 2021 até agora nunca foi submetido a esta Assembleia nenhum relatório municipal sobre a habitação e depois vêm para aqui a dizer “fizemos isto, fizemos aquilo, fizemos aqueleoutro”. Fico contentíssimo por aquilo que se faz. -----

Agora, o problema da habitação da Covilhã está resolvido? Não está. O problema da habitação das pessoas que mais precisam, nomeadamente o estado da habitação social no concelho, o que é que o PS tem a dizer sobre isto? Continuamos a ter situações miseráveis em termos do que são a manutenção das casas de habitação social. São aqueles que mais precisam. -----

Faço aqui questão de dizer um ponto de honra porque eu acho que é importante: não atiramos toalhas para o ar e dizemos que o CDS esteve contra a construção daquilo ou daqueleoutro porque não é verdade. Aquilo que aqui foi discutido e que o CDS alertou na altura foi a alteração da área da ARU de Santo António para a inclusão da Torre de Santo António nessa situação, que nós dissemos a favor e votámos favoravelmente a isso, e chamámos a atenção daquilo que hoje, infelizmente, se está a verificar que era saber se isto não seria um jeito que se estaria a fazer a um promotor privado para, de facto, constatar aquilo que se está a constatar hoje, pelo menos pelos anúncios, e ainda não está concluída presumo eu, que as vendas de um T1 naquela Torre estão nos 300 e tal mil euros €. Pura especulação imobiliária! E é nisto que o PS pactua e faz. Altera um instrumento de regulação urbanística para promover, e bem, a reconstrução de edifícios que estão abandonados e que estão feitos, mas depois não estabelece regras para isso. -----

Portanto, temos que perceber que isto é o mercado a funcionar, mas a Câmara Municipal e o Município da Covilhã têm obrigações nesta matéria. O CDS alertou para isto na altura própria. O PS não quis ouvir e hoje paga-se pelo que não se quis ouvir e é triste que isso aconteça. -----

Temos que perceber que a habitação no nosso Concelho não se cinge à Covilhã, não se cinge à área urbana da Covilhã. Tem que ser tratada conjuntamente com as freguesias. Peço à Câmara que se dedique a ler a Lei de Bases da Habitação e que a cumpra. A Lei de Bases da Habitação diz que as autarquias locais podem constituir Conselhos Locais de Habitação com funções consultivas, nomeadamente incluindo as Juntas de Freguesia, para que isto possa ser tratado de uma forma articulada, de uma forma conjunta, para que não haja pressões urbanísticas desnecessárias, nomeadamente no centro da Covilhã, onde também a mobilidade aqui tem muito a ver e que se permita, de facto, as ligações entre as freguesias menos urbanas com o centro da Covilhã, para não se criar esta dupla interioridade que existe na Covilhã porque as pessoas saem das aldeias e das vilas onde vivem para virem viver na Covilhã porque não conseguem custear transportes, porque perdem tempo nos transportes (é um dos grandes problemas que existe) e depois a Câmara esquece-se disto porque fez dois instrumentos, apenas dois que são importantíssimos, mas esquece tudo o resto. Depois chega aqui a falar de habitação e a culpa é sempre do Governo. Foi aquilo que eu ouvi aqui e que o CDS está contra as coisas. -----

Acho que temos que ser razoáveis, coerentes e objetivos na maneira como tratamos destas questões e, de facto, em termos de habitação na Covilhã é verdade que hoje os processos no urbanismo, graças muito ao anterior responsável pelo urbanismo, agilizou-se bastante essa matéria, é pena é que não se deu o devido crédito e que tenha só sido o PS, pois trata as pessoas da maneira como se trataram. Mas independentemente daquilo que aconteceu em termos das políticas, o meu conselho nesta matéria é só isto: leiam e cumpram efetivamente a Lei de Bases da Habitação.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Não quero falar sobre a questão nacional da habitação, como foi aqui dito. Chamo apenas a atenção que já foi desmentida uma questão que foi aqui dita por um *fact check* que a situação hoje da habitação em Portugal seja pior do que há um ano. -----

Independentemente disso e do financiamento que foi implementado a nível nacional que é significativo, gostava de me focar no Concelho da Covilhã e na situação da habitação no Concelho da Covilhã que tem pontos positivos e pontos negativos. -----

Primeiro ponto positivo que chamo a atenção é que os dados disponíveis no Pordata, no anuário financeiro dos municípios, etc., demonstram que a situação de controlo de preços de casas na Covilhã, a inflação, foi substancialmente menor comparada à média nacional, em especial ao litoral, mas também com o resto do interior e é de louvar que os custos de habitação que estão a crescer na Covilhã e que são preocupantes, mesmo assim não são tão preocupantes relativamente ao resto do país. -----

Gostava de começar por apontar o que foi feito de forma positiva pelo Município. A Estratégia Local de Habitação, é verdade, com a identificação de 221 famílias em carências habitacionais; o investimento previsto, esperamos que concretizado, de milhões nesta área; a reabilitação já concluída de 92 habitações através do programa 1.º Direito – financiamento estatal – e de mais 20 em fase de conclusão; o plano que esperamos que passe de plano para a construção de 40 novas habitações, 27 das quais para renda acessível; o protocolo com a CIMBSE e com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para viabilizar 90 novos fogos a custos acessíveis é de elogiar; e a redução recente das taxas urbanísticas para incentivar a construção privada, não obstante problemas como foi agora aqui mencionado, nomeadamente com a Torre de Santo António. Só uma correção, creio que só os T0's é que estão a 300.000 €, nem sequer chegam a ser os T1's, e obviamente é um problema. -----

Problemas de habitação no Concelho da Covilhã. Já foi mencionado aqui que não cumpre a Lei de Bases da Habitação; o aumento dos preços, em especial devido à escassez do mercado de arrendamento tradicional que foi agravado pela procura estudantil crescente. É bom a Universidade crescer, mas o aumento da procura, como a diminuição da oferta, leva a um aumento dos preços; a insuficiência de oferta de habitação social face à crescente procura e famílias em lista de espera. Gostava de lembrar, não foi aqui dito e merece ser dito, que a Covilhã tem o maior parque habitacional da Beira Interior. O PSD deixou mais de 600 fogos de habitação social no Concelho da Covilhã que atravessa agora uma degradação histórica natural e que tem uma necessidade urgente de manutenção preventiva. Já aqui discutimos isso várias vezes. Tenho vários

dados se quiserem que desenvolva, mas neste momento uma comparação, face aos 600 fogos de habitação social que o PSD deixou, uma comparação desfavorável com o investimento de municípios vizinhos. Dou o exemplo da Guarda que investiu significativamente mais em número de fogos do que a Covilhã nos últimos anos; o êxodo populacional e envelhecimento demográfico, claro; as rendas excessivas, que gostava de sublinhar que a Câmara cobrou ilegalmente rendas a inquilinos da Covilhã que já foram aqui discutidas e o Município não sabe à data de hoje o que fazer ao seu património devoluto e quantas casas na realidade tem. Porque a verdade é esta. Discutimos isto também no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Qual é o seu património? A Covilhã não tem ainda contabilizada a totalidade do seu património e não foi capaz de responder ao requerimento formal enviado aqui por esta Assembleia, dizendo qual é o património habitacional que tem em concreto. -----

Há nove anos, o Senhor Presidente Vítor Pereira anunciou que era necessário 1.250.000 € para recuperar a habitação social no Concelho. Neste momento continuam-se a fazer levantamentos sobre o estado da habitação social. Ainda não se resolveu o problema e gostava agora de fazer questões sobre isto. -----

1. Quantas famílias já foram concretamente beneficiadas pela Estratégia Local de Habitação? Já respondi inicialmente a parte. Não temos os dados todos. -----
2. Qual é o calendário real para concluir as 40 a 90 habitações previstas no âmbito desta Estratégia que o Município tanto fala que aprovou? -----
3. O que é que se está a fazer em concreto para apoiar a habitação acessível dirigida aos jovens, em particular em coordenação com a Universidade? Sabemos das residências estudantis. Queremos saber em concreto quantos fogos vão ser disponibilizados. -----
4. Por último, que ações específicas estão a ser tomadas em relação ao número elevadíssimo e progressivamente elevado, que é natural, de fogos devolutos no Concelho da Covilhã? O facto de termos um maior parque habitacional leva depois a uma degradação ao longo dos anos que é preciso manutenção. O que é que está a ser feito nesta matéria? Tenho dados para mostrar se quiserem, mas gostava de ouvir a resposta antes disso. -----

Para terminar, propostas para não dizerem que não se fazem propostas: -----

1. Acelerar a reabilitação já em curto e a atribuição imediata aos agregados mais necessitados, como já está identificado na Estratégia do Município. É preciso é passar à prática; -----
2. Já aqui falei várias vezes e volto a reiterar. Transformar os ocupantes de casas de habitação social do Município em proprietários, contratos de propriedade resolúvel. Permite resolver, por um lado, os problemas de rendas, por outro lado, os problemas de degradação e de não cobrança ou cobrança ilegal de rendas por parte da Câmara. Explico: transformando os arrendatários em proprietários pagando uma renda, vamos imaginar a título ilustrativo, ao longo de 20 anos paga uma renda que constitui, na prática, um empréstimo e, passado 20 anos, tornam-se proprietários daquele imóvel, tratando os proprietários daquele imóvel. Depois qualquer manutenção é feita por parte dos proprietários. O Senhor Presidente da Câmara já disse aqui várias vezes que concordava. Gostava que me dissesse quantos destes contratos já iniciou. Tenho a resposta porque estão já disponíveis: zero; -----

3. Terminar rapidamente a revisão do PDM para libertar terrenos, nomeadamente para habitação acessível; -----
4. Lançar programas para reabilitação energética e adaptação, como foi feito em municípios vizinhos, para idosos e pessoas com mobilidade reduzida que têm problemas específicos e que precisam de resposta; -----
5. Por último, a reutilização efetiva dos nossos imóveis devolutos e privados também apoiando-os através de parcerias.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Indo por partes. Informação privilegiada que o CDS acusa. Bem, já ouvi nesta Assembleia que deveremos ter uma postura de credibilização do debate político. O CDS não é o proprietário para falar de credibilização da política quando anuncia candidatos à Assembleia Municipal que nem sequer aqui marcam presença quando têm sido eleitos há quatro anos atrás. Agora, aquilo que lhe digo também é que a informação que foi aqui veiculada foi apresentada no dia 24 de abril na entrega de chaves relativas à Estratégia Local de Habitação que o Deputado Hugo aqui apresenta sobre o que é que está feito e o que é que não está feito. Está feito. Existe investimento que está concluído e que já está, de facto, entregue à população da Covilhã. Estes dados são públicos e percebo que o CDS não marque presença, que não esteja presente, mas de facto não vale a pena estar a fazer insinuações porque isso é, enfim, fugir um bocadinho àquilo que é a credibilidade que tanto apregoa. -----

Falar sobre habitação, e sei que o CDS e o PSD têm alguma dificuldade de falar sobre ela e de remeter isto a nível nacional... A verdade é que quanto às nossas estratégias a nível local e a nível municipal temos caminho para a fazer, mas a verdade é que aquele caminho que é para fazer ao nível local tem uma influência brutal naquilo que são as estratégias definidas a nível nacional. -----

Invocou aqui a Lei de Bases da Habitação. Como é do seu conhecimento, foi e é uma das medidas tomadas pelo Governo PS, penso que em 2018 e, portanto, a partir daí aquilo que apraz dizer é que também existe uma falta de conhecimento sobre alguns dados que aqui foram falados. -----

Falar sobre aquilo que é a caracterização do mapa do património do Município, ela existe. Aquilo que existe na Carta Municipal da Habitação é exatamente parte desse levantamento e estão identificadas exatamente as estratégias que são necessárias para dar resposta e em que inclusive algumas dessas medidas que aí estão a ser apresentadas existem e estão também a ser implementadas. -----

Portanto, aquilo que lhe digo é: deixem-se dessa conversa de que nada se faz, que as coisas não existem. Em termos de património aquilo que é o edificado a nível de habitação social, e é verdade que há um trabalho feito nos anteriores executivos municipais, é verdade que o PSD, e já foi reconhecido nesta Assembleia até da minha parte, teve um trabalho no passado, mas que é preciso ser cuidado e algo que aqui se faltou à verdade é que o investimento que foi feito pelo executivo do Partido Socialista já remonta ao ano de 2012 desde que é governo neste Município, nomeadamente na parte energética e na parte de reabilitação de muito daquilo que é a habitação

social que está na Covilhã, ainda antes desta Estratégia Local de Habitação. Isto é factual e os Senhores, muitas vezes, querem ignorar e querem fazer dizer que não existe.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, felicitou “as forças políticas aqui representadas por terem trazido tão importantes temas à discussão. Eram temas para uma Assembleia Municipal individual e específica só para cada um deles e não para os dois e como também tenho pouco tempo, vou fazer uma abordagem o mais objetiva e sintética possível de maneira a que aqui possamos fazer alguma luz. -----

Relativamente à matéria da “**Habitação**”, a nossa Estratégia Local de Habitação prevê um investimento global de 12 milhões € e notem que não é conversa. Já temos protocolados, repito, protocolados 9,6 milhões €. Portanto, não é conversa. Isto são factos. O que importa é o que os nossos serviços fazem, seguindo as instruções que o Executivo lhes dá. Cerca de 5 milhões já estão concretizados. -----

No final, teremos 167 fogos que foram reabilitados e, desta forma, proporcionamos assim a centenas de pessoas condições de habitação dignas e condignas. -----

Vamos ainda construir de raiz 40 fogos, 27 dos quais para rendas acessíveis. Não me pergunte o dia em que termina e que se entrega a chave porque isso seria fazer demagogia e demagogia não faço. Não vou dizer qual é o dia em que se entrega a chave ou que a obra estará pronta até porque sabemos qual é o contexto do mercado em termos de construção civil e sabemos das dificuldades que todos temos para concretizar aquilo que muitas vezes pretendemos, não obstante a disponibilidade financeira. -----

Dar nota de que não enjeitamos a boa herança que recebemos de património de habitação social. Temos, a nível distrital e da região, o maior parque habitacional. São 735 habitações, 735 fogos. É verdade, também tem que se sublinhar isso porque são factos e não são histórias, que herdámos este património riquíssimo que em boa hora foi construído e em boa hora foi levado a efeito, mas lembrar-se-ão que tivemos que pagar (também era obrigação nossa, é certo, porque quando se contrai uma dívida a Câmara é uma pessoa de bem e tem que honrar os compromissos que vêm de trás, e nós, honrando esse compromisso, andámos até há poucos dias, para não dizer há poucos meses, a pagar o que custou essa habitação social, mas em boa hora o fizemos). -----

Mais ainda, fizemo-lo mesmo quando tínhamos muito poucos recursos e lembrar-se-ão que o primeiro mandato foi um mandato quase exclusivamente destinado a apagar incêndios e este foi um deles. -----

Mas logo que pudemos fomos, como já aqui foi referido, trabalhar na eficiência energética, quer colocando painéis solares, quer colocando caixilharia, quer colocando capoto para proporcionar mais conforto, mais eficiência energética e fizemo-lo de forma transversal em vários bairros sociais onde este parque habitacional está instalado. -----

Dar também aqui uma nota que priorizamos, numa primeira fase, a requalificação na melhoria das condições, como já referi, em todos os fogos identificados como carecendo de intervenções com essa finalidade. Identificámos primeiramente 150 e depois alterámos para um total de 167 fogos.

Outra nota: a Estratégia Local de Habitação não é uma coisa que estala os dedos, há um passe de mágica e resolve-se o assunto. Tem que haver uma fase de análise, de levantamento e de diagnóstico. Aliás, os Senhores Presidentes de Junta aqui presente são testemunhas disso. Durante dois anos, os nossos serviços, conjuntamente com eles e com os funcionários que os acompanham e com os executivos que os acompanham foram prestimosos, essenciais e fundamentais para fornecer informação relevante para esse mesmo levantamento, para essa análise, para esse diagnóstico e que se saiba, para se poder programar e fazer as tais estratégias que são fundamentais, é preciso trabalhar previamente. Esse trabalho levou dois anos a fazer. Não era o Presidente da Câmara; não era a Senhora Vereadora; não eram os serviços da Câmara em exclusivo; era este conjunto de pessoas e técnicos que fizeram esse trabalho obviamente com a coordenação quer do Executivo, quer dos Senhores Presidentes de Junta que tiveram aí um papel absolutamente decisivo. Vale isto para dizer que estas coisas não surgem da noite para o dia. -----

Depois há que assegurar financiamento; depois há que contratualizar; depois a seguir tem que se lançar os procedimentos; e depois há as revisões de projeto porque agora também há revisões de projeto. Já tínhamos isto muito mais adiantado, mas depois houve necessidade de rever projetos. E sabem porque é que há revisão de projetos? É uma emanação, a meu ver bem, do ponto de vista da transparência e dos objetivos, mas acarreta uma maior demora na concretização daquilo que efetivamente se pretende. -----

Sabemos que há muito caminho para fazer e precisamos de muito mais. Precisamos de reforçar ainda mais este trabalho, sendo certo que esse trabalho é um trabalho inacabado. Haverá sempre essa dificuldade. Temos é que combater aquilo que efetivamente está mais difícil e as maiores carências que existem. -----

No que diz respeito ao tema do **“Comércio Local”**, é uma injustiça profunda dizer que nada ou quase nada foi feito a esse propósito porque, desde a criação de áreas de reabilitação urbana, desde os investimentos utilizando e rentabilizando ao cêntimo fundos comunitários, reabilitámos importantes edifícios que eram propriedade do Município e estão aí. É indesmentível. Basta sair à rua e isso acontece. E, nas áreas de reabilitação urbana, nós proporcionámos condições ímpares para que os privados, e bem, investissem como investiram. Há 12 anos havia meia dúzia de restaurantes na Covilhã. Não havia restaurantes com o impacto que hoje têm, com a criatividade que hoje neles vemos, o conforto que temos. Aqui ao lado, temos dois exemplos. Ao lado deste edifício temos aqui um empreendimento que é um exemplo em termos daquilo que foi, de facto, o resultado de um bom investimento, claro que com a Câmara sempre a ajudar naquilo que lhe é possível fazer do ponto de vista dos serviços e também daquilo que, do ponto de vista fiscal, também pode ser feito. Vamos ali um pouco mais ao lado e temos o *Pena d’Água* que é outro grande investimento de um Covilhanense que, de facto, é a todos os títulos exemplar onde existe também um outro restaurante. Descemos aqui as escadinhas, em frente à Praça do Município, e temos ali um grande investimento também do ponto de vista da restauração. Mas se percorrermos mais zonas da cidade, dou-vos outros exemplos para que não se diga de forma aleivosa que, de facto, não existe melhoramento. -----

Atenção que a requalificação urbana, a revitalização urbana, é um processo que leva muitos anos. Costumo dizer que os dois paradigmas em Portugal de revitalização e de requalificação urbana são

Guimarães e Évora. Mas sabem há quantos anos começaram? Começaram há 50 anos a fazer isso. Não podemos fazer em 12, 20 ou 30 aquilo que os outros fizeram em 50. -----

Temos dado passos significativos. Temos trabalhado nesse sentido e agora há que, de facto, melhorar. É um trabalho que todos temos que contribuir para isso, obviamente contando sempre com a iniciativa privada e proporcionando-lhes as melhores condições para que eles possam investir, para que possam criar o seu negócio, manter o seu negócio e negócios têm que ser diferenciados. Como aqui foi dito, as grandes superfícies são avassaladoras na medida em que oferecem toda uma gama de produtos que os pequenos comerciantes não conseguem por causa da escala e da especialização que cada um tem nessas áreas. Há que, de facto, apostar no comércio e continuar este comércio de esquina, este comércio de bairro e depois em lojas especializadas. Temos aqui perto também um exemplo que é um paradigma que pode ser replicado noutros contextos, como é o caso da *Tentadora*, também uma iniciativa privada. Ou seja, concorrem aqui um conjunto de circunstâncias, umas promanam do Governo da República seja ele qual for, outros que promanam do Município, outros da Associação Empresarial que tem sido, como já aqui foi referido, um parceiro fundamental. Aliás, temos aí os bairros digitais que são uma realidade que vem ajudar e muito aquilo que queremos para o nosso Concelho e a esse nível também vem reforçar o nosso trabalho nesse sentido: as plataformas *online* para divulgar a oferta comercial local e facilitar compras digitais; os pontos de acesso à *Internet* para clientes das zonas comerciais; os sistemas inteligentes de gestão de tráfego e estacionamento; as aplicações móveis para agilizar o processo de compra e venda; estruturas interativas nas ruas com informação sobre os estabelecimentos comerciais. -----

No fundo, temos aqui um projeto que é ambicioso, com o nosso parceiro, a Associação Empresarial. A digitalização é fundamental para o progresso e para o desenvolvimento económico, seja em que áreas for, mas no comércio em particular tem uma importância relevantíssima.” -----

--

- O **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez um ponto de ordem à Mesa “para alertar que já não é a primeira vez que o Presidente da Câmara falou no ponto da habitação sobre os dois temas. Não pode fazer isso.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Senhor Deputado se estava a dirigir os trabalhos. Referiu ainda que tem “tido a tolerância de dar a toda a gente mais tempo. Obviamente que ninguém pode protestar porque temos que cumprir o Regimento que foi votado por todos e, portanto, se dou tolerância, naturalmente, não exijam muito mais.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço. -----

--- A sessão reiniciou pelas 15:15 horas, não estando presente a Senhora Deputada Municipal **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**. -----

### 3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “venho aqui colocar algumas questões da Freguesia do Tortosendo para as quais gostaria de ter uma resposta clara da parte da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Senhor Presidente, em junho de 2024 remetemos à Câmara Municipal da Covilhã um orçamento para o segundo parque infantil a instalar na nossa freguesia. Houve um acordo de cavalheiros em que chegámos à conclusão que abdicaríamos de três parques infantis na freguesia para serem colocados dois. Acontece que em junho solicitámos que fosse intervencionado e nos fosse dada a resposta para que, até ao fim deste mandato, fosse colocado o segundo parque infantil no parque da vila e não obtivemos, passado quase um ano, uma resposta a esse pedido. -----

Da mesma forma como gostaríamos de saber qual o ponto de situação do protocolo entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Federação Portuguesa de Basquetebol, por forma a instalar um campo 3X3 na nossa freguesia. -----

No que respeita ao posto da GNR, tivemos conhecimento que foram suspensas as obras. A Câmara Municipal distribuiu, depois de uma sugestão nossa, um *flyer* aos moradores do Tortosendo a propósito dessas obras. Gostaríamos de saber se está em condições de dizer aos Tortosendenses, porque estamos a ser questionados acerca disso, quando é que serão iniciadas as obras do posto da GNR do Tortosendo. -----

A Avenida Montes Hermínios é um assunto que aqui tenho trazido com frequência. Há o compromisso do Senhor Presidente da Câmara, até ao fim deste mandato, iniciar as obras de requalificação da Avenida Montes Hermínios. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se está em condições de dizer aos Tortosendenses em que data é que vão iniciar essas obras de requalificação da Avenida Montes Hermínios. -----

Já aqui foi falado no Ovo Mágico. Em 2021 houve um procedimento para obras nesse jardim-de-infância da nossa freguesia, um investimento de 70.000 €. Já lá vão quatro anos desde esse procedimento e gostaríamos de saber se os Tortosendenses podem hoje obter uma resposta da Câmara Municipal da Covilhã acerca do início de obras no Ovo Mágico. -----

Uma última questão. Depois da novela que foi o ordenamento do trânsito na Rua da Estremilda, na zona da Estremilda, em que provavelmente a vontade de um militante de um determinado partido político foi mais forte do que a vontade de mais de 50 moradores daquela zona. Em 2021 houve o asfaltamento daquela rua, asfaltamento há muito desejado na Freguesia do Tortosendo. Foi reconhecida a necessidade de fazer umas valetas para que o alcatrão aí não se viesse a estragar ao longo dos anos. Passaram quatro anos. Chegou-se à conclusão dessa necessidade de valetas. A Câmara Municipal da Covilhã reconheceu a necessidade de aí intervencionar. Solicitou à Junta de Freguesia orçamento para avançar com as obras. Espante-se que, a quatro meses do final deste mandato, recebemos um e-mail da Câmara Municipal da Covilhã a reconhecer essa necessidade de obras, a dizer que vamos fazer um protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Tortosendo, mas só para o próximo mandato. Uma Câmara Municipal da Covilhã que não tem 22.000 € quando, por exemplo, no Tributo ao Poder Local se gastou 47.000 € com o espetáculo, gostaria que o Senhor Presidente dissesse aqui, perante os Tortosendenses, por que razão é que não há 22.000 € para fazer uma obra porque, quando dei conhecimento disto, alguns Tortosendenses falaram-me num programa televisivo que é “Isto é gozar com quem trabalha”, não sei se este e-mail que recebemos é “isto é gozar com o Tortosendo.” -----

- **Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro):** “Numa altura em que caminhamos para final do mandato e após as várias promessas, queremos saber, eu e os habitantes da Freguesia do Ferro, qual o ponto de situação em que se encontra o asfaltamento da Estrada Municipal 506-1, se já há datas e o que pretende ser concretamente a obra para ficarmos esclarecidos.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “Algumas questões que queria colocar ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Qual é que é o ponto de situação do concurso público para a empreitada das obras de pavimentação da estrada que liga a 339 até ao Miradouro do Alto dos Livros, a estrada Estrela Sul.

Queria também perguntar qual é que é o ponto de situação do pedido de apoio que fizemos de 2.500 € para a atividade do 1.º Encontro de Bandas, lembrando que há um acordo entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia para, pelo menos para uma atividade por ano, se poder atribuir estes 2.500 €. Já nem quero falar nas juntas de freguesia que, em vez de 2500 €, tiveram 40.000 €, mas há que repor a justiça neste caso e ainda estamos a aguardar. -----

Gostava também de saber o ponto de situação para a concretização do protocolo com a Junta de Freguesia para repor a justiça e a equidade naquilo que foi o investimento que a Junta de Freguesia já fez em dois parques infantis. -----

Quero também perguntar ao Senhor Presidente qual é que é o ponto de situação relativamente ao pedido que já foi feito por esta Junta de Freguesia para a reparação da Rua do Forno e da Rua da Calçada. Já pelo menos duas ou três vezes fui com as técnicas da Câmara Municipal ver o local e ainda não tive qualquer resposta da Câmara Municipal, lembrando que, em oito anos, tempo dos meus mandatos, o único alcatrão que foi colocado na freguesia foi paga 50% pela Junta de Freguesia. Não sei se não será inédito, mas julgo que é de elementar justiça a reparação pelo menos destas duas vias. -----

Terminava questionando sobre o ponto de situação do pagamento do protocolo aos sapadores florestais, sabendo que no dia 13 de fevereiro recebemos do Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro um e-mail dizendo que pagariam logo o protocolo fosse revisto na reunião de Câmara. No dia 18 de março enviámos os documentos solicitados e até ao dia de hoje nada. Relembro que no passado mês de abril passou um ano sobre o primeiro pedido de pagamento. Acho que é uma situação lamentável. Volto a dizer que todas as equipas têm estado sempre ao serviço da Câmara Municipal e do Município para acudir a tudo o que é a necessidade dos nossos concidadãos e lamento também que o problema técnico-financeiro ou jurídico-financeiro que o Senhor Presidente veio mencionar para os meios de comunicação social sejam apenas e só o fim do protocolo. Ou seja, aquilo que se alterou foi a data para 23, 24 e 25. Portanto, o único problema era mesmo terminar o quanto antes com este protocolo. Já percebemos certamente que não foi ou não é o protocolo que lhe agrade. Fico a aguardar.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote (Paul):** “Relativamente à Freguesia do Paul, queria só perceber com o Senhor Presidente da Câmara, como é que está a situação relativamente ao edifício onde funciona a Extensão de Saúde do Paul uma vez que desde que, por delegação de competências, a Administração Central passou para o Município da Covilhã essas funções há 25 meses que não recebemos qualquer cêntimo da renda desse edifício. Já fizemos quatro email's para a Câmara. Começámos em 03/10/2023 e o último enviámos em 11/02/2025 sempre dirigidos ao Senhor presidente, com conhecimento ao Senhor Vereador das Freguesias e, até à altura, não recebemos qualquer resposta até pela revisão do valor que lá está. -----

Uma outra situação que temos também no Paul, sei que o senhor Presidente algumas vezes se tem lá deslocado, estamos com alguns problemas dentro do Paul relativamente ao asfaltamento, nomeadamente na Rua Dr. José Carvalho e na Travessa do Mercado. Só lembrar que a Travessa do Mercado dá acesso direto quer a um pequeno minimercado, portanto o comércio tradicional do Paul que é frequentado por montes de pessoas, 95% delas já de alguma idade, e que hoje, para passarmos naquele acesso que tem 30 metros, não conseguimos lá passar sem enfiarmos o pé num buraco. Portanto, a nível de asfaltamento, a Travessa do Mercado carece urgentemente. Há freguesias a queixarem-se, e se calhar com alguma razão mas há menos tempo e têm se calhar outro tipo de apoios, aqui queixamo-nos desta parte. Realmente o asfaltamento desta Travessa do Mercado é essencial para evitarmos que haja um acidente, principalmente com idosos, uma vez que dá acesso quer ao multibanco, quer ao minimercado que está lá e que é dos mais frequentados da freguesia e também a Rua Dr. José Carvalho que vai desde a ponte até à Igreja Matriz. Quem sai da ponte à esquerda e depois vai até à Igreja Matriz, encontra-se também

bastante degradada e pedíamos a sua atenção e a sua colaboração para que, com alguma urgência, se conseguisse antes ainda do fim do mandato do Senhor Presidente e certamente que terá essa atenção para com o Paul, uma vez que também temos consciência que não temos sido das freguesias mais beneficiadas. Isto não é estar aqui a chorar em nome da freguesia do Paul, mas realmente acho que merecemos essa atenção até para evitar situações de maior desgaste e evitar algum acidente que pode provocar a algum idoso ou se calhar uma situação irreparável, nomeadamente alguma fratura do fémur ou qualquer coisa do género, principalmente a Travessa do Mercado que dá, como disse e repito e peço desculpa por isso, acesso ao multibanco e ao minimercado que é frequentado por pessoas 95% delas com mais de 80 anos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou respondendo que “estamos na reta final do mandato, mas não significa que tudo o que falta por fazer no Concelho da Covilhã vai ter que ser feito. Este é o ponto de partida para a nossa conversa. É que parece que o mundo vai acabar se não se fizer tudo o que é preciso fazer-se nas respetivas freguesias até ao final do mandato! Há efetivamente compromissos e os compromissos honrar-se-ão, a menos que haja motivos de força maior, mas obviamente que estamos cá para os honrar. Alguns teremos mais ou menos dificuldades em função das circunstâncias, mas por exemplo, começando de baixo para cima ou dos últimos para os primeiros sem demérito para ninguém, os asfaltamentos no Paul havemos de protocolar porque não temos capacidade. A Câmara tem uma única brigada e não tem capacidade para ir a todas as freguesias até ao final do mandato tanto mais que vamos quase em cinco meses de Inverno a chover e, portanto, compreenderão que isso implica que, do ponto de vista daquelas obras que são feitas com meios próprios, não conseguiremos ir a todos os sítios dentro do *timing* pretendido. O que mais me preocupa é que as coisas comecem, estejam contratualizadas e que estejam comprometidas. Agora elas terminarem antes das eleições seria pura demagogia em muitos casos achar que elas têm que estar prontas antes do dia das eleições porque caso contrário caía o Carmo e a Trindade. -----

Ao longo dos anos mostrámos, fizemos, trabalhámos e fomos sempre seguindo um fio condutor com o intuito, obviamente, de ir ao encontro daquilo que as pessoas pretendem. -----

Vou ser mais concreto. Por exemplo, estas questões de asfaltamento no Paul, temos que ver concretamente se podemos protocolar. Não queremos que ninguém lá tenha problemas e que ninguém lá tenha acidentes e a Extensão de Saúde do Paul também tem que ser através do protocolo. -----

No que diz respeito àquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes pergunta relativamente aos sapadores, a questão é muito simples. Acho que nunca se quis foi entender ou então alguém quis involuntariamente deturpar ou entendeu mal. O protocolo: vou repetir pela enésima vez e antes de me ter sido aqui perguntado em finais de dezembro, já tinha respondido através da comunicação social a essa questão. Não podem existir protocolos relativamente a apoios que se renovam automática e sucessivamente. São ilegais. Já dei aqui a explicação de que os nossos serviços, apesar de esforçados e competentes, não são perfeitos e também cometem as suas imprecisões e essa cláusula está mal feita. Reconheceu-se isso. Não é má vontade. Não é para pôr fim. É a realidade dos factos. O compromisso que tínhamos que assumir, em bom rigor, era o

do mandato. Era o ano 2023, 2024 e 2025. Quem vier a seguir fará o que entender e achar conveniente, adequado, proporcionado e justo. Não estou a dizer que seja desproporcionado, injusto ou inadequado. Estou apenas a dizer isso com toda a clareza. Aliás, quem teve acesso à informação privilegiada nesse sentido e a difundiu, e sei que o Senhor Presidente teve acesso a ela, dizia lá isso preto no branco, feito pelos nossos serviços, pelas pessoas que sabem disso. Estamos a honrar e vamos honrar o compromisso que assumimos – 2023, 2024 e 2025. Não subimos mais nenhum compromisso. Uma coisa é a cláusula estar mal redigida. Uma coisa é um contrato de arrendamento. Para ser mais simples, os contratos de arrendamento renovam-se automática e sucessivamente; os protocolos de apoio às freguesias, aos sapadores, a qualquer outra instituição não. São por objetivos concretos, por anos, por semestres. Não podem é ser *ad eterno*. Até admito que a pretensão fosse essa e não levo a mal que alguém pretenda que assim seja, mas também compreendam que não podemos violar a lei e, não podendo violar a lei, temos que a reconduzir àquilo que é natural e àquilo que é natural, que é honrar o compromisso do mandato – 2023, 2024 e 2025. Os sapadores receberão, obviamente, esses valores. -----

No que diz respeito aos encontros de bandas, será celebrado o protocolo para esse efeito, como é óbvio. -----

Concurso para a estrada 339 – Ligação ao Alto dos livros – É um compromisso que quero honrar. Está em revisão de projeto. Como sabem agora, independentemente dos juízos de valor quer jurídicos, quer de outra natureza que possamos fazer, o Tribunal de Contas exige que obras superiores a 400.000 € têm que ser objeto de revisão de projeto e, portanto, está a ser objeto dessa revisão. Logo que ela termine e que se concretize, lançaremos o concurso para esse efeito, nem que seja no último dia de mandato. Não assumi o compromisso que terminaria a obra até ao último dia de mandato. O que é importante é que ela esteja comprometida, esteja lançada e que se realize. Não tenho nenhum afã de ir a correr a inaugurar uma obra que é importante para aquela região, para o nosso concelho, para a Serra da Estrela, para o Turismo. Estamos todos de acordo que ela é importante. -----

Relativamente à obra do Ferro – Peraboa, estamos a terminar a revisão do projeto também porque excede os 400.000 € e, portanto, vamos fazê-la e lançá-la entre Peraboa e o Ferro. Depois, com meios próprios, vamos continuar do cruzamento do Monte Serrano até à Ponte Pedrinha. Antes disso, vamos para o Sul do Concelho. Temos compromissos no Sul do Concelho há muito assumidos com a Aldeia de São Francisco de Assis e zonas adjacentes. Aquela entrada do Sul do Concelho vamos para lá com os meios próprios. Regressarão depois do Monte Serrano até à Ponte Pedrinha e depois da Ponte de Alvares até ao Ferro, para além obviamente de outras incursões que a nossa equipa vai fazer. Repito que só temos uma equipa porque há quem pense que é por má vontade. Se tivéssemos quatro ou cinco equipas era ótimo, tínhamos quatro ou cinco frentes de alcatrão e todas podiam avançar ao mesmo tempo, mas não temos. -----

No que diz respeito ao Tortosendo, a obra está suspensa devido à necessidade de alterar o projeto. Na execução da obra constatou-se que havia um problema e quando os problemas surgem têm que se resolver. Está a ser resolvido. Eu sei que o Senhor Presidente da Junta sabe que eu sei e sei que ele sabe que as coisas são assim e, portanto, a pergunta foi retórica. Compreendo até pelo

momento e o contexto em que vivemos e que estamos a atravessar e, se alguém entende isso, sou eu. Portanto, a situação é exatamente essa. -----

Montes Hermínios – Está aberto o procedimento do concurso para a contratação da empreitada. Como digo, logo que seja possível, nem que seja no último dia, ela será lançada. Quero terminar o meu mandato com esta satisfação de que as obras sejam lançadas, estejam em andamento e que se façam. Claro que gostaria que se fizesse ainda durante o meu mandato, mas a gente tem a noção de que há limitações da mais variada índole e natureza que nos impedem. Ninguém encomendou estes quatro meses de invernias. Não estávamos a contar com eles, que são atrasos desde logo no que diz respeito ao asfaltamento, mas temos um crédito junto dos nossos concidadãos no Concelho da Covilhã que, ao longo destes 12 anos, fomos sempre fazendo obras neste sentido. Ainda recentemente e falando ali do Paul, uma obra reivindicada há décadas e que foi concretizada à semelhança de outras e outras que se vão fazer ou por meios próprios ou por empreitada. -----

Paul – Já disse que quando estiverem concluídas outras obras, podemos porventura lá ir, mas se não conseguirmos, que seja através de protocolo. Pode ser feito através de protocolo e vocês contratam lá meios. Estamos a falar de distâncias diminutas e, portanto, far-se-ão. -----

Ovo Mágico – É uma preocupação que está aqui também a ser objeto de análise e, logo que possível, também avançará. -----

O senhor Presidente veio aqui insinuar que um militante do PS teria determinado ou influenciado o ordenamento do trânsito. Rejeito em jeito, reprovo e desminto que assim seja. Através da minha pessoa, não o foi. Tenho a certeza que através do Senhor Eng.º Vieira também o não foi e, portanto, lamento que se viva este momento de pré eleições, candidatos na rua e então toca de vir enlamear, deitar acima umas coisas para a parede para ver se as coisas pegam. É lamentável. Senhor Presidente, sinceramente não estava à espera de que tivesse essa postura porque desconheço e se alguém me quer fazer justiça, já me conhecem há muito tempo, nunca partidizei nem as minhas intervenções nem as minhas ações. Aliás, às vezes até sou acusado do contrário, de que beneficiam mais os adversários do que os militantes do Partido Socialista. Isto para vos dizer e aos Senhores Presidentes de Junta em geral que querem fazer justiça e que sei que são pessoas que olham para as coisas objetivamente, far-me-ão essa justiça. Não distingo pessoas por partidos. Reprovo, condeno e lamento profundamente que o Senhor Presidente da Junta do Tortosendo, para agora se afirmar internamente no seio da lista, queira aqui trazer dessas coisas. -----

Quanto ao resto, vamos avançando e vamos fazendo como pudermos com boa-fé, com isenção, com objetividade e com boa vontade.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, o Presidente da Junta de Freguesia Tortosendo não falou aqui em militante do Partido Socialista. Quem veio falar no Partido Socialista e do militante do Partido Socialista, foi o Senhor Presidente. Como se diz na minha terra, “alguém enfiou a carapuça”. Eu disse “um militante de um determinado partido.” Ainda bem que estas intervenções são transmitidas e o Senhor Presidente, basta recuar, não falei de militante de qualquer partido. -----

Gostava de obter uma resposta no que respeita à questão dos 22.000 € que a Câmara Municipal diz que só tem para o próximo mandato porque os moradores da Estremilda ficaram estupefactos quando os informei que a Câmara Municipal não tem 22.000 €, reconhecendo a necessidade dessa obra, e diz que só no próximo mandato. Portanto, não sei quem é que irá fazer essa obra, se será o Presidente Carlos Martins, se será o Presidente Eduardo Cavaco ou um outro qualquer. -----

Há uma coisa aqui que gostaria de deixar muito assente. Não faço parte de qualquer lista nas eleições legislativas. Não farei parte de qualquer lista nas eleições autárquicas. Portanto, se a minha participação nalguma lista é uma preocupação para o Partido Socialista, está dispensado dessa preocupação.” -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Vou aproveitar para pôr apenas duas questões muito objetivas ao Senhor Presidente da Câmara. -----

A primeira: temos estado a ouvir aqui alguns senhores presidentes de junta a reclamar a pavimentação de algumas vias nas suas freguesias. Não ouvi, contudo, e naturalmente que não lhes competiria a eles na medida em que o problema que vou levantar é relativamente a uma via rodoviária que cruza várias freguesias que a maioria dos presentes seguramente utiliza quotidianamente. Estou-me a referir ao Eixo TCT que é provavelmente a via rodoviária com mais trânsito no Concelho. É seguramente a mais estruturante e mais estrutural. Vejo-a a degradar todos os dias e acredito que, quanto maior for o estado de degradação, mais cara será a reparação. Portanto a primeira questão era saber se está prevista alguma intervenção de fundo que permita a recuperação e requalificação daquela via. -----

A segunda questão leva-me à minha intervenção na primeira sessão desta Assembleia, na segunda-feira da passada semana, em que pedia ao Senhor Presidente que nos dissesse que diligências a Câmara, no desempenho da sua função acionista, exerceu junto das empresas participadas e nas municipais para que cumpram o que lhes é exigido que é a apresentação atempada das contas.” -

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “relativamente às contas, quero dar-lhe nota que na passada semana ainda tivemos a oportunidade, já depois do “apagão”, de ter acesso às contas. Foram feitas assembleias gerais. Elas foram apresentadas e depois, aliás, foram objeto de uma reunião extraordinária do Executivo, onde elas foram apresentadas, analisadas, discutidas e votadas e, portanto, estão aí. É um problema de timing. Obviamente que sou franco consigo e gostava que elas tivessem sido apresentadas em 31 de março. Não os puderam apresentar. Já cá estão. Cumprida a obrigação, com um mês de atraso, mas estão aí e, portanto, não surpreendem quanto àquilo que delas esperávamos e vem na sequência do que tem acontecido nos últimos anos. -----

No próximo mês, em junho, teremos a oportunidade de analisar o perímetro municipal e, nessa altura, as contas serão discutidas e constatará os respetivos conteúdos e também qual foi o parecer dos respetivos Revisores Oficiais de Contas. -----

Relativamente ao TCT, como sabe ele foi construído como via de ligação entre núcleos urbanos - TCT Teixoso – Covilhã – Tortosendo / Tortosendo – Covilhã – Teixoso. A ordem é arbitrária até porque não queremos nem beneficiar uns em detrimento dos outros. São todos iguais, todos têm os mesmos direitos. E, portanto, dar nota que, devido à expansão urbana, está a tornar-se num ordenamento urbano com um tráfego muito intenso. Exige a elaboração de um projeto técnico que está a ser elaborado. Este foi e é o ensejo também para falar um pouco sobre o passado. Um passado que não é recente, este projeto do TCT remonta à década de 60 e aquilo que devia ter sido uma via estruturante e um elo de ligação entre estes três importantes polos urbanos e ter sido, se calhar o triplo da largura que tem, com a salvaguarda de zonas *non edificandi* porque temos ali sítios onde temos construções mesmo junto à via, outras estão afastadas que baste e, portanto, há aqui em bom rigor um estrangulamento que tem que ser remediado. -----

Fazendo fé no futuro e uma fé objetiva (não é uma fé cega), vamos ter uma grande via estruturante no futuro que é a atual variante que liga o Souto Alto à Senhora do Carmo que vai de certeza substituir o TCT e vai ser a grande via estruturante. Mesmo essa já devia ter sido mais repensada. Enfim, uma via nacional que ainda não é nossa. Não a podemos aceitar nos termos em que queriam que ela passasse para o nosso domínio, mas a verdade é que estou absolutamente convencido que essa vai ser a grande via estruturante, sem embargo deste projeto que está a ser elaborado de repensar esta ligação entre o Tortosendo e o Teixoso, passando pela Covilhã, pela Boidobra e pelo Canhoso porque depois também há outras localidades no meio - que naquela altura os grandes polos eram estes e hoje o Canhoso também é um polo urbano muito importante e a Boidobra também - e, por conseguinte, vamos ter que alterar se calhar a designação em vez de TCT ou TCBCCT ou qualquer coisa do género e ver a melhor forma de remediar o estrangulamento que neste momento é alvo, até por causa do tráfego intenso que ali se verifica. Não foi por acaso que impusemos a redução da velocidade naquela via. Não é respeitado, mas isso é uma questão de civismo. A Câmara Municipal ainda não é nem guia espiritual, nem ético, nem controla do ponto de vista do cumprimento das regras de trânsito, a velocidade com que os nossos concidadãos circulam naquela via. São as polícias. Não estou a dizer que o ónus é deles, mas nesse sentido a ideia foi para evitar acidentes e males maiores se circule a uma velocidade inferior.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Da leitura da informação resultam aqui algumas questões. -----

O Departamento de Obras dá alguma informação relevante, mas não encontramos qualquer referência à Estrada Municipal Barroca Grande – limite com o Concelho da Pampilhosa da Serra, que era uma das apostas que o Senhor Presidente tinha feito e tinha-se comprometido que, até ao final do mandato, concluísamos esta ligação ao concelho vizinho. -----

Ao nível do PDM, alguma informação, mas quando é que se conclui o processo de facto porque ainda estamos com o PDM de primeira geração, quando existem câmaras com a terceira e a quarta geração? -----

Na informação que é dada, há uma referência ao Roteiro de Terras do Volfrâmio e Estanho – História e Memória das Comunidades Mineiras. Já oiço falar deste roteiro há alguns anos. Na

informação não nos é dito se está em execução ou se está em candidatura, ou se já está executado. No terreno não vejo. Portanto, solicitar essa informação. -----

Depois, na área da Educação verifico que continuamos, como é evidente, com os refeitórios concessionados. Já agora questionar se pensa aumentar o número de refeitórios concessionados e se considera que o serviço de refeições nas escolas por empresas, com os alimentos produzidos em cozinhas a dezenas de quilómetros, se são a melhor solução. E depois fico admirado como é que se pode monitorizar o serviço de refeições pelo telefone. Pelo menos é o que está escrito na informação e questiono por que é que não se fazem visitas presenciais, sem aviso prévio claro, para supervisão da qualidade das refeições. -----

Ainda no âmbito da Educação, como é que está a Câmara Municipal a proceder para fazer chegar o apoio de material escolar às crianças do 1.º e 2.º escalão do 1.º Ciclo? Portanto, verifica-se que em anos anteriores, ao nível da execução do Orçamento, existia uma dificuldade. Aliás, sinalizei e realcei esse aspeto. Interessa saber se, de facto, a Câmara Municipal alterou os procedimentos e se consegue fazer chegar lá a São Jorge da Beira, à criança do 2.º ciclo, o material escolar a que ela tem direito. -----

Quanto aos sanitários públicos na cidade, a situação continua na mesma ou seja não há sanitários e existem aí muitos degraus e muita escadaria que são utilizados pelas pessoas porque não encontram sanitários. Estão fechados e é evidente que este aspeto, o aspeto que dá, o cheiro, etc., penso que não se conjuga muito bem com a cidade, com o turismo e com quem nos visita. -----

Depois, questionar como é que está o ponto de situação da rede de fibra ótica porque em janeiro de 2024 a Câmara anunciava o investimento de 2 milhões € na rede fibra ótica em 11 freguesias do Sul do Concelho – do Tortosendo a São Jorge da Beira. Segundo informação das populações, a rede não existe em várias freguesias da Zona Sul. Afinal, o que é que se passa? Por que é que não se concluiu a intervenção?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “relativamente à ligação à Pampilhosa, não está na informação escrita, nem obrigatoriamente tinha que estar porque existe uma programação feita pelo Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento de harmonia com os compromissos assumidos. Ainda na primeira quinzena de maio faremos aquele primeiro quilómetro com que nos comprometemos com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, que é aquela ligação onde a estrada está efetivamente mais deteriorada. Não quer dizer que também o remanescente não esteja, de facto, também a necessitar de intervenção, mas é a zona onde o piso se encontra muito deteriorado e é, de facto, incomportável. Devo dizer que não me reconforta absolutamente nada ir lá ver ou passar lá e constatar que a estrada está naquele estado. Também aqui temos um crédito de confiança e temos o passado a falar por nós. A entrada provinda do lado da Capinha (Fundão) em relação a Peraboa tinha uma grande extensão de piso muito deteriorado há muitos anos, há décadas. É ir lá e quem lá passa vê a diferença. Tínhamos a ligação das Pedras Lavradas ao Sobral de São Miguel, vários quilómetros também onde a estrada estava muito danificada e de difícil acesso. Não tinha conforto, nem segurança e agora tem. Faltava-nos, de facto, esta entrada pelo lado da Pampilhosa

que é uma questão de elementar justiça para aquelas populações e assim será. Senhora Presidente, não perguntou, mas já tínhamos conversado e já lhe tinha dito que, de harmonia com a programação do nosso Diretor de Obras e Planeamento, durante esta primeira quinzena a nossa única equipa, e estou a repetir isto para as pessoas compreenderem bem que não temos várias, temos só uma, irá alcatroar essa entrada e depois continuar com os compromissos que já falei aqui do Ferro e outros que estão na agenda para serem cumpridos em Aldeia do Souto, Vale Formoso, do cruzamento da Estrada Nacional 18 para a Borracheira e outros sítios que estão aí programados.

Tivemos este revés que não prevíamos e que não encomendámos que é estes quatro meses de chuva quase consecutiva, mas ainda assim vamos fazer aquilo que nos for possível para esse efeito.

PDM – Os prazos que estavam há muito previstos estão a ser cumpridos, estão a ser seguidos e queríamos ainda durante o mês de junho começar com a discussão pública do PDM para que ele esteja pronto a tempo e horas, sendo que aproveito aqui para saudar, louvar e agradecer o trabalho muito empenhado, muito profissional e muito rigoroso dos nossos técnicos de planeamento que há muito vêm fazendo este trabalho de forma, como digo, muito responsável e profissional, excedendo até indo para além do dever como se costuma dizer muitas vezes, levam trabalho para casa para poderem, de facto, ajudar o Município a cumprir este desígnio. -----

No que diz respeito aos sanitários públicos, bem vontade tinha de ter já conseguido novos sanitários que viessem substituir aqueles que continuo a achar que são inadequados, impróprios, vetustos. São desadequados, mas até lá, enquanto o Município, seja quem for que conduza os destinos do Município, não conseguirmos uma outra solução, vamos continuar com o que temos e vamos, enfim, lavar a cara, como se costuma dizer, àquilo que existe, sendo certo que tenho a certeza que eles até podiam triplicar, podiam estar até mais disseminados pelo centro da cidade e por outros sítios, mas esse cenário que descreveu continuaria porque só quem não foi estudante é que não conhece o meio académico, o meio estudantil, como é que as coisas funcionam... quando as necessidades apertam não há casa de banho que resista. São hábitos, atitudes, posturas e o caminho mais curto é o melhor, haja ou não casas de banho. Se for a grandes cidades europeias, para não falar em capitais europeias, o Senhor não encontra casas de banho públicas em lado nenhum ou em quase lado nenhum, mas temos é que olhar para nós. -----

Reconheço que aquilo que temos é inadequado, insuficiente e impróprio, mas é o que temos. Não conseguimos ainda fazer melhor, apesar da boa vontade e do rastreio que fizemos no mercado. Encontrámos soluções absolutamente escandalosas em termos de preços. Coisas caríssimas. Há umas soluções que eu próprio devo dizer que foram aquelas primeiras que me seduziram, que se veem em cidades, em grandes metrópoles, nalgumas grandes metrópoles, que é aquela da moedinha. São preços incomportáveis. Depois há também que convir outra coisa: o nosso Centro Histórico está muito sobrecarregado com equipamento urbano.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “A informação escrita sabemos que é longa, mas há quem a leia. O Senhor Deputado Reis Silva é um deles. Eu também leio e não consegui nunca, ao longo deste mandato nem nesta última informação escrita, encontrar qualquer informação sobre a atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas municipais. Essa informação, desde o início do

mandato em que falo nisso, é obrigatória. Tem de vir a esta Assembleia para esta Assembleia apreciar. Já perguntei uma vez ao Senhor Presidente numa destas assembleias por que é que lhe custa tanto dar essa informação. Isso é só teimosia ou realmente tem uma razão? Gostava de acabar este mandato com uma explicação. Por que é que o Senhor Presidente insiste em não cumprir a lei e não prestar essa informação? -----

Passando a outros pontos e porque não resisto, não ia falar nisso, mas depois de ouvir as suas declarações especialmente quando respondeu aos senhores presidentes de junta, fiquei preocupada em perceber para o Senhor Presidente o que é que significa “compromissos assumidos” porque disse “o mandato está no fim, há coisas por fazer, não as vou fazer todas, mas vamos cumprir os compromissos assumidos.” E a minha pergunta é: o que é que quer dizer com isso? Compromissos com o eleitorado? Compromissos com esta assembleia? Do ponto de vista jurídico e financeiro, o que é que são os compromissos? Porque aqui, pelo menos por mim falo, senti que assumiu compromissos comigo. Assumiu compromissos comigo quando me respondeu e pegando aqui no último ponto de que falava nos sanitários públicos, o Senhor Presidente agora vem dizer coisa que, desculpe, não é verdade que nas capitais europeias ou por essa Europa fora é muito raro haver um sanitário público. Não é verdade. Há muitas soluções como essas que o Senhor Presidente conhece e que também conheço. Põe-se uma moedinha. Mas o que o Senhor Presidente disse é que é preferível a falta de civismo porque a culpa é de quem tem necessidades fisiológicas e faz na rua, não é do Município que não arranja soluções para que isso deixe de acontecer. Se não tivéssemos instalações que já existem há não sei quantos anos, até percebia e tínhamos de começar do zero. Não é o caso. A menos que me diga que nenhum sanitário público está em condições de funcionar, que não é só a questão de estar sujo com as loiças partidas, se me disser não tem esgoto, não tem canalização, não é verdade. Portanto, as instalações estão lá. Seria requalificá-las e não ficarmos à espera dessas soluções muito boas, muito modernas e muito caras que pelos vistos não chegarão. -----

Depois, outra promessa que me fez ou outro compromisso que senti que tinha assumido comigo é que o prédio que está numa ruína cada vez mais evidente, em frente da Tentadora, na Rua Alexandre Herculano, em que o Senhor Presidente disse que conhecia muito bem e que passava lá todos os dias, o que é facto é que já foi numa assembleia ou em várias assembleias há alguns meses, para não dizer muitos meses, que esse assunto foi falado. Tivemos um Inverno extremamente chuvoso e não vi acontecer absolutamente nada. O Senhor Presidente, o que nos disse aqui a todos foi que tinha pedido urgência nesse assunto. Portanto, eu gostaria de saber em que ponto está essa urgência. -----

Por fim, deixar aqui apenas um desabafo porque foi com desalento e enorme surpresa que, depois de muitos meses, voltei a ouvir falar nos parques infantis pelos presidentes de junta. Mas essas situações não estão todas resolvidas? Todos os parques infantis e todas as questões relativas aos parques infantis não estão resolvidos?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que, “relativamente às empresas municipais, Senhora Deputada Joana Rocha, não insisto em nenhuma ilegalidade. A Senhora,

cumprindo a sua obrigação enquanto Deputada Municipal, insiste em que a informação escrita primeiro era muito escassa e insuficiente, que faltava o A, o B, o C, o D e o E. Fez-se o A, o B, o C, o D e o E. A certa altura, o seu ilustre colega de bancada disse “está aqui tanta informação que isto agora nem se consegue olhar para lá, que isto é tanta coisa.” Esta é a história do burro e do azeiteiro. A história do burro e do azeiteiro é para académicos. E então que já era muito volumosa. Quero que saibam uma coisa. Não insisto em cometer ilegalidades até porque se alguma cometer é involuntária ou inconscientemente, nunca conscientemente com a intenção de a cometer. -----

Quando fala da informação das empresas municipais, quando as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais têm acesso em sede de prestação de contas do perímetro municipal que há pouco referia aqui ao Senhor Deputado Vasco Lino que irá ser feito em junho e que é todos os anos feito, têm aí toda a informação relevante relativamente àquilo que é a atividade das empresas municipais. Agora não o vão pedir ao presidente da Câmara todos os meses. Estamos todos de acordo em que devia lá estar, mas não está. Não é por minha falta de vontade, nem é intencional. É porque não é fornecida e também não estou a dizer que não é fornecida intencionalmente. São empresas municipais. Têm a sua atividade que é intensa. É uma atividade complexa. Visam responder e corresponder àquilo que os Covilhanenses esperam todos os dias e, portanto se a não fornecem, terão as suas razões. De certeza que não é por razões de “vamos lá incumprir”. Não vindo, também não o posso fornecer, como há de compreender. Sei que a Senhora Doutora far-me-á esta justiça que, se me fosse reportada, eu também a faria repercutir ou fazer constar dessa mesma informação. -----

Sanitários públicos – Repito que não estou a dizer que não existam efetivamente esses sanitários nalgumas cidades. Nem todas e até com cidades de maior dimensão do que a Covilhã, mas onde existem poucas e onde são pagas até essas são poucas. E há mesmo grandes, grandes, grandes cidades e estou a falar de cidades com milhões de pessoas que não têm sanitários públicos propriamente ditos, mas isso é outra discussão que não vem aqui para o caso. Interessa-nos é o caso da Covilhã e, na Covilhã, temos sanitários muito antigos e que são desadequados e impróprios, mas enquanto não conseguirmos ter melhor vamos ter que usar os que temos, melhorar, tentar pequenas requalificações, pequenos ajustes e que estejam abertos, sendo certo que ainda assim que estejam abertos e disponíveis, e foi isso que eu quis dizer, aqueles que existem e os que estiverem abertos isso não evitará que os mais apressados ou os mais aflitos não deixem de fazer aquilo que não queremos que eles façam. -----

Só uma última informação: A Tentadora. É tentadora a resposta e a própria pergunta no bom sentido do termo. Aquele edifício tem mais de três dezenas de herdeiros. Ninguém se entende. Quando notificamos um, e a Senhora é uma ilustre Advogada sabe como é, o prazo está em curso E Já outro vem e diz “não! Atenção que já faleceu um dos herdeiros.” Andamos nisto há muitos anos. É uma coisa que nos ultrapassa e que é uma sensação de impotência, mas que é de natureza legal. Sei que a Senhora Doutora me fará a justiça que não é por falta de vontade. A coisa mais simples era chegar lá com uma máquina, derrubar aquilo, arrumar as pedras e fazer ali um largo e resolver o problema. Isso não é assim, como a Senhora Doutora sabe. Não é uma questão de vontade de chegar lá derrubar a parede e fica aqui isto limpinho. Não. Tem que se cumprir regras.

Em primeiro lugar, há ali património classificado. Aliás, o próprio vizinho, o Senhor Arquiteto que é um dos proprietários da Tentadora, veio dizer “quando um dia pensarem em cumprir essa determinação, vejam lá que há lá umas pedras que têm que lá ficar porque são património histórico arqueológico” e nós respeitamos isso. Também queremos respeitar. -----

A minha vontade era que aquilo se resolvesse num ápice. Era muito fácil. Era das obras mais fáceis de fazer, como há de compreender. Não é um problema de vontade, é um problema legal. Apesar de ter requerido e pedido aos serviços que dessem melhor atenção, sei que o deram, desde a Proteção Civil ao Urbanismo de há muito tempo a esta parte, a verdade é que não foi possível ainda conseguir, cumprindo a lei, que aquele espaço seja requalificado, fique condigno e que não tenha aquele mau aspeto que efetivamente tem. Custa-me imenso ver todos os dias aquele espetáculo porque não me agrada absolutamente nada.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Senhor Presidente acaba de responder a uma pergunta aqui de um grupo municipal sobre o cumprimento do artigo 42.º da Lei 50/2002, segundo o qual as empresas municipais estão obrigadas a submeter a esta Assembleia Municipal trimestralmente as suas contas e que não tem sido cumprida, uma questão que lhe faço há oito anos desde que participo neste Órgão. Pela primeira vez deu uma resposta dizendo que não as submete porque não as tem. Ora, isso não é uma justificação porque, da mesma forma que o Senhor Presidente fez um resgate a uma participação do Município numa empresa porque alegadamente não cumpria com aquilo que era o objetivo de interesse público do Município, então está a dizer aqui, indiretamente, que a AdC, Icovi e Parkurbis, pelo menos, não cumprem a lei e por consequente, utilizando o seu critério, não servem o interesse público do Município. -----

Temos inclusive aqui presentes membros dos conselhos de administração dessas empresas municipais. É vergonhoso que não se cumpra o mais básico da lei que é cumprido na larguíssima maioria dos municípios portugueses. Quase lança a suspeição de que se quer fazer alguma coisa através das empresas municipais para não ser fiscalizado por este órgão por falta de acesso. Provavelmente não é o caso, mas é legítimo a qualquer eleito deste Órgão achá-lo quando não se cumpre uma lei básica e passarmos por isto com uma leviandade como se fosse perfeitamente normal. Quero-lhe dizer, olhos nos olhos, que não é normal, nem é desculpável, nem justificável nada do que disse até agora. -----

Sobre o documento aqui em apreço, a informação que nos submeteu: em primeiro lugar quero elogiar, como já o foi feito. O documento tem melhorado substancialmente ao longo deste mandato. No entanto, gostava de lhe questionar porque é que nas rubricas de execução financeira há variações significativas, por exemplo, na habitação e no urbanismo que têm taxas de execução muito mais baixas do que as outras áreas. A que é que se deve a taxa de execução que está reportada no documento que nos enviou, que é significativamente mais baixa do que nas outras áreas? Alguma clivagem no seio da Câmara? Alguma execução nestes meses que leve a que seja menor comparada às outras áreas? É o que consta do documento. -----

Aumentou as despesas com pessoal novamente neste último período. Qual é a razão? Os aumentos salariais foram em janeiro deste ano, portanto, desde a última assembleia até agora, não houve,

tanto quanto sei, aumentos salariais. Qual é a razão do aumento das despesas com o pessoal? Aumentou o reforço efetivo da capacidade técnica e humana da Câmara? Se sim, por que razão? -

Menciona também neste relatório a digitalização dos serviços municipais, que louvamos, mas quero-lhe questionar qual é que é a previsão para a concretização plena desta digitalização. Ainda neste mandato ou, como falava há pouco da outra obra, fica para o próximo mandato? -----

Por fim, menciona aqui edificado, edifícios e espaços municipais a serem intervencionados. Como é que está a ser feita esta gestão e a manutenção dos espaços já recuperados? -----

Uma última nota: a Câmara tem algum problema em enviar os documentos a esta Assembleia em formato PDF normal em vez de uma digitalização, já com a rubrica do Presidente da Câmara, milhares e milhares de páginas que não permitem um controlo leve para pesquisar por pequenas palavras nos documentos? Se não houver algum problema, solicitava que pudesse enviar os que tem enviado, mas também pelo menos uma segunda versão em PDF normal.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou respondendo que “a informação escrita é sempre um documento, do ponto de vista técnico, que tem muitos contributos de muita gente. É o todo municipal que dá, cada um deles o seu, o seu contributo e o seu reporte daquilo que se faz. O Presidente da Câmara colige, sumariza e recopila aquilo que vem de todos os serviços e, portanto, é o somatório de um universo considerável, de um universo grande. Não estamos a falar de uma instituição com pouco movimento. Tem muita informação a circular e a partir do momento em que quisemos conferir mais transparência ao processo decisório, às informações que provêm dos mais diversos serviços, através da digitalização da informação, desde o início até ao fim, se é certo que por um lado confere mais transparência, por outro torna o sistema mais pesado em termos de simplificar e tornar legível e entendível por quem acede à informação escrita do Presidente da Câmara que tenta sumarizar, tenta ser o mais condensador possível e objetivo relativamente àquilo que provém desses serviços. -----

Sou do tempo em que a informação escrita não existia. Quando estive sentado onde o Senhor está agora, lembro-me (não é uma crítica, é uma constatação – é que a gente não pode ter memória curta nem ter uma leitura hoje e ter uma leitura há dez anos atrás ou há 12) e sei que isto custa a ouvir, mas é verdade, não havia informação escrita. Eram três linhas e às vezes não havia nenhuma. Aliás, eu lembro-me bem das posições assumidas aqui pelo Senhor Deputado Vítor Reis Silva relativamente a essa matéria, que se queixava que não havia informação escrita. Agora existe informação escrita. Dir-me-ão “está lá tudo? É perfeita? Não está. Nem lá está tudo, nem é perfeita.

No que diz respeito às empresas, devo referir o seguinte: de três em três meses, obviamente que há informação das empresas para o Município. Nem sempre com este rigor dos três meses, pode ser três meses e uma semana, pode até ser menos ou pode ser mais um mês, mas há essa informação escrita. Nem sempre coincide com a elaboração desta informação escrita que é enviada aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas Municipais e, por conseguinte, ela existe, é acessível a todos, é auditada. Como sabem, hoje as empresas municipais são totalmente transparentes, ou seja, todas as entidades podem solicitar informação e têm acesso a toda a

informação de tudo quanto circula dentro das empresas municipais. Portanto, não há nada a esconder por parte das empresas municipais. Tudo é feito com total transparência. -----

A digitalização dos serviços municipais é algo que já foi efetuado de forma transversal a todos os serviços municipais. Estamos agora a proceder à elaboração de fluxogramas de processos e de procedimentos com o objetivo de darmos passos para a certificação de qualidade dos serviços do Município da Covilhã. E, portanto, estes processos que visam conferir mais transparência à vida e à atividade das empresas, dificultam de facto muitas vezes, aquilo que queremos objetivar e queremos ter como desiderato, ter como objetivo e, portanto, não há aqui qualquer questão de esconder, de meter debaixo do tapete. Aliás, verão, até pelas contas que vamos discutir a seguir, que não pomos nada debaixo do tapete. Tudo à tona da água. Tudo à luz do dia para que todos possam fazer o seu juízo e hoje sabem que os Revisores Oficiais de Contas não certificam as contas se elas não cumprirem aquilo que é de lei, aquilo que a lei estipula, aquilo que a lei exige, aquilo que a lei impõe que seja cumprido.” -----

- O **Grupo Municipal do Partido Socialista** prescindiu do seu tempo. -----

- **Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (São Jorge da Beira)**: “Ouvi falar tanto de alcatrão e de máquinas. Na última Assembleia, não esta mas na outra, sempre falou também em São Jorge da Beira. Sabe como está a nossa estrada. Estou à espera ainda da sua visita, mas se as máquinas vão para lá, a minha pergunta é a seguinte: é para continuar lá na estrada que o Senhor sabe, e o que é que queria fazer aos buracos também que vão da estrada de São Jorge ao Pereiro? Sabe também o estado dela. -----

Já agora, aproveitava também para perguntar pelo carregador dos carros. Falta ligar. Está tudo pronto. Tenho muita gente a perguntar pois querem carregar os seus carros. -----

Semáforos – meteram as caixas e os tubos. Falta a ligação e os respetivos semáforos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “As três questões de sempre, sendo que passámos a duas, uma vez que a rotunda do cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507 o Senhor Presidente já informou da última vez que foi um processo mais demorado por via das possíveis expropriações de terrenos e, portanto, já não vai ser cumprida este mandato. -----

Pergunto pelas duas que a Freguesia da Boidobra acalenta a esperança que, até setembro, sejam resolvidas: espaço público da Conde José Calheiros e eliminação do estrangulamento da passagem de nível na Estrada Municipal 507.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu nota que, “no que diz respeito à equipa de pavimentação que se vai deslocar agora para a ligação da Pampilhosa para o nosso Concelho, ela vai regressar logo de imediato ao Ferro e depois, quando houver a possibilidade de regressar a São

Jorge da Beira, irá lá. Houve aqui uma alteração que nos transcende. Como digo, repito e toda a gente entende que, durante estes quatro meses a chover com esta intensidade, não era possível cumprir aquilo que tínhamos calendarizado. A vontade era essa, mas quatro meses são quatro meses. Não de convir que não é fácil que os nossos serviços cumpram aquilo que tínhamos estipulado, mas o importante é que lá vão, que acabem por ir lá e que resolvam o problema que reconhecemos que é preciso. Mas sei que o Senhor Presidente Paulo Quintela é solidário e reconhece que devemos acudir primeiro àqueles sítios onde está muito muito deteriorado. Não estou a dizer que a sua estrada não esteja deteriorada. Estou a dizer que a outra está muito mais deteriorada e temos que ser justos e governar é exatamente isso – é priorizar e prioriza-se em função das dificuldades, da gravidade e daquilo que efetivamente está em piores condições. Acho que toda a gente entende isso. Qualquer concidadão nosso entende exatamente isso e toda a gente sabe que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo porque, infelizmente, não temos essa capacidade, nem logística, nem de outra índole. Isto para dizer que as duas estradas da sua freguesia, aquela que vai para o Pereiro e aquela que fica nas proximidades da Pampilhosa, são duas ligações que já lá estive, já lá passei, já constatei, já medi (claro que a olhómetro através do conta-quilómetros, mais coisa menos coisa): efetivamente será feito. -----

Compreendo que quem está à frente dos destinos de uma junta queira que tudo seja feito esta semana, ontem, anteontem, para a semana, mas, infelizmente, não é possível. Não quer isso dizer que os compromissos assumidos não sejam para cumprir e, como diz o Povo “até o lavar dos cestos é vindima”. Sei que compreendem que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. -----

No que diz respeito à rotunda do cruzamento do TCT com a Estrada Municipal 507, dar nota de que continuamos a aguardar a aquisição dos terrenos. São processos que não são fáceis, sendo que a Rua Conde José Calheiros e a outra situação que colocou serão, como disse, objeto da nossa intervenção o mais rapidamente possível. -----

Indo ao encontro do que perguntava a Dra. Joana Rocha, estes compromissos são com todos e são principalmente com os senhores presidentes de junta porque são eles o rosto visível do poder autárquico local. São a linha da frente e sei quão difícil é justificar, perante os seus fregueses, os seus concidadãos, que uma coisa é feita primeiro do que outra e porque é que não é feita naquele dia, porque cada pessoa entende que o seu problema é mais premente, mais urgente e mais grave do que o do vizinho. Mas também têm que entender que, do ponto de vista da gestão dos meios que temos está um pouco mais acima do ponto de vista da decisão, terá que fazer opções e as opções é sempre partir do mais gravoso, do mais urgente, o mais necessário para o menos urgente, menos gravoso, menos necessário e é isso exatamente o que se faz. Não há aqui desconsideração por ninguém. Pelo contrário, a prova está que ao longo dos anos fomos honrando sempre os nossos compromissos e os compromissos que assumi que os senhores presidentes de junta, relativamente a obras concretas nos seus territórios, umas já estão consumadas, outras estão em curso e outras, enfim, levarão mais tempo. -----

Mas o mundo não termina em outubro de 2025. A vida autárquica continua. Os nossos serviços operativos estão cá, os bons técnicos e bons trabalhadores também cá estão e, portanto, as coisas continuarão a realizar-se, felizmente, porque a vida é assim e o cemitério está cheio de pessoas insubstituíveis. Não sou insubstituível. Não me considero como tal. O meu ego não me leva a

chegar aí, contrariamente a outros, e tenho noção das minhas limitações e das limitações de quem me acompanha e quem me rodeia. A boa vontade, o esforço, o trabalho e os meios que temos são aqueles. Por isso é que fico indignado com algumas intervenções eleitoralistas ou demagógicas, não estou a dizer que é o caso da Senhora Dra., com coisitas só para brilhar lá em casa “estás a ver, fui lá ao palanque e disse olha que isto foi assim e tal. Se não fizer esfolamos, matamos, assamos e pomos ao fumeiro quem não fizer.” A essas coisas não cedo, nem concedo. Cumpro aquilo que posso cumprir com honradez e com princípios.” -----

- **Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel):** “Senhor Presidente, ouvi com muita atenção o que acabou de dizer e realmente não queremos fazer tudo e fizemos muito nestes 12 anos na minha freguesia, em conjunto com o Senhor Presidente, mas não posso deixar de lhe fazer duas questões muito importantes que não se prendem com obras. Para mim, de facto, a estrada é muito importante, mas não tem nada a ver nem com a estrada, nem com os arruamentos. -----

Tem a ver com uma situação que é a saúde. Ouvi aqui o colega da Junta de Freguesia do Paul falar na questão do protocolo. Já enviamos vários email’s e queríamos saber por que é que não somos contemplados na questão do protocolo de apoio às extensões de saúde. Para mim é importante terminar o meu mandato e ter uma resposta para dizer à minha freguesia. Custeamos água, luz, limpeza e quilómetros do médico. Tudo fizemos até hoje para nunca faltar médico de família à nossa freguesia. Portanto, é muito importante para mim chegar ao fim e ter uma resposta. Mesmo que não haja protocolo elaborado para a Freguesia do Sobral é muito importante perceber que somos iguais às outras freguesias do Concelho. Acho que é uma questão de equidade. -----

A outra questão que lhe quero fazer, Senhor Presidente, tem a ver com os parques infantis. Eles, de facto, foram ressuscitados. O nosso foi o primeiro a ser inaugurado e, até à data, não sei se está legal, se não está legal. Foi executado e tem problemas que identificamos várias vezes aos serviços. Portanto, penso que já pagaram e o piso está todo a levantar. E as garantias? Quem é que paga? Vamos continuar a deixar estragar um parque relativamente novo? -----

De facto, são só estas duas questões, Senhor Presidente, que gostava que tivesse em conta porque não queria terminar os 12 anos de mandato sem estas duas questões: crianças e saúde.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Pedir ao Senhor Presidente da Câmara porque ficou por responder aqui algumas questões à Junta de Freguesia do Tortosendo. -----

Era a questão dos parques infantis. A ver se o segundo parque infantil é para cumprir ou não o acordo de cavalheiros e juntar-me à colega de Sobral de São Miguel porque, efetivamente, já pedimos os cadernos acerca do parque infantil instalado no Tortosendo e não sabemos. Queremos fazer um seguro do parque infantil e não temos, neste momento, a entrega do parque infantil por parte da Câmara. -----

Era também a questão do protocolo com a Federação Portuguesa de Atletismo. -----

Agradeço o facto de ter nos ter comunicado que já foi lançado o concurso para a obra dos Montes Hermínios. Se nos pudesse dizer a data da publicação do aviso porque hoje vamos ter a Assembleia

de Freguesia e queria informar a Assembleia de Freguesia que a Câmara Municipal já publicou o aviso de concurso para essa empreitada. -----

Saber se o álcool que já comprou é para entregar ao próximo Presidente de Junta e ao próximo Presidente de Câmara.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Acrescentar, relativamente aos parques infantis, que é necessário fazer essa transmissão do parque com os livros de inspeção e de manutenção, com os tais certificados. Tenho ideia que já o foi feito na Freguesia de Barco e Coutada através de protocolo. Era perceber quando é que vai ser feito para as outras freguesias também. Para além das questões que a Presidente Sandra já colocou.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “nota que esta questão dos parques infantis é, de facto, uma questão pertinente até porque compreendo e tento-me colocar no lugar dos senhores presidentes de junta e as autoridades que superintendem e fiscalizam estes parques, se exigirem os comprovativos de que tudo está em conformidade com a lei, têm que ter essa resposta e o respetivo documento. É com toda a certeza uma questão de natureza administrativa, uma questão de natureza burocrática. -----

O mais difícil foi fazer o parque. Foi concebê-lo, colocá-lo, financiá-lo, comprometê-lo, arranjá-lo. O menos difícil, digo eu, é de facto emitir o documento comprovativo de que tudo está em conformidade com a lei e isso os nossos serviços não deixarão obviamente de o fazer. -----

Relativamente ao Parque do Tortosendo, claro que vamos cumprir e honrar não só a palavra dada, como o compromisso de cavalheiros. Senhor Presidente David, o Senhor sabe que assim é e, portanto, assim acontecerá. -----

As questões da saúde: são diferentes as do Paul e as de Sobral de São Miguel. Independentemente disso, trataremos de forma igual aquilo que é diferente ou diferente aquilo que é igual. O importante é que consigamos, de facto, cumprir aquilo que é natural, aquilo que a lei exige e aquilo que são os compromissos entre instituições e face também àquilo que são as delegações de competência neste âmbito delegadas que os municípios e, neste caso concreto, o Município da Covilhã recebeu do Estado Central.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “No ano de 2024, a Junta de Freguesia de Peraboa teve necessidade de construir um muro para podermos prosseguir com a construção da casa mortuária, muro esse que foi assumido o compromisso na Câmara Municipal da Covilhã, juntamente com o Senhor Vereador José Miguel Oliveira, que ser-nos-ia feito um protocolo para cobrir esse valor. Era só para saber se esse protocolo ainda vai ser assinado neste mandato ou não?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “sim. Aquilo que é possível é possível. O que não é, não é e, com toda a objetividade, será cumprido esse compromisso que assumimos.

Quanto ao Senhor Presidente David, compreendo a retórica da pergunta. O Senhor sabe que sei e sei que o Senhor sabe que não posso comprometer com datas porque é impensável dizer-lhe que é no dia 1 de junho, ou no dia 1 de julho, ou no dia 15. Enfim, seria faltar à verdade. Até pode ser que seja antes. A verdade é que não posso, nem devo assumir compromissos que não controlo com variáveis que não controlo, daí que eu diga que a pergunta é retórica. -----

Costumo dizer ao Senhor Presidente do Tortosendo que no dia em que começar a obra ele vai ser vergastado, passo a expressão. Não estou a falar em sentido físico, mas daí que também ao falar no álcool é dizer que esfregue o corpo com álcool porque as chatices hão de vir porque toda a gente quer obras, mas nos dias em que elas começam depois é um problema porque estão a ser incomodadas as pessoas, o que é natural e normal. Não se conseguem fazer obras em sítios sensíveis, sítios complicados como aquele sem incomodar as pessoas e daí que diga e brinco um pouco com essa situação não para, no fundo, aligeirar as coisas, mas para dizer que a vida é mesmo assim.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Senhor Presidente, agradeço que me tenha respondido que, quando estava no meu lugar, às vezes não havia informação escrita e que um colega Deputado mencionou isso, mas não precisa porque sei ler. Ainda no outro dia estive a ler as atas de Assembleias Municipais de 2005. São as únicas que estão disponíveis no site da Câmara, antes disso não estão e sei ler o que está lá escrito. E também temos colegas que nos explicam porque, nesta primeira fila da Assembleia Municipal, quase metade estava ou mais metade estava em 2005 também aqui sentados. Portanto, basta consultar as atas para ver os nomes dos eleitos da altura e de agora para verem a renovação ou falta dela no Órgão. -----

Dito isto, o Senhor Presidente quando diz que não tem nada a esconder, a meter debaixo do tapete nas empresas municipais, que quem pede informação tem acesso, desculpe quero-lhe dizer, olhos nos olhos e sem maldade, que isto é mentira porque submeti aqui duas vezes um requerimento...”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** interrompeu o Senhor Deputado Municipal para dizer que “fazer política com elegância, não é chamar mentiroso aos outros. É muito feio. Há expressões alternativas. Permita-me essa correção, que é uma questão de urbanidade, é uma questão de educação, é uma questão de elevação do debate público e o Senhor, que ainda é um jovem, felizmente para si, sei que está a fazer um esforço para me ouvir, mas é um conselho que lhe dou. Não estou a dizer que é o seu caso, estou a falar genericamente, mas fazer política com ódio, com revanche, com desforra, com agressividade, é mau para quem a faz, sofre muito e tenta fazer sofrer os outros. Mas tenho uma couraça muito dura e peço-lhe imensa desculpa do ter interrompido, mas não resisto porque já não é a primeira vez que o Senhor faz isso. Usa expressões tão fortes quanto essa. Não há necessidade nenhuma. Podemos fazer política com elegância e a política não

é só uma ciência. É uma arte e, na arte da política, permita-me que lhe dê esta sugestão não é bonito. Como dizia o Dr. Mário Soares “é feio e não é bonito.” É uma redundância.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Continuou a sua intervenção agradecendo “o reparo e aconselho-lhe também a ler as atas da Câmara Municipal de quando o Senhor estava na oposição para confirmar a sua própria linguagem. -----

Quero-lhe justificar porque é que eu disse que isto é uma mentira. O Senhor disse que não tinha nada a esconder, nem a meter debaixo do tapete e que quem pede informação tem acesso. Justifico as minhas palavras. Submeti o requerimento neste mandato, outro no mandato anterior, que legalmente tem de ser respondidos dez dias depois e que hoje não tenho resposta, a pedir acesso às contas individuais das empresas municipais sem o empolamento das contas consolidadas que apresenta aqui em junho de cada ano. Não foram respondidos. -----

Portanto estou-lhe a dizer que é uma mentira dizer que quem pede tem acesso porque foi aqui submetido pela minha mão e não foi respondido. Justifico aquilo que digo e não tenho ódio. Esteja descansado que eu não preciso da política para nada. Não odeio ninguém na política, muito menos fora dela. -----

O Senhor Presidente não me respondeu às diferenças de execução da habitação e urbanismo face às outras verbas. Não me respondeu ao porquê do aumento das despesas com pessoal e não me respondeu aos edifícios e espaços municipais intervencionados. Mas vou, nesta segunda ronda, fazer-lhe as outras questões que tinha aqui planeadas se me permitir. -----

1.º Enviei um email para a Câmara Municipal e para a Transdev relativamente ao mau funcionamento ou ausência dele dos elevadores e funiculares do Concelho. Até hoje não obtive resposta. Foi dois meses e 12 dias depois, creio eu, que um deles voltou a funcionar durante cerca de uma semana e depois voltou a ficar parado, a não funcionar. Volto a alertar para isto. -----

2.º Quero chamar-lhe a atenção para o Jardim do Rodrigo que é um espaço muito bonito que a nossa cidade tem que muitos poucos cidadãos, e fiz esta experiência, conhecem. Não conhecem porquê? Está isolado, tem poucos acessos e tem um potencial que, na minha opinião, está subaproveitado. Quero deixar-lhe uma sugestão para o melhor aproveitamento: o auditório do Jardim do Rodrigo, que é aquela parte pedonal em que se sobe aos ziguezagues, para utilizar uma expressão do debate de ontem, não serve na prática para nada. Percebe-se o porquê de ter sido feito assim e pode servir para estacionamento que é o principal problema desse jardim e não tem talvez mais gente lá, nem mais consumo no comércio que é feito lá por falta de estacionamento e visibilidade. Duas medidas simples: transformar o auditório em estacionamento e mais facilmente mais pessoas vão lá e uma placa simples, quando as pessoas estão a subir para a rotunda da estação na cidade, com uma imagem do jardim e o belo que é e a apontar que já ali à direita, no sentido ascendente e naturalmente podemos potenciar um espaço que já está pronto a aproveitar. -----

- 3.º Jardim das Artes – Já o questioneei aqui e não me respondeu. Como sabe, tenho família que mora lá e os vizinhos questionam-me várias vezes por que razão animais domésticos não podem entrar no Jardim das Artes. Deu-me uma resposta que não é válida, uma vez que nos outros jardins todos da Covilhã animais domésticos podem entrar e ali não, pelo menos, pergunto eu, na parte superior do Jardim das Artes que tem um café. Portanto, a questão que faço é o porquê de animais domésticos não poderem transitar no Jardim das Artes quando podem em todos os outros jardins, lembrando que há um espaço comercial nesse jardim que podia ser potenciado também com mais moradores a utilizarem o espaço. -----
- 4.º Quero questionar também muito rapidamente, chegamos a este mês do ano e é uma questão que recorrentemente nos é feita: é o porquê de a Câmara Municipal não devolver aos seus concidadãos os 5% de IRS que pode devolver aos cidadãos. Já lhe fiz esta questão aqui pelo menos uma vez a cada dois anos desde que cá estou. O Senhor Presidente disse que não devolve porque é uma questão de redistribuição da riqueza. Gostava que explicasse o porquê, porque continuamos a ter várias pessoas a questionar porque é que o Município fica com 5% das suas contribuições sociais para o Estado e o Município não devolve quando tantos municípios aqui à volta o fazem. -----
- 5.º Agora muito rapidamente, continuamos a ter 21 obras vencedoras do Orçamento Participativo com obras por executar há nove anos, se os cálculos não estiverem errados. Em 2021, prometeu-nos uma nova piscina coberta. Não a atual. Uma nova. Onde é que ela está? E já agora, quando é que vai terminar as obras da piscina municipal atual? -----
- 6.º Para terminar: estrada municipal para Peraboa e para o Ferro. Quando é que começam as obras? Uma já foi questionada aqui, a do Ferro. -----
- Ciclovias – O Senhor Presidente passou os últimos anos a falar ciclovias, de mobilidade. Já tivemos vários modelos de ciclovia na Covilhã. Agora temos uma coisa esquisita pintada nos paralelos que nem os ciclistas sabem o que funciona. Há alguma solução para esta solução que não acabou a ser nenhuma solução, passando as redundâncias como o Senhor Presidente diz? É que não temos ciclovias atualmente na Covilhã. Temos bicicletas elétricas, temos trotinetes e temos estradas normais, como tínhamos desde sempre, com um símbolo de bicicleta no centro da estrada onde passam os meios rodoviários, os veículos normais. Quer deixar, nem que seja ao seu sucessor, alguma sugestão de como resolver esse problema, para o qual o avisámos e eu também aqui várias vezes, que tinha face à orografia do Concelho da Covilhã? Toda a gente aqui louva um concelho mais sustentável, mais ciclável, mais amigo do ambiente, mais sustentável e com maior qualidade de vida. Sou o primeiro a defender uma Covilhã mais ciclável. A questão é: é possível arranjar solução para um projeto que o Senhor Presidente da Câmara iniciou, mas que evidentemente não concluiu ou, no mínimo, nem de perto face àquilo que estava planeado? Quer deixar alguma sugestão para o seu sucessor de como é que podemos tornar a Covilhã o município ciclável ou uma cidade pelo menos?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “as questões de natureza fiscal, até porque vamos falar de contas e por uma questão de economia de tempo, responder-lhe-ei com todo o gosto na parte em que falemos de contas. -----

No que diz respeito à questão das ciclovias, não é uma questão de pedagogia daquilo que está à vista desarmada, àquilo que todos constatamos todos os dias. É que somos uma cidade de montanha. Tivemos a ousadia e a mesma foi saudada em Bruxelas por termos bicicletas elétricas e mobilidade suave e implementá-las na nossa cidade. Se é verdade que isto assim é, por outro lado temos que reconhecer que não podemos demolir edifícios, nem entrar por terrenos privados adentro para fazer ciclovias. -----

Fazemos aquilo que acontece noutras cidades nacionais e europeias, para não ir mais longe, em que partilhamos, note bem a expressão que estou a utilizar, partilhamos as vias, ou seja, a via onde passa o automóvel, o autocarro, a motorizada, a camioneta ou todos os veículos que por ali circulam, passam também as bicicletas. E o que é que isso significa na prática? Existindo a sinalética horizontal, que é assim que diz o Código da Estrada, a dizer e a avisar de que tem prioridade os ciclistas, o que os outros todos têm que fazer é dar prioridade aos ciclistas e aos condutores de trotineta. Vou-lhe dar um exemplo: Rua Ruy Faleiro que é muito recorrente e está na moda. Deitámos abaixo os edifícios de um e do outro lado para fazer uma ciclovia? Temos que partilhar essa via. Ou não vamos dar prioridade aos nossos concidadãos que andam de bicicleta ou com outro meio de mobilidade suave para circular ali? Colocámos a sinalética no piso, avisando os nossos concidadãos, sejam nossos concidadãos da cidade da Covilhã, sejam de outras paragens, que têm prioridade e que quem conduz outros veículos tem que lhes dar prioridade. Tão simples quanto isso. Não vamos, perdoem-me a expressão, porque somos uma cidade de montanha e temos o declive, temos vias estreitas, temos edifícios seculares, demolir os edifícios para construir ciclovias! Ou seja, temos que partilhar o espaço que temos com todos os outros, sendo certo que quem conduz veículos de mobilidade suave tem prioridade. Mas isso, como diria o outro, “é elementar meu caro Watson.” -----

Acho que é entendível e perceptível por qualquer concidadão e sei que o Senhor Deputado Hugo Lopes também entende exatamente isso mesmo. -----

As sugestões que deu do auditório, sabe que acolho com todo o gosto as boas sugestões e se puder adotá-las e o mais depressa possível, tanto melhor. Gosto é que me deem e façam críticas construtivas e, nesse aspeto, está a fazer uma crítica construtiva. As críticas construtivas é para serem adotadas, podendo sê-lo. Agradeço-lhe as sugestões que fazem sentido. -----

Já relativamente ao Jardim das Artes, dizia e bem aqui o Senhor Vereador José Miguel Oliveira, que essa é fácil de responder. O Senhor sabe que, infelizmente, muitos concidadãos nossos, quando os animaizinhos fazem as suas necessidades fisiológicas, eles não recolhem. Aquilo é um espaço para as crianças. Aí é que está o problema. Aquele espaço está murado, vigiado, controlado, com todos aqueles requisitos porque queremos privilegiar as crianças. Sou amigo dos animais. Não sou do PAN. Sou das pessoas e dos animais, mas não do PAN e dou prevalência às pessoas, com todo o respeito que tenho pelos animais e aqui temos de dar prevalência às crianças. As crianças querem rebolar-se na areia ou na relva. Não podem andar a rebolar-se em cima de dejetos de animais. O

Senhor Deputado compreenderá isso com mediana clareza e com toda a vontade e boa vontade que lhe deve assistir na compreensão deste problema que não é difícil de entender, nem de difícil percepção. Não há aqui nada de especial. -----

Relativamente às contas, não há mesmo nada a esconder. Oiça, como digo, as contas das empresas municipais são consultáveis. Pode-me dizer-me assim: “neste momento queria ver as contas de uma determinada empresa e elas podem não estar disponíveis *online*. Mas o Senhor pode lá ir e dão-lhe as contas. Não tem problema nenhum. Se quiser, dou instruções. Na página da *internet* as pretéritas estão lá. Podem não estar lá as últimas. Ainda hoje de manhã aqui com o Senhor Deputado Vasco Lino falávamos, enfim, no sentido coloquial do termo e no bom sentido do termo, que infelizmente elas não foram apresentadas até ao dia 31 de março, mas já estão lá. Podem é não estar publicadas. Foram à reunião de Câmara. Os Senhores Vereadores da oposição tiveram acesso a elas na semana passada e não há mal nenhum. Quem facilitou e facultou, sente a obrigação de fazê-lo. Não estou a dizer que é nenhum favor. Portanto, aos Senhores Deputados da oposição não têm problema nenhum em fazê-lo. -----

Não faça disso um caso, nem queira empolar utilizando os tais adjetivos com carga muito negativa. Não há nada a esconder, absolutamente nada a esconder e, portanto, vamos é trabalhar e continuar a trabalhar até ao último dia cooperando. Sei que de boa-fé estes momentos são momentos de exceção porque estão a ser filmados, estão a ser gravados e então há que carregar na nota e dizer “eu fui lá e carreguei-lhe o carro. Fui e de que maneira e tal.” Oiçam, não carregam carro nenhum porque o carro tem um limite.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** interrompeu o Senhor Presidente da Câmara solicitando que o tratasse com o mesmo respeito com que o trata. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “se isto é desrespeitá-lo, vou ali e já venho. Mas pronto, fique com esta nota: não há nada a esconder. Tudo é claro. Tudo é transparente. Tudo é consultável mais cedo ou mais tarde. Pode não ser no dia que o Senhor Deputado Municipal pretende, mas terá acesso e franco acesso a tudo isso. Fique descansado e durma descansado.” -----

### 3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2024 – CPCJ COVILHÃ

--- Na sequência do ofício n.º 294, datado de 06 de março de 2025 e rececionado no dia 24 de março de 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Li atentamente o Relatório Anual apresentado pela CPCJ e quem conhece a CPCJ, quem de alguma forma sabe qual é o trabalho da CPCJ, não pode deixar de ficar, como eu fiquei, um pouco admirada com o facto de parecer funcionar tudo às mil maravilhas e o serviço não ter qualquer constrangimento no seu funcionamento. -----

Quem conhece a dimensão da CPCJ, a importância do trabalho desenvolvido pela CPCJ tem a certeza que não é assim. -----

As questões que deixo e que penso que deveriam merecer a reflexão é saber essencialmente de que forma se poderia facilitar o trabalho dos membros da Comissão, e talvez começando por aí, se resolvesse alguma coisa, nomeadamente sensibilizando as entidades que têm representantes na CPCJ, como na área da saúde, da segurança social, da educação, para o trabalho que a Comissão desenvolve, para a importância da Comissão, para o volume de trabalho que essa Comissão tem e, dizia eu, sensibilizá-los para isto no sentido de que os seus representantes na Comissão, nomeadamente na Comissão Restrita, tenham a facilidade de dedicar as 35 horas legalmente previstas ao serviço da CPCJ sem que tenham constrangimentos e sem que tenham de conciliar o seu trabalho no lugar de origem, digamos assim, com o trabalho muito meritório que desenvolvem na CPCJ. Isso não está de forma nenhuma mencionado no relatório. Não se fala em carência de técnicos. Não se fala em excesso de trabalho. Não se fala na dificuldade de responder às exigências, mas quem está cá fora sabe que elas existem. Portanto, a questão que deixo é esta: temos todos os membros da Comissão a funcionar a tempo inteiro para a Comissão, ou seja, a dedicar-lhe as 35 horas legalmente previstas ou, por outro lado, temos estas pessoas a ter de conciliar o seu trabalho na CPCJ com o trabalho que desenvolvem nas entidades que representam.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Gostava de começar por elogiar, mais uma vez, o trabalho meritório que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã tem feito não só neste ano, mas ao longo dos anos e recordar algumas coisas que tenho dito também nos anos anteriores. ---

Mas mais alarmante do que isto da leitura do Relatório que nos foi enviado da atividade do último ano, são os dados relevantes e preocupantes que estão plasmados no Relatório. Como poucos elementos participam na Rede Social, onde têm assento as Juntas de Freguesias, as IPSS's, a Segurança Social, a GNR, a PSP, e como a CPCJ é um órgão que, pela sua própria natureza que é uma natureza fechada, não é tão público aquilo que faz, como faz, quais os resultados, quais os casos que abrange, número e tipo de casos, provavelmente os nossos concidadãos não têm conhecimento disto, mas é grave para mim ler este Relatório. Naturalmente, não se está a culpar ninguém. Estamos a levantar aqui uma questão, um problema que é comum a todos e que

devemos trabalhar para o resolver. É que a violência doméstica na Covilhã teve um aumento quase perfeitamente linear nos últimos 15 anos, passando de zero para mais de 100 casos. Nesta última década e meia, os casos de violência doméstica representam na Covilhã cerca de 32% dos casos da CPCJ. Eram zero em 2010, como disse; no último ano são 108 de acordo com este Relatório. -----

Isto é preocupante. É preocupante quando assinalámos ainda há pouco tempo, e foi mencionado no 25 de Abril e muito bem, o Dia da Mulher, quando o papel da mulher foi mencionado no 25 de Abril, e muito bem que elogio muito. Acho que são dados muito preocupantes. Sabemos que cerca de mais de 90% dos casos de violência doméstica em Portugal são de homens contra mulheres e não o inverso, embora também existam. É alarmante que estes casos estejam a alastrar no Concelho da Covilhã e alguma coisa deve ser feita para que se possa resolver, mitigar este problema. -----

Primeiro identificar onde é que estes casos acontecem e os dados mostram-nos que há mais casos sinalizados em que Casegas e Ourondo, Teixoso e Sarzedo e Verdelhos do que no resto de todo o Concelho em percentagem. Isto deve-nos levar a uma questão: serão casos nas mesmas habitações, nos mesmos seis familiares que são recorrentes? Se não, são em mais famílias? O que é que podemos fazer para atacar o problema em particular nestas freguesias? É uma questão que já deve estar naturalmente a ser pensada, mas que deve ser aprofundada e também me preocupa olhar para a Figura 7 e ver como pouquíssimas visitas domiciliárias ou reuniões foram feitas. -----

Portanto, o que quero fazer aqui hoje, além de elogiar mais uma vez o trabalho feito pela CPCJ da Covilhã, é deixar um apelo de aprofundamento do seu trabalho, subscrever aquilo que foi dito ainda agora pela intervenção que me antecedeu de garantir a quem faz parte da CPCJ, pelo menos na Comissão Restrita, a garantia das 35 horas de dedicação exclusiva por semana à CPCJ e ao seu trabalho. E, naturalmente também, além de elogiar, apelar ao reforço da intervenção das nossas forças de segurança e responsáveis por sinalizar a maioria dos casos. Aliás, também está no relatório, se não estou em erro, 95 dos casos foram sinalizados pelas forças de segurança, a larguíssima maioria, o que é de assinalar e é bom, mas temos que reforçar os outros meios de sinalização.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Começo por saudar e louvar o trabalho de todos os membros da Comissão, desta em especial, mas de toda a Comissão que, ao longo dos anos, tem vindo a trabalhar nesta área tão sensível. -----

De facto, a violência doméstica é porventura a preocupação maior em termos de segurança que Portugal tem. Ao contrário até daquilo que tem sido um discurso partidário, nomeadamente à direita e da extrema-direita, que nos querem convencer que vivemos numa sociedade profundamente insegura, mas a verdade é que os números o que nos têm dito é que a questão da violência doméstica é, de facto, um tema profundamente preocupante e o Partido Socialista tem alertado e tem procurado criar soluções. -----

Chamar a atenção para a circunstância de que a ausência de casos não significa ou não significava que eles não existissem. Portanto, ouvimos aqui um discurso dizendo que a Covilhã está numa

situação dramática porque há uns anos atrás tinha zero casos e hoje tem não sei quantos e que isso é, de facto, profundamente alarmante. Aquilo que quero lembrar é que nessa altura o haver zero casos não era porque não existisse violência doméstica. É porque eles não eram denunciados. Eles não eram trabalhados. Não havia recolha sequer dessa informação e nem sequer havia a vontade para fazer essa denúncia e isso não nos deve descansar. Não significa que antes estava tudo bem e que agora está tudo mal. -----

Aquilo que nos deve motivar a todos coletivamente, independentemente do partido, independentemente das áreas sociais, profissionais e ideológicas em que estejamos, é compreender que a violência doméstica, a violência de género, a violência no namoro, a violência sobre as crianças é qualquer coisa inaceitável. Todo o tipo de violência é inaceitável e aquilo que devemos é, coletivamente, encontrar os mecanismos que permitam mitigar, que permitam prevenir, que permitam trabalhar estas situações para que não aconteçam e depois encorajar, quando aconteçam, para que elas sejam denunciadas e a justiça funcione. -----

É esta a nota que queria dar em nome do Partido Socialista. Continuaremos a trabalhar para que todo o tipo de violência, nomeadamente a violência neste caso sobre as crianças e os jovens, seja denunciada, mas sobretudo seja prevenida para que ela não aconteça porque todos temos direito a viver no mundo em paz, nomeadamente as crianças e os jovens.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Elogiar o trabalho da Comissão. De facto, isto é um trabalho complexo. Não é fácil. É difícil até pelo número de casos e processos, os processos transitam, novos processos, ... mas a Comissão, para além dos números, dá-nos aqui as percentagens, sendo que, de facto, existe um aumento das situações sinalizadas, talvez porque a sociedade está mais aberta, está mais sensível a estas questões da violência doméstica sobre menores. Aponta alguns fatores, a publicação da lei em 2009. Refere-se aqui que a partir de 2010 houve um crescente também de resultado com essa lei que faz e procura fazer a prevenção da violência doméstica. -----

Penso eu, que seria interessante que fosse realizado um estudo sobre as condições socioeconómicas, a cultura das famílias onde essas situações acontecem porque, de facto, podem estar ligadas a situações a nível social e económico, também tem a ver com as tecnologias e tem outro fator aqui, que a escolaridade obrigatória foi ampliada para os dezoito anos em 2009. Também pode ser aqui uma das razões em que há aqui um escalão etário de jovens que permanecem mais tempo na escola e sabemos que existem algumas culturas em que os jovens e as jovens muito cedo procuram sair da escola, não apreciam a escola, não estão motivados para ela, daí talvez o aumento, nomeadamente das sinalizações que são feitas a nível escolar. -----

Termino dizendo que a Comissão deve ter meios, meios humanos, recursos necessários e suficientes para dar resposta a esta situação que interessa prevenir e dar resposta rápida, quer após a sua sinalização, à resolução dos problemas existentes.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo e saudando “o trabalho dedicado e esforçado da CPCJ e todos quantos os antecederam ao longo dos anos nesta tarefa que é árdua, difícil, complicada e humanamente muito delicada. -----

Numa altura em que esta situação felizmente é mais escrutinada e mais acompanhada, mais monitorizada, onde há uma maior perceção da realidade existente, sendo certo que, ainda há pouco confienciava aqui com a Senhora Vereadora, quando éramos petizes, tínhamos 10 ou 12 anos, não vos posso garantir do ponto de vista exato, do ponto de vista estatístico, era muito superior à atual. Hoje, felizmente, nos últimos anos há uma especial atenção, um especial cuidado, um especial acompanhamento destas situações que são repugnantes, são condenáveis, são abjetas e o conseguir-se acompanhar, dar apoio, sinalizar e chamar a atenção das autoridades para estas situações e evitar que outras aconteçam é fundamental. Daí, desde logo, essa é uma aposta ganha pelo vosso trabalho valoroso e, como digo, quero saudá-lo vivamente e enaltecer a vossa tarefa, o vosso trabalho e dizer que prossigam esse desígnio, esse desiderato que é o de sensibilizar a nossa sociedade que a violência seja ela verbal, física, seja *bullying*, seja de que natureza revestir é sempre condenável e que devemos tratar os nossos assuntos entre nós, concidadãos, com elevação, com educação, com correção e nunca com a violência, seja ela verbal, física ou de outra natureza. -----

Agradecer mais uma vez o vosso trabalho.” -----

**--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades, referente ao ano de 2024, elaborado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.**

**Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD) e Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS).** -----

### **3.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de março de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2189/25 de 2025.04.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os

efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra para **comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A Câmara Municipal da Covilhã presta hoje, a esta Assembleia, contas sobre o ano de 2024. -----

*Obteve Rendimentos de 46,9 milhões de euros e gastou 47,8 o que gerou um Resultado Negativo de 881 mil euros. O saldo recebido de 2023, de 13,3 milhões, não foi investido e foi ainda acrescentado em 3,2 milhões de euros, tendo ficado em 2024 um saldo “cativo” de 16,5 milhões de euros.* -----

*A Receita obteve uma taxa de execução de 96% e a Despesa de 71%.* -----

*Mas como esta é a quarta prestação de contas deste mandato, vejamos a evolução das mesmas: -*

*Quanto à Despesa, a Despesa Total em 2021 foi de 40,9 milhões de euros e em 2024 de 44,5 milhões de euros, um aumento de 8%.* -----

*Aumentaram as Despesas Correntes e diminuíram as Despesas de Capital que passaram de 14,8 milhões anuais para 11,3 milhões, executada em apenas 56%.* -----

*E destes, apenas 1,6 milhões, cerca de 10%, são Transferências e Subsídios de capital.* -----

*Quanto à Receita, a Receita Total em 2021 foi de 46,6 milhões de euros e em 2024 de 61,1 milhões de euros, um aumento de 31%, o que significa em termos líquidos 14,5 milhões de euros.* -----

*Para este aumento muito contribuiu o aumento das transferências do estado através dos diversos instrumentos financeiros previstos na lei das finanças locais que passaram de 19,4 milhões em 2021 para quase 28 milhões de euros em 2024. Um aumento de 43%.* -----

*Estes números evidenciam que, por via da maior arrecadação de receita, existe hoje no Município uma maior capacidade de idealizar, projetar e executar investimento para que aqueles que aqui habitam e aqui trabalham tenham uma melhor qualidade de vida.* -----

*Para isso é preciso idealizar, projetar e executar investimento em equipamentos, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, ciência, desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, água, ambiente e saneamento, desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo.* -----

*Muito foi preciso resolver, fruto de herança recebida. Passados mais 12 anos, muito continua por resolver.* -----

Nos equipamentos, -----  
Continuamos a discutir nesta assembleia a necessidade de requalificar Sanitários Públicos degradados existentes na cidade, só para começar com um exemplo do que há muito já podia ter sido resolvido por meios próprios. A Câmara Municipal tem os meios humanos, técnicos e financeiros capazes de resolver vários problemas de forma mais célere e eficaz. -----

Na energia, -----  
Tarda em realizar-se a transição apregoada, as luzes led não chegaram a todo o lado, os postos de carregamento para carros elétricos não estão em funcionamento em todas as freguesias. Os painéis fotovoltaicos das habitações municipais não estão ainda ligados. Falar de comunidades energéticas é uma miragem. -----

Nos transportes e comunicações, -----  
As freguesias fora do eixo urbano estão cada vez mais distantes da Cidade. -----  
A mobilidade não chegou ainda a muitos passeios, a manutenção de pavimentos tarda em ser realizada em muitas artérias onde o alcatrão já se mistura com a calçada. -----

Na educação, -----  
As creches foram projetadas mas não executadas, as escolas continuam com insuficiências por resolver, existem jardins-de-infância que não cumprem a legislação em vigor. O Bolinha de Neve que agora se reivindica (e bem) há um ano atrás não era para ser creche. -----

No património, -----  
É preciso avançar rapidamente para a implementação de um programa de requalificação do património habitacional e industrial existente no concelho. -----

No desporto, -----  
Basta ler o Plano Estratégico Desportivo Municipal para perceber o que não foi feito. -----

Na saúde, -----  
A ULS que já teve mais que um nome, está por construir. -----

Na habitação, -----  
Nomeadamente pública, tendo sido dados passos neste mandato, é necessário adequar os agregados às tipologias existentes, tratar da gestão e manutenção do parque habitacional, mantendo as condições de dignidade e prevenindo investimentos avultados no futuro. -----

No desenvolvimento, -----  
Faltam os investimentos municipais em cada uma das freguesias capazes de alavancar as suas dinâmicas sociais, económicas e culturais. -----

No ordenamento do território e urbanismo, -----

*Tarda aprovar-se o novo PDM – Plano Diretor Municipal e falta projetar as Operações de Reabilitação Urbana em todas as freguesias para que efetivamente se ordene o território e que este não fique à mercê apenas do investimento privado. -----*

*Será sempre possível fazer mais, pensamos que podia ter sido feito melhor.” (Doc.25 com as alterações introduzidas durante a leitura do mesmo) -----*

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Tinha previsto aqui uma intervenção distinta, mas depois de ouvir aqui o Senhor Presidente justificar desta forma displicente o que é que não está feito e por que é que não está feito, confesso-lhe que justifica-se e percebo que, de facto, o Relatório Anual da Gestão e Atividades de 2024 tem que ficar aquém daquilo que era previsto. ---

Esta displicência de dizer que “não se fez Não, não se pode ou tenho outras coisas para se fazer” é uma forma muito pouco credível de assumir uma gestão camarária nos termos em que era suposto termos no nosso Concelho. -----

Em termos de valores, acho que aqui a intervenção do Deputado que me antecedeu foi escarpada aqui ao máximo, mas não podemos deixar de dizer que, de facto, constatamos mais um resultado negativo neste ano de 2024 de 881.000 € que, acrescido ao anterior, fica num total de 1.750.000 € em dois anos consecutivos. Depois tem este paradoxo de ter resultados negativos com saldos de caixa e tesourarias brutais que já vamos em 18 milhões € de valores por executar e disponibilidades que não se veem porque não há trabalho, porque não há obra. -----

Venho aqui repetir aquilo que já disse aqui anteriormente que isto são os custos da inação desta Câmara. Estes prejuízos são os custos da inação desta Câmara porque aquilo que se vai gastando em não fazer nada, em entreter as pessoas que é aquilo que estamos aqui a falar e hoje acho que nesta Assembleia percebemos que os Senhores Presidentes de Junta finalmente perceberam que aquilo que o Senhor Presidente disse é embalá-los até à última e depois chega à última e dizer “peço imensa desculpa, mas olhe, aguentem-se lá porque aquilo que era suposto acontecer não acontece.” Os Senhores Presidentes de Junta têm que dizer isto aos seus fregueses – que andaram a ser enganados durante estes anos todos porque era para o ano, porque era para o ano, porque era depois mais um ano e agora não se pode fazer e faz-se para o ano. De facto, nada se conclui. Nada se faz. -----

Não posso deixar aqui de questionar, porque está no documento que foi votado na Câmara e que foi apresentado a esta Assembleia, e fazer um bocado o paralelo ou pelo menos pedir esta informação com aquilo que também vinha na informação escrita, o que Deputado Afonso Gomes na outra sessão disse que a ação no Tribunal já teria sido decidida e que teria sido um revés e que seria um obstáculo para a ação. Estou a falar da ação da providência cautelar do resgate ou da decisão do famoso resgate em si. Penso que ainda não terá sido decidido, mas já agora peço ao Senhor Presidente para explicar em que situação em que está. Queria saber sobretudo a questão relativamente aos encargos que foram assumidos para esse resgate que agora, pelo menos para já, não pode ser feito o empréstimo que supostamente seria contraído num montante de 5.880.000 €, os custos que isto tem e a repercussão que isso tem nas contas do Município neste

momento. Para quê? Para estar parado e, portanto, não sei se já foi contratualizado ou não, mas a questão que se coloca aqui é saber efetivamente como é que vamos fazer. Temos o dinheiro disponível e vamos ter que aguardar e pagar os custos e os juros inerentes a isto durante o período que estiver a correr a ação judicial? -----

Quanto à questão que também está na questão das reservas que foram feitas na decisão de contas e do relatório do ROC, continuamos na mesma, ano após anos, e já estamos felizmente no último ano do seu mandato, com esta machada de cima da cabeça que já vai em 11 milhões da dívida da Câmara à AdC que continuamos nesta Assembleia sem saber do que é que se trata. Continuamos nesta Assembleia sem deliberar isso e continuamos sem saber se é um valor que efetivamente vai ter que ser pago ou não, se vai ter que ser pago e em que termos. Acho que é conveniente, Senhor Presidente, já que é a última vez que vem prestar contas aos munícipes, que diga de uma vez por todas com que é que se tem que coser para o seu sucessor porque, na prática, quem vai ter que deslindar isto vai ser o seu sucessor porque o Senhor já não vai fazer nada nesta matéria. -----

Não posso deixar de referir que, efetivamente, em termos do que são as Grandes Opções do Plano e a questão da execução da despesa, tem uma taxa global de execução de 70% que é claramente insuficiente para aquilo que são as necessidades do município e nomeadamente quanto à questão das empresas municipais até me admira porque entretanto os nossos vereadores já nos fizeram chegar essa informação. Na Icovi, apesar de não haver informações nem relatórios trimestrais, percebo que haja vergonha em dizer isto, mas são mais 173.997 €, se bem que a Câmara vai ter que pagar o prejuízo da Icovi, e da Parkurbis são mais 60 e tal mil euros. Só tenho estes dados porque infelizmente não há outros. Fico muito preocupado como é que o Senhor Presidente consegue chegar aqui e dizer que os Senhores Administradores, que são por si nomeados para estas empresas municipais, e com esta displicência que não dá informação porque não a tem, que não lha dão quando é uma informação legal obrigatória e que tem que obrigatoriamente sair das empresas municipais e entrar na Câmara Municipal. E se não saia bem, tem que sair a mal, Senhor Presidente. Como o Senhor aqui diz muitas vezes “se não é a bem, é mal”, mas o que é certo e verdade é que temos aqui Administradores e temos aqui pessoas, enfim, que são responsáveis por isto e que, afinal de contas, nas palavras do Senhor Presidente não cumprem sequer a lei e o Senhor mantém-nas como se fossem extremamente competentes. Acho que isto no mínimo é grotesco. -----

Sabemos o que é que são as contas consolidadas, mas a verdade é que este dinheiro sai das contas da Câmara e sai relativamente ao ano anterior. Portanto, estes prejuízos que já foram deliberados para serem pagos às empresas municipais, deviam estar contabilizados nas contas de 2024 e não nas de 2025. -----

Continuo a dizer que acho que é de uma displicência tão grande vir-se aqui dizer que afinal de contas as empresas municipais dão prejuízo porque têm de dar prejuízo e depois, afinal de contas, e dou apenas o exemplo da Parkurbis em que o prejuízo que dá é coincidente com o ordenado do único Administrador remunerado da Parkurbis. Mais valia não ter Administrador, Senhor Presidente porque, se o prejuízo são 63.000 € ou 64.000 €, se o Administrador custa 65.000 €, mais valia não ter Administrador remunerado na Parkurbis porque é o prejuízo que lá está. -----

Isto são contas da Câmara e ainda por cima para sabermos que, afinal de contas, os Administradores Municipais e as empresas municipais nem sequer se dão ao luxo de prestar contas sobre o que é que estão a fazer e isto são contas que, obviamente, por tudo aquilo que acabei de dizer, são de facto contas que têm de ser reprovadas e não merecerão o nosso voto favorável.” --

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “O Relatório em análise é um documento exaustivo e pormenorizado das atividades do Município e da sua gestão no ano de 2024. Como é evidente, não nos é possível aqui, em tão pouco tempo, explanar uma análise no seu todo. Neste sentido, e não menosprezando a restante informação do documento em apreço, vamos cingir-nos à análise de Prestação de Contas de 2024. -----

A Prestação de Contas vai além do simples cumprimento das exigências legais. É fundamental que haja clareza, precisão e uma avaliação efetiva da eficácia das políticas públicas municipais. -----

Neste Relatório, porém, não encontramos um exercício pleno de prestação de contas, mas antes uma compilação técnica e administrativa que carece de visão estratégica e de compromisso com a transparência. -----

A situação económico-financeira do Município apresenta vários pontos que entendemos de realçar. -----

O resultado líquido do exercício foi negativo em 881.000 €, evidenciando um desequilíbrio entre proveitos e custos sem explicação detalhada no Relatório. -----

A dívida de médio e longo prazo manteve-se elevada. A aprovação de um novo empréstimo de 5.880.000 € em janeiro de 2025, agrava o serviço da dívida pública futura. Em 2024, os encargos com juros pagos atingiram 800.000 €, dos quais 794.900 € referem-se à dívida pública, comprometendo a capacidade de investimento. -----

A tesouraria registou um saldo final de 18.7 milhões €, valor significativo, mas não conceptualizado face ao ritmo de execução do investimento, nem com a resposta às necessidades sociais de infraestruturas do Concelho. -----

Assim, as provisões aumentaram, o que significa que há o reconhecimento da possibilidade de se pagar as indemnizações compensatórias. No entanto, estes valores vão transitando de ano para ano e não são pagos à AdC, totalizando já um valor de 11.7 milhões €, que, conforme consta na nota 15, aumentou no presente ano de 1.660.000 €. -----

O saldo da rubrica de provisões resulta do registo contabilístico dos valores relativos a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal AdC, referentes aos períodos de 2010 e 2012 a 2024, conforme previsto nos instrumentos de gestão previsional desta empresa.

Em relação às empresas municipais, estas continuam a rédea solta já que as suas contas não vêm ao órgão executivo. Já alertámos para esta situação em anos anteriores, mas continua a não existir informação a este respeito. -----

No que diz respeito ao Orçamento e Grandes Opções do Plano em 2024, a despesa total paga foi de 44.507.000 €, o que representa uma taxa global de execução de 70%. Esta execução está abaixo do desejável face ao Orçamento definido que ascendeu aos 62.685.000 €. -----

A despesa corrente registou uma execução razoável, destacando-se a rubrica de Pessoal que representou mais de 34% da despesa total paga no ano de 2024. A despesa de capital apresentou uma execução muito baixa, evidenciando o impedimento à concretização de projetos estruturantes para o Concelho da Covilhã. -----

Senhor Presidente, no início deste ano alertei-o aqui nesta Assembleia ou então no mínimo no final da Assembleia de que era ano de eleições e que não ia a tempo de executar as obras que tinha em mente, o que pelo menos nos vem apregoando e hoje já vimos que é um facto e a desculpa foi a chuva. -----

Também tenho que o alertar que ainda agora estive aqui a confirmar na *internet* que estivemos aqui numa Assembleia em janeiro do ano passado em que o Senhor disse-nos aqui que ia reparar a Estrada Municipal 506 entre a rotunda do *Datacenter* e a Rotunda do Ferro por causa das obras dos parques fotovoltaicos. Atualmente simplesmente fala sempre só nas obras entre a Ponte de Alvares e o tal famoso “T” entre o Ferro ou Ponte Pedrinha, digo, e Peraboa. Questiono: aquela estrada a ficar naquele estado miserável da Ponte da Quinta Branca para a frente ainda se aceita. Agora tudo o que foi estragado pelo parque fotovoltaico, desculpe, mas aquilo é uma nojeira que ali está e é impensável que a Câmara tenha um prejuízo daqueles porque aquilo é de todos nós. Aquilo não é meu. Aquilo é da Câmara. Aquilo é um património da Câmara que uma empresa particular estragou e a Câmara ainda não teve a hombridade de os obrigar a repor o pavimento como estava. Aquela estrada só fica boa se for posto um pavimento total e feitas umas valetas em condições de maneira a tirar a água daquela estrada.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** “Estamos neste momento a discutir um Relatório da Atividade do Município em que, em primeira instância, devo elogiar a forma como ele é apresentado e a forma discriminada com que temos acesso a toda a informação que realmente aconteceu ao longo do ano de 2024 da Educação ao Desporto, da Juventude, da Ação Social, do Urbanismo à Proteção Civil, entre outras áreas de ação municipal. Permitam-me aqui um particular destaque para a atividade cultural regular em que, objetivamente, para além de dignificar a Covilhã e as suas gentes, promove e dá uma visibilidade única da Covilhã em Portugal e a nível internacional. -----

São tudo atividades promovidas com o intuito claro de termos um município de proximidade, um município de todos, em que procura cuidar seja de pobres e de ricos, daqueles que têm mais idade e de menos idade e esse é, de facto, a grande visão que o Partido Socialista tem para o município da Covilhã. É um município para todos e de todos. -----

Mas, no entanto, este Relatório demonstra bem também aquilo que é a dinâmica daquilo que hoje são os serviços municipais da Covilhã. É por isso justo que nesta discussão seja feita uma saudação

muito especial a todas e a todos os funcionários do Município que contribuíram e contribuem para que esta dinâmica de cidade seja uma realidade nos nossos dias. -----

Este Relatório denota também algo para nós que é muito importante e que tantas vezes é aqui discutido: obras e investimento no Concelho da Covilhã – da reconstrução da Avenida das Termas de Unhais da Serra, da reabilitação da Avenida da Universidade, da requalificação dos parques infantis em todo o Concelho, do Centro Interpretativo Mineiro, da execução da Estratégia Local da Habitação que hoje já tivemos oportunidade aqui discutir e daquilo que são os milhões investidos ao longo de 2024 que estão em investimento ao serviço da população, da instalação de reservatórios de combate a incêndios que tantas vezes também já aqui discutimos sobre aquilo que é a estratégia e a proteção àquilo que é a nossa floresta e a nossa serra que, de facto, em 2024 vê-se capacitada de equipamentos que dão uma resposta mais capaz de maior proximidade e que certamente mais rápida a qualquer infortúnio que aconteça no futuro. Mas também na inauguração do Pavilhão Municipal do Inatel, do investimento e na obra que existe um pouco por todo o parque escolar a nível municipal. São exemplos, entre outros, de investimentos que visam a melhoria do dia-a-dia dos Covilhanenses e das Covilhanenses. -----

Mas também este Relatório dá conta daquilo que é a estratégia municipal do Partido Socialista naquilo que é o apoio para uma dinâmica coletiva com todos os agentes locais, independentemente daquilo que são as cores partidárias, daquilo que é o cartão de militante dos dirigentes associativos, dos responsáveis das IPSS's, dos Presidentes de Junta de Freguesia deste Município. O Município, com o Partido Socialista a liderar esta Câmara, estará sempre ao serviço de todos e com todos, nomeadamente no apoio ao associativismo, no apoio às IPSS's, mas também naquilo que é o apoio às Juntas e Uniões de Freguesia da Covilhã. -----

E porque também já falámos da parte financeira, é importante que se denote algo que em 2024, como tem já vindo sendo nos anos anteriores, a redução de impostos municipais para empresas e população contrasta com aquilo que é também o aumento das receitas municipais a nível daquilo que são a coleta de impostos. Isto significa uma coisa: ao contrário daquilo que é dito regularmente pela oposição ao Partido Socialista, nomeadamente à direita do Partido Socialista, que a Covilhã está a definhar, que a Covilhã é um concelho perdido no mundo, estes são factos que demonstram que a Covilhã é um concelho dinâmico e em franco crescimento quando comparado com aquilo que é a realidade em toda a região centro. -----

Mas também naquilo que já foi referido, e aí concordamos também, que nem toda a despesa orçamentada foi executada. É verdade, é um facto. No entanto, é importante esclarecer que grande parte desta despesa, apesar de não estar executada, está cabimentada em diversos concursos públicos ou que ficaram vazios ou que recentemente foram adjudicadas. Dou este exemplo: a Unidade de Saúde Familiar da Estrela ou ainda o posto da GNR do Tortosendo, tantas vezes aqui reclamado e justamente reclamado pela Junta de Freguesia de Tortosendo e pelos Tortosendenses. -----

Mas também algo que esta descrição, do ponto de vista financeiro, nos dá e já aqui foi tocado. Referiu-se à AdC. Não se queria referir a AdC, mas à ADS - Águas da Serra – o resgate. De facto, a situação financeira que o Município hoje atravessa permite-nos de forma muito frontal e daquilo

que é a ambição que o Partido Socialista tem para o município da Covilhã de uma efetiva redução da taxa e daquilo que é o pagamento da água na Covilhã e que essa é a capacidade que hoje, do ponto de vista financeiro, o Município da Covilhã tem, independentemente de quem venha a partir de outubro para o Município, sendo certo que já percebemos que, se for a direita, a água irá manter-se elevada.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explanou “melhor aquilo que são as contas do Município. -----

Começo, de forma muito sucinta, relativamente a questões que foram aqui concretamente colocadas logo pelo Senhor Deputado Marco Gabriel e dar-lhe nota do seguinte: o aumento das despesas correntes decorre do aumento dos custos pela inflação e o aumento dos apoios às famílias, às associações, às juntas de freguesia e empresas. -----

Quanto ao procedimento de substituição de luminárias que também aqui referiu, daquelas que faltam, encontra-se a aguardar propostas para finalizar o processo de transição para a tecnologia LED. -----

Questões aqui suscitadas designadamente no que concerne à matéria das empresas municipais, quero clarificar que os responsáveis pelas empresas municipais não deixam de apresentar as respetivas contas. Uma coisa é apresentá-las mais tarde, outra coisa é não as apresentar. Elas foram sempre apresentadas. Estão publicadas e estão reportadas. Não há nenhum caso a não ser o atraso na apresentação destas contas. Não há mais do que isso. Estão disponíveis. -----

Empréstimo – O empréstimo só terá encargos aquando da sua utilização. Só ocorrerá quando o resgate se efetivar e, já agora, dar nota de que eles continuam em recurso a uma providência cautelar. Foi interposto recurso e estamos a aguardar o resultado deste recurso. Isto para dar nota de que o dinheiro será disponibilizado só e apenas na data do resgate. -----

Quanto aos valores da AdC, estão claros na prestação de contas, não havendo mesmo nada a esconder. -----

Ouvi falar aqui de muitas obras e a questão se já estão acabadas, outras hão de ser. Isto não é o fim da história. O Francis Fukuyama não passou por aqui a dizer que era o fim da história com o nosso mandato. Vamos lá ver uma coisa: a vida continua. Fazemos aquilo que podemos fazer e os principais compromissos que assumimos vamos honrá-los e estamos honrá-los até ao último dia.

Desmistificar aqui uma questão que é recorrente e que, mais uma vez, aqui foi trazida como se fosse um anátema, algo de profundamente negativo, que é a questão do resultado líquido do exercício que foi negativo em 881.000 €. Existe uma preocupação e é curioso da parte de alguns Senhores Deputados relativamente ao resultado líquido do exercício ser negativo. Apenas vos quero aqui, porque reavivar a memória é a melhor forma de compreenderem esta questão do resultado líquido do exercício negativo, dizer o seguinte: vou referir o resultado líquido do exercício nos anos do último mandato do PSD: em 2009 foi 11.378.000 €. Estou a arredondar; em

2010 foram 5.600.000 €; em 2011 foram 4.800.000 €; em 2012 foram 4.300.000 €; em 2013 foram 4.500.000 €. -----

Ora, consoante os valores que acabei de vos referir nos últimos mandatos do Partido Social Democrata, o nosso resultado líquido do exercício negativo foi, no mínimo, cinco vezes inferior àquele que o PSD apresentou nesses anos. Portanto, estamos a falar de um valor substancialmente inferior, ou seja, o resultado líquido negativo do PSD era cinco vezes superior. -----

Poder-me-ão perguntar: “Como é que se explica um resultado líquido negativo neste contexto em que estamos a falar e em que estamos a prestar contas do nosso Município?” Digo-vos com muita clareza: seria facilmente atingível. E sabem como? Se deixássemos de ajudar as famílias. Se deixássemos de ajudar as empresas, freguesias e as associações. E chegaríamos facilmente a um resultado positivo nos seguintes montantes que já vos vou referir. Se deixássemos de isentar a Taxa de Derrama aumentávamos o resultado líquido do exercício em 800.000 €. Aí passávamos logo para positivo. Se lhe somássemos o aumento da taxa de IMI, estamos no mínimo e quando cá chegámos estava no máximo, deixaríamos mais 2,6 milhões de euros, ou seja, era superior em 2,6 milhões de euros. Se acrescentarmos mais 800.000 é só fazer as contas, como dizia o Eng.º Guterres. Deixar de apoiar as juntas de freguesia eram mais 2,8 milhões de euros. Não apoiar as associações eram mais 2,4 milhões de euros. Isto é muito simples. -----

Sei que isto custa a ouvir. É desagradável, mas é a verdade. Não sendo original, como costume dizer, números são números e isso é o que eles dizem. Portanto, com qualquer uma destas soluções, tínhamos um resultado líquido do exercício positivo. -----

Mas não é isso que pretendemos. O que pretendemos é que continuemos a isentar impostos, a suportar as ajudas às famílias, às empresas, queremos reforçar o apoio às freguesias, às associações, ... A vocação do Município não é apresentar lucro. É apoiar, ajudar, incrementar e é isso que estamos a fazer. Portanto, está desmistificado com total clareza o vosso argumentário da questão do resultado líquido do exercício. -----

Depois a receita cobrada. Vamos fazer o mesmo exercício quanto à receita de 2009 a 2013. Em 2009, foi 38 milhões; em 2010, 36 milhões; em 2011, 35 milhões; em 2012, 36 milhões; e em 2013, foram 32 milhões. Agora, a receita cobrada de 2021 a 2024 é a seguinte: em 2021, 46.600.000 €; em 2022, 35.300.000 €; em 2023, 55.500.000 €; em 2024, este ano que estamos aqui a prestar contas, 61 milhões. -----

Acho que os números falam por si. Apesar de baixarmos ou até mesmo isentar impostos, apesar de reduzirmos as taxas e as licenças em 50%, conseguimos, comparando o último mandato do PSD e o ano de 2024, duplicar o valor da receita arrecadada. -----

Sei que isto parece a quadratura do círculo, mas para bem dos Covilhanenses é mesmo a realidade. Não é ilusão, é realidade. E mais, há aqui uma ressalva que quero fazer. Não estou a fazer esta comparação para apoucar, para diminuir, para deixar de ser correto com quem tenho que ser correto e deve ser correto. Estou apenas a constatar comparando com números, com realidades, com factos. Isto são factos, não são miríades. -----

Depois, muito preocupados com a dívida. Nunca vi tanta preocupação com os 5 milhões que só hão de ser utilizados quando houver resgate. O dinheiro está lá. Está feito o procedimento. Reparem o seguinte: a dívida de médio e longo prazo manteve-se elevada (é o que dizem) e ainda agravaram com um novo empréstimo de 5.880.000 €. Qual seria o grau de preocupação, pergunto eu, do PSD em 2013 que apresentava e recorde (sou obrigado a constatar comparando) um passivo de 142 milhões €, uma dívida elegível de 78 milhões €, uma taxa de endividamento de 297% e com um passivo de quatro vezes superior ao atual, com o quádruplo da dívida exigível em que não estavam preocupados. Agora estão? Não estavam preocupados com este cenário, mas estão agora preocupados com 5 milhões que ainda não estão a ser utilizados! -----

Em 2024 qual é o cenário que temos, comparando e constatando, um passivo de 37,5 milhões € contra 142 milhões €, uma dívida elegível de 20,2 milhões € contra 78 milhões € do outro tempo e uma taxa de endividamento de 37%. Vejam bem, a taxa de endividamento era na altura de 297%! Agora é de 37%, ou seja, diminuímos em 260%. Isto é matemática. Está escrito. Está auditado. Está claro. Isto não tem discussão. Podem-se rir à vontade, mas isto não tem discussão mesmo nenhuma. Portanto, acho que com isto deixo muito claro esta questão do resultado líquido do exercício, da preocupação com o endividamento e dizer-vos que estamos numa situação em que não estamos ricos, não estamos para deitar foguetes, mas estamos no bom caminho, no bom rumo, nas contas certas e dizer-vos que a tesouraria apresenta um saldo de 18,7 milhões €, saldo para gerência seguinte, saldo expressivo. Portanto, o saldo da gerência, conforme já foi aprovado, dizem que é 18,7. Não é. É de 16,6 e este valor visa cumprir os compromissos assumidos, bem como as obras planeadas, ajudar as associações, as famílias e as juntas de freguesia, as empresas. Este saldo é justificado por despesas já que cabimentadas. Isto não foi inventado. São despesas que estão cabimentadas, mas que por diferentes motivos, que já aqui discutimos várias vezes e hoje também, ainda não foram pagos. Só vou dar-vos alguns exemplos e basta fazer as contas e somar: freguesias – 4 milhões, corresponde a protocolos celebrados com a Juntas de Freguesia e os senhores presidentes de Junta sabem bem. Não estou a dizer que são todos eles, mas a sua esmagadora maioria sabemos que tem as suas dificuldades em suportar as mais variadas despesas e que fazem diversas intervenções que são estruturantes, são importantes para melhorar a qualidade de vida dos vossos fregueses e concidadãos, mas ainda não foram remetidas os devidos comprovativos, todas elas porque ainda não tiveram a capacidade, não por inabilidade ou por falta de jeito ou porque não são capazes, mas porque não conseguiram ainda realizar esta despesa e, portanto, ela está lá; associações - 3,6 milhões €. São protocolos celebrados com associações para a ajuda no decorrer das suas atividades e a verdade é que são feitos em prol dos nossos concidadãos, mas ainda também não conseguiram enviar a totalidade das despesas que efetuaram, que estão a efetuar e que hão de efetuar; Estratégia Local de Habitação que já vos falei hoje - 2,8 milhões €, empreitadas a decorrer, procedimentos em concurso público; Posto da GNR do Tortosendo - 1,8 milhões € e este deve-se ao facto de a 31/12/2024 estar a aguardar a concessão. É que as contas reportam-se ao ano passado. Não se reportam a este ano; construção da USF tão falada hoje aqui também - 832.000 €. A obra começou há pouco tempo e estamos a falar de contas de 2024; Obras na piscina praia, na piscina municipal, Parque Fitness da Barroca Grande – Estamos a falar de 700.000 € só nestas rubricas; Reparação de pavimentos e arruamentos que já aqui falámos hoje várias vezes - 469.000 €; Estacionamento da EB1 de Refúgio,

Reformulação do Aqueduto da Travessa da Fonte Santa, obras de consolidação de paredes confinantes com a Rua Pedro Alves, Travessa do Ferreiro – Estamos aqui a falar de mais uma quantia significativa; Projetos - neste caso concreto, estamos a falar de projetos propriamente ditos e não de obras - 301.000 €. Tenho aqui o caso da requalificação da Ponte de Alvares que reporta-se a 2024. Estamos a falar das contas de 2024 e não de 2025; Requalificação da EB1 da Vila do Carvalho, Reestruturação do Ringue da Erada, Unidade de Saúde do Tortosendo que já aqui falámos hoje, Instalações da Corredoura, Requalificação da Escola 2/3 do Paul, Troço do Eixo TCT compreendida entre a rotunda dos Caldeirões e a rotunda do cruzamento com a ex nacional 18 – estamos a falar de 301.000 € de projetos; Qualificação e modernização do bloco de partos do Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira – Estavam aqui a falar numa realização que ainda não está concretizada ou está em vias de concretização e temos aqui um financiamento de 271.000 €; Reabilitação de creches e escolas no valor de 244.000 € e dou-vos exemplos concretos: Jardim de Infância do Canhoso, Casa dos Filhotes, Requalificação da EB1 do Canhoso, Requalificação da Escola EB1 do Dominguizo, Requalificação da Escola EB1 de Vales do Rio; Obras de reabilitação em museus e bibliotecas – estamos a falar de 395.000 €, nomeadamente o Museu da Tinturaria, Arte Sacra e Biblioteca Municipal. -----

O que é que eu vos pretendo dizer com isto? Contrariamente ao que se tentou aqui apregoar e se vem apregoando que este Executivo não tinha capacidade de arrecadar receita e que este saldo de gerência é mau, é também a prova da capacidade de arrecadar receita. Esta é a prova. O que vos acabo de relatar é a prova da nossa capacidade de arrecadar receita, obtendo-se uma taxa recorde – a maior taxa de sempre do Município da Covilhã - 97,47%. -----

Por conseguinte, dar-vos nota também, e ainda relativamente à matéria de previsões que foram aqui referidas, não escondemos nada. -----

No que diz respeito às Águas da Covilhã, 11,7 milhões € estão aqui em provisões. Estes valores estão aqui documentados e estão em provisões. Estão lá disponíveis. Se e quando for preciso agarrar nesse dinheiro e entregá-lo, está lá. Não está escondido debaixo do tapete. Está à vista de toda a gente. Portanto, o valor é registado em provisões de forma que toda a gente o possa, do ponto de vista contabilístico, olhar para ele e concluir facilmente o que ele mesmo evidencia. ----

Depois, as empresas municipais já falámos nelas e não vou reportar mais nada sobre isso. -----

Em 2024, no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, a despesa total foi de 44,5 milhões € - uma taxa global de execução de 70%. A despesa corrente apresentada é, digamos assim, uma execução sinceramente bem razoável com destaque para a execução nos mais variados níveis e há aqui uma rubrica que convém não esquecer: quando fala em Pessoal e que aumentámos a despesa com o Pessoal, é preciso não esquecer que temos o dobro dos funcionários que tínhamos há 12 anos. Porquê? Porque tivemos que aceitar, por força da lei, as delegações de competências no domínio da Educação, da Saúde e da Segurança Social. E, portanto, se temos que suportar mais salários, é por essa razão e não por outra qualquer. Portanto, está mais do que justificado qualquer aumento que possam falar sobre estas mesmas matérias. -----

Dar-vos nota que este trabalho orgulha-nos, dignifica-nos a nós e a vocês porque não queremos ficar sozinhos com estes bons louros de gestão. Sei que é quase impossível rebater uma gestão

que tem estes resultados e basta olhar para as comparações que fiz há pouco para concluírem de forma a lapidar que as coisas são como são. Os números estão aí. Não íamos inventar estes números porque eles são, de facto, sindicáveis. O Tribunal de Contas olha para eles. A Direcção Geral das Autarquias Locais olha para eles. A Inspeção Geral de Finanças olha para eles sem que antes os nossos serviços tenham feito o seu trabalho de casa e aproveitamento para saudar o trabalho dos nossos funcionários neste domínio e também a ajuda preciosa dos Senhores Presidentes de Junta e das Associações porque têm um papel relevante nestes resultados. O vosso contributo é fundamental. O dos nossos funcionários, as Juntas de Freguesia e as associações têm aqui um papel relevantíssimo que queria aqui exaltar.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Se as contas estão assim tão boas, queria perguntar ao Senhor Presidente por que é que então não devolve os 5% do IRS aos munícipes? -----

Outra questão é que não respondeu à questão da Estrada Municipal 506. Vai ou não vai arranjar a estrada entre a rotunda do *Datacenter* e a Ponte de Alvares? Se não vai, assumo que não vai. Pelo menos se não vai arranjar, assumo que nem competência tem para obrigar a quem estragou a estrada que a arranje porque isso é o mínimo que se pode pedir: é que se arranje a estrada pelo menos a quem a estragou. Se a Câmara não tem dinheiro, não tem, mas pelo menos quem a estragou que a arranje e que a deixe como estava.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente aos 5% do IRS, “é mesmo uma questão ideológica porque quem paga mais IRS é quem felizmente auferir mais rendimentos e portanto é de elementar justiça que aquilo que é auferido a esse título por quem felizmente mais ganha o possa partilhar com quem pouco ou muito pouco mesmo recebe a título de salário e de rendimentos. Portanto, concebo uma sociedade que é solidária e fraterna. E é por isso que nunca, enquanto Presidente da Câmara, quis ou propus a distribuição desses 5% do IRS que deve ser distribuído por todos, a bem de todos, em infraestruturas, em apoios sociais, em apoio às Juntas, as IPSS’s, ... Esse dinheiro é muito bem empregue a este título. Se o vou devolver àqueles que felizmente mais ganham, acrescentando-lhes ainda mais, não estou a dizer que seria injusto beneficiar quem mais trabalha muitas vezes também para mais obter, mas tem mais rendimentos por que não partilhá-lo com os outros? Não estamos a retirar, não estamos a sonegar, a espoliar quem mais ganha. Estamos apenas, no fundo, de uma forma legal, ética e também moral, a dizer a esses nossos concidadãos “ajudem lá quem menos ganha. Ajudem lá quem menos posses tem porque esses 5% são muito bem empregues dessa mesma forma.” -----

Relativamente à estrada, dizer-lhe que a nossa prioridade vai da Ponte de Alvares para cima. Se tivermos tempo, vamos recuar até à zona do *Datacenter*, sendo certo que o nosso Diretor do Departamento de Obras e Planeamento exigiu à empresa que danificou a estrada que reparasse os prejuízos que lá tinha causado e os prejuízos maiores foram repostos. Se me disser que aquilo ficou exatamente igual como estava, não. Não ficou porque, como sabe, eles abriram uma vala e não abriram a estrada toda. Mas a verdade é que repuseram aquilo que a lei obriga a repor. Aliás, conhecem bem o Senhor Eng.º Vieira, que é um homem de rigor, e ele exigiu aquilo que a lei

rigorosamente exige. Agora, a minha vontade é que todo aquele pavimento fique todo uniforme de maneira a que se lá circule com mais conforto e com mais comodidade. Não oferece perigo nem causa danos. Pode ser mais incómodo porque não está tão nivelado, mas a verdade é que não tem buracos. Não apresenta buracos nesse sítio. Pode ser irregular, mas buracos não apresenta e, portanto, é esse o compromisso que aqui assumo: se efetivamente conseguirmos mais tempo e se rentabilizarmos melhor o trabalho da nossa equipa, a mais sítios havemos de ir porque mais sítios precisam, mas como digo e repito as obras no Concelho da Covilhã não terminariam nunca, nem terminam com o nosso mandato e hão de continuar porque a Covilhã, apesar de estar, enfim, na senda do progresso, ser uma cidade e um concelho cosmopolita, vai continuar nesta senda e, quem vier, vai continuar este trabalho, vai aprofundá-lo porque a história não termina aqui contrariamente ao que predizia o senhor japonês que dizia que estávamos no fim da história e as guerras estão aí e as chatices também.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “O Senhor Presidente de Câmara tem razão quando diz que quem estragou a obra que repôs alguma coisa. Eles não repuseram, de facto, o pavimento todo. Só que eles já foram a segunda vez a repor pavimento entre o marco geodésico e a subestação do *Datacenter* e aquilo está razoável, mas do marco geodésico até a ponte da Quinta Branca aquilo está uma vergonha. E se eles repararam a parte de cima por que é que não repararam a parte de baixo? A máquina que abriu a vala não cortaram o alcatrão com uma serra. Era uma máquina que tinha que ser aberto com uma lagarta porque aquilo era granito e tinha que ser com uma máquina daquelas. A seguir tinham que cortar o alcatrão com uma serra e acertar o alcatrão em meter alcatrão em cima. Eles não fizeram isso e está à vista de toda a gente que aquilo que lá está é uma vergonha. No mínimo exige-se que quem fez aquele trabalho que vá lá e que reponha. Aquilo é património do Município. O Município tem que ir lá e obrigá-los a fazer aquilo em condições.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “como disse, o processo não está terminado. Essas questões são dinâmicas. O Senhor Eng.º está a acompanhar esta situação e aquilo que tiver que ser reposto de harmonia com a lei, sê-lo-á. Não podemos exigir nem mais nem menos do que aquilo que a lei estipula para o efeito. -----

Compreendo a sua particular insistência porque passa lá, está a beira da sua casa e que o incomode. Quando lá passo, também me incomoda. Não passo lá todos os dias como o Senhor, mas a verdade é que as coisas são assim. Sei que aquilo que está à nossa porta, é sempre mais incómodo do que quando está à porta dos outros, mas temos que tratar da porta de toda a gente e não apenas da sua, como compreenderá.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O exercício que o Senhor Presidente há pouco fez de que se tivéssemos cobrado Derrama, etc., não tínhamos resultado negativo e depois que o

Município não deve abdicar de nenhuma receita fiscal que esteja contemplada na lei. Já colocámos a nossa posição sobre a questão do volume de negócios e que nem todas deviam ser isentas. -----

Mas fazer o exercício de que se não efetuasse transferências para as Juntas de Freguesia, portanto isto estava mais equilibrado, é uma coisa que é terrível chegarmos a este ponto porque o que é que está aqui em causa? Está em causa a questão da autonomia; está em causa a questão das competências das freguesias; está em causa o poder local democrático; e, portanto, colocar isso em cima da mesa não me parece uma questão metodológica. -----

Relativamente à questão que aqui foi colocada pelo Deputado Luís Rodrigues, dizer-lhe o seguinte: não sei se o Senhor Presidente vai ser eleito para mais um mandato autárquico, mas há pouco tivemos aqui a oportunidade do Senhor Presidente dar aqui alguns conselhos ao Deputado Hugo Ferrinho. Aceite também os meus. Tenha cuidado com a gestão das expectativas e com os compromissos que assume e não transforme compromissos em vontade. Há pouco o Senhor Presidente disse assim “a minha vontade é que, se conseguirmos chegar à Ponte de Alvares, vamos por aí acima e fazemos tudo.” Penso que não se esqueceu do compromisso que assumiu aqui numa reunião pública de Câmara Municipal com moradores que aqui estiveram a questionar sobre essa intervenção e que foi assumido pela Câmara Municipal em reunião de 1 de fevereiro de 2023 provavelmente em que o piso ia ser totalmente repostado e que o Senhor Presidente aqui confirmou que ia ser integralmente efetuado, as valetas iam ser repostas, iam ser colocadas valetas em cimento até porque por causa da questão das águas pluviais que causaram inúmeros prejuízos a essa estrada. Já para não falar da oportunidade perdida para os próximos 30 anos da requalificação de uma estrada municipal. -----

Ninguém põe aqui em causa a competência dos técnicos que aqui trabalham, do trabalho abnegado que têm. Agora confrontados com factos, aquela central fotovoltaica nasceu de um lado e do outro de uma estrada municipal para a qual os serviços já haviam elaborado um projeto e que havia duas opções: a opção A e a opção B. E não foi feita nem opção A, nem a opção B, nem a opção C. -----

Para além disso, os prejuízos que ali foram causados o Senhor Presidente comprometeu-se aqui que o piso ia ser todo requalificado e que as valetas iam ser efetuadas. Portanto, não vamos transformar compromissos que o Senhor assumiu, independentemente de não se poderem fazer até ao final do seu mandato. Que o Município e que o Presidente da Câmara assumam um compromisso enquanto Município e pessoa de bem de aquilo que disse que ia fazer, seja feito. Não é só uma questão de vontade. É um compromisso que o Senhor Presidente aqui assumiu.” ---

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que “não confundo vontade com compromisso, mas reitero uma coisa que já aqui disse hoje várias vezes. Uma coisa é aquilo que conseguisse fazer até ao dia em que ocorrerem as eleições ou a tomada de posse do próximo Presidente da Câmara e outra é não se fazer. Quem me dera a mim que 90% dos meus desígnios para o Concelho da Covilhã ficassem todos com aberturas de concurso, com compromisso, com cabimento. Quem me dera! Enfim, é uma vontade e um desejo sincero. Há presidente de Câmara, membro do executivo que não queira, no fundo, executar, fazer aquilo que devemos fazer, que

estamos obrigados a fazer. Como costume dizer, não estamos a fazer favor a ninguém. O presidente da Câmara é presidente da Câmara porque o quis ser, porque se candidatou a tal. Não está a fazer nenhum favor a ninguém. Está a cumprir uma obrigação, tal como Senhores Presidentes de Junta ou o Primeiro-Ministro ou os Senhores Ministros ou os Secretários de Estado.

Estamos a cumprir missões e nas missões nem sempre, infelizmente, conseguimos fazer tudo dentro daquele *timing*. Agora é como digo, a história não acaba aqui. Vai continuar. Aquilo que não for possível executar fisicamente até aquele dia, pelo menos começará a ser executado financeiramente, orçamentalmente e prosseguirá o seu caminho. Quem vier, tenho a certeza absoluta que honra os compromissos que o anterior presidente da Câmara delineou. Fiz isso relativamente ao meu antecessor. Acabei as obras que ele não tinha terminado. Paguei as dívidas que ele não tinha pago e acho isso o mais natural do mundo. -----

Posso achar que, nalguns casos, as coisas tenham sido mais difíceis, mais complicadas, mais penosas, mas a Câmara é uma pessoa de bem e quem está à frente da Câmara tem que honrar os compromissos que vêm de trás. Os compromissos são Inter-mandatos e são intergeracionais. Sei que há tendência para achar e sobretudo quem vai a votos novamente no Município da Covilhã, seja em que veste for, como vereador, como candidato à Câmara, como candidato à Junta, que gostaria que as coisas estivessem todas executadas fisicamente até ao dia das eleições. Infelizmente não é possível fazer tudo e há variáveis que não dominamos por mais sorriso que isto possa provocar a alguém. A verdade é que não encomendamos o tempo. Não encomendamos guerras. Não encomendamos inflações. Não encomendamos desacelerações económicas. Não encomendamos falta de mão-de-obra, nem o aumento de custos de contexto. A vida é o que é. Quem faz o que pode, a mais não é obrigado” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Relatório de Gestão e Atividades 2024 do Município da Covilhã e Prestação de Contas*** – foi a mesma ***apreciada e votada por maioria com 27 votos a favor (PS e todos os DMI’s), 05 votos contra (CDS-PP e CDU – PCP/PEV) e 04 abstenções (PPD/PSD e Movimento “Covilhã Tem Força”)***. -----

--- ***Não votaram, por se encontravam ausentes da sala, os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dr. David José Carriço da Silva (Tortosendo) e ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “A nossa posição não se prende com a situação refletida nestes documentos de prestação de contas. Essa situação deveria ter sido analisada e discutida ao longo do ano. Cada um saberá se foi ou não de forma aprofundada.

Agora é tarde. Como tal, cingindo-nos ao documento em si mesmo e que, em boa verdade e em estrito senso, é o que diz a ordem de trabalhos. -----

Seja como for, encontrámos aqui obstáculos que são incontornáveis e de resto fazem parte de documentos que acompanham as contas. Como tal, -----

- Considerando que o Senhor Revisor Oficial de Contas entende que as demonstrações financeiras do Município da Covilhã apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Covilhã em 31 de dezembro de 2024; -----
- Considerando que, no entanto, a sua opinião é emitida com reservas quanto à rubrica Participações Financeiras por esta não incluir qualquer efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial com referência a 31 de dezembro de 2024; -----
- Considerando que esta reserva resulta do facto de as sociedades participadas não terem disponibilizado em tempo as suas demonstrações financeiras relativas à referida data de relato, atitude profundamente censurável; -----
- Considerando que, apesar da apreciação de contas consolidadas do Município ocorrer no mês de junho, de acordo com a Lei n.º 73/2013, tal facto não dispensa as empresas municipais de cumprirem a lei apresentando atempadamente as suas contas, permitindo a verdade e o rigor no apuramento das contas do Município de *per si*; -----
- Considerando que uma certificação legal de contas, documento que faz fé pública emitida com reservas, mancha de forma indelével a credibilidade das contas do Município -----

O Movimento “Covilhã Tem Força” entende não estarem reunidas as condições para votar favoravelmente as contas do Município da Covilhã respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decidindo abster-se nessa votação.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS vota contra este Relatório de Contas porque, efetivamente e como aqui sempre se disse e sempre dissemos, se os instrumentos previsionais merecem pelo menos o benefício da dúvida, esta é a prova do algodão em que se percebe efetivamente o que é que foi feito e o que é que não foi feito por esta Câmara. E este é um ano especial porque, efetivamente, é a última prestação de contas que é feita por este Executivo relativamente aos vários anos. Este é o último ano de apresentação de contas. -----

Quando aqui chegamos e que o termo de comparação foi há 12 anos quando aqui começámos, estamos a tentar fazer um balanço do mandato. Um balanço de mandato que, efetivamente, Senhor Presidente peço-lhe desculpa, mas não pode comparar o incomparável. Não pode comparar as regras que hoje existem orçamentais, a Lei de Bases para as Finanças locais com aquilo que havia antes, os limites orçamentais que não existiam e que hoje existem e que o Senhor teve, felizmente, que cumprir. -----

Já lhe disse isto aqui também algumas vezes nestas discussões que o Senhor foi pior que a Troika. O Senhor foi muito além da Troika. O Senhor não gastou e não fez. É que podíamos criticar o há 12 anos a pessoa que deixou contas por pagar, mas deixou obra feita. E o Senhor, no final de 12 anos,

vem aqui dizer que tinha uma missão. A sua missão não foi cumprida e o Senhor tinha um prazo para executar a sua missão e hoje constatámos aqui, nomeadamente através dos discursos dos Senhores Presidentes de Junta, que afinal de contas nada foi cumprido ou muito pouco foi cumprido. Quando vem dizer que há 4 milhões para entregar as juntas, de despesas que eles não conseguem comprovar, há qualquer coisa que não está bem porque não é isso que as Juntas de Freguesia aqui vêm dizer. E, portanto, alguma coisa não está bem. -----

Deste Relatório de Contas e de Atividades constata-se o óbvio: é que o Senhor Presidente, de facto, tem esta displicência de que andou aqui a iludir as pessoas que ia fazer e andou a iludir toda a gente que ia ser feito, mas no final de contas estamos onde estamos e com a displicência que tem de fazer. -----

Aproveito para dizer, e isto tem a ver com o ponto a seguir, que não corra o risco, de facto, de deixar para o próximo mandato ou para o próximo responsável da Câmara despesas para ele pagar que não devem ser pagas.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, fazer constar em ata da reunião ordinária do órgão em apreço realizada no dia 28 de abril de 2025 a sua declaração de voto referente à proposta apresentada para apreciação e votação sobre o Relatório de Gestão e Atividades de 2024 do Município da Covilhã e Prestação de Contas que mereceu o voto de abstenção do Partido Social Democrata. ----

A Prestação de Contas apresentada pelo Executivo Municipal não constitui um verdadeiro exercício de transparência, nem uma avaliação efetiva da eficácia das políticas públicas municipais, limitando-se a uma abordagem técnica e administrativa desprovida de visão estratégica. -----

Realçamos especialmente os seguintes aspetos negativos que sustentam o nosso voto de abstenção: -----

- O resultado líquido negativo em 881.000 €, sem a necessária justificação detalhada, refletindo desequilíbrio entre receitas e despesas; -----
- A elevada dívida de médio e longo prazo e o recente aumento da mesma com o empréstimo adicional de 5.880.000 €, aprovado em janeiro de 2025, aumentando o esforço futuro em juros em atingir 800.000 € em 2024; -----
- A manutenção de provisões crescentes relativas a indemnizações compensatórias para a AdC, acumulando já 11,7 milhões €, sem que se clarifique ou resolva esta situação financeira; -----
- A ausência de controlo e fiscalização adequados às empresas municipais, cujas contas continuam a não ser apresentadas ao Órgão Executivo, apesar dos alertas anteriores da nossa bancada.” -----

### 3.5 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL DO ANO DE 2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de março de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2190/25 de 2025.04.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Confesso e reconheço aqui o meu desconhecimento sobre a matéria, mas realmente parece-me que esta informação é extemporânea, uma vez que estamos já a apreciar contas de 2024. Parece-me que é extemporânea. É só isso que eu tenho a dizer.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: “A minha intervenção vai no mesmo sentido. Por que é que este relatório não nos é apresentado em setembro e aí sim avaliar o estado das contas do primeiro semestre do ano corrente? -----

Ser apresentado no dia de hoje e tendo nós, no número anterior, avaliado esta situação, como diz ali o nosso colega, é extemporâneo. Não vale a pena.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório de Revisão Limitada Sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2024 – período de seis meses compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2024.** -----

--- **Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo).** -----

**3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA  
AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANAIIS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 2183/25 de 2025.03.31 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Vou só fazer aqui um comentário a esta proposta porque parece-me que poderia ter sido facilitado aqui algum trabalho se fosse acrescentado uma coisa muito simples. O que é que me suscitou dúvidas nesta proposta? Foi a parte final. Era a produção de efeitos a 1 de janeiro e tive que depois esclarecer-me e, felizmente, tive quem me ajudasse a esclarecer. Consultando, na sequência desses esclarecimentos, a Lei verifiquei que isto resulta de uma disposição da Lei de Execução Orçamental que remete precisamente estes efeitos para a data de entrada em vigor do Orçamento de Estado.

Ora, se houvesse uma simples referência a isso, se calhar teria sido facilitado muito o trabalho e a análise deste ponto e penso que não trazia nenhum prejuízo à proposta da Câmara vir apenas com esse acrescento, com esse esclarecimento, decalcando o que está disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental, qualquer coisa desse género. Seguramente terão quem redigisse ou quem retratasse um parágrafo muito melhor do que eu, mas alguma informação adicional desse tipo teria simplificado muito a nossa vida. Em minha opinião.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Relativamente a esta matéria, preocupa-me exatamente pelas consequências que tem no futuro. Confesso-lhe que não comparto com aquilo que vem dito na informação, nem na deliberação que vai ser feita, de que, com o Orçamento, autorizamos genericamente as despesas e não é isso que lá está. Aquilo que diz a Lei é que estas despesas e alterações aos planos plurianuais têm que vir a esta Assembleia para serem efetivamente autorizadas ou pelo menos deliberadas. -----

Aquilo que vejo é que efetivamente ou se tenta aproveitar aqui uma alteração legal decorrente de uma alteração legal aos limites destas matérias, nem sequer havia necessidade de vir aqui isto hoje dizer para se aprovar esta autorização genérica porque, na prática, aquilo que estamos a discutir

é que até 2024 se podia fazer alterações até ao montante máximo de 99.000 € e qualquer coisa e agora pode ir até aos 500.000 € em três anos. Ou seja, as consequências e aquilo que me preocupa é muito simples, Senhor Presidente, é que, de facto, perante aquilo que já aqui foi dito, da sua incapacidade de ter feito alguma coisa a nível nesta matéria até agora, que o Senhor com esta autorização, e peço desculpa mas o termo é este, venha condicionar e penhorar a execução orçamental nos próximos anos com as deliberações que o Senhor queira fazer. -----

Sabemos que o Senhor já não é candidato nesta Câmara, mas sabemos que há muita coisa que pode ser lançada agora que vai condicionar quem vem a seguir. E, portanto, eu pessoalmente e confesso-lhe que em nome do CDS, acho que é um mau princípio estarmos a autorizar genericamente todo e qualquer compromisso que pode ir, e note bem que estamos a falar de 500.000 € anualmente, ou seja, aos 1.500.000 € ao longo de três anos que é isso que o Senhor propõe fazer e dar-lhe carta-branca para o Senhor deliberar e fazer os compromissos plurianuais para os próximos três anos em todas as matérias. -----

Confesso-lhe que, atendendo àquilo que não foi feito, espero que haja o bom senso de não o fazer. Não posso votar favoravelmente e o CDS não pode votar favoravelmente esta autorização genérica porque quem entrar no mandato em outubro deste ano tem que ter a liberdade de decidir o que não foi feito, o que é que vai fazer e o que é que quer fazer no futuro e não pode estar condicionado. Não basta o endividamento que o Senhor deixa para o futuro e que vai ser pago e que nós, em várias situações, fizemos pagamentos em prestações e tudo o mais, que a última prestação se vai vencer em 2026. Portanto, já basta essas obrigações quanto mais outras que o Senhor fica com carta-branca para fazer o que entender. -----

O CDS não autoriza e não pode autorizar esta forma de fazer política.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Quero apenas pontuar, mais uma vez, a intervenção ponderada do Senhor Dr. Vasco Lino, com muito mais capacidade do que eu e provavelmente todos aqueles que já falámos na matéria financeira. Explicou aqui com razoável clareza a razão deste ponto e ouvindo aquilo que é a intervenção do Senhor Deputado João Bernardo, esta alteração decorre da Lei do Orçamento de Estado de 2025, aprovada e proposta pelo Governo da AD – do PSD e do CDS. -----

Depois daquilo que o Deputado João Bernardo aqui diz, dá a ideia que a Lei foi feita de propósito para a Câmara Municipal da Covilhã poder agora usar e desfrutar para estes meses de mandato que faltam e para os seguintes. -----

Pese embora o período eleitoral que vivemos, acho que o Senhor Deputado devia porventura utilizar melhores argumentos porque, de facto, essa vontade de criticar, essa vontade de apoucar, os resultados são estes. Encontre melhores argumentos para votar contra e admito que vote contra. Agora dizer-se, de alguma forma, que esta Lei foi quase feita de propósito e à medida do Município da Covilhã para que possa agora hipotecar o futuro dos Covilhanenses, convenhamos, quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Assembleia que o Partido Socialista vai votar naturalmente favorável porque, no fundo, trata-se de um enquadramento jurídico-legal, de

uma norma do Orçamento de Estado que acaba por alargar para todas as autarquias do país aquilo que são os limites que antes existiam e que agora são atualizados.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu um esclarecimento “rápido que é complementar e vem na linha, aliás, da lúcida intervenção do Senhor Deputado Vasco Lino. Esta declaração decorre de uma alteração legislativa que procede ao aumento do valor de 500.000 €. -----

Qual é o objetivo desta tomada de deliberação, se os Senhores Deputados Municipais entenderem tomá-la? É não atrasar a execução orçamental. Alguns estão aqui tão preocupados com a execução orçamental e é exatamente para não atrasar a execução orçamental com a necessidade de recorrer à Assembleia Municipal sempre que haja valores em anos seguintes de despesa até 500.000 €. As obras a serem aprovadas estão incluídas no Orçamento já aprovado por esta Assembleia Municipal. Não vamos para além disso. Não podemos ir para além disso. Sempre que houver uma nova obra, tem de vir à Assembleia Municipal. Tão claro como isto!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração da Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais*** – foi a mesma ***autorizada por maioria com 27 votos a favor (PS, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s), 02 votos contra (CDS-PP) e 06 abstenções (PPD/PSD e CDU – PCP/PEV).*** -----

--- ***Não votaram, por se encontravam ausentes da sala, os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo).*** -----

--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A nossa declaração de voto é muito simples, remetendo para a declaração inicial e reproduzindo os argumentos que foram apresentados para constar na ata como voto contra.” -----

### **3.7 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A CIMBSE – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2025,

foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, através do ofício n.º 2471/25 de 2025.04.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Uma vez mais, espero não ocupar muito desse lapso de tempo que me confere, mas aqui no fundo é um bocadinho *mutatis mutandis* do que disse há pouco. Se houvesse alguma informação complementar, teria sido muito mais fácil, para quem está fora desta matéria, perceber o alcance desta proposta porque, em boa verdade, o documento do protocolo não diz nada e é preciso algo mais para se perceber o que é que estamos a falar. -----

Uma vez mais, vali-me de quem melhor conhecesse o assunto do que eu porque também não havia muito tempo para fazer pedidos de esclarecimento e, como tal, só com base na boa vontade das pessoas é que consegui perceber o que é que estávamos a falar. -----

Portanto, lá está algum cuidado da forma como são construídas estas propostas. Naturalmente que quem está dentro da matéria as domina na perfeição; quem não está, tem mais dificuldade em acompanhar e penso que, apesar de tudo, não serei dos que terei mais dificuldade em acompanhar. Mas portanto, era só um pouco esta atenção que pedia em favor da eficiência e da eficácia das deliberações da Assembleia.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A Câmara Municipal coloca-nos a apreciação e deliberação de uma minuta de um protocolo de colaboração com a CIMBSE para o pagamento de serviços públicos diversos e em dívida. -----

*No mapa em anexo indicam-se os serviços, não sendo legível, em alguns casos, nem perceptíveis e entendíveis.* -----

*Cadastro de quê?* -----

*BTL? O que significa?* -----

*Coleções?* -----

*No que aos transportes diz respeito, valores de 2023, não nos são indicadas as concessões nem os circuitos.* -----

*Deduz-se que são as concessões interurbanas, interfreguesias, as chamadas freguesias rurais.* -----

*Levando em conta o valor dos títulos/bilhetes de transporte e dos passes, que penalizam as populações, nomeadamente da população em idade ativa, seria expectável, uma informação justificativa da situação existente.* -----

*A Câmara Municipal da Covilhã paga, em 2023, às concessionárias 398 mil e 973 Euros.* -----

*Qual foi a participação do Part nestas concessões?* -----

*O esforço da Câmara Municipal da Covilhã no transporte público para as freguesias (15 freguesias) é muito baixa, é um terço, do que gasta na concessão da Grande Covilhã (Teixoso, Covilhã, Cantar Galo, Vila de Carvalho, Boidobra, Tortosendo).* -----

*Acompanhamos a Câmara Municipal na exigência do reforço das verbas afetas ao Incentiva + TP, e o nosso grupo parlamentar tem apresentado propostas concretas, nem sempre acompanhadas por outros grupos parlamentares.* -----

*Mas continua a Câmara Municipal por explicar de forma clara e objetiva a operação financeira, nomeadamente o valor do Part/Incentiva+ afeto às concessões.* -----

*Só é possível resolver a falta de equidade nas duas concessões, neste momento, com mais investimento da Câmara Municipal. (Doc.26)* -----

É inadmissível os valores pagos pelas populações que residem nas freguesias. Inadmissível ainda, a inexistência de articulação intermodal entre as duas concessões existentes. É incomportável para os trabalhadores e trabalhadoras que nos lanifícios e confeções pouco mais recebem do que um salário mínimo nacional e que gastam no transporte um oitavo do seu vencimento. -----

É urgente acabar com a discriminação existente entre a população urbana e a população rural.” --

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Sobre a matéria em apreço, a preocupação que nos levanta é uma que já foi aqui também mencionada e tem que ver, em primeiro lugar, com as discriminações entre a população em áreas urbanas, freguesias urbanas e áreas rurais. -----

Em segundo, gostava de aproveitar para responder aqui a uma questão levantada já desde o início neste ponto que tem que ver com a dificuldade em entender este tipo de documentos para quem não é técnico. Foi aqui levantado por um colega Deputado que é uma dificuldade que muitos dos presentes nesta Câmara enfrentam em vários documentos que se resolvia de uma questão muito simples que era fazendo uso do que está no Regimento, e acontece noutros municípios, o Senhor Presidente da Câmara começar cada ponto da Ordem de Trabalhos a explicar qual é a proposta que submete à votação em vez de apenas “está aqui um documento.” Muitas vezes temos aqui pontos da ordem de trabalhos, o próximo por exemplo, que são mais de 1000 páginas. Não é que não consigamos ler, mas facilita também cada um cumprir o seu trabalho e acho que isso era importante. -----

Sobre esta matéria deixava ainda uma questão: quem é que negociou este protocolo? Foi o Senhor Presidente da Câmara – ex-Presidente da Comunidade Intermunicipal que deixou a sede ir para a Guarda e que, na minha opinião, talvez tenha sido o principal erro dos seus mandatos ou foi o não

eleito que tem representado várias vezes, como já falámos, o Município nas reuniões que, ainda que seja legal diz o Senhor Presidente, está a negociar em nome dos cidadãos, não tendo sido mandatado para esse efeito?” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “O PS tem de reconhecer que porventura alguma informação mais apurada relativamente aos pontos pudesse beneficiar e esclarecer esta Assembleia. -----

No entanto, temos assistido aqui hoje a um exercício com preocupações eleitorais que se prende com o facto de vir aí umas eleições. Portanto, a preocupação é as eleições que aí vêm porque o que vemos da oposição é que quando se gasta dinheiro, o dinheiro é mal gasto porque essencialmente é virado para ganhar as eleições e se não se gasta o dinheiro é por ineficácia e ineficiência dos serviços. -----

Neste caso particular, o Município da Covilhã está a sanear as contas que tem que saldar com a CIMBSE relativamente à BTL, que é uma iniciativa conjunta em que o Município da Covilhã se fez representar conjuntamente com o resto dos municípios da região e que faz sentido em termos uma estratégia de turismo que inclua também o resto da região, os transportes interurbanos e a das freguesias mais rurais porque, objetivamente, não faz sentido que as coisas não sejam feitas através da CIMBSE porque as carreiras que servem determinadas partes do nosso município são as mesmas que servem outras partes de outros municípios porque os cidadãos da Covilhã e das freguesias da Covilhã não se deslocam apenas para a Covilhã. Também têm necessidade de deslocar aos concelhos vizinhos e, portanto, não têm outra forma que seja de se fazer que não seja esta. -----

Podemos e devemos sempre melhorar o serviço. Acho que devemos promover a igualdade ou pelo menos a equidade, no entanto está plenamente justificado este protocolo que a Câmara Municipal aqui traz.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Minuta de Protocolo de Colaboração e Apoio entre o Município da Covilhã e a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela*** – foi a mesma ***autorizada por maioria com 30 votos a favor (PS, PPD/PSD, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 05 abstenções (CDS-PP e CDU – PCP/PEV).*** -----

--- ***Não votaram, por se encontravam ausentes da sala, os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo).*** -----

--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS abstém-se nesta matéria não pela óbvia necessidade de se cumprirem as obrigações, mas pela constatação deste quadro resumo, deste anexo que justifica as despesas que, de facto, vem mais uma vez dizer o que é que esta Câmara faz. Ou seja, aquilo que estamos a discutir são pagamentos de quotas desde 2022 que não foram pagas. Já estamos com três anos de dívida e, portanto, acho que é, no mínimo, curioso o relaxe e a displicência que aqui vimos hoje: é que não se paga logo – logo se há de pagar e logo se vem aqui para se pagar. -----

No que diz respeito aos transportes, ainda só estamos a pagar os de 2023, ou seja não sabemos qual é que vai ser o custo ainda de 2024 quando já devia estar apurado e já devíamos estar aqui a discutir isto. -----

Quanto à BTL, efetivamente sabemos o que é que existe, mas o cadastro é também de 2 meses de 2023, a BTL de 2024 e depois equipamentos das bibliotecas, ... relativamente a 2023. -----

Portanto, aquilo que estamos a fazer é se não tratamos bem os nossos parceiros e se não estamos preocupados em cumprir as nossas obrigações atempadamente, quanto mais as obrigações com os próprios munícipes, é por essa razão a nossa abstenção.” -----

### **3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADITAMENTOS AOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ A CELEBRAR COM TODAS AS FREGUESIAS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, através do ofício n.º 2181/25 de 2025.03.31 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco Gabriel Barreiros Gabriel (Boidobra):** Questionou se podia “projetar uns dados que aqui tenho e se todas as juntas de freguesia se inscrevessem, já que não se inscreveram, estaríamos a falar de 21 minutos e se me podiam ceder algum tempo para poder explicar o que é de todos para todos. É que esta questão de colocar as freguesias em último ponto da ordem de trabalhos, ter um presidente de junta uma questão essencial para as freguesias e depois o

Regimento ditar que temos direito a um minuto para dizer o que temos a dizer é manifestamente pouco. Mas eu vou ser breve e esclarecedor, penso eu, ou tentar ser. -----

Em setembro de 2020 reunimos aqui as 21 freguesias do Concelho da Covilhã para nos debatermos sobre a questão da transferência de competências que ainda não tinha sido feita no Concelho da Covilhã, apesar de algumas oito em 2018, penso eu, já terem dito que queriam entrar nessa delegação de competências. Depois, em 2019, também outras. -----

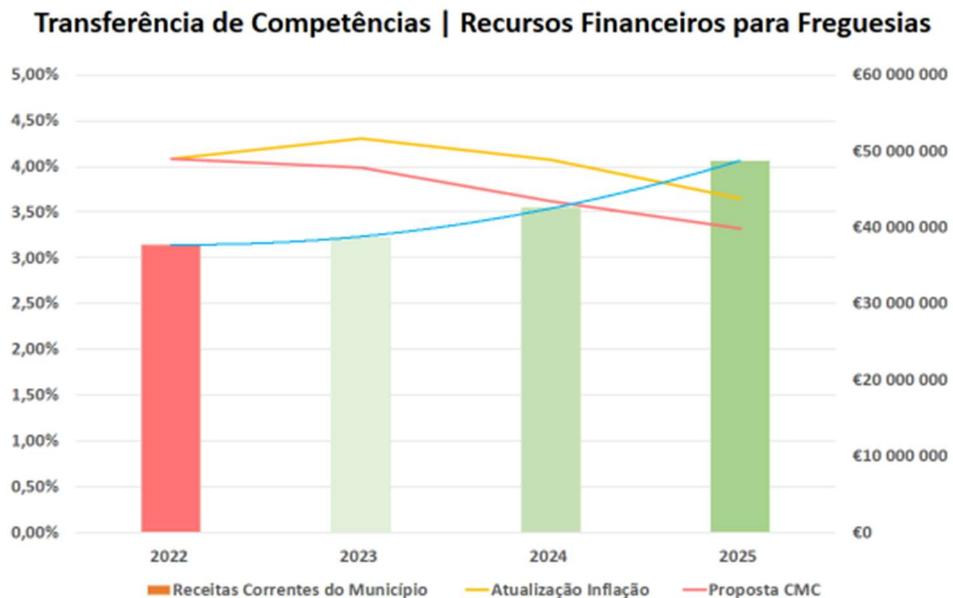
Mas em setembro de 2020, todas as juntas de freguesia aqui debateram entre pares a questão da transferência das competências e colocámos alguns pontos em cima da mesa para aquilo que seriam os futuros acordos de transferência de competências sobre o processo, sobre as competências, sobre os critérios, sobre aquilo que considerávamos que era o mínimo de percentagem do Orçamento Municipal que devia ser transferido de forma corrente para aquelas competências que estavam em cima da mesa e dissemos, a grosso modo, 5% era a reivindicação que na altura fazíamos, estimando um Orçamento Municipal de 30 milhões € e que isso significaria que as freguesias teriam direito a 1.500.000 € por ano que, já por si, era praticamente o dobro daquilo que tínhamos recebido (as freguesias) até aí. -----

### Transferência de Competências | Recursos Financeiros para Freguesias

Freguesias	Acordo 2022	2 023	2 024	2 025	Proposta CMC
Aldeia de São Francisco de Assis	42 077	45 372	47 328	48 473	44 181
Boidobra	101 915	109 895	114 631	117 405	107 011
Cortes do Meio	54 282	58 532	61 055	62 532	56 996
Dominguizo	38 777	41 814	43 616	44 671	40 716
Erada	58 192	62 748	65 453	67 037	61 101
Ferro	57 461	61 961	64 631	66 195	60 334
Orjais	47 165	50 858	53 050	54 334	49 523
Paul	62 418	67 306	70 206	71 905	65 539
Peraboa	53 545	57 737	60 226	61 683	56 222
São Jorge da Beira	64 679	69 744	72 750	74 510	67 913
Sobral de São Miguel	45 599	49 169	51 288	52 529	47 879
Tortosendo	150 626	162 420	169 421	173 521	158 158
UF Barco e Coutada	54 326	58 580	61 105	62 584	57 043
UF Cantar Galo e Vila do Carvalho	118 708	128 003	133 520	136 751	124 644
UF Casegas e Ourondo	90 789	97 898	102 117	104 589	95 329
UF Covilhã e Canhoso	103 098	111 170	115 962	118 768	108 253
UF Peso e Vales do Rio	64 569	69 625	72 626	74 383	67 798
UF Teixoso e Sarzedo	164 731	177 630	185 285	189 769	172 968
UF Vale Formoso e Aldela do Souto	42 372	45 690	47 659	48 812	44 491
Unhais da Serra	75 890	81 832	85 359	87 425	79 685
Verdelhos	50 959	54 949	57 318	58 705	53 507
<b>Total</b>	<b>1 542 180</b>	<b>1 662 932</b>	<b>1 734 605</b>	<b>1 776 582</b>	<b>1 619 289</b>
<b>Inflação</b>	<b>7,83%</b>	<b>4,31%</b>	<b>2,42%</b>	<b>15,20%</b>	<b>5,00%</b>

Este memorando, digamos assim, que lhes chamámos na altura foi assinado por 20 das 21 freguesias existentes. Alguém deve ter saído da sala quando o acordo estava a ser assinado. Entre as freguesias fez-se um acordo em que tinham prazos para as competências que têm hoje em vigor

cerca de 1.500.000 € distribuídos por aquelas freguesias. Isto é mais para os Deputados Municipais. Cada presidente de Junta sabe naturalmente o que é que acordou. -----



2023, se estivéssemos a fazer as contas, ninguém na altura colocou esta questão em cima da mesa da questão da inflação que em 2022 foi de 7,83%. Em 2023, se fizéssemos a aplicação da taxa da inflação para não estarmos a perder verbas para fazer face às competências que temos para fazer, iríamos receber 1.600.000 €, mas continuamos a receber 1.500.000 €. -----

Em 2024 a mesma coisa com mais uma taxa de inflação de 2023 de 4,31%. -----

Em 2025 seria de mais 2,42%, o que significaria 1.700.000 € e a proposta que hoje a Câmara Municipal nos traz é de 5%. A inflação acumulada foi de 15,20% e o que hoje nos traz aqui, no último ano de mandato, é um aumento de 5% que está desequilibrado relativamente àquilo que foi a inflação. -----

É muito fácil fazer as contas. Quem recebe 50.000 € é multiplicar o valor que se recebe hoje em dia por 87% e obtém-se aquilo que hoje em dia, a preços de 2022, corresponde àquilo que é a nossa transferência hoje em dia. -----

Estes tais 5% de reivindicação que colocámos em cima da mesa com o pressuposto de um Orçamento Municipal de 30 milhões €, aquilo que vimos verificando ao longo do tempo, e já tive a oportunidade de aqui dizer noutra intervenção hoje, é que as receitas correntes e ali estamos a falar só das correntes do Município vêm aumentando desde 2022 e a estimativa ali em 2025 é a estimativa e tem vindo a aumentar progressivamente. Aquilo que é o peso das transferências para as juntas de freguesia tem vindo a diminuir quer seja pela proposta da Câmara Municipal a vermelho, quer seja pela proposta que, digamos assim, acabei de apresentar pela atualização da

inflação. Ainda assim, esses 5% corresponderiam a menos percentagem daquilo que é a receita que atualmente o Município hoje recebe.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Interrompeu a intervenção questionando: “no eixo do X eram as receitas do Município?” -----

- **Dr. Marco Gabriel Barreiros Gabriel (Boidobra):** Respondeu que “as barras são as receitas. A cor é diferente. -----

Ou seja, as receitas correntes do Município tiveram um aumento de 2.33, 10.21 e de 14.29. A proposta que hoje nos é apresentada significa que mantivemos o mesmo valor durante três anos e que agora se apresenta o valor de 1.600.000 € e mais à frente tem vindo a decrescer o peso nas receitas correntes. Se fizéssemos pela atualização da inflação, as freguesias tinham recebido no final deste mandato mais 470.000 € aplicadas as 21 freguesias. E sabemos que 20.000 €, 30.000 €, 40.000€ geridos por cada uma das freguesias, teria sido possível fazer mais, teria sido possível não vir tantas vezes à Câmara Municipal negociar protocolos e teria sido possível termos mais operacionalização. -----

Se nós atualizássemos sempre pelos 5% daquilo que são as receitas correntes que o Município conseguiu arrecadar nestes anos, estaríamos a falar de mais 2.100.000 € durante este mandato, distribuídos pelas 21 freguesias. -----

### Transferência de Competências | Recursos Financeiros para Freguesias

	2022	2023	2024	2025	Total
Receitas Correntes do Município	37 793 140 €	38 672 585 € 2,33%	42 621 073 € 10,21%	48 711 378 € 14,29%	167 798 176 €
Proposta CMC	1 542 180 € 4,08%	1 542 180 € 3,99%	1 542 180 € 3,62%	1 619 289 € 3,32%	6 245 827 € 3,72%
Atualização pela Inflação	1 542 180 € 4,08%	1 662 932 € 4,30%	1 734 605 € 4,07%	1 776 582 € 3,65%	6 716 299 € 4,00%
	0 €	120 753 €	192 425 €	157 293 €	470 471 €
Proposta das Freguesias 5%	1 889 657 €	1 933 629 €	2 131 054 €	2 435 569 €	8 389 909 €
Receitas Correntes do Município	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
	347 477 €	391 450 €	588 874 €	816 280 €	2 144 081 €

Esta foi aquilo que foi o histórico desta negociação. Foi também a apresentação daquilo que foi a evolução, daquilo que podia ter sido uma outra proposta, ou pelo menos, esta atualização da inflação tivesse sido feita e aquilo que pode vir a ser no futuro. -----

Portanto, aquilo que aqui quero lançar mais do que a proposta que hoje estamos a discutir, mais do que aquilo que está em cima da mesa dos 5% de aumento quando tivemos uma inflação de 15.2% acumulada durante estes anos todos é que desse lado e sobretudo os partidos políticos candidatos às próximas eleições autárquicas assumam um compromisso verdadeiro de fazer acompanhar as transferências correntes para a delegação de competências para as freguesias também de acordo com aquilo que é a transferência do Estado para o seu Município porque estaremos a falar de um poder local mais fortalecido e com maior capacidade, com mais autonomia e com maior capacidade de gerar desenvolvimento em cada uma das nossas freguesias.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Além de reforçar aquilo que foi dito, devo dizer que foi uma explicação detalhada, clara e sucinta para a informação que está aqui em causa e importante para as freguesias como baluarte do poder local. Toda a gente faz discursos de elogio à importância dos seus presidentes de junta e quero aqui também estender esse elogio mais uma vez pela clareza da exposição. -----

Tenho três questões: -----

- A primeira é já relacionada com a apresentação feita. Sendo certo que nem sempre é possível o Município atualizar a despesa, neste caso as transferências para as juntas de freguesia à atualização da inflação por que razão o montante se manteve inalterado ao longo de três anos? -----
- A segunda questão: está o Senhor Presidente disponível a adiar a votação deste documento para uma revisão e votação, pode ser para a semana, de acordo com a proposta aqui feita ou uma aproximação à proposta aqui feita? -----
- A minha terceira questão: achei estranho quando vi as transferências de competências no âmbito da gestão de espaços verdes, limpezas de vias públicas, sarjetas, manutenção do mobiliário urbano, gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, realização de pequenas reparações no pré-escolar e dos espaços envolventes também no pré-escolar e no 1.º ciclo do básico, por que razão é que a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso não consta deste quadro? É porque é assumido por uma empresa municipal, pelo município? E por que razão então? É diferente a união de freguesias da cidade das outras freguesias?”--

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Gostei muito da apresentação do Senhor Presidente da Freguesia da Boidobra, mas no entanto, ao que percebi, aqui estamos a falar de transferências correntes no âmbito da delegação de competências e depois há uns protocolos. -----

A minha pergunta é: para além destas transferências correntes, qual é que é o montante protocolado com as freguesias para termos a informação total de qual é de facto o montante que as freguesias administram.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo também “este exercício que foi feito aqui pelo Senhor Presidente da Boidobra e Deputado Municipal Marco Gabriel. Colocou ali o cúmulo da inflação para estes anos todos, mas temos que levar em linha de conta o que mesmo agora o Senhor Deputado Pedro colocou. É que, para além obviamente destas transferências correntes em termos de competências transferidas, celebrámos protocolos. Só para vos dar dois exemplos que ultrapassam logo este valor. Só em cemitérios e centros interpretativos 1.600.000 €, 800.000 € de um lado e 800.000 € do outro aproximadamente. Para não falar noutras rubricas. ---

Uma outra nota: a União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso não está aqui contemplada porque não tem competências atribuídas nestas áreas. As Águas da Covilhã têm a delegação do trabalho a esse nível das delegações de competências. -----

Depois dar outra nota: é que o estudo apresentado não tem em consideração as transferências do Orçamento de Estado, das receitas da descentralização administrativa que são 7 milhões, cuja receita é consignada e não pode ser distribuída pelas juntas de freguesia. Este impedimento legal existe. -----

É um exercício interessante e, uma vez que estamos aqui em balanços e em comparações, dar uma nota de que quando cheguei eram 600.000 € e agora são 1.619.000 €. Portanto, mais de 1 milhão € de incremento no que diz respeito à transferência de competências. -----

Com todo o respeito, apreço e consideração que tenho pelos Senhores Presidentes de Junta, pelos seus executivos, pelo trabalho que desenvolvem e pelo efeito multiplicador daquilo que é o seu trabalho e do bem que empregam o dinheiro que recebem, e digo isto com total e profunda convicção (tenho essa experiência daquilo que vejo em todos vós), a verdade é que gostava que tivesse sido mais, mas enfim tivemos que ser parcimoniosos, tivemos que ser equilibrados, tivemos que ser equitativos e no fundo fomos gerando equilíbrios com os protocolos, além destas delegações de competências, para que conseguíssemos aqui gerar a necessária coesão territorial no nosso Concelho. -----

É um bom exercício para o próximo mandato. Que no próximo mandato consigam aumentar na mesma proporção que consegui e de quem me acompanhou ao longo destes anos um incremento percentual idêntico àquele que conseguimos. -----

É também a oportunidade para vos agradecer a tolerância e a compreensão que tiveram todos vós, sem exceção nenhuma, ao longo dos anos, porque este trabalho é um trabalho coletivo. Não é só o coletivo do lado do Executivo, é também coletivo incluindo o vosso trabalho, o vosso empenho e a vossa dedicação. Bem hajam também por isso. -----

Uma última nota muito prática é de que à pergunta do Senhor deputado Hugo Lopes dar nota que não é só uma questão de boa vontade. Isto teria que ir novamente à Câmara Municipal; tinha que

ir novamente às Assembleias de Freguesia; e vir novamente aqui e, portanto, chegávamos ao final do mandato e não tínhamos este problema resolvido. -----

Faço um apelo que é o de rapidamente reunir quem não reuniu ainda as respetivas assembleias que as reúna e depois que façam chegar rapidamente à Câmara Municipal porque isto tem retroativos a janeiro, tem que ser submetido na plataforma da DGAL e, portanto, tem que fazer rapidamente chegar as deliberações com esta retificação ao serviço de administração e finanças para serem submetidos na plataforma a fim de poderem receber aquilo a que têm direito retroativamente ao mês de janeiro do corrente ano.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “É de salientar o exercício que o Deputado Nuno Pedro tentou fazer para salvaguardar aqui a imagem da Câmara, mas temos que pensar uma coisa muito simples. -----

O que estamos aqui a falar é de transferência de dinheiro para as juntas de freguesia se sobreporem àquilo que é a competência da Câmara Municipal. -----

Outra coisa são os protocolos que são o único meio que as juntas de freguesia têm para realizar obra nas suas freguesias. -----

Acho que colocaram mesmo tudo no mesmo saco e é descabido. Pergunto até mais: se porventura não fossem as juntas de freguesia chegar à Câmara Municipal com os pedidos de protocolo para realizarem as suas obras, quantas obras a Câmara Municipal teria feito nas freguesias por iniciativa própria?” -----

- Em defesa da honra, o Deputado Municipal **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** referiu que “aqui penso o que penso. O Senhor Deputado estar a fazer leituras da defesa seja lá do que for, eu aqui afirmo aquilo que penso objetivamente. Penso que às vezes a Câmara está errada, mas também penso que às vezes está certa, percebe? Devíamos todos fazer isso. Acho que é um exercício bom.

No entanto, volto a perguntar porque já aqui vieram a esta assembleia alguns protocolos para liquidar algumas despesas correntes, não é só protocolos para investimento de capital porque vêm aqui os protocolos para resolver os problemas da Segurança Social,... Algumas despesas correntes que me recordo que vêm aqui a esta Assembleia. Agora não estou a defender a Câmara. Só penso pela minha cabeça.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** Respondeu que os protocolos relativos à Segurança Social “eram no âmbito escolar, uma competência que é da Câmara Municipal.” -----

- **Dr. Marco Gabriel Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Efetivamente, é misturar alhos com bugalhos. Estamos a falar de transferência de competências que a Câmara Municipal decidiu pagar às juntas de freguesia para exercerem essas competências. Sobre a Covilhã e Canhoso foi feito só duas

competências na área da Educação e reparação de edifícios envolventes aos edifícios, penso eu, e espaços verdes, limpeza urbana, etc., não estão contemplados na freguesia de Covilhã e Canhoso por características próprias da cidade, etc. E foi assim que ficou. -----

O exercício que aqui foi feito é um exercício perante a constatação da inflação. Ou seja, falámos aqui muito na guerra, apresentámos aqui muitas moções, debruçamo-nos muito sobre isso, mas quando foi preciso perceber que o acordo não tinha atualização de nenhum valor, nem de 1%, nem de 2%, nem de 3%, nem de 4%, se calhar porque em 2021 não estávamos para aí vocacionados, e quando se percebeu que foi de 7.8% e que a acumulada é de 15%, estamos hoje a receber 5%. Ou seja, as freguesias estão hoje a receber para o exercício dessas competências menos 13% do que aquilo que recebiam em 2022. -----

Reconheço que foi dado um passo. Eram 700.000 € na altura e passou-se a 1.500.000 €. O Senhor Presidente deve ter reparado que falei no compromisso para o futuro e o compromisso para o futuro deve ser este. Ou seja, falamos aqui que há concursos que ficam desertos porque o preço base estabelecido no concurso o empreiteiro não quer lá ir, imaginem como é que seria as freguesias não fazerem as transferências de competências nas 20 freguesias. Ficávamos sem limpeza urbana, sem gestão de feiras e mercados, sem reparações nos edifícios escolares, sem manutenção de espaços envolventes aos jardins-de-infância, sem sinalização, sem mobiliário urbano ou reposição mais rapidamente como conseguimos fazer nos locais onde estamos. Imaginem que havia 20 freguesias que não estavam disponíveis “não, a esse preço não vou lá.” O que é que a Câmara tinha que fazer? Incrementar em 15% e fazer um novo concurso público. ----

Se é possível fazer nos outros concursos públicos, aqui também teria sido possível, mas já nem estou a falar do passado. Estou a falar do compromisso para o futuro em que é importante solidificar estas transferências para que os presidentes de junta não tenham que andar a pedir. --

As freguesias chegam a um ponto tal que temos que pedir à Câmara Municipal os tais protocolos que não são de delegação de competências. Por exemplo, o caso do edifício sede da Junta de Freguesia da Boidobra. Com o valor que vem do Estado, não temos possibilidades de requalificar aquele edifício. É uma competência própria nossa. O edifício sede é nosso e devíamos ser nós a ter verbas para isso. Não temos. Não está nenhuma linha aberta de financiamento que possa fazer isso. As juntas de freguesia ainda hoje não puderam ir à eficiência energética, como já puderam ir os municípios, às famílias, às empresas, às instituições de apoio social. -----

Onde é que temos que nos socorrer? À Câmara Municipal que, caso a caso, e não discutimos isto na totalidade, tem compreendido, resolvido, etc. -----

Outra coisa completamente diferente é a construção destes muros de suporte que aqui vêm, das casas mortuárias, ... Aliás, nas palavras do Senhor Vereador, o aumento das transferências de competências diminuiu significativamente as reclamações das juntas de freguesia aos serviços camarários porque, tendo meios financeiros, resolvemos o problema às pessoas mais rapidamente. Não estamos à espera que se demore uma ou duas semanas a ser resolvido, ou três ou quatro, ou as vezes meses. A competência às vezes até nem é nossa e fazemos imediatamente se tivermos os meios para isso. -----

Portanto, é uma solidificação que aqui precisamos de fazer deste poder local democrático mais próximo das populações, as freguesias e é esse apelo que deixo.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Concordo e sou um profundo adepto e admirador do princípio da subsidiariedade e, portanto, acho que, de facto, quanto mais próximo da população se faz um investimento ou se gasta o dinheiro acho que normalmente mais eficiente ele é. Isso é uma coisa.

Outra coisa é a sensação que nos ficou que houve aqui uma coisa completamente desproporcional relativamente às juntas de freguesia. -----

E outra coisa é aquilo que eu disse. É que ao que julgo saber e que já aqui vi, uma coisa são protocolos para despesas de investimento e outros são para despesas correntes e também cá vêm alguns para despesas correntes que nada têm a ver com cemitérios.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Aditamentos aos Autos de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã a celebrar com todas as Freguesias** – foi a mesma **autorizada maioria com 30 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 05 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP).** -----

--- **Não votaram, por se encontravam ausentes da sala, os deputados municipais: Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo).** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só dizer que a abstenção tem a ver exatamente com a constatação daquilo que aqui foi dito. É que, afinal de contas, esta Câmara gosta muito do princípio da subsidiariedade, mas depois peca, passa para as juntas os protocolos, mas depois não lhe dá as compensações necessárias para os fazer. E, portanto, aquilo que cá estamos a fazer é aquilo que desde o início alertamos para esta questão das juntas de freguesia: é que todos os protocolos, todas as situações as juntas são quase obrigadas, são quase coagidas a aceitá-los porque senão não têm dinheiro. E o Senhor Presidente acabou de dizer aqui “despachem-se porque isto tem que sair. E, portanto, acho que é pôr uma corda à frente dos presidentes de junta para terem que aceitar isto porque senão não recebem nada. Isso é muito mau.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “A bancada do Partido Comunista votou favoravelmente esta proposta porque, apesar de insuficiente e claramente insuficiente perante aquilo que foi dito pelo Presidente de Junta Marco Gabriel e Deputado eleito

pelo PCP, é um aumento, é uma melhoria das condições relativamente ao estado atual, mas insta a Câmara a diminuir a distância entre o aumento da inflação e aquilo que propõe.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)** apelou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de “instar os membros desta assembleia para que permanecessem nos trabalhos até acabarem.” -----

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário (1.ª Reunião – 28/04/2025),

O 2.º Secretário (2.ª Reunião – 05/05/2025),



Covilhã, 27 de Abril de 2025

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara da Covilhã,  
Sras e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Deputados Municipais,  
Caros Covilhanenses,

Vou começar esta intervenção recordando convosco aqueles que nos deixaram e que a bancada do PSD quis sinalizar com um voto de pesar : falo do escultor **Moreira Neves** cuja obra está amplamente representada no espaço público da cidade e de **João Prata** que foi vereador na CMC e membro desta Assembleia Municipal , pelo PCP mas falo também de um homem simples : **o Papa Francisco**. Sim, um homem simples mas ainda assim um líder espiritual de crentes e não crentes. Um papa extraordinário e ser humano único que vai fazer falta à humanidade e consequentemente a muitos de nós. No dia da última despedida, quando o silêncio profundo numa cidade como Roma transpunha os ecrãs da televisão e quando 2 homens, que se odeiam, sentados frente a frente no meio da basílica de S. Pedro, conversavam olhos nos olhos ...descobri que afinal há Homens que nunca morrem porque continuam a cumprir com a sua missão. E que assim seja !!!! sempre....

Um louvor à nossa **Ângela Costa** , ter uma campeã mundial no nosso concelho não é coisa pouca.

Uma congratulação ao **Governo** pelo avanço no projeto do **IC31** e da **barragem do Alvito** que não sendo no nosso território vão decerto beneficiar toda uma região. E, claro, um reforço na reivindicação da Covilhã na importância em avançar, também, com a conclusão do **IC6** e das obras de requalificação da **Linha da Beira Alta**, fundamentais para a conectividade e desenvolvimento sustentável da região.

Mas, na verdade, o tema que me fez subir hoje a este púlpito, é outro, é de extrema relevância e preocupação: a **resposta social às famílias da Covilhã no que diz respeito à oferta de creches** e, em última análise, ao futuro das nossas crianças.



Infelizmente, este não é um tema recente. Já em 2018, quando todos fomos surpreendidos pelo **encerramento do Bolinha de Neve**, o PSD manifestou-se publicamente, discordando claramente da intervenção nula do Município para reverter esta decisão.

Durante **sete anos**, o edifício permaneceu abandonado, enquanto a procura por creches no concelho não parava de crescer.

O PSD não pode deixar de lamentar e denunciar a forma como o executivo socialista tem tratado este dossier: com sucessivos recuos, promessas não cumpridas e soluções improvisadas, revelando uma preocupante falta de planeamento estratégico e de visão para o concelho.

Recordamos que no <sup>Início</sup> ~~Orcamento Municipal~~ de 2024, a Câmara Municipal <sup>anunciou</sup> ~~inscreveu~~ a construção de **duas novas creches**, nos Parques Industriais.

Contudo, em junho, o mesmo executivo anuncia o abando dos projetos, justificando-se com a expectativa de medidas do Governo, nomeadamente no âmbito da gratuidade das creches.

Nessa mesma data, o Senhor **Presidente da Câmara anunciou a intenção de aquisição do edifício do antigo infantário Bolinha de Neve**, garantindo que teria outro destino, **que não o de creche**.

Em novembro, confrontado com a pressão da oposição, o executivo manteve a justificação para o abandono dos projetos: os custos elevados e a espera de apoios do Governo da República.

E hoje, como estamos? O que vemos?

Vemos a Câmara Municipal da Covilhã a apresentar o **Bolinha de Neve como a única solução** para a emergência criada pelo encerramento do Colégio das Freiras.

Mas mais grave: a solução apresentada ao Governo **não é séria**.

O Município propõe realizar as obras necessárias, solicitando, em contrapartida, a cedência gratuita do edifício ou um arrendamento a preço simbólico — sabendo perfeitamente que tal é **legalmente inviável**.

Recordo que o Senhor Presidente disse ao *Notícias da Covilhã*, em junho de 2024, e passo a citar:

“Ao contrário do que as pessoas possam pensar, estes edifícios não são cedidos aos municípios nem a título gratuito nem a preço simbólico. É a preço de mercado, depois de uma avaliação rigorosa feita por peritos do Instituto Financeiro da Segurança Social.” – fim de citação.



**Ora, se assim é, como pretende o Município que o Governo, agora em gestão, resolva esta situação sem desrespeitar as normas legais?**

Ou seja o município propõe ao Governo uma solução que, desde logo, sabia ser ilegal e inviável, pois o IFSS ( dono do imóvel ) não tem competência para alienar gratuitamente ou arrendar a preços simbólicos este património sem a observância das regras legais aplicáveis. Acresce o facto de todos sabermos que o atual Governo está em gestão estando, por isso mesmo, limitado nas soluções que naturalmente poderiam estar em cima da mesa para a resolução imediata da situação.

Sr. Presidente, é urgente sermos sérios e responsáveis.

É muito triste vê-lo colocar pedras na engrenagem, empurrando o problema com a barriga para satisfazer interesses políticos.

Em suma, o PSD denuncia uma sucessão de decisões erráticas, de ausência de visão e de falta de responsabilidade política:

- Primeiro, prometeram novas creches que nunca avançaram.
- Depois, reivindicaram apoios do Governo Central quando tiveram oito anos para o fazer — curiosamente, com um Governo socialista.
- Posteriormente, descartaram o Bolinha de Neve como solução viável.
- Agora, escondem a sua incapacidade atrás de propostas inviáveis, num processo que se arrasta há anos.

É inaceitável que, numa área tão sensível como a infância e a conciliação da vida familiar e profissional, o executivo socialista tenha falhado redondamente.

Por isso, o PSD exige:

1. Um plano concreto para aumentar rapidamente a oferta de creches, ~~fora~~ da dependência de apoios futuros e incertos — um plano credível, com recurso a imóveis municipais ou projetos de construção faseados.
2. Que, já no próximo Orçamento Municipal, seja apresentado um plano de investimento realista para garantir que **nenhuma criança da Covilhã** fique sem vaga numa creche.
3. A utilização do edifício do Bolinha de Neve sim, mas através de **uma solução viável e transparente**, respeitando a legalidade e as necessidades do concelho.

FE2



4. Uma posição séria e responsável nas negociações sobre o caso concreto do Colégio das Freiras.

E este caso, que é sem dúvida o mais premente, o PSD recorda que o atual Ministro da Economia, **Dr. Pedro Reis**, cabeça de lista da AD por Castelo Branco, está pessoalmente envolvido na resolução da situação.

O problema já foi levado, por ele, a Conselho de Ministros, e decorrem reuniões no sentido de, mesmo com as limitações de um Governo em gestão, se encontrar uma solução o mais rapidamente possível.

O PSD está disponível, para trabalhar em soluções, mas **não estaremos nunca** ao lado da incompetência, da irresponsabilidade ou da propaganda política.

Muito menos para aceitar a transferência de culpas para o Governo, pela **inação do Município** durante estes longos **12 anos**.

Senhor Presidente,

Se nos tivesse ouvido em 2018, hoje os profissionais e as crianças do Colégio das Freiras estariam a mudar de casa **tranquilamente**.

Muito obrigado.

Pela bancada do PSD

Vanda Ferreira



---

## Assembleia Municipal da Covilhã

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Hoje, trago a esta tribuna uma intervenção que reflete aspetos que consideramos fundamentais, mas também momentos de celebração para o nosso concelho.

Em primeiro lugar, não podemos ignorar um tema preponderante para a vida dos nossos concidadãos: as Águas Residuais e o Saneamento.

Como tive oportunidade de afirmar em anteriores sessões desta Assembleia, a redução da fatura da água para todas e todos os covilhanenses constitui um dossier premente e inadiável.

Como era expectável, e já havíamos antecipado, as dificuldades impostas pela agência reguladora tiveram seguimento. A recente decisão do tribunal, ao dar provimento à providência cautelar e acolher os argumentos sustentados nos interesses dos privados, representa apenas mais um obstáculo que, com determinação, iremos ultrapassar.

Apesar deste revés, mantemos firme a nossa convicção e confiança nas nossas razões.

Acreditamos que conseguiremos, de facto, fazer justiça e concretizar aquilo que é essencial: baixar a fatura da água para todos os covilhanenses, promovendo mais justiça social e melhor qualidade de vida.

Simultaneamente, é com orgulho que assinalamos o reconhecimento recente da nossa cidade: a Covilhã foi considerada a 2ª melhor cidade europeia para viver na reforma pela prestigiada revista International Living.

Este reconhecimento internacional reflete a qualidade de vida, a segurança e a hospitalidade que caracterizam a nossa terra.

---

Neste caminho de valorização do nosso território, destaco também o programa municipal “Conhecer o Concelho”.

Uma iniciativa que aproxima a população do seu património, da sua história e das suas potencialidades.

Na vertente cultural e turística, saúdo vivamente o sucesso do “Carnaval da Neve”.

Este evento, único no país, alia tradição e turismo, reforçando a Covilhã como destino de excelência, mantendo vivas tradições antigas e dinamizando a nossa economia local.

A nossa cidade afirma-se também no panorama internacional das artes e do design.

Recebemos a Trienal Internacional de Design, que transformará a Covilhã num verdadeiro laboratório de criatividade e inovação nesta área.

A cultura continua em destaque com o “Diafragma – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais”, que traz à Covilhã olhares do mundo inteiro e reforça o nosso posicionamento como cidade da criatividade e das artes visuais.

A isto soma-se a 21<sup>a</sup> edição do Festival Y, organizado pela Quarta Parede, um espaço de criação e apresentação de novas linguagens artísticas que já é uma referência nacional e motivo de orgulho para todos nós.

Finalmente, enalteço o Concurso Internacional de Percussão da Beira Interior, evento que coloca a nossa região no mapa dos grandes eventos musicais internacionais, envolvendo jovens talentos e promovendo a excelência artística.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Estes factos mostram que a Covilhã é uma terra de oportunidades, de cultura e de futuro. Que continuemos juntos, construir uma Covilhã cada vez mais coesa, atrativa e orgulhosa do seu caminho, que não descure as necessidades básicas de todas e todos os covilhanenses!

Covilhã, 28 de abril de 2025.

## Recomendação

### **Instar o Governo a realizar, com urgência, os procedimentos legais necessários à criação de nova Zona de Servidão para o IC6 (Folhadosa - Covilhã)**

A Comissão para Estudo do Traçado do IC6, criada em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã no passado mês de dezembro, tem vindo a realizar várias reuniões com o intuito de estudar todos os documentos existentes sobre esta obra prioritária para o nosso concelho, analisando possíveis alternativas de traçado, bem como de recolher depoimentos e contributos de entidades relevantes para a execução do IC ou de personalidades com conhecimentos reconhecidos nesta matéria.

Nesse âmbito, em reunião com representantes da IP - Infraestruturas de Portugal, os membros da Comissão foram informados da caducidade da Zona de Servidão Non Aedificandi do IC6, troço Folhadosa-Covilhã, neste presente mês de abril.

Esta Servidão do IC6 encontrava-se definida por publicação em Diário da República de 23 de Setembro de 2010, tendo por base o Estudo Prévio aprovado pelo Diretor de Projetos da EP - Estradas de Portugal a 3 de Setembro de 2010 e a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a 2 de Agosto de 2010.

Uma Zona de Servidão é fundamental para a reserva de corredores protegendo a estrada a construir, sendo que a não definição desta Servidão do IC6 em Diário da República, e consequentemente nos PDMs de Covilhã, Seia e Oliveira do Hospital, poderá colocar em causa a futura viabilidade da ligação Folhadosa - Covilhã, levando uma obra já por si cara para valores astronómicos. Urge, por isso, que o Governo (que segundo a IP é a entidade responsável pelo processo) tome a iniciativa de realizar os procedimentos legais tendo em vista a criação de nova Zona de Servidão para o IC6 no troço mencionado.

Nesse sentido, vem a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, recomendar ao Executivo Municipal que tome posição nesta matéria, instando o Governo a submeter o Estudo Prévio do IC6 existente para avaliação da Agência Portuguesa do Ambiente, a fim de ser emitida nova Declaração de Impacte Ambiental o mais rapidamente possível, possibilitando assim a criação de nova Zona de Servidão Non Aedificandi do IC6, no troço Folhadosa - Covilhã.

Covilhã, 28 de abril de 2025

(Doc. 04)

*Assembleia Municipal da Covilhã - Comissão para Estudo do Traçado do IC6*

---

PF  
H2

## Proposta

### **Prorrogação de Prazo da Comissão para Estudo do Traçado do IC6**

A Comissão para Estudo do Traçado do IC6, considerando ainda existirem entidades por ouvir cujos contributos poderão ser relevantes para a prossecução dos objetivos definidos para esta comissão, bem como a necessidade de tempo para elaboração do relatório final a apresentar em sessão plenária, vem propor à Assembleia Municipal da Covilhã a prorrogação do prazo da comissão por 2 meses, devendo o relatório ser apresentado na sessão ordinária de junho, momento em que se extingue a Comissão para Estudo do Traçado do IC6.

Covilhã, 28 de abril de 2025



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### VOTO DE LOUVOR

#### Conselho de Administração da ULS Cova da Beira

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Conselho de Administração da ULS Cova da Beira pela aquisição de robô cirúrgico para ortopedia.

Esta aquisição, no âmbito de uma candidatura apresentada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), representa um passo determinante para colocar a ULS Cova da Beira na vanguarda da inovação cirúrgica em Portugal, passando assim a ser uma referência, pela qualidade dos cuidados prestados, pela aposta na inovação e pelo compromisso sem servir melhor a comunidade.

Esta tecnológica vai melhorar significativamente a precisão e segurança dos procedimentos cirúrgicos ortopédicos, reduzir o tempo de recuperação dos doentes e consolidar a instituição como um polo de excelência em inovação médica.

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido ao Conselho de Administração da ULS Cova da Beira.

Covilhã, 28 de Abril de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

*[Handwritten signature]*

### MOÇÃO

#### Unidade de Saúde Familiar Estrela

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar uma moção relativa à Unidade de Saúde Familiar Estrela, a ser enviada à Câmara Municipal da Covilhã.

A Unidade de Saúde Familiar Estrela, criada em 2020, visa aproximar os cidadãos aos cuidados de saúde, fomentando a prevenção da doença, através da prestação de cuidados médicos, sendo que é objetivo da mesma alcançar mais de 10000 utentes, a grande maioria da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso.

Presentemente funciona nas instalações do Centro de Saúde da Covilhã, sem as condições necessárias e dignas à prestação de cuidados de excelência.

A Câmara Municipal da Covilhã arrendou à ANIL, por um período de 25 anos, o edifício onde funcionou o SMAS/Cantina Social, com uma renda mensal de cerca de 5000€. Foi ainda aprovada, pelo executivo camarário, após a realização de 3 concursos públicos, a adjudicação obras de reabilitação do referido edifício por um valor superior a 800.000 euros e que, com trabalhos a mais (como é normal acontecer), facilmente poderá chegar a 1 milhão de euros. Perguntamos: fazendo as contas, entre rendas e obras de reabilitação, não seria mais vantajoso a construção de um novo edifício?

Estranhamos, pois, que a Câmara Municipal não tenha optado por um dos muitos edifícios que tem, ou até pela construção de raiz num terreno próprio. Foi ainda divulgado que o referido edifício servirá para acolher a USF Estrela e o Centro de Atividade, mas, diz-se também que albergará uma empresa privada, na área da saúde, ocupando esta o rés do chão, o que a ser verdade, lamentamos.

Qual a lógica de o referido rés do chão não ser para a USF, sendo que muitas das pessoas que irão usufruir deste serviço têm mobilidade reduzida?

Poderão dizer que existem elevadores, mas e quando os mesmo avariarem (como acontece muitas vezes na nossa cidade), como será feito o transporte de pessoas em macas, cadeira de rodas, etc...

Assim, questionamos a Câmara Municipal da Covilhã: com este investimento (de cerca de dois milhões e meio de euros, entre obras e 25 anos de rendas) não poderia a Câmara Municipal contruir um edifício de raiz?

Solicitamos a aprovação desta moção e o seu envio à Câmara Municipal da Covilhã, solicitando que trave este processo e opte por construir um edifício que vá de encontro às necessidades dos utentes e com um custo mais baixo.

Relembramos, para finalizar, que desde o início do processo a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso enviou várias comunicações à Câmara Municipal da Covilhã, alertando para esta situação e que ainda recentemente nos disponibilizamos para, em conjunto, encontrar uma melhor solução.



Não vamos ficar por aqui. Depois de já termos dado conhecimento da nossa visão junto da comunicação social, iremos continuar esta luta. Faremos chegar a todos os grupos partidário da Assembleia Municipal um pedido de reunião e continuaremos, de várias formas, a contestação a esta situação lesa todos, em especial os utentes, nomeadamente desafiando a sociedade para a criação de um movimento cívico contra esta decisão (como já aconteceu com outras causas, nomeadamente ao fim das portagens das SCUT's).



Covilhã, 28 de Abril de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### MOÇÃO Falta de Creches



A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar uma moção, a ser aprovada e enviada à Câmara Municipal da Covilhã, relativa à falta de creches no concelho, em especial na nossa freguesia.

O concelho da Covilhã, e conseqüentemente a nossa freguesia, atravessa um problema gravíssimo de falta de creches para as nossas crianças, com mais de 300 crianças sem “lugar” em estabelecimentos para esta idade.

O encerramento do “Colégio das Freiras” agravou (e muito) a situação, acarretando ainda o problema social do desemprego, para as dezenas de funcionários que ali trabalhavam.

Sendo certo que a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso, desde a primeira hora, trabalhou no sentido de encontrar uma solução para aquele problema em concreto, a verdade é que têm existido vários entraves e dificuldades.

Após a Manifestação pela Educação, várias reuniões e alguma exposição mediática, parece certo que apenas a Câmara Municipal da Covilhã pode



resolver o problema, seja com a criação de novas valências, seja com a ajuda financeira para resolver o mesmo de imediato, com as alternativas existentes. Assim, recomendamos à Câmara Municipal da Covilhã que intervenha de imediato, alugando ou comprando o espaço da “Bolinha de Neve” (como fez, por exemplo, com a USF Estrela ou com a RUDE), ou usando um qualquer direito de cedência por parte do estado, com a maior urgência possível, de modo a que possa existir uma solução no início do próximo ano letivo



Covilhã, 28 de Abril de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



(Doc.08)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2025

H=2  
AK  
H

## Voto de Congratulação

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de Congratulação pela clarificação do pagamento da Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS) pelas empresas, sem repercussão na fatura dos consumidores.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicou às Câmaras Municipais, em Fevereiro 2025, que se encontra terminada a polémica, que se arrastava desde 2017 (Lei do OE2017), sobre a possibilidade de repercussão no consumidor final dos valores pagos a título da TOS, pelas empresas concessionárias e licenciadas de distribuição de gás natural.

De acordo com a jurisprudência firmada desde 2023 pelo Supremo Tribunal Administrativo ficou consagrado na LOE2025, no seu artigo 149º, que “ a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores”.

Ora, esta norma, introduzida pelo PCP no OE 2017, ficou condicionada a pedidos de pareceres dilatatórios (introduzidos pelo PS) e que agora, passados 8 anos, foi clarificada.

Tendo sido tema de discussão nesta Assembleia Municipal, em anteriores mandatos, pelos prejuízos financeiros causados às populações, nomeadamente quanto à repercussão sobre o consumidor final e quanto ao pagamento de duas taxas em simultâneo em vigor durante vários anos.

Foi agora o problema clarificado, em benefício das populações, sem prejuízo da autarquia poder implementar as taxas à empresa operadora.

Assim, os membros do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 28 de Abril de 2025, delibere aprovar o Voto de Congratulação pela resolução do problema, que teve nesta Assembleia Municipal espaço de denúncia, de reflexão e de proposta.

Assembleia Municipal da Covilhã, 28 de Abril de 2025



(Doc.09)



H2

---

## Voto de Pesar

### Papa Francisco

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do **Papa Francisco**, no passado dia 21 de abril.

Primeiro pontífice latino-americano e primeiro Jesuíta a assumir o cargo máximo da Igreja Católica, Francisco, como o próprio referiu na Praça de S. Pedro, veio “da Argentina, do fim do mundo”. Ao longo do seu pontificado destacou-se pela sua humildade, simplicidade, coragem e compromisso constante com os mais desfavorecidos, deixando um legado marcante de humanismo e fraternidade universais.

Assumiu posições claras na defesa da justiça social, da paz mundial, da dignidade humana, do cuidado com o meio ambiente e combateu firmemente os abusos sexuais dentro da Igreja. Ao mesmo tempo, manteve-se firme em questões éticas centrais, como a defesa da vida e a valorização do papel da Mulher na sociedade.

Numa época marcada pelo crescimento de conflitos entre povos e nações, o Papa Francisco soube tocar consciências com a sua linguagem próxima e acessível, sendo sempre uma voz não só de promoção de paz, mas sobretudo de esperança para todo o mundo.

Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, reconhecendo-o como farol de esperança e humanismo para toda a comunidade covilhanense.

Do teor deste voto deve ser dado conhecimento à Nunciatura Apostólica em Portugal, à Conferência Episcopal Portuguesa e à Diocese da Guarda.

Covilhã, 28 de abril de 2025.



(Doc. 10)

ff=2  
ff=2

## Voto de Pesar

### José António Nabais Moreira Neves

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **José António Nabais Moreira Neves**, escultor de reconhecido mérito, que, ao longo de décadas, contribuiu de forma notável para o enriquecimento cultural e artístico do concelho da Covilhã e da região da Beira Interior.

Nascido em Lisboa, em 1954, Moreira Neves fixou-se na Covilhã, onde desenvolveu uma carreira artística marcada por uma linguagem escultórica singular, centrada na pedra e no metal, e por uma profunda ligação ao território e às suas gentes.

A sua obra está amplamente representada no espaço público da cidade da Covilhã e das suas freguesias, com destaque para as esculturas “Pi” (Jardim do Lago), “O Gritador” (Jardim da Goldra), “Maternidade”, “As Árvores que Não São de Cá” (Tortosendo) e “Tu e Eu” (Cortes do Meio). Para além da Covilhã, as suas criações estão presentes em diversos pontos do país, como “O Cesteiro” (Gonçalo), “Homenagem ao Comendador” (Manteigas), “Mares” (Belmonte) e “A Onda” (Aveiro).

O seu percurso artístico foi reconhecido com diversos prémios, nomeadamente o Prémio do Grupo Escultórico da Universidade da Beira Interior (1995), o 2.º Prémio de Jovens Escultores de Évora (1996) e o 2.º Prémio no III Prémio Edinfor de Escultura na Galeria de Arte do Casino do Estoril (1997), bem como por várias menções honrosas.

Moreira Neves foi também animador cultural e dedicou-se ao design de equipamentos e utensílios em pedra e metal, deixando uma marca indelével na vida cultural da região.

Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento de José António Nabais Moreira Neves, reconhecendo a sua partida como perda irreparável para a cultura e para a comunidade artística da Covilhã e do país, propondo igualmente à Câmara Municipal da Covilhã a realização de uma homenagem pública em sua memória.

Do teor deste voto deve ser dado conhecimento à sua família e amigos.

Covilhã, 28 de abril de 2025.

*Helio G.*  
Afonso Gomes  
*Helio G.*

*Helio G.*  
Paulo Cunha



(Doc. 11)

H2

## Voto de Pesar

### João Prata Martins da Cruz

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Prata Martins da Cruz**, a 11 de março de 2025, aos 72 anos de idade.

João Prata foi uma figura de destaque na vida política, académica e sindical da Covilhã e da região. Natural de Castelo Branco, residiu durante muitos anos na Covilhã, onde desempenhou funções como técnico superior e docente na Universidade da Beira Interior, integrando também o seu Conselho Geral.

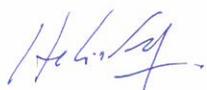
Militante do PCP, foi vereador na Câmara Municipal da Covilhã na década de 1980 e membro da Assembleia Municipal nos anos 1990. Candidatou-se à Assembleia da República pelo círculo de Castelo Branco, ficando a menos de 100 votos da eleição. Destacou-se ainda como dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública e colaborador próximo da União dos Sindicatos de Castelo Branco, contribuindo para a criação do Sindicato de Professores da Região Centro e da Beira Serra, bem como para definição de políticas de desenvolvimento para o interior do país.

A sua vida foi pautada pelo compromisso com os valores de Abril, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo desenvolvimento do concelho e da região. A sua integridade, coerência e dedicação cívica deixaram uma marca indelével na comunidade.

Enquanto dirigente regional do PCP, João Prata foi um cidadão empenhado na consolidação da democracia na nossa região, tendo a sua vida sido pautada pelo compromisso com os valores de Abril, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo desenvolvimento do concelho e da região. A sua integridade, coerência e dedicação cívica deixaram uma marca indelével na comunidade.

Pelas razões mencionadas, os Grupos Municipais do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã apresentam este voto de pesar pelo falecimento de João Prata Martins da Cruz, reconhecendo o seu valioso contributo social, sindical e político para a comunidade covilhanense.

Covilhã, 28 de abril de 2025.

  
António Gomes  


  
Ricardo Ramalho

H2



(Doc. 12)

FE2

Covilhã, 28 de abril de 2025

## VOTO DE LOUVOR – ÂNGELA COSTA

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2025, delibera aprovar um **voto de louvor** à cidadã covilhanense **Ângela Costa**, em reconhecimento pelo seu notável percurso desportivo e pela recente conquista do título de **Campeã Mundial de Matraquilhos**.

Natural da Covilhã, com 34 anos de idade, Ângela Costa é atleta da NumerSpiral Sports e está filiada na Associação de Matraquilhos e Futebol de Mesa do Distrito de Castelo Branco, treinando também na Quinta do Sangrinhal. É também uma referência mundial no desporto. Iniciou a sua carreira na modalidade há mais de uma década, conciliando a prática desportiva com a sua atividade profissional como cuidadora na residência sénior DON ANTÓNIO, em Peraboa. O seu percurso é marcado por uma dedicação exemplar, superando as dificuldades inerentes à escassez de apoios ao desporto amador em Portugal.

Ângela Costa já conquistou mais de 100 títulos, a nível local, regional, nacional e internacional, em diferentes competições. Além do título mundial, é campeã nacional em singulares e pares, tendo conquistado este último título ao lado da sua filha Melinda, de apenas 10 anos. A sua trajetória desportiva tem contribuído significativamente para a valorização e visibilidade da modalidade dos matraquilhos, tanto a nível nacional como internacional.

A Assembleia Municipal da Covilhã expressa, assim, o seu profundo reconhecimento e orgulho pelo feito alcançado por Ângela Costa, símbolo de perseverança, talento e dedicação, que honra o nome do concelho da Covilhã e serve de inspiração para a comunidade.

Delibera-se, ainda, que este voto de louvor seja comunicado à homenageada e divulgado nos meios de comunicação institucional do Município.

(Doc. 13)

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ


Covilhã, 28 de abril de 2025

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA DECISÃO DO GOVERNO EM AVANÇAR COM O IC31 E A BARRAGEM DO ALVITO**

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2025, congratula o Governo da República pelas recentes decisões estratégicas que visam reforçar a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável do interior do país, alertando para a conclusão urgente das infraestruturas necessárias para a ligação da Cova da Beira ao Norte (IC6 e Linha da Beira Alta).

O Governo decidiu avançar com a construção do Itinerário Complementar 31 (IC31), ligando a A23, na zona de Alcains, à fronteira de Termas de Monfortinho. Esta infraestrutura, com cerca de 60 km, é fundamental para melhorar a mobilidade e a segurança rodoviária, aproximando a Região Centro de Portugal, e o distrito de Castelo Branco em particular, a Espanha. O projeto integra o Plano Nacional de Investimentos – PNI2030, tendo sido inscrito pelo Governo anterior, do Partido Socialista, potenciando o desenvolvimento da mobilidade transfronteiriça e a redução dos custos de contexto, tornando a fronteira um fator de união.

Concomitantemente, o Governo anunciou o avanço do estudo para a construção da barragem do Alvito, no rio Ocreza. Esta infraestrutura estratégica visa reforçar a resiliência hídrica da bacia hidrográfica do Tejo, garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos, apoiar a agricultura regional, melhorar a prevenção de incêndios e impulsionar o desenvolvimento sustentável do território.

Reconhecendo que estas medidas constituem passos concretos para corrigir desigualdades territoriais históricas, proporcionando novas oportunidades económicas e sociais às populações do interior, a Assembleia Municipal da Covilhã relembra que permanecem essenciais outras infraestruturas estruturantes, nomeadamente a conclusão do Itinerário Complementar 6 (IC6), ligando a Covilhã a Coimbra, bem como a conclusão urgente das obras de requalificação da Linha da Beira Alta, ligando a região ao Norte.



A conclusão do IC6 contribui decisivamente para uma maior integração regional, desenvolvimento económico equilibrado e, em especial, para a melhoria do acesso a cuidados de saúde especializados. Por sua vez, a conclusão da requalificação da Linha da Beira Alta é indispensável para reforçar a acessibilidade ferroviária ao Norte, reduzir tempos de viagem e assegurar uma alternativa sustentável ao transporte rodoviário.

Por conseguinte, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera:

1. **Congratular** o Governo pelas decisões relativas ao **IC31** e à **barragem do Alvito**, projetos de crucial relevância estratégica para a região.
2. Apelar ao Governo para que prossiga rapidamente com as fases seguintes destes projetos, **garantindo a sua efetiva concretização**.
3. Reiterar a importância de avançar com a **conclusão do IC6** e das obras de **requalificação da Linha da Beira Alta**, fundamentais para a conectividade e desenvolvimento sustentável da região.

Delibera-se comunicar esta moção ao Governo da República, ao Ministério das Infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, I.P., e aos órgãos de comunicação social.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal  
Teresa Reis



Covilhã, 28 de abril de 2025

RECOMENDAÇÃO

## ~~MOÇÃO~~ – IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESPORTOS DE INVERNO NAS ESCOLAS DA COVILHÃ

Considerando que a prática regular de atividade física é fundamental para o desenvolvimento saudável de crianças e jovens;

Considerando que a Covilhã, pela sua localização geográfica e proximidade com a Serra da Estrela, possui condições propícias para a prática de desportos de inverno;

Considerando que programas como o Ski4All têm promovido com sucesso a introdução de modalidades como o ski, a patinagem e o curling nas escolas portuguesas;

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a implementação de programas escolares que incluam a prática de desportos de inverno, em parceria com a Federação de Desportos de Inverno de Portugal e outras entidades relevantes;
2. Propor a disponibilização de transporte gratuito para os alunos participantes, facilitando o acesso às infraestruturas necessárias para a prática destas modalidades;
3. Sugerir a integração destes programas no currículo escolar, na disciplina de Educação Física, promovendo a educação adaptada às características regionais;
4. Solicitar a avaliação periódica dos resultados e impacto destes programas, com vista à sua melhoria contínua e expansão a outras escolas do concelho.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal  
Teresa Reis



Covilhã, 28 de abril de 2025

RECOMENDAÇÃO

## **MOCÇÃO – PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR, VALORIZAÇÃO DA FLORESTA AUTÓCTONE E DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NO CONCELHO DA COVILHÃ**

Considerando que a recolha seletiva de biorresíduos se tornou obrigatória em Portugal a partir de 2024, conforme estabelecido pela legislação nacional, e que a valorização de resíduos orgânicos é uma componente essencial da economia circular, permitindo a produção de fertilizantes naturais e a redução da deposição em aterro;

Considerando que o Município da Covilhã implementou, em maio de 2024, o projeto piloto “Covilhã Sustentável”, que introduziu a recolha seletiva de biorresíduos em quatro localidades de freguesias rurais (Cortes do Meio, Verdelhos, Paul e Sarzedo) e em três bairros urbanos (Quinta da Grila, Ribeiro Negro e Belo Zêzere), promovendo práticas sustentáveis e a produção de composto utilizável na agricultura local;

Considerando que as florestas autóctones têm um papel crucial na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na mitigação das alterações climáticas, sendo mais adaptadas às condições locais e mais resistentes a pragas e incêndios;

Considerando que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Covilhã para 2021-2030 prevê ações relevantes para a gestão e proteção das florestas, incluindo silvicultura preventiva e promoção de espécies autóctones;

Considerando os exemplos de sucesso de outros municípios portugueses, nomeadamente Guimarães e Viana do Castelo, na implementação de sistemas abrangentes de recolha seletiva e compostagem de biorresíduos, que podem servir de inspiração e complemento às iniciativas existentes na Covilhã;

Considerando ainda projetos inovadores como o OakFood, que demonstram o potencial económico sustentável dos produtos derivados de espécies autóctones, como o sobreiro e o castanheiro;

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera:



1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã que avalie a expansão gradual e sustentada do atual sistema de recolha seletiva de biorresíduos a todo o concelho, especialmente às zonas ainda não abrangidas;
2. Propor à Câmara Municipal a criação de uma unidade municipal de compostagem dedicada especificamente à produção de adubos orgânicos destinados ao apoio direto à agricultura local e regional;
3. Sugerir à Câmara Municipal o reforço das campanhas educativas e de sensibilização, complementando o esforço já existente, com vista à promoção da compostagem doméstica e boas práticas ambientais na comunidade;
4. Recomendar à Câmara Municipal a elaboração ou aprofundamento de um plano complementar específico para a valorização económica e ambiental da floresta autóctone, prevendo ações concretas de reflorestação, manutenção e proteção dessas espécies;
5. Propor a criação de mecanismos adicionais ou reforço dos existentes para incentivar proprietários florestais na adoção e manutenção de práticas sustentáveis e regenerativas;
6. Sugerir o desenvolvimento de programas educativos e campanhas de sensibilização, articulados com escolas, associações locais e a comunidade em geral, sobre a importância estratégica e ambiental da floresta autóctone;
7. Solicitar à Câmara Municipal que procure ativamente financiamento adicional, nomeadamente através do Fundo Ambiental e outros fundos comunitários, para reforçar a implementação destes projetos e iniciativas.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal  
Teresa Reis



Covilhã, 28 de abril de 2025

~~RECOMENDAÇÃO~~

## **MOÇÃO – REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA COVILHÃ PARA PRIORIZAR A MOBILIDADE PEDONAL E SUSTENTÁVEL**

Considerando que a requalificação urbana dos centros históricos é fundamental para a preservação do património, melhoria da qualidade de vida dos residentes e promoção do turismo sustentável;

Considerando que diversas cidades portuguesas e europeias têm implementado zonas de emissões reduzidas e áreas pedonais nos seus centros históricos, promovendo a mobilidade suave e reduzindo a poluição atmosférica;

Considerando que a Covilhã possui um centro histórico com características únicas, cultura ímpar, cuja valorização pode ser potenciada através de uma estratégia integrada de mobilidade e reabilitação urbana;

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a realização de um estudo para a implementação de zonas pedonais no centro histórico, restringindo o acesso automóvel a residentes e veículos autorizados;
2. Propor a criação de corredores de mobilidade suave, incentivando o uso de bicicletas e outros meios de transporte não motorizados;
3. Sugerir a implementação de medidas de acalmia de tráfego, como a introdução de sentidos únicos e zonas de velocidade reduzida, para melhorar a segurança e a qualidade do espaço público;
4. Solicitar a participação ativa da comunidade local no processo de planeamento e implementação destas medidas, garantindo a sua adequação às necessidades dos residentes e comerciantes.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal  
Teresa Reis



Covilhã, 28 de abril de 2025

**RECOMENDAÇÃO**

**(MOÇÃO) – APOIO ÀS CADEIAS CURTAS DE  
COMERCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO  
LOCAL NO CONCELHO DA COVILHÃ**

Considerando que as cadeias curtas de comercialização promovem o contacto direto entre produtores e consumidores, fortalecendo a economia local, reduzindo a pegada ambiental e garantindo produtos frescos e de qualidade;

Considerando que iniciativas como as biocantinas de Torres Vedras e os mercados de produtores locais organizados por diversas autarquias têm demonstrado sucesso na integração de produtos locais nas refeições escolares e em instituições públicas;

Considerando que a descentralização dos concursos públicos para aquisição de produtos alimentares pode facilitar a participação de pequenos produtores locais, promovendo a economia regional e a sustentabilidade;

A Assembleia Municipal da Covilhã delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal da Covilhã a criação de mecanismos que facilitem a participação de produtores locais nos concursos públicos para fornecimento de produtos alimentares a cantinas escolares e instituições públicas;
2. Propor a organização de mercados periódicos de produtores locais, incentivando o consumo de produtos regionais e fortalecendo a economia local;
3. Sugerir a implementação de programas educativos nas escolas que promovam o conhecimento sobre a produção agrícola local e a importância da alimentação sustentável;
4. Solicitar à Câmara Municipal que explore parcerias com associações de produtores e outras entidades para apoiar estas iniciativas.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal  
Teresa Reis

*Handwritten initials: HZ A B*

## Proposta

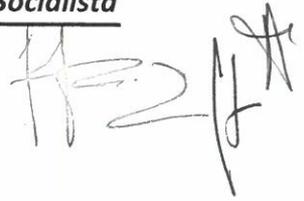
O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Morais dos Santos Torrão de 91 anos de idade. António Torrão, ficará eternamente ligado ao Associativismo da nossa Cidade da Covilhã, nomeadamente na qualidade de sócio fundador do Centro de Cultura e Desporto Oriental de São Martinho.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

*Handwritten signatures:*  
Hilário  
L. L. L.  
L. L. L.  
Afonso Gomes  
A. J.  
L. A. J. Mendes  
L. L. L.

*Handwritten signature: Paulo Pereira*



## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de António Teles André, de 79 anos de idade.

Foi professor de Mecanotecnia na Escola Secundária Campos Melo, mas foi na atividade política que mais se destacou.

Pessoa de caráter afável, respeitador e reservado, foi eleito vereador nas eleições autárquicas de 1982 e 1985 nas listas da Aliança Povo Unido.

Mais tarde, em 1993, foi novamente eleito vereador nas listas do Partido Socialista e, nessa qualidade, defendeu com convicção os interesses do concelho e os valores da Liberdade e da Democracia.

Pelo seu contributo político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



Afonso Gomes





(Doc. 20)

Grupo Municipal do Partido Socialista

## Assembleia Municipal da Covilhã

### Voto de Louvor

#### João Monteiro – Campeão Nacional de Corta-Mato Curto T20.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, expressa através deste voto de louvor o seu profundo reconhecimento e apreço pelo atleta João Monteiro, natural da Covilhã, que se sagrou Campeão Nacional de Corta-Mato Curto em março de 2025.

João Monteiro é um exemplo de dedicação, resiliência e superação, tendo alcançado este título nacional na categoria T20, destinada a atletas com deficiência intelectual. A sua vitória representa não apenas um feito desportivo notável, mas também um marco significativo na promoção da inclusão e valorização do desporto adaptado na nossa comunidade.

A sua dedicação ao atletismo é fonte de inspiração para todos os covilhanenses. O seu exemplo reforça a importância da promoção da inclusão e o apoio ao desporto para todos, independentemente das suas capacidades.

Por estas razões, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de louvor, reconhecendo o mérito de João Monteiro e reiterando a valorização da promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Covilhã, 28 de abril de 2025

Apno Gomes

**Assembleia Municipal da Covilhã****Voto de Louvor****Amaro Teixeira – Campeão do Mundo de Atletismo Master, 3000 marcha atlética.**

O presente voto de louvor, pretende manifestar o profundo reconhecimento e apreço pelo atleta Amaro Teixeira, que em março de 2025 se sagrou Campeão do Mundo de Atletismo Master, na prova de 3000 metros marcha atlética (categoria M35), realizada durante os World Masters Athletics, na Flórida, Estados Unidos da América, com a impressionante marca de 13 minutos, 22 segundos e 45 centésimos.

Natural da ilha do Faial e residente na Covilhã, Amaro Teixeira é um exemplo de perseverança, dedicação e superação, tendo construído uma carreira desportiva marcada pelo esforço contínuo e pelo compromisso com a excelência. A sua vitória, para além de um feito individual de grande valor, é um motivo de orgulho para todo o concelho, projetando o nome da Covilhã no panorama internacional do atletismo master.

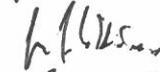
Num território marcado pelos desafios próprios do interior do país, esta conquista simboliza o potencial que existe nas nossas comunidades e o valor de quem alcança os mais altos patamares.

Amaro Teixeira representa, por isso, o melhor da nossa terra: a capacidade de sonhar, de lutar e de vencer.

Pelo seu mérito desportivo, pelo exemplo que constitui para as novas gerações, pelo contributo que dá diariamente à formação de jovens atletas enquanto treinador no Penta Clube da Covilhã, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de louvor, reiterando a sua confiança no valor dos cidadãos e cidadãs que, como Amaro Teixeira, elevam o nome da Covilhã através do talento e do trabalho.

Covilhã, 28 de abril de 2025

Afonso Gomes



## Voto de Louvor À escritora Covilhanense, Professora Rogélia Proença

A literatura covilhanense tem sido enriquecida por autores que, com sensibilidade e profundidade, exploram a riqueza da língua e da expressão artística.

Desde Frei Heitor Pinto que a Covilhã tem tradição nas letras e na arte da escrita.

Essa tradição tem sido formada com nomes tão brilhantes como o já mencionado ou o consagrado e célebre António Alçada Batista.

Os escritores covilhanenses contemporâneos não têm deixado os seus créditos por mãos alheias e das novas gerações têm brilhado várias estrelas.

Uma delas é Rogélia Proença, escritora covilhanense cujo talento tem sido amplamente reconhecido e premiado.

A sua obra caracteriza-se por uma escrita intensa, marcada por uma notável musicalidade poética e por um domínio excepcional da palavra. A sua capacidade literária resulta em obras que capturam a essência da experiência humana, revelando uma sensibilidade única e uma perspicácia literária que cativa leitores e jurados de prestigiados concursos literários.

Em 2025, foi galardoada com dois primeiros lugares no concurso Prémio Santos Zoio, promovido pela APP - Associação Portuguesa de Poetas, nas categorias "Poesia Rima Livre" e "Prosa Poética", com obras que refletem a profundidade do seu pensamento e a elegância do seu estilo literário.

Já em 2024, havia conquistado o primeiro prémio na categoria "Poesia Livre", além de uma menção honrosa em "Prosa Poética", reforçando o seu estatuto como uma das mais notáveis autoras contemporâneas.

Além das suas conquistas literárias, Rogélia Proença é Professora, uma formadora de Homens e uma autora que transforma palavras em emoções e reflexões, oferecendo ao leitor um olhar sensível e perspicaz sobre a existência.

Assim como reconhecimento do seu trabalho, a Assembleia Municipal da Covilhã aprova este Voto de Louvor à Professora Rogélia Proença, como demonstração de orgulho e apreço pelo seu trabalho e como forma de incentivo e motivação para que prossiga com a sua produção literária o seu trabalho de formação das novas gerações de covilhanenses.

Aprovado, o mesmo deve ser enviado à destinatária.

Covilhã, 28 de abril de 2025

O Grupo Municipal do Partido Socialista  
Hélio Fazendeiro





---

## Assembleia Municipal da Covilhã

### Moção – A Covilhã precisa do Bolinha de Neve

A política deve estar, antes de tudo, ao serviço das pessoas. E é nessa convicção profunda que o Partido Socialista da Covilhã se tem pautado, com responsabilidade e sentido de missão, no exercício das suas funções autárquicas. O acesso a uma rede de cuidados e educação infantil é um pilar fundamental da coesão social, da igualdade de oportunidades e do futuro das comunidades.

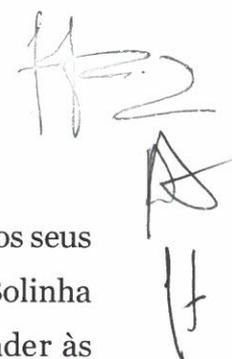
O anúncio do encerramento do Colégio da Fundação Imaculada Conceição (conhecido como Colégio das Freiras) representa, por isso, uma preocupação central para esta Assembleia Municipal. A sua relevância para a cidade da Covilhã, para as famílias do concelho e para o tecido social local impõe uma atuação firme, articulada e solidária entre todos os níveis do Estado.

É neste espírito de compromisso com o bem comum e com o interesse público que a bancada do Partido Socialista apresenta a seguinte moção:

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2025, deliberando sob proposta da bancada do Partido Socialista, vem expressar a sua profunda preocupação com a situação resultante do anunciado encerramento do Colégio da Fundação Imaculada Conceição, previsto para o próximo dia 31 de agosto, e reafirmar a necessidade premente de garantir uma resposta pública adequada às crianças e famílias afetadas.

O encerramento desta instituição histórica, que acolhe atualmente cerca de 180 crianças e emprega mais de 30 trabalhadores, constitui um golpe duro para a rede educativa e social do concelho, agravando ainda mais a já insuficiente oferta de creches e pré-escolar no município da Covilhã. Tal situação compromete não apenas o direito à educação, mas também a conciliação da vida familiar e profissional de dezenas de famílias covilhanenses.

Desde o primeiro momento, a Câmara Municipal da Covilhã, liderada pelo Presidente Vítor Pereira, tem assumido uma postura construtiva e de cooperação ativa com todas as entidades envolvidas. A autarquia reuniu com a Fundação Imaculada Conceição e



com a tutela, procurando soluções viáveis para evitar o encerramento ou mitigar os seus efeitos. Nesse âmbito, propôs-se a reabilitação do antigo edifício do Infantário Bolinha de Neve, encerrado desde 2018, como alternativa viável e imediata para responder às necessidades existentes.

Importa sublinhar que o Município da Covilhã já manifestou publicamente a sua total disponibilidade para custear as obras de requalificação do espaço, orçamentadas em cerca de 400 mil euros, faltando apenas que o edifício, propriedade do Estado, seja cedido a título gratuito. Além disso, a proposta da autarquia prevê que a gestão do equipamento seja atribuída a uma Instituição Particular de Solidariedade Social com reconhecida competência na área da infância, designadamente o Centro Social Jesus Maria José.

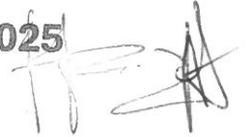
A par das diligências institucionais, a comunidade covilhanense tem-se mobilizado de forma exemplar em defesa desta causa, tendo reunido centenas de cidadãos numa marcha pacífica que expressou a exigência coletiva por uma resposta eficaz e célere por parte da Administração Central.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Covilhã, sob proposta da bancada do Partido Socialista, delibera:

1. Apelar ao Governo da República, em particular ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para que desbloqueie com urgência o processo de cedência do edifício do Bolinha de Neve à Câmara Municipal da Covilhã;
2. Reafirmar o compromisso da autarquia com a realização das obras necessárias e a reabertura deste equipamento social, assumindo o investimento previsto com recursos próprios;
3. Instar a tutela a reconhecer o papel central das autarquias na resposta às necessidades sociais locais, colaborando de forma mais célere e articulada com as autoridades municipais;
4. Dar conhecimento da presente moção ao Primeiro-Ministro, à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Comissão de Educação e à Comunicação Social.

Covilhã, 28 de abril de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ORDINÁRIA, 28/04/2025  
(VJMTL)



- ⇒ Digno. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã
- ⇒ Ilustres Membros desta Assembleia
- ⇒ Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e respectiva Vereação
- ⇒ Minhas senhoras e meus senhores

Traz-nos hoje, aqui, o tema “O Comércio Local”. Sendo um tema complexo, optámos por uma abordagem focada em 2 prismas:

- Um prisma económico e
- Um prisma social.

Com isto, procuramos abrir caminho para estimular o debate e, sobretudo, uma reflexão, que conduza à criação de equipas multidisciplinares capazes de desenvolver um plano de acção com elevada probabilidade de êxito no contributo para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho.

Vejamos:

Em regra, entende-se por comércio local o conjunto de estabelecimentos comerciais, geridos e operados por proprietários e funcionários residentes na área em que se localiza o estabelecimento. Por norma é composto por pequenas e médias empresas que satisfazem a procura de uma comunidade específica e contribuem para o desenvolvimento económico da sua região.

Nas últimas décadas, os estabelecimentos que animavam a vida dos bairros, deram lugar às grandes superfícies, tais como centros

comerciais e hipermercados, espaços que, hoje em dia, estão na preferência dos hábitos de consumo.

Ainda assim, o comércio local mantém a sua importância. É um reflexo da identidade e cultura de uma região, criando empregos e mantendo viva a singularidade da sua comunidade. Fortalece a coesão social e, ambientalmente, são mais sustentáveis; veja-se a redução na emissão de gases com efeito de estufa no transporte e na refrigeração, o menor consumo de embalagens de plástico e materiais não biodegradáveis, entre outros.

As denominadas grandes superfícies têm tido um crescimento importante. Bem sabemos que, por norma, os municípios obtêm contrapartidas financeiras atractivas e vêem a sua implantação como sinónimo de modernidade. O reflexo para os pequenos retalhistas é enorme por razões que aqui não vamos ter tempo para detalhar. Mas a onda de choque atinge várias dezenas de quilómetros, afectando comerciantes situados em freguesias mais remotas e traduzindo-se no encerramento das suas unidades.

No caso do nosso concelho – e, em particular, da cidade -, este fenómeno foi acompanhado por uma deslocalização do centro residencial para a chamada parte nova da cidade. O centro, o mais histórico, foi desamparado e, no presente, em ritmo de contínuo despovoamento.

A redução do número de residentes repercute-se na diminuição da procura junto dos comerciantes, agravando o impacto a que, sucintamente, nos referimos. E, tudo, num ciclo vicioso de menos residentes, menos comércio, logo menos atracção para residir e, novamente, menos comércio.

E o que podem - ou antes, devem – as câmaras municipais fazer para contrariar este ciclo? Seguramente que o senhor Presidente terá a resposta, mas, infelizmente, não está a frutificar. Interrogo-me se a abertura de novos espaços comerciais de grande dimensão, no coração da nova zona nobre da cidade, será uma opção acertada, em termos de longo prazo, para a cidade e concelho. Do ponto de vista social e urbanístico, não deveria ser preservada para outras finalidades? Não deveríamos ter seguido a opção que, há décadas, os Estados Unidos da América (como pioneiros neste modelo), várias cidades da Europa e em Portugal seguiram, localizando estas mega-unidades em zonas mais periféricas?

E, pelo comércio local, o que poderíamos ter feito e, ainda, podemos fazer? Partimos do princípio que a convivência dos dois modelos é possível, mas exige uma atenção redobrada sobre o elo mais fraco desta cadeia, requerendo a disponibilização de mecanismos de protecção e de reforço do posicionamento no contexto social e económico municipal.

Apenas para ilustrar, refiro o exemplo de duas cidades, preocupadas com a problemática desta mudança de que não souberam, em devido tempo, precaver-se:

Lisboa lançou, em 2015, o projecto Lojas com História; inclui mais de 160 estabelecimentos, aos quais a Câmara Municipal oferece uma série de regalias, entre benefícios fiscais e suspensão de actualização das rendas. Em 2023, criou com Barcelona, Paris e Roma uma aliança para a preservação e protecção de lojas emblemáticas e históricas.

O Município de Oleiros lançou a campanha “Oleiros Abraça o Comércio Local”, através do qual vai sortear 20 mil euros em

compras feitas em cerca de 90 estabelecimentos comerciais aderentes em todo o concelho.

Basta perdermos alguns minutos de pesquisa na *internet* para encontrarmos, em todo o território nacional, exemplos deste tipo de iniciativas. Será suficiente? Acreditamos que não.

É nossa obrigação, munícipes e seus representantes, contribuímos para a mudança e inverter o estado da situação. Somos nós que temos que deixar as lamentações e contribuir para as soluções, estimulando o comércio local, desenvolvendo a economia regional e envolvendo-nos neste processo de geração de mais-valias, emprego e desenvolvimento. À Câmara compete escutar e coordenar iniciativas que, aparentemente, não está a conseguir sózinha.

A apoiar o esforço que possa ser feito, temos a vontade dos consumidores que apenas necessita de ser potenciada. Já em Setembro de 2020, um estudo executado pela MasterCard revelava que 82% dos portugueses tinham a intenção de comprar no comércio local. Sabe-se hoje que a pandemia veio incrementar a apetência pelo regresso ao comércio de proximidade. Mas já antes, em 2019, o Barómetro Europeu do Observador Cetelem, concluía que 53% dos portugueses consideravam uma prioridade o incentivo à aquisição de produtos endógenos.

Então, mas, concretamente, o que podemos fazer? Sem nos querermos por no lugar do senhor Presidente da Câmara (é a ele que compete, e não a nós, decidir o que de melhor deva ser feito para o concelho), atrevemo-nos a dar algumas sugestões:

- Criar áreas de circulação estritamente pedonal, em zonas delimitadas e horários definidos;

- Rever em baixa os tarifários de estacionamento, nomeadamente com a concessionária;
- Promover e ampliar espaços de estacionamento na proximidade das zonas a estimular;
- Promover animações e espectáculos de rua, regulares, nas zonas a revitalizar;
- Rever as orientações urbanísticas, no sentido de (pelo menos) não promover a instalação das chamadas “catedrais de consumo” em zonas nobres do concelho;
- Repensar a circulação automóvel e a construção de novos eixos;
- Divulgar e promover o comércio local nas redes sociais e em meios de comunicação;
- Fornecer *feedback* aos proprietários de empresas locais, para que possam melhorar os seus produtos e serviços e responder melhor às necessidades da comunidade;
- Incentivar a aderência dos comerciantes aos bairros digitais e, já agora, envolver as empresas locais no desenvolvimento desses projectos, ao invés de as contratar noutros territórios;
- Ouvir as juntas de freguesia, associações empresariais, associações de profissionais, associações de moradores, associações académicas, colectividades e todos aqueles que representem genuinamente as populações.

Enfim, não pretendemos apresentar aqui uma lista exaustiva, mas antes dar o sinal de que a sociedade – e os seus representantes – podem e devem ter um papel determinante na solução deste problema.

Não se obtendo sucesso, o que vai acontecer? Acelerar o ciclo a que antes aludimos, contribuindo para um maior esvaziamento da vida em algumas zonas, para o encerramento de empresas, a

extinção de postos de trabalho, a redução na criação de riqueza e a descaracterização de espaços.

Em boa verdade, o número de lojas de rua fechadas, um pouco por todo o concelho, é assustador. Quase todas exibem placas de venda ou, nalguns casos, arrendamento. De facto, com o valor das rendas praticado e o nível de receitas que se intui, percebe-se qual o motivo que determinou o seu encerramento e que assim as irá manter. Milagre seria se fosse de outra forma, num concelho onde a economia local definha e os apoios ao desenvolvimento do comércio são praticamente nulos. Onde a situação é vítima de anos de desinteresse político, despovoamento e debandada da população.

A este cenário, acrescentamos a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro. De facto, se acrescentarmos a esta situação, a crise habitacional que o país atravessa, torna-se tentador converter comércio em habitação. Tendo por pano de fundo a cada vez maior inutilidade para os espaços comerciais, acrescentamos agora o preço para uso habitacional, superior ao praticado para fins comerciais.

Sendo certo que a conversão de espaços comerciais em habitação permite, rapidamente, injectar mais habitações no mercado, há que ter muito cuidado com este processo.

Desde logo no cumprimento e verificação de requisitos técnico-legais, como seja o controlo prévio, a fiscalização, viabilidade estrutural, ventilação, iluminação, isolamento acústico e térmico, etc. Mas não esquecendo questões como privacidade, provisão de estacionamento, estendal, acessibilidades, entre outros. Estamos seguros que, nesta vertente, a Câmara Municipal, ao contrário de outras, não claudicará.

Mas há muitos outros aspectos que nos preocupam, sobretudo urbanísticos, mas também sócio-económicos.

Nos primeiros, incluímos a alteração à linha estética e arranjo arquitectónico, com descaracterização de fachadas e zonas circundantes. Além da perda de património cultural, em alguns casos, tais como, a título de exemplo, alguma azulejaria que, desta forma, é posta em risco.

Sobre os segundos, já nos debruçámos no início desta intervenção. No entanto, ainda gostaríamos de enfatizar a necessidade de contrariar a tendência de maior oferta de tipologias T0 e T1, estimulando a oferta de outras tipologias que respondam às necessidades das famílias e contribuam para a sua fixação.

Mais que apontar o dedo às falhas dos demais – que, em qualquer caso, entendemos existirem – queremos, sobretudo, lançar ideias que possam servir de base de trabalho para alcançar um objectivo que é obrigação de todos perseguirem. E, ainda que algumas destas ideias possam não ser de fácil execução, ou necessitem de ser aprimoradas, também sabemos que ninguém acredita naqueles que dizem que já têm tudo pensado ou tudo sabem.

Certamente que o senhor Presidente da Câmara quererá ter o seu nome incluído na lista dos visionários que estiveram à frente dos destinos do concelho. Para tal, é indispensável perspectivar a longo prazo e conseguir antever, para o futuro, os resultados das decisões de hoje. E como ninguém é dono da verdade, só irá consegui-lo ouvindo, previamente, as pessoas.

E, com isto, senhor Presidente da Mesa, tenho dito.

Vasco Júlio Morão Teixeira Lino

Assembleia Municipal da Covilhã, em 28 de Abril de 2025



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
**Sessão de 28 de Abril de 2025**

H2

**3.4 – Apreciação e votação sobre o Relatório de Gestão e Atividades 2024 do Município da Covilhã e Prestação de Contas**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**  
**Senhoras e Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia**  
**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores,**  
**Estimados Covilhanenses,**

A Câmara Municipal da Covilhã presta hoje, a esta Assembleia, contas sobre o ano de 2024.

Obteve Rendimentos de 46,9 milhões de euros e gastou 47,8 o que gerou um Resultado Negativo de 881 mil euros. O saldo recebido de 2023, de 13,3 milhões, não foi investido e foi ainda acrescentado em 3,2 milhões de euros, tendo ficado em 2024 um saldo “cativo” de 16,5 milhões de euros.

A Receita obteve uma taxa de execução de 96% e a Despesa de 71%.

Mas como esta é a quarta prestação de contas deste mandato, vejamos a evolução das mesmas:

Quanto à Despesa, a Despesa Total em 2021 foi de 40,9 milhões de euros e em 2024 de 44,5 milhões de euros, um aumento de 8%.

Aumentaram as Despesas Correntes e diminuíram as Despesas de Capital que passaram de 14,8 milhões anuais para 11,3 milhões, executada em apenas 56%.

E destes, apenas 1,6 milhões, cerca de 10%, são Transferências e Subsídios.

Quanto à Receita, a Receita Total em 2021 foi de 46,6 milhões de euros e em 2024

de 61,1 milhões de euros, um aumento de 31%, que significa em termos líquidos 14,5 milhões de euros.

Para este aumento muito contribuiu o aumento das transferências do estado através dos diversos instrumentos financeiros previstos na lei das finanças locais que passaram de 19,4 milhões em 2021 para quase 28 milhões de euros em 2024. Um aumento de 43%.

Estes números evidenciam que, por via da maior arrecadação de receita, existe hoje no Município uma maior capacidade de idealizar, projetar e executar investimento para que aqueles que aqui habitam e aqui trabalham tenham uma melhor qualidade de vida.

Para isso é preciso idealizar, projetar e executar investimento em equipamentos, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, ciência, desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, água, ambiente e saneamento, desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo.

Muito foi preciso resolver, fruto de herança recebida. Passados mais 12 anos, muito continua por resolver.

Nos equipamentos,

Continuamos a discutir nesta assembleia a necessidade de requalificar Sanitários Públicos degradados existentes na cidade, só para começar com um exemplo do que há muito já podia ter sido resolvido por meios próprios. A Câmara Municipal tem os meios humanos, técnicos e financeiros capazes de resolver vários problemas de forma mais célere e eficaz.

Na energia,

Tarda em realizar-se a transição apregoada, as luzes led não chegaram a todo o lado, os postos de carregamento para carros elétricos não estão em funcionamento em todas as freguesias. Os painéis fotovoltaicos das habitações municipais não estão ainda ligados. Falar de comunidades energéticas é uma miragem.

Nos transportes e comunicações,

As freguesias fora do eixo urbano estão cada vez mais distantes da Cidade.

A mobilidade não chegou ainda a muitos passeios, a manutenção de pavimentos tarda em ser realizada em muitas artérias onde o alcatrão já se mistura com a calçada.

Na educação,

As creches foram projetadas mas não executadas, as escolas continuam com insuficiências por resolver, existem jardins de infância que não cumprem a legislação em vigor. O Bolinha de Neve que agora se reivindica (e bem) há um ano atrás não era para creche.

No património,

é preciso avançar rapidamente para a implementação de um programa de requalificação do património habitacional e industrial existente no concelho.

No desporto,

basta ler o Plano Estratégico Desportivo Municipal para perceber o que não foi feito.

Na saúde,

A ULS que já teve mais que um nome, está por construir.

Na habitação,

Nomeadamente pública, tendo sido dados passos neste mandato, é necessário adequar os agregados às tipologias existentes, tratar da gestão e manutenção do parque habitacional, mantendo as condições de dignidade e prevenindo investimentos avultados no futuro.

No desenvolvimento,

Faltam os investimentos municipais em cada uma das freguesias capazes de

alavancar as suas dinâmicas sociais, económicas e culturais.

No ordenamento do território e urbanismo,

Tarda aprovar-se o novo PDM – Plano Diretor Municipal e falta projetar as Operações de Reabilitação Urbana em todas as freguesias para que efetivamente se ordene o território e que este não fique à mercê apenas do investimento privado.

Será sempre possível fazer mais, pensamos que podia ter sido feito melhor.

### **Os Eleitos do PCP**

**Marco Gabriel**

**Víctor Reis Silva**

**Pedro Manquinho**



(Doc. 26)

H2

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2025

3.7 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de Minuta de Protocolo de Colaboração e Apoio entre o Município da Covilhã e a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhoras e senhores deputados municipais

A Câmara Municipal coloca-nos a apreciação e deliberação de uma minuta de um protocolo de colaboração com a CIMBSE para o pagamento de serviços públicos diversos e em dívida.

No mapa em anexo indicam-se os serviços, não sendo legível, em alguns casos, nem perceptíveis e entendíveis.

Cadastro de quê ?

BTL ? O que significa ?

Coleções ?

No que aos transportes diz respeito, valores de 2023, não nos são indicadas as concessões nem os circuitos.

Deduz-se que são as concessões interurbanas, interfreguesias, as chamadas freguesias rurais.

Levando em conta o valor dos títulos/bilhetes de transporte e dos passes, que penalizam as populações, nomeadamente da população em idade ativa, seria expectável, uma informação justificativa da situação existente.

A Câmara Municipal da Covilhã paga, em 2023, às concessionárias 398 mil e 973 Euros.

Qual foi a comparticipação do Part nestas concessões?

O esforço da Câmara Municipal da Covilhã no transporte público para as freguesias (15 freguesias) é muito baixa, é um terço, do que gasta na concessão da Grande Covilhã (Teixoso, Covilhã, Cantar Galo, Vila de Carvalho, Boidobra, Tortosendo).

Acompanhamos a Câmara Municipal na exigência do reforço das verbas afetas ao Incentiva + TP, e o nosso grupo parlamentar tem apresentado propostas concretas, nem sempre acompanhadas por outros grupos parlamentares.

Mas continua a Câmara Municipal por explicar de forma clara e objetiva a operação financeira, nomeadamente o valor do Part/Incentiva+ afeto às concessões.

Só é possível resolver a falta de equidade nas duas concessões, neste momento, com mais investimento da Câmara Municipal.